CÂMARA DOS DEPUTADOS
Centro de Documentação e Informação
Coordenação de Estudos Legislativos
SEÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO PARLAMENTAR
COLEÇÃO

República Federativa do Brasil

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO I

ANO XLVIII — Nº 104 SEXTA-FEIRA, 18 DE JUNHO DE 1993 BRASÍLIA — DF

CÂMARA DOS DEPUTADOS

SUMÁRIO

1 — ATA DA 92ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA, MATUTINA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 49ª LEGISLATURA EM 17 DE JUNHO DE 1993

I — Abertura da Sessão

II — Leitura e assinatura da ata da sessão anterior

III — Leitura do Expediente

IV — Breves Comunicações

ALCIDES MODESTO — Solicitação de prorrogação do prazo para o desenvolvimento dos trabalhos da CPI da Pistolagem. Depoimento, na CPI, do Secretário de Segurança Pública do Estado de Pernambuco, Augusto Carlos Diniz Costa.

PRESIDENTE (Adylson Motta) — Resposta ao Deputado Alcides Modesto.

PAULO RAMOS (Pela ordem) — Pedido de providências à Mesa para indicação dos membros da Comissão Mista constituída para a apreciação da Proposta de Emenda à Constituição nº 71, de autoria do orador.

PRESIDENTE (Adylson Motta) — Resposta ao Deputado Paulo Ramos.

NILSON GIBSON — Posse do Ministro José Paulo Sepúlveda Pertence na Presidência do Tribunal Superior Eleitoral.

JOSÉ FORTUNATI — Urgente apreciação do projeto de lei sobre concessão de recursos orçamentários para o cinema nacional.

PRESIDENTE (Adylson Motta) — Comunicação ao Deputado Paulo Ramos sobre a tramitação da Proposta de Emenda à Constituição nº 71, de 1991.

GENEBALDO CORREIA (Pela ordem) — Esclarecimentos sobre a indicação, pelo PMDB, dos integrantes da Comissão Mista de Orçamento.

PRESIDENTE (Adylson Motta) — Resposta ao Deputado Genebaldo Correia.

PAULO RAMOS (Pela ordem) — Omissão de partidos na indicação dos integrantes da Comissão Mista constituída para a apreciação da Proposta de Emenda à Constituição nº 71, de 1991.

CARLOS LUPI — Publicação, no **Jornal do Brasil**, de matéria acerca do Programa de Ação Imediata do Governo Itamar Franco.

PRESIDENTE (Adylson Motta) — Aditamento à informação prestada ao Deputado Paulo Ramos.

PAULO DUARTE — Inconveniência de transformação dos bancos de desenvolvimento estaduais em carterias dos bancos comerciais.

BENEDITA DA SILVA — Pronunciamento do Ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, em cadeia nacional de rádio e televisão.

PAULO RAMOS — Considerações sobre o Programa de Ação Imediata do Governo Itamar Franco.

OSVALDO BENDER — Apoio ao Presidente da República para reexame da medida sobre troca de conta de luz por gás liquefeito.

VITAL DO RÊGO — Reinvestidura do Dr. Aristides Junqueira no cargo de Procurador-Geral da República.

JOSÉ DIRCEU (Pela ordem) — Solicitação à Mesa de acionamento da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo para investigação dos furtos de veículos pertencentes a Deputados do PT.

PRESIDENTE (Adylson Motta) — Resposta ao Deputado José Dirceu.

JOSÉ DIRCEU — Aprovação, pelo Tribunal de Contas da União, das contas apresentadas pelo ex-Presidente da República, Fernando Collor de Mello.

SOCORRO GOMES — Julgamento, no Estado do Pará, do responsável pelo assassinato do trabalhador rural Expedito Ribeiro da Silva. Críticas à visita de delegação parlamentar norte-americana ao País, objetivando a adesão brasileira ao boicote econômico e comercial a Cuba.

PEDRO PAVÃO — Transcurso do 85º aniversário da chegada dos primeiros imigrantes japoneses ao País.

PRESIDENTE (Adylson Motta) — Convocação dos Deputados a plenário para apreciação da Ordem do Dia.

JOSÉ DIRCEU (Pela ordem) — Convocação do orador para comparecimento a reunião da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação.

PRESIDENTE (Adylson Motta) — Solicitação do encerramento das reuniões de Comissões da Casa para o comparecimento dos Deputados ao plenário e o início da apreciação da Ordem do Dia.

ERALDO TRINDADE — Registro e organização nacional do PPR. Críticas à liberação, pelo Ministério da Fazenda, de recursos para a continuidade das obras da Linha Vermelha, no Estado do Rio de Janeiro, e do Metrô da Capital Federal.

PRESIDENTE (Adylson Motta) — Solicitação de encerramento das reuniões das Comissões da Casa e de comparecimento dos Deputados a plenário para apreciação da Ordem do Dia.

EDSON MENEZES SILVA (Pela ordem) — Descumprimento do § 1º do art. 46 do Regimento Interno da Casa, relativo às reuniões das Comissões.

PRESIDENTE (Adylson Motta) — Reiteração de pedido de encerramento das reuniões das Comissões da Casa e do comparecimento dos Deputados ao plenário para apreciação da Ordem do Dia.

ANTÔNIO MORIMOTO — Necessidade de aquisição, pelo Governo Federal, da safra de feijão do Estado de Rondônia.

FLÁVIO PALMIER DA VEIGA — Pronunciamento do Deputado Eraldo Trindade. Instalação da CPI sobre o sistema penitenciário brasileiro.

PRESIDENTE (Adylson Motta) — Renovação de solicitação do encerramento das reuniões das Comissões da Casa e do comparecimento dos Deputados ao plenário para apreciação da Ordem do Dia.

JOSÉ LOURENÇO — Comentários sobre o projeto de lei referente à organização dos partidos políticos.

MUNHOZ DA ROCHA — Solicitação de apoio ao Projeto de Lei nº 1.829, de 1991, destinando às Santas Casas de Misericórdia parte dos recursos oriundos de multas aplicadas no comércio.

ADÃO PRETTO — Críticas ao Presidente Itamar Franco no tocante à substituição de Ministros na Pasta da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária.

BENEDITO DOMINGOS — Artigo "Menores: proteção da lei e rejeição da sociedade", publicado no jornal **Correio Braziliense.**

JESUS TAJRA — Ameaça de fechamento da agência do Banco da Amazônia em Teresina, Estado do Piauí. Conveniência de abertura, pela Procuradoria-Geral da República, de inquérito para apuração da distribuição, por Deputados, de subvenções a entidades filantrópicas.

EDSON MENEZES SILVA — Pronunciamento do Deputado José Lourenço. Anúncio de apresentação, pelo orador, de projeto de lei instituindo a indenização de clientela para empregados vendedores viajantes e pracistas.

JOSÉ LOURENÇO (Pela ordem) — Colocação da legenda do PPR à disposição do PC do B.

PRESIDENTE (Adylson Motta) — Resposta ao Deputado José Lourenço.

FRANCISCO RODRIGUES — Imediata liberação de recursos orçamentários destinados ao DNER. Necessidade de repasse ao órgão pelo Poder Executivo, de verbas oriundas do Imposto sobre Importação de Petróleo.

JOSÉ THOMAZ NONÔ — Considerações sobre o Programa de Ação Imediata do Governo Itamar Franco.

PEDRO VALADARES — Requerimento à Presidência da República para revisão do Programa Nacional de Desestatização.

PAULO DELGADO — Críticas à liberação, pelo Governo Federal, de recursos para a continuidade das obras do Metrô da Capital Federal.

BENEDITO DE FIGUEIREDO — Aprovação, pela Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, de requerimento de convocação dos Ministros da Justiça e das Relações Exteriores para esclarecimentos à Casa sobre a situação dos odontólogos brasileiros em Portugal.

ISRAEL PINHEIRO — Declarações do ex-Deputado Federal João Agripino Filho sobre privatização de empresas. Declaração de voto favorável à aprovação do Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira — IPMF.

MARCELINO ROMANO MACHADO — Críticas à liberação, pelo Governo Federal, de recursos para a continuidade das obras da Linha Vermelha, no Estado do Rio de Janeiro, e do Metrô da Capital Federal.

FERES NADER — Necessidade de investimentos nos setores educacional e tecnológico. Conveniência de reavaliação da dívida externa.

WELINTON FAGUNDES — Defesa de criação de Delegacia da Polícia Federal em Rondonópolis, Estado do Mato Grosso.

LÉZIO SATHLER — Urgente implantação do sistema de telefonia celular no País.

EVALDO GONÇALVES — Relatório sobre a atuação do ex-Deputado Federal Gonzaga Patriota à frente da Secretaria Nacional de Trânsito.

MARINO CLINGER — Lançamento, pelo Instituto Nacional do Câncer e pela Sociedade Brasileira de Mastologia, do Programa Diagnóstico Precoce e Controle de Câncer de Mama, no Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

FÁBIO RAUNHEITTI — Apoio ao Ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso.

VIRMONDES CRUVINEL — Aprovação, pela Assembléia Legislativa do Estado de Goiás, da Proposição nº 2.069, concernente à construção das Ferrovias Norte-Sul e Leste-Oeste.

JOSÉ CICOTE — Irregularidade no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região, Estado de Goiás.

PASCOAL NOVAIS — Importância das reservas extrativistas para o desenvolvimento da Região Amazônica.

JORGE KHOURY — Artigo "Prefeitos pedem ao Governo conclusão da Rodovia BR-116", publicado no jornal, **A Tarde** , do Estado da Bahia.

V — Ordem do Dia

Apresentação de proposições: JOSÉ DIRCEU, BENEDITA DA SILVA, PEDRO PAVÃO, EDSON MENEZES SILVA, CIDINHA CAMPOS, LAERTE BAS-

TOS, PEDRO CORRÊA, JACKSON PEREIRA, CHICO AMARAL, GENÉSIO BERNARDINO, WALDIR GUERRA, NELSON JOBIM, JOÃO DE DEUS ANTUNES.

PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) — Continuação da discussão, em turno único, do Projeto de Lei Complementar nº 153, de 1993, que institui o Imposto Provisório sobre a Movimentação ou a Transmissão de Valores e de Crédito e Direitos de Natureza Financeira — IPMF, e dá outras providências.

Usaram da palavra, durante a discussão, os Srs. Deputados JOSÉ DIRCEU, ERALDO TINOCO, GENEBALDO CORREIA, JOSÉ LUIZ MAIA, PRATINI DE MORAES, LUIZ GIRÃO, RONALDO CAIADO.

PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) — Encerrada a discussão. Usaram da palavra, pela ordem, os Srs. Deputados JOSÉ CARLOS ALELUIA, ROBERTO FREIRE, MIRO TEIXEIRA, GENEBALDO CORREIA, MARCELINO ROMANO MACHADO, RONALDO CAIADO, MIRO TEIXEIRA.

Usou da palavra, para proferir parecer às emendas de Plenário, em substituição à Comissão de Finanças e Tributação, o Sr. Deputado LUÍS ROBERTO PONTE.

Usou da palavra para proferir parecer às emendas de Plenário, em substituição à Comissão de Economia, Indústria e Comércio, o Sr. Deputado MAX ROSENMANN.

Usou da palavra, para proferir parecer às emendas de Plenário, em substituição à Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, o Sr. Deputado ROBERTO MAGALHÃES.

Usou da palavra, pela ordem, o Sr. Deputado LUÍS EDUARDO.

PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) — Votação de requerimento de preferência para apreciação do Substitutivo da Comissão de Finanças e Tributação. **Aprovado.**

PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) — Deferimento do pedido de verificação de votação formulado pelo Sr. Deputado LUÍS EDUARDO.

Usaram da palavra, durante a votação, os Srs. Deputados ROBERTO FREIRE, GENEBALDO CORREIA.

PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) — Solicitação de comparecimento dos Parlamentares ao plenário.

Usaram da palavra, durante a votação, os Srs. Deputados LUIZ GIRÃO, GENEBALDO CORREIA, LUÍS EDUARDO, JOSÉ SERRA, JOSÉ LUIZ MAIA, ALOIZIO MERCADANTE, NELSON TRAD, EDSON MENEZES SILVA, JOSÉ CARLOS SABÓIA, ROBERTO FREIRE, MUNHOZ DA ROCHA, ROBERTO FREIRE.

PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) — Reiteração de solicitação de comparecimento dos Parlamentares ao plenário.

Usaram da palavra, durante a votação, os Srs. Deputados GENEBALDO CORREIA, TONY GEL, GERALDO ALCKMIN FILHO, DERVAL DE PAIVA.

PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) — Transferência da votação da matéria para a próxima semana.

Usaram da palavra, pela ordem, os Srs. Deputados GERSON PERES, MAURO SAMPAIO, JOSÉ CARLOS ALELUIA, PAULO RAMOS, LIBERATO CABOCLO, VALTER PEREIRA.

PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) — Esclarecimento ao Plenário sobre a sessão ordinária.

VI — Encerramento

1 — ATA DA 93ª SESSÃO DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 49ª LEGISLATURA EM 17 DE JUNHO DE 1993

I — Abertura da Sessão

II — Leitura e assinatura da ata da sessão anterior

III — Leitura do Expediente

IV — Pequeno Expediente

CHICO VIGILANTE — Trabalho realizado pela CUT do Distrito Federal em favor da aprovação do projeto de lei sobre reajuste mensal de salários. Recolhimento de meninos de rua pela Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal. Imediata elaboração de nova política salarial.

PAULO DUARTE — Posicionamento do orador, favorável à aprovação do projeto de lei sobre reajuste mensal de salários.

ADILSON MALUF (Pela ordem) — Registro do voto do orador na apreciação de matéria da sessão extraordinária.

JOÃO FAGUNDES — Conveniência de exploração, pela Petrobrás, das potencialidades da Bacia do Tacutu, no Estado de Roraima.

BENEDITA DA SILVA — Objetivos da CPI destinada à apuração de responsabilidade pela exploração e prostituição infanto-juvenil.

PAULO RAMOS — Conveniência do afastamento dos Srs. Franco Montoro Filho e Wladimir Rioli da Comissão Diretora do Programa Nacional de Desestatização. Defesa da suspensão dos leilões de privatização da Ultrafértil e da Petroquímica União.

PAULO ROMANO — Posse do Sr. Barros Munhoz no Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária. Inconveniência de cobrança do IPMF ao setor cooperativista.

ANTÔNIO FALEIROS — Apelo à Mesa para reformulação do Regimento Interno.

PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) — Resposta ao Deputado Antônio Faleiros.

VALDOMIRO LIMA — Demora na apreciação e execução do Orçamento da União para 1993.

RUBEN BENTO — Conveniência da utilização do cerrado roraimense para desenvolvimento de projetos agrícolas.

LOURIVAL FREITAS — Posicionamento do orador, contrário à privatização de empresas. Urgente aprovação de nova política salarial.

JOÃO PAULO — Pronunciamento do Ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, em cadeia nacional de rádio e televisão.

EDI SILIPRANDI — Posicionamento do orador, contrário à criação do Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira.

SARNEY FILHO — Críticas ao pronunciamento do Deputado José Carlos Sabóia no Pequeno Expediente da sessão de ontem.

SÉRGIO SPADA — Importância de adoção de política salarial para o funcionalismo público.

ROBERTO VALADÃO — Necessidade de definição do Governo Federal a respeito das indicações, pelas bancadas estaduais na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, para o preenchimento de cargos públicos.

GERALDO ALCKMIN FILHO — Anúncio de liberação de recursos para pagamento de serviços prestados por hospitais conveniados com Inamps.

ELIAS MURAD — Defesa do Sistema Único de Saúde — SUS.

ALCIDES MODESTO — Protesto contra não-distribuição, pelo Prefeito de Monte Santo, Estado da Bahia, de feijão doado pelo Governo Federal.

PAULO PAIM — Documentos de apoio ao projeto de lei sobre reajuste mensal de salários.

CHICO AMARAL — Posse do Deputado Estadual de São Paulo, Barros Munhoz, no Ministério da Agricultura.

JOSÉ GENOÍNO — Violências praticadas contra a população civil da Somália por tropas da ONU.

MUNHOZ DA ROCHA — Apelo ao Ministério da Fazenda para revogação do Aviso Ministerial nº 1.970, de 1992, concernente aos financiamentos da Caixa Econômica Federal para construção de moradias.

PEDRO TONELLI — Inconveniência da aprovação, pela Casa, do Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira. Críticas à instabilidade ministerial. Necessidade de combate, pelo Governo Federal, aos oligopólios e aos privilégios dos bancos.

WALDOMIRO FIORAVANTE — Solicitação de apoio dos Parlamentares a projeto de lei, de autoria do orador, referente à concessão, pelas empresas privadas com mais de 100 empregados, de café da manhã e almoço aos trabalhadores.

DIOGO NOMURA — Dificuldades financeiras das Santas Casas de Misericórdia do País.

DANIEL SILVA — Aprovação, pela Casa, da proposta governamental de extinção do Inamps.

WAGNER DO NASCIMENTO — Necessidade de negociações das dívidas dos municípios para com a União.

NILSON GIBSON — Assassinato do líder sindical Amâncio Francisco Dias, em Belém de Maria, Estado de Pernambuco.

JACKSON PEREIRA — Apelo à Secretaria da Administração Federal para concessão, aos fiscais do Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária, da Gratificação de Estímulo à Fiscalização e Arrecadação.

COSTA FERREIRA — Conveniência de abertura, pelo Governo Federal, de linhas de crédito para pequenos e médios empresários.

BENITO GAMA — Combate à sonegação pelo Governo Federal.

JOSÉ FELINTO — Relevância do Programa de Ação Imediata do Governo Itamar Franco.

NELSON MORRO — Urgente aprovação de projetos de lei acerca de concessão de benefícios às pessoas portadoras de deficiência física.

MUSSA DEMES — Solicitação ao Congresso Nacional, pelo Presidente Itamar Franco, de aprovação do projeto de lei sobre suplementação orçamentária em favor do Ministério do Bem-Estar Social, para ampliação do sistema de abastecimento d'água da Região Metropolitana de Fortaleza, Estado do Ceará.

AUGUSTO FARIAS — Correspondência ao Ministro da Justiça, Maurício Corrêa, acerca da violência no Estado de Alagoas.

WILSON CUNHA — Anúncio de lançamento, pelo Governo Federal, do Programa de Promoção do Desenvolvimento Integrado do Vale do Jequitinhonha e Norte de Minas Gerais — PROMOVALE.

JORGE TADEU MUDALEN — Transcurso do 66º aniversário do **Bragança Jornal Diário,** de Bragança Paulista, Estado de São Paulo.

PAULO PORTUGAL — Transcurso do aniversário de emancipação político-administrativa do Município de Santa Maria Madalena, Estado do Rio de Janeiro.

MENDONÇA NETO — Escolha do nome do orador, em pesquisa de opinião realizada entre jornalistas alagoanos, como o Deputado Federal mais atuante da bancada do Estado de Alagoas.

V — Grande Expediente

JOSÉ MARIA EYMAEL — Inconveniência da aprovação do IPMF.

LUIZ SOYER — Atuação do Governador Íris Rezende, do Estado de Goiás.

OSMÂNIO PEREIRA — Anúncio de apresentação, pelo orador, de emendas ao projeto de lei sobre o Código Nacional de Trânsito, valorizando os aspectos educativos concernentes à matéria.

VI — ORDEM DO DIA

Apresentação de proposições: Não houve.

VII — Comunicações Parlamentares

JOSÉ FORTUNATI — Insatisfação do orador com os critérios da Presidência da Mesa na concessão do uso da palavra para comunicação de Liderança. Protesto contra postura de líderes partidários no tocante a pedido, pelo PT, das cópias de emendas e pareceres apresentados ao projeto de lei sobre o IPMF. Urgente apreciação de mensagem do Poder Executvio concernente à liberação de recursos para o setor cinematográfico brasileiro.

PRESIDENTE (Alcides Modesto) — Comunicação ao Plenário de realização de sessão conjunta no dia 22 do corrente, às 19 horas, destinada à apreciação de vetos presidenciais.

VIII — Encerramento

2 — MESA

3 — LÍDERES E VICE-LÍDERES

4 — COMISSÕES

Ata da 92ª Sessão, Extraordinária, Matutina, em 17 de junho de 1993

Presidência dos Srs.: Inocêncio Oliveira, Presidente; Adylson Motta, 1º Vice-Presidente.

ÀS 10 HORAS COMPARECEM OS SENHORES:

Inocêncio Oliveira
Adylson Motta
Wilson Campos
Cardoso Alves
Aécio Neves
Alcides Modesto

RORAIMA

LUCIANO CASTRO	PPR

AMAPA

VALDENOR GUEDES	PP

PARA'

SOCORRO GOMES	PCdoB

AMAZONAS

JOAO THOME	PMDB

RONDONIA

ANTONIO MORIMOTO	PPR

ACRE

ZILA BEZERRA	PMDB

MARANHAO

MAURO FECURY	BLOCO

CEARA

CESAR CALS NETO	PSD
SERGIO MACHADO	PSDB
UBIRATAN AGUIAR	PMDB
VICENTE FIALHO	BLOCO

PARAIBA

RAMALHO LEITE	BLOCO
VITAL DO REGO	PDT
ZUCA MOREIRA	PMDB

PERNAMBUCO

SERGIO GUERRA	PSB
TONY GEL	BLOCO

BAHIA

TOURINHO DANTAS	BLOCO
UBALDO DANTAS	PSDB

MINAS GERAIS

ALVARO PEREIRA	PSDB
EDINHO FERRAMENTA	PT
PAULO ROMANO	BLOCO
SERGIO FERRARA	PMDB
SERGIO MIRANDA	PCdoB

ESPIRITO SANTO

ARMANDO VIOLA	PMDB
HELVECIO CASTELLO	PSDB
LEZIO SATHLER	PSDB

RIO DE JANEIRO

EDESIO FRIAS	PDT
FERES NADER	BLOCO
PAULO RAMOS	PDT

SAO PAULO

ADILSON MALUF	PMDB
AIRTON SANDOVAL	PMDB
ARMANDO PINHEIRO	PPR
AYRES DA CUNHA	PL
CARLOS NELSON	PMDB
CHICO AMARAL	PMDB
JOSE ANIBAL	PSDB
LUIZ MAXIMO	PSDB
MAURICIO NAJAR	BLOCO
PAULO LIMA	BLOCO
PAULO NOVAES	PMDB

MATO GROSSO

ITSUO TAKAYAMA	BLOCO
RICARDO CORREA	PL

GOIAS

VILMAR ROCHA	BLOCO

PARANA

DENI SCHWARTZ	PSDB
MOACIR MICHELETTO	PMDB
SERGIO SPADA	PP

SANTA CATARINA

EDISON ANDRINO	PMDB
VALDIR COLATTO	PMDB

RIO GRANDE DO SUL

EDSON MENEZES SILVA	PCdoB
HILARIO BRAUN	PMDB
PRATINI DE MORAES	PPR
WALDOMIRO FIORAVANTE	PT

I — ABERTURA DA SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) — A lista de presença registra o comparecimento de 58 Senhores Deputados.

Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, e em nome do Povo Brasileiro, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. Secretário procederá à leitura da ata da sessão anterior.

II — LEITURA DA ATA

O SR. JOSÉ FORTUNATI, servindo como 2º Secretário, procede à leitura da ata da sessão antecedente, a qual é, sem observações, aprovada.

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) — Passa-se à leiutra do expediente.

III — EXPEDIENTE

Não há expediente a ser lido.

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) — Passa-se às

IV — BREVES COMUNICAÇÕES

Tem a palavra o Sr. Alcides Modesto.

O SR. ALCIDES MODESTO (PT — BA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srªs e Srs. Deputados, como é do conhecimento de todos os colegas, a CPI da Pistolagem instalada nesta Casa vem realizando um trabalho da mais alta importância, tendo até mesmo ampliado o seu raio de atuação. Inicialmente a CPI foi instalada para investigar especificamente a violência, os crimes e a organização desses grupos chamados de pistolagem, de crime organizado ou de crime de mando no Tocantins, em Goiás, no Maranhão e no Pará. Mas, com o desdobramento dos nossos trabalhos, já estamos averiguando os crimes cometidos em todo o Norte e o Nordeste.

A programação da Comissão tem sido muito extensa, devida à ampla pauta de trabalho. Por isso, Sr. Presidente, gostaria que o Presidente da Casa levasse esse fato em consideração e estudasse a possibilidade de ampliação do prazo dos trabalhos da CPI. Ainda há vários requerimentos a serem atendidos, mas lamentavelmente o prazo já se está esgotando no dia 7 de julho, e certamente não teremos tempo hábil para concluir os nossos trabalhos.

Dada a importância da CPI no cenário nacional e diante de tantos desmandos, propostas e convites de toda as partes do País, gostaríamos de contar com o apoio de todos os membros da Mesa desta Casa, principalmente do Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, no sentido de estender o prazo para conclusão dos trabalhos.

Quero também registrar que ontem prestou depoimento naquela Comissão o Secretário de Segurança Pública do Estado de Pernambuco, Dr. Augusto Carlos Diniz Costa, que na oportunidade apresentou quadros de violência, de ocorrência desse tipo de crime no Estado. No seu depoimento, o Sr. Secretário não prestou todas as informações necessárias, pois está apenas há 45 dias à frente daquela Secretaria. Solicitamos a V. Sª, então, que encaminhasse posteriormente à Comissão a devida documentação e as estatísticas que caracterizam a prática daqueles crimes em Pernambuco. O Deputado Nilson Gibson está aqui ao meu lado confirmando que Ibimirim, Floresta e Belém de São Francisco — onde ocorreu recentemente um crime hediondo — fazem parte de uma região de Pernambuco que produz os chamados pistoleiros contratados para executar crimes em vários estados.

Chamamos a atenção do Sr. Secretário para o que está ocorrendo naquela região, onde estão sendo implantados os projetos de assentamento e de irrigação para atender às 5 mil e 400 famílias desalojadas pela Barragem de Itaparica. Há infiltração permanente dos traficantes de maconha naquela área, que tentam aliciar os trabalhadores, principalmente os que estão ociosos. O Governo, há cinco anos, não conclui os projetos de irrigação, estimulando, assim, o plantio de maconha na região. Todos esses fatos determinam, portanto, um clima de violência e a formação de quadrilhas de traficantes de maconha, sendo compreensível que esse tipo de crime, chamado de pistolagem, tenha um ambiente propício para se desenvolver e sobretudo se organizar, ameaçando a paz e a tranqüilidade daquelas famílias.

Faço questão de registrar que apresentei ao Secretário de Segurança Pública a preocupação de que o Estado de Pernambuco deveria ter um esquema de segurança especial naquela região, para que se restabeleça a paz e a tranqüilidade das populações ribeirinhas do São Francisco.

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) — A Presidência sugere ao nobre Deputado Alcides Modesto que a Comissão encaminhe o requerimento de prorrogação do prazo de seus trabalhos, para que seja apreciado pela Mesa.

O Sr. Paulo Ramos — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) — Tem V. Exª a palavra.

O SR. PAULO RAMOS (PDT — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, tive a oportunidade de encaminhar à Mesa proposta de emenda à Constituição, que recebeu o número 71, e isso já faz algum tempo. Entretanto, por motivos que desconheço, algumas Lideranças partidárias não indicaram os membros que lhes cabe indicar. Tenho certeza de que essa desídia não pode contar com a conivência da própria direção da Casa, que tem a atribuição regimental de fazer as indicações no caso de omissão das Lideranças.

Não é a primeira vez que levanto essa questão de ordem, e aproveitei para fazê-lo agora porque V. Exª, na condição de 1º Vice-Presidente, certamente tomará as devidas providências para que a proposta de emenda à Constituição tenha a sua tramitação normal, em respeito não só à iniciativa de um Parlamentar, mas também ao fato de que a emenda foi subscrita pela maioria esmagadora dos membros desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) — A Presidência já determinou providências no sentido de verificar o que está ocorrendo na tramitação da emenda a que V. Exª se referiu e tomará as medidas adequadas para que a sua tramitação seja normalizada.

Com a palavra o nobre Deputado Nilson Gibson.

O SR. NILSON GIBSON (PMDB — PE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srªs e Srs. Deputados, ocupo hoje esta tribuna durante as breves comunicações para registrar a investidura do ilustre e íntegro magistrado José Paulo Sepúlveda Pertence na Presidência do Tribunal Superior Eleitoral, no lugar do Ministro Paulo Brossard, que assumiu a Presidência do Supremo Tribunal Federal. Sepúlveda Pertence, que também é membro do Supremo Tribunal Federal desde maio de 1989, foi nomeado Procurador-Geral da República em março de 1965 e exerceu cumulativamente as funções de Procurador-Geral Eleitoral e membro do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana.

O novo Presidente do Tribunal Superior Eleitoral iniciou sua carreira bem cedo. Em 1961, foi Assistente Jurídico da Prefeitura do Distrito Federal e membro, de 1963 até 1969, do Ministério Público. O Ministro Sepúlveda Pertence também exerceu a função de Secretário Jurídico do Supremo Tribunal Federal, no Gabinete do Ministro Evandro Lins e Silva.

Formado em Direito pela Universidade de Minas Gerais, Sepúlveda Pertence começou a se dedicar de fato à advocacia em 1969, quando fundou a Sociedade de Advogados Nunes Leal, com representação em vários Estados do País.

O Ministro Sepúlveda Pertence recebeu ao longo dos anos condecorações expressivas, como a Ordem do Rio Branco, a do Mérito das Forças Armadas, a do Mérito Aeronáutico, a Medalha da Inconfidência, a Ordem do Mérito de Brasília e a do Mérito Judiciário do Trabalho. S. Exª representou o Brasil em Roma, durante convênio internacional sobre a advocacia contemporânea. Em outubro de 1994, Sepúlveda Pertence irá assumir a Presidência do excelso Pretório, pois o Ministro Paulo Brossard irá aposentar-se.

O Ministro Sepúlveda Pertence está preocupado com o problema das fraudes eleitorais e a impotência dos instrumentos diante do poder econômico na disputa de mandatos eletivos e deseja implantar incontinenti a informatização do processo eleitoral. Um dos problemas nas eleições que serão realizadas em 1994, denominadas eleição-casada, é o excessivo número de partidos, o que cria dificuldades ao processo eleitoral.

E o Ministro Carlos Velloso, que assumiu a Vice-Presidência do Tribunal Superior Eleitoral, é um excelente magistrado. Parabéns, Ministros Sepúlveda Pertence e Carlos Veloso; sucesso na direção do Tribunal Superior Eleitoral e no comando da eleição-casada do próximo ano, que não deixa de ser uma das mais complexas desde 1950.

Era o que tinha a dizer.

O SR. JOSÉ FORTUNATI (PT — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srªs e Srs. Parlamentares, recebi correspondência extremamente preocupante da Associação dos Profissionais e Técnicos de Cinema e da Associação Brasileira de Documentaristas, que lerei na íntegra, para conhecimento desta Casa:

> "Dia 7 de maio do corrente ano o Presidente Itamar Franco enviou mensagem ao Congresso solicitando crédito especial de 800 bilhões de cruzeiros para a retomada da produção cinematográfica brasileira.
>
> Estes recursos são do cinema: representam parte do que foi arrecadado, desde 1990, como Imposto de Renda sobre a remessa de lucros dos distribuidores de filmes estrangeiros no Brasil e, por lei, deveriam retornar à atividade.
>
> Mas, desde a extinção da Embrafilme, este dinheiro está retido no caixa do Tesouro.
>
> Aplicar estes recursos no cinema significa investimentos numa área totalmente praralisada desde o início do governo Collor: de acordo com a previsão do *MinC* , podem ser produzidos até 40 filmes de longa-metragem e 70 filmes de curta-metragem com esta verba.
>
> A escolha dos filmes a serem financiados será democrática: Uma Comissão Especial de 17 pessoas, entre representantes do Ministério, da atividade cinematográfica e intelectuais indicados pelo Ministro da Cultura, definirá critérios públicos e transparentes para a seleção dos melhores projetos.
>
> Os recursos estão diminuindo pela demora do Congresso em aprovar a mensagem presidencial; com a inflação, a cada dia que passa, o cinema brasileiro perde 10 curtas; a cada semana perde três longas.
>
> Antes que todos eles sejam perdidos, vimos solicitar Vosso especial empenho na aprovação dessa mensagem.
>
> Certos de Vossa atenção imediata, despedimo-nos cordialmente."

Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, é verdade que o Congresso já recebeu a mensagem relativa ao crédito especial para o cinema, que infelizmente nem sequer foi lida pelo Presidente do Congresso, porque a Comissão Mista de Orçamento ainda não foi instalada. Não há justificativa para a demora na instalação, que deveria ter acontecido em março. É certo que fomos atropelados pelo atraso na votação do Orçamento deste ano, mas, além disso, não encontramos nenhuma justificativa para a demora.

Segundo o Deputado Paulo Bernardo, do PT do Paraná, que representa a nossa bancada na Comissão de Orçamento, o PMDB ainda não indicou os seus representantes.

Corrige-me o Deputado Genebaldo Correia, Líder do PMDB, dizendo que já os indicou. Então, na verdade, a ausência agora não é a da indicação do PMDB, mas a da instalação

da Comissão. Estamos cobrando providências, para que um crédito dessa natureza seja aprovado o mais rápido possível. O projeto deve tramitar pela Comissão Mista de Orçamento, a menos que seja aprovado o requerimento de urgência urgentíssima pelos Líderes da Câmara e do Senado. O não funcionamento da Comissão é ainda mais grave devido à necessidade da discussão do Plano Fernando Henrique Cardoso à obrigatoriedade de aprovar-se a LDO até o dia 30 de junho.

Este dado é extremamente importante: o orçamento destinado ao Ministério da Cultura não pode ser chamado de nada além de ridículo, tão insignificante é. Representa 0,1% das despesas correntes e 0,032% de todo o Orçamento-Geral da União.

Por isso, solicito tanto do Presidente do Congresso Nacional quanto das Lideranças partidárias das duas Casas que acelerem a votação desse importante projeto de lei. Caso a Comissão Mista de Orçamento não seja instalada nos próximos dias, solicitarei aos Líderes da Câmara e do Senado requerimento de urgência urgentíssima para a votação de tão importante matéria.

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) — A Presidência comunica ao nobre Deputado Paulo Ramos que a Emenda nº 71/91 foi apensada à de nº 73/91, e ambas, submetidas à Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, tiveram parecer pela admissibilidade. Deverá agora o parecer ir à publicação, após o que os Srs. Líderes serão comunicados, para designarem os membros que comporão a Comissão Mista, que será instalada depois do acerto da data adequada para tanto.

O Sr. Genebaldo Correia — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) — Concedo a palavra ao nobre Deputado.

O SR. GENEBALDO CORREIA (PMDB — BA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, como o Deputado acabou de falar na questão da indicação para a Comissão de Orçamento, afirmando que nosso partido não havia entregue as suas indicações, esclareço que o PMDB o fez 24 horas após a Mesa ter encaminhado ofício, pedindo as indicações.

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) — O nobre Deputado refere-se à Comissão Mista de Orçamento. É outro assunto. Estamos tratando da PEC nº 71/91, a qual foi apensada à PEC nº 73/91, motivo de uma questão de ordem do Deputado Paulo Ramos. Eu disse a S. Exª que ambas, anexadas, foram submetidas à Comissão de Constituição e Justiça çe de Redação e tiveram parecer favorável à admissibilidade. Vão à publicação, após o que os Líderes serão comunicados para indicar os membros das bancadas que deverão compor a Comissão Mista, cuja data de instalação, para início dos trabalhos, será marcada pelo Presidente.

O Sr. Paulo Ramos — Sr. Presidente, solicito a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Paulo Ramos.

O SR. PAULO RAMOS (PDT — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, deve estar havendo um equívoco na informação levada a V. Exª Os ofícios já foram expedidos, e alguns partidos já indicaram seus membros. Posso dizer que faltam as indicações do PMDB, do Bloco e, se não me engano, do PTB. Alguns, portanto, não fizeram as indicações. E a tramitação da emenda já está em outra fase.

Quero somente alertar a V. Exª e a Secretaria da Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) — A Presidência recebe a ponderação de V. Exª e determina à Secretaria da Mesa que verifique realmente o que está acontecendo nessas indicações e se, de fato, alguns partidos já indicaram os membros ou não.

Concedo a palavra ao Sr. Carlos Lupi.

O SR. CARLOS LUPI (PDT — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs e Srs. Deputados, com relação ao Plano de Ação Imediata do Governo, parece-me que há uma articulação no sentido de mostrar os Estados e os Municípios como algozes, como os verdadeiros vilões no processo em que o Ministro da Fazenda enfatiza a importância do ajuste fiscal, do controle do déficit público, do pagamento das dívidas dos Estados e Municípios.

Por que digo isso? O **Jornal do Brasil** diz que o Secretário Executivo do Ministério da Fazenda, Clóvis Carvalho, anuncia que desconhece as dívidas dos Estados. Se as desconhece, está claro que também desconhece as dívidas da União. Há casos específicos, como os do Estado e do Município do Rio de Janeiro, sob a direção de dois partidos diferentes, que gosto de citar como exemplo. Sou Deputado do PDT, partido do Governador do Rio, mas não o do Prefeito da cidade, que é do PMDB. O Município hoje é credor do Governo Federal em mais de 170 milhões de dólares, relativos a dívidas que o Governo Federal tem com o ISS e o IPTU municipal. Essas dívidas da União nunca foram pagas. O Município hoje está completamente em dia, pagando os seviços das dívidas para com a União. O mesmo ocorre com o Estado.

Há alguns Estados em situações surrealistas. O metrô, por exemplo, construído com o aval e por iniciativa do Governo Federal, deixa uma dívida de mais de 2 bilhões de dólares a cargo do Estado, que não a contraiu. De quem é essa dívida? — Pergunto eu,. Essa dívida faz com que o Banco do Estado, o *Banerj* , seja deficitário, que não tenha liquidez de operação, como conseqüência de uma dívida contraída pelo Governo Federal. A dívida do metrô foi contraída, repito, com empréstimos externos tomados pelo Governo Federal. Com a introdução da democracia no País, com a eleição dos Governadores e dos Prefeitos, essas dívidas foram repassadas para os Estados. De quem é essa dívida? — Pergunto de novo.

É muito simples falar de um plano de ajuste fiscal, da contenção dos gastos públicos quando quem tem de dar o exemplo, o Governo Federal, não o dá. O Governo Federal primeiro precisa acertar suas contas.

No caso do Rio de Janeiro, o Governo é grande devedor social, grande devedor financeiro do Estado, porque muitas das dívidas do Estado e do Município do Rio de Janeiro foram contraídas por iniciativa do Governo Federal.

Se quer ter um controle efetivo, claro, transparente do déficit público, das contas públicas, o Governo Federal deve ser o primeiro a dar o exemplo e não ficar usando do maniqueísmo de apresentar os Estados e os Municípios como os grandes responsáveis pela inflação hoje existente no Brasil, porque não é verdade. Se existem alguns Estados e Municípios que não honram suas dívidas, que estão sem pagar o serviço de suas dívidas para com a União, que o Governo Federal os aponte, faça a negociação e assuma a responsabilidade pelas dívidas que contraiu e jogou para os Estados e Muni-

cípios como grandes abacaxis, grandes elefantes brancos, que ninguém consegue resolver.

O Governo deve dar o exemplo, para poder exigir dos outros aquilo que nem ele mesmo faz.

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) — A Presidência complementa a informação dada ao Deputado Paulo Ramos. O nobre Deputado em parte tem razão. Três partidos ainda não indicaram os membros para constituir a Comissão: PFL, PSDB e PTB. Tão logo sejam feitas as indicações, será instalada a Comissão Especial.

Com a palavra o nobre Deputado Paulo Duarte.

O SR. PAULO DUARTE (PPR — SC. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srª e Srs. Deputados, das medidas anunciadas pelo Ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, na última segunda-feira, uma delas nos trouxe uma grande preocupação, porque vai prejudicar grandemente o nosso Estado de Santa Catarina. Trata-se da transformação, em carteiras dos bancos comerciais, dos bancos de desenvolvimento estaduais. A filosofia de um banco comercial é completamente diferente da de um banco de desenvolvimento. *O Badesco,* Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina, tem grande importância pelo apoio que dá à micro e à pequena empresa. Atua praticamente em todo o Estado como uma agência de desenvolvimento, promovendo a expansão da atividade industrial.

Em 1987, essa transformação foi efetuada e não deu certo À época, o Banco Central fez uma intervenção no *Besc* transformou o *Badesc* em uma carteira daquele banco, que é o Banco Comercial do Estado de Santa Catarina. Os resultados não foram bons. Se já houve esse tipo de experiência, com resultado negativo, por que repeti-la agora? A implementação dessa medida necessita de uma lei complementar, espero que Santa Catarina não seja vítima de mais uma agressão, entre as muitas que o Governo Foderal faz contra meu Estado.

Santa Catarina tem uma série de problemas. Muitos até dizem que ela é a Suíça brasileira e que, na realidade, não precisa de atenção diferenciada do Governo Federal. Na verdade, não é isso o que ocorre no meu Estado. O IPEA fez um levantamento e constatou que, na minha região, 960 mil pessoas passam fome, ou seja, 21% da população catarinense passam fome, principalmente a localizada no interior e na região serrana.

Ora, com a extinção do *Badesc,* um banco de desenvolvimento, não teremos o incentivo da atividade neccessária para que o pessoal tenha emprego, principalmente na região serrana, onde o *Badesc* mais atua, mais financia e mais promove o desenvolvimento.

Por isso, o meu alerta aos nobres Deputados para que, quando da votação da lei complementar, esse crime não seja perpetrado, porque, além de Santa Catarina, atingirá os Estados de Minas Gerais, da Bahia e do Espírito Santo, que também possuem seus bancos de desenvolvimento.

Eram estas as considerações que tinha a fazer.

A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT — RJ. Sem revisão da oradora.) — Sr. Presidente, Srªs e Srs. Deputados, assisti à manifestação do nosso querido Ministro Fernando Henrique Cardoso. Na verdade, S. Exª fez um discurso político bem genérico e estava procurando uma paternidade responsável para o PAI — Plano de Ação Imediata, porque pedia o esforço de todos. S. Exª falou da responsabilidade que temos como sociedade, falou dos partidos políticos com assento nesta Casa e do dever do Poder Legislativo. Eu não pude observar no seu discurso quais as medidas concretas anunciadas, para que pudéssemos — é a preocupação de toda a sociedade e desta Casa também — contribuir para a retomada do crescimento.

Também observei que faltava uma medida concreta para o combate à inflação e à sonegação. Os jornais de hoje noticiam o valor de quase 72 bilhões de dólares sonegados. E o Ministro não disse como irá obrigar os sonegadores a pagarem esse montante.

Não ouvimos o Ministro se referir à preocupação desta Casa com o reajuste mensal dos salários, que aqui tem sido enfatizado pelo Deputado Paulo Paim, na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público. Também não o ouvimos falar nas privatizações. Estamos preocupados especialmente com algumas privatizações que o Governo está promovendo, danosas para a sociedade brasileira.

Preocupo-me, Sr. Presidente, porque um corte de 6 bilhões de dólares, é muito para um Orçamento que já foi praticamente comido pela inflação. Segundo promessa do Governo, a inflação deveria cair de 25% para 12% até o final do ano. No entanto, ela está em 30%. Não temos idéia de quando teremos uma inflação reduzida e não acreditamos que o Ministro possa acabar com ela.

S. Exª disse que haverá corte nos Ministérios e deverá dizer em quê os Ministérios farão seus cortes. E o Governo começa a responsabilizar esta Casa, dizendo que irá mexer nas emendas apresentadas ao Orçamento. Acredito que possa haver exageros, mas cabe ao Poder Executivo a decisão política de executar ou não a autorização indicativa do Congresso Nacional, e não pura e simplesmente dizer que haverá cortes. Sabemos da responsabilidade que pesa sobre alguns Ministros, como, por exemplo, o da Saúde. Destaco aqui que S. Exª tem necessidade de aumentar o Orçamento do seu Ministério e não de vê-lo reduzido.

Acredito que o Ministro da Fazenda tenha feito uma intervenção de forma a preparar o espírito da sociedade para daqui a poucos dias apresentar um plano mais concreto, mais palpável, de ação imediata, em que possamos ver a vontade de S. Exª de agir nas questões de crescimento, de fiscalização das políticas, de ir atrás dos sonegadores. Porque não basta pura e simplesmente dizer que vai cortar; é preciso interferir no processo com uma política bem clara. Dessa forma, poderemos dar a S. Exª o apoio necessário, se é verdade que irá acabar com a inflação, que haverá crescimento e que resolverá os problemas dos trabalhadores.

De outra forma, não poderemos evidentemente dar de imediato nenhum aval, nenhum apoio, já que não temos conhecimento da ação concreta do Ministro Fernando Henrique Cardoso quanto a esse plano.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PAULO RAMOS (PDT — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srsª. e Srs. Deputados, acredito que nada surpreenda mais o povo brasileiro, a não ser a farsa quando vai sendo desmascarada. O Governo Itamar Franco apresenta-se aos olhos da Nação como um Governo honrado, segunramente honrado e incorruptível. O próprio Ministro da Fazenda, com o qual tivemos a honra de conviver aqui, sem dúvida alguma é um homem honrado.

Entretanto, como é possível pessoas honradas omitirem-se diante de situações ou de processos que não são muito honrados? Como deve ficar a conceituação dessas pessoas aos olhos da Nação? Refiro-me ao chamado programa, plano ou pacote FHG. Para alguns, FHC significa Fernando Henrique Cardoso; para outros, significa "frustrase o homem co-

mum". Não vou usar a expressão mais correta porque certamente não poderia constar dos Anais.

De qualquer maneira, frustra-se o homem comum, porque, como trazido ao conhecimento de todos, expressiva parcela das medidas anunciadas depende exclusivamente da iniciativa do próprio Poder Executivo, fazendo-nos crer que o Ministro manifesta simplesmente intenções.

O que surpreende, o que angustia e o que revolta é a fórmula usada pelo Governo para acabar com o déficit público e sanear as finanças públicas. Estamos acostumados nesta Casa a anualmente contribuir para a elaboração de um Orçamento que não é cumprido. O Orçamento da República representa uma grande farsa; nunca foi cumprido. Foi cumprido, sim, sempre ao sabor dos interesses e da vontade do Poder Executivo.

Estamos agora preocupados. Por quê? Porque falta ao Governo coragem política para enfrentar o maior escândalo do Orçamento, o qual está exatamente nos serviços das dívidas externa e interna, que, conforme publicaram os jornais de ontem, consomem de 62% a 65% da peça orçamentária. Como vamos ter varbas para a educação, a saúde, o saneamento, a habitação popular se somente os serviços da dívida consomem mais de 60% do Orçamento? E o que faz o Governo agora?

Das medidas anunciadas por S. Exª. o Ministro Fernando Henrique Cardoso, a principal delas, e certamente a mais danosa para o povo brasileiro, consiste na aceleração do programa de privatização. E o pior: vai-se acelerar o programa de privatização permitindo a participação, nos leilões, do capital estrangeiros em 100%.

Acredito que aqueles que têm memória privilegiada, ou que têm alguma memória, devem lembrar-se de que a ex-Primeira-Ministra da Inglaterra, Margaret Thatcher — que deixou seu partido em situação calamitosa e a própria Inglaterra em situação de grave dificuldade, em função do seu programa de privatização — ocupou os canais de televisão para dar entrevista sobre a dívida externa, na época em que o Governo brasileiro manifestava dificuldades. S. Exª. disse expressamente que o Brasil tinha condições de pagar a sua dívida externa. Bastava entregar as suas empresas estatais.

Portanto, hoje o escândalo maior é o da dívida e o Governo não tem autoridade moral nem coragem política para enfrentar esse verdadeiro instrumento que impede a governabilidade, submetendo-se às decisões e às imposições do Fundo Monetário Internacional.

O Governo deve pelo menos reconhecer publicamente a sua impotência para enfrentar os credores da dívida externa e da dívida interna, que se confundem, são praticamente os mesmos, na medida em que o capital financeiro do Brasil nada mais é do que um testa-de-ferro do capital financeiro internacional.

O SR. OSVALDO BENDER (PPR — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srsª. e Srs. Deputados, nas semana passada, assistimos à reportagem de um noticiário da TV Globo que mostrou como se frauda o vale-gás. Foi verdadeiramente chocante aquele quadro mostrado por um colega nosso: um cidadão recebeu o vale-gás cinco vezes.

Não quero referir-me apenas a esse ato de fraudar o vale-gás. Quero desta tribuna fazer um veemente apelo a S. Exa. o Sr. Presidente da República para qie, de imediato, substitua o vale-gás por outro tipo de assistência dirigida realmente àquele que dela necessita.

Ora, só tem direito ao vale-gás o cidadão que gasta até 60 quilowatts de energia por mês. No entanto, não se exclui desse contingente aqueles que, por exemplo, têm mansões nas praias, sendo que muitos por não ocuparem suas casas em determinados períodos do ano. gastou o mínimo previsto para a pessoa ter direito ao vale-gás. E todos os proprietário dessas mansões os beneficiaram do dinheiro público.

O Governo fala que não tem dinheiro e aqui pleitera a criação de mais um imposto. No entanto, está dando vale-gás a pessoas que dele não necessitam. A intenção do Presidente da República era beneficiar os pobres, porém S. Exª não fez uma análise mais aprofundada. Falo isso com conhecimento de causa, porque, na região que represento, a metade da população não tem sequer energia elétrica e é muito mais pobre do que quem já tem energia elétrica instalada em sua residência. Quem precisa de ajuda é mais pobre que aquele que consome 60 quilowatts de energia elétrica por mês.

Quero fazer um veemente apelo ao Presidente Itamar Franco para que reexamine essa questão e não se torne ridículo perante a Nação brasileira ao dar o vale-gás a pessoas que realmente dele não precisam. Acredito que algumas dessas pessoas são honestas e justas. Mas existem cidadãos muito mais pobres, que não têm energia elétrica, que moram nas favelas. Então, por que não dar uma colaboração a esses cidadãos, mesmo que seja um vale -leite para poderem alimentar-se?

É nesse sentido, Sr. Presidente, que faço a minha manifestação, deixando registrado o meu protesto contra a maneira de se conceder o vale-gás e um veemente apelo ao Presidente da República para que reestude o programa, dando-lhe definições mais claras, justas e corretas, para que o povo brasileiro possa ficar tranquilo e apoiá-lo.

Era o que tinha a dizer.

O SR. VITAL DO RÊGO (PDT — PB. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srªs e Srs. Deputados, minha presença na tribuna nesta manhã devia ter a mesma diretriz e o mesmo norte de outros pronunciamentos aqui já proferidos por colegas meus, relacionados com o Plano de Ação Imediata do Governo, na pessoa do seu atual Ministro da Fazenda, o garboso Senador Fernando Henrique Cardoso. Mas, Sr. Presidente, prefiro reservar outra oportunidade para fazer comentários específicos sobre essa nova pretensa ação governamental.

Quero agora fazer um registro que entendo da maior significação para a Nação. Sr. Presidente, no bate-e-apanha das grandes dificuldades por que passa o povo brasileiro, nesse susto permanente em que vive a instituição, com a democracia aqui e ali ameaçada por golpismos atravessados ou dissimulados, tivemos um grande momento de afirmação nacional. O Senado da República, na manhã de ontem, sabatinou o Procurador-Geral da República, Dr. Aristides Junqueira Alvarenga, por cerca de 4 horas. Nomeado pelo ex-Presidente José Sarney, reconduzido pelo ex-Presidente Fernando Collor de Mello, e agora convidado novamente pelo Presidente Itamar Franco, S. Exª aceitou permanecer no cargo, o que não é do seu espírito, o que não com forma nem se afina com sua realidade de homem público, de inteligente jurista, cuja passagem pela instituição do Ministério Público já tem um destaque.

Até Sepúlveda Pertence, tínhamos um Ministério Público preso àquelas tendências caturrescas de Fouquier-Tinville. Tínhamos o promotor para acusar só por acusar. De Sepúlveda

Pertence para cá, tentou-se criar a instituição do Ministério Público, procurando torná-lo independente do Poder Executivo.

Sr. Presidente, vou encerrar, pedindo desculpas a V. Exª, dizendo que vou preparar um discurso sobre a reinvestidura do Dr. Aristides Junqueira, pela relevância do assunto e até porque esta manhã certamente não está sendo daquelas de melhor sorte para este seu modesto admirador.

Era o que tinha a dizer.

O Sr. José Dirceu — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) — Com a palavra o nobre Deputado José Dirceu.

O SR. JOSÉ DIRCEU (PT — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, antes de começar meu pronunciamento, quero levantar uma questão de ordem, pela Liderança do PT.

Nas últimas três semanas, por coincidência, foram furtados em São Paulo três veículos, de três Deputados do PT: José Genoíno, Aloizio Mercadante e este Deputado que fala a V. Exª

Gostaria que a esse respeito V. Exª e a Mesa da Câmara entrassem em contato com a Secretaria de Segurança Pública de São Paulo. Como V. Exª e esta Casa sabem, estamos numa luta política e parlamentar para aprovar uma emenda constitucional que unificará as polícias em todo o Brasil.

Infelizmente já temos antecedentes do comportamento de certos setores da Polícia Militar de São Paulo. E temos a suspeição de que haja não apenas uma coincidência nesses três furtos, mas alguma ligação entre os mesmos. Por isso, solicito a V. Exª, na Presidência no momento, que a Mesa da Câmara dos Deputados peça ao Sr. Secretário de Segurança daquele Estado uma investigação rigorosa e detalhada sobre esses três delitos. Dois deles foram levados a efeito dentro das garagens das residências do Deputado José Genoíno e da Secretária do Deputado Aloizio Mercadante, que havia ficado com o seu veículo após levá-lo para atender a um compromisso. E o local, a circunstância e a rapidez do furto do veículo da minha esposa foram inusitados. Faço esta solicitação a V. Exª, **data venia**, apesar de se tratar de assunto de caráter pessoal dos três Deputados, porque há infelizmente a suspeição de haver nos mesmos uma conotação política.

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) — A Presidência, de posse das notas taquigráficas, vai examinar o assunto e adotará as medidas cabíveis com a maior presteza e a urgência que o caso estiver a requerer.

O SR. JOSÉ DIRCEU — Peço desculpas aos Srs. Parlamentares por trazer esse assunto à Casa, mas considero que o mesmo possa ser de gravidade, a se confirmarem as nossas suspeitas.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Deputados, também venho à tribuna da Câmara dos Deputados para mais uma vez deplorar a atuação de uma das instituições deste País, o Tribunal de Contas da União, órgão auxiliar do Congresso Nacional.

Sr. Presidente, é estarrecedor: essa Corte de Contas, por sete votos a um, aprovou as contas do ex-Presidente da República Fernando Collor de Mello. Veja bem, Deputado Vital do Rêgo, aprovou as contas! Isso significa que a CPI, o processo e o julgamento — através da medida constitucional do **impeachment** — por crime de responsabilidade do ex-Presidente Fernando Collor foram uma farsa?

O Ministro-Relator, Olavo Drummond, desconhece absolutamente que nós e o Brasil cassamos constitucionalmente o mandato do ex-Presidente Fernando Collor de Mello, trata o ano de 1992 como se fosse de um só Governo e tem o desplante de afirmar que, do ponto de vista constitucional e legal, o Presidente da República não é responsável pelas contas de seu Governo, mas sim o próprio Governo. Nós temos agora uma entidade espírita no Brasil, o Governo; o responsável não é o Sr. Presidente da República, o Sr. Governador ou o Sr. Prefeito, mas o Governo.

Em segundo lugar, aprova as contas sob um argumento que transforma o Tribunal de Contas da União numa inutilidade; melhor seria então que o fechássemos, pois atua com esse vício legalista que, na verdade, chega às raias da ilegalidade, ao analisar as contas do Governo com um procedimento absolutamente formal, sem levar em consideração todos os fatos e todo o contencioso, que já é processo no Superior Tribunal Federal, com relação ao ex-Presidente Fernando Collor de Mello e à sua administração.

Felizmente o Ministro Fernando Gonçalves deu um voto vencido — porque houve apenas um voto discrepante, Sr. Presidente — dizendo o seguinte:

> "1) quanto à gestão abrangida pelo período de 30-9 a 31-12-92, acompanho a conclusão proposta pelo Sr. Relator no sentido de opinar pela sua aprovação"; — ou seja, o Governo do atual Presidente Itamar Franco.
>
> "2) quanto à gestão compreendida entre 1º-1º e 29-9-92, discordo do Ministro-Relator para votar no sentido de que não estão as contas em condições de serem aprovadas pelo Congresso Nacional, dele merecendo o julgamento pela irregularidade."

Veja bem, Sr. Presidente: o Relator reconheceu que "na área da Saúde Pública pouco, ou quase nada, de relevante se fez no exercício de 1992". Reconheceu que "no que diz respeito à Previdência Social o quadro não difere muito". Reconheceu que na educação, "se as metas, em si, já eram acanhadas, o desempenho obtido foi bastante modesto, inexpressivo, mesmo". Reconheceu que "a Assistência Social, a cargo do então Ministério da Ação Social, hoje Ministério do Bem-Estar Social, não foi expressiva no exercício de 1992. Fracionada por administrações diversas, seu desempenho não logrou atingir as metas programadas". E disse que, no caso da alimentação escolar, só houve merenda escolar para 40 dias letivos. E mais: que só 7,9 milhões de livros, para uma clientela de 28 milhões, chegaram aos estudantes.

Sr. Presidente, não é possível que o Relator atenha-se apenas à letra da lei.

Assim, Sr. Presidente, espero que a Câmara e o Senado rejeitem as contas do ex-Presidente Fernando Collor de Mello.

Peço, Sr. Presidente, a inscrição nos Anais desta Casa da declaração de voto do Ministro Fernando Gonçalves, que discordou do Relator e foi voto vencido quando se decidiu essa matéria, por sete a um, no Tribunal de Contas da União.

Vamos, na revisão constitucional, transformar o Tribunal de Contas da União. Vamos dar mandato temporário aos seus Ministros. Vamos fazer como acontece com o Tribunal Superior Eleitoral. Vamos pôr um Ministro da Suprema Corte como Presidente do Tribunal de Contas. Vamos terminar com esses predicados da magistratura e com essa inutilidade que é o Tribunal de Contas da União.

Enquanto não chega a revisão constitucional, Sr. Presidente, solicitei à assessoria legislativa a elaboração de um projeto que disponha sobre:

— definição de parâmetros/critérios para a análise das contas do Governo por parte do TCU, justamente para evitar mais um espetáculo a que V. Exª deve assistir hoje, ou seja, um relatório não conclusivo, que procura escamotear irregularidades e ilegalidades das contas do Governo, e omisso, na medida em que opta por não apresentar recomendação pela aprovação ou desaprovação. A idéia é "amarrar" os Ministros a uma metodologia definida, para impedir que os pareceres prévios sejam produzidos ao sabor das afinidades político-pessoais que os Ministros guardam com o poder;

— fixação de prazos para tramitação da análise, emissão de parecer e votação pelo Congresso Nacional, isto é, prazo para a CMO indicar Relator, prazo para o Relator apresentar o seu parecer e prazo para o CMO votar o parecer do Relator;

— garantir ampla divulgação do parecer prévio elaborado pelo TCU e do parecer do Relator para todos os Parlamentares e para o público em geral;

— dotar a Assessoria de Orçamento e Fiscalização Financeira de recursos para auxiliar o Relator no momento da análise do parecer prévio do TCU.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

DECLARAÇÃO DE VOTO A QUE SE REFERE O ORADOR:

DECLARAÇÃO DE VOTO

Sempre ingente e de grave responsabilidade é a tarefa desta Corte de cumprir o mandamento constitucional (art. 71-I) de apreciar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, mediante parecer prévio.

Defendi no ano passado, mais precisamente no dia 25 de junho de 1992, em preliminar, que o projeto de parecer apresentado pelo então Relator, eminente Ministro Paulo Afonso Martins de Oliveira, era inconclusivo e que, portanto, nos termos regimentais, não poderia obter a minha aprovação (art. 85 do RI de 12-2-77 e consagrada no atual, cuja redação final foi aprovada ontem 14-6-93, em seus arts. 166 a 175).

Infelizmente o Congresso Nacional ainda não promoveu o julgamento daquelas contas do exercício de 1991, embora já exista o requerimento formal de designação de Ralator, considerando que o episódio do **Impeachment** trouxe à luz elementos novos e convincentes da desorganização do Erário, notadamente com relação aos desvios de finalidade.

Vencida esta etapa com a definição clara e expressa de que o Parecer deve ser conclusivo, como bem acentuou e reconheceu, já no ano passado, o nobre Ministro Olavo Drummond, cabe-me, mais vez, a árdua missão de cumprir o mandamento maior da consciência de juiz e de cidadão, para, fundamentado nas próprias razões e informações do eminente Relator, com as vênias de praxe, não concordar com o projeto de parecer prévio, que considera em condições de serem aprovadas pelo Congresso Nacional as contas de 1992, abrangendo todo o exercício.

Discordo do ilustre Relator quanto à unicidade das contas. É S. Exª mesmo que afirma que "a prestação de contas do exercício de 1992 engloba dois períodos de gestão, correspondendo o primeiro ao que vai de 1º de janeiro a 29 de setembro e o segundo entre 30 de setembro a 31 de dezembro".

É notório, não apenas para este Tribunal como para a sociedade brasileira e para o mundo, que o Presidente da República, responsável pelo primeiro período, foi afastado do exercício de seu cargo por decisão soberana do Congresso Nacional. O segundo período, foi exercido pelo seu substituto legal, o Sr. Vice-Presidente da República.

Esta Corte de Contas, rotineiramente, ao apreciar as contas de gestores, o faz distinguindo os diferentes períodos de responsabilidade. No exame de contas dessa espécie, pode o Tribunal até julgar regulares as que se referem a um período e irregulares as de outro, no mesmo exercício social.

De modo que no processo em exame não há como desvincular-se o Tribunal do fato de que, embora se trate das contas do exercício de 1992, envolve ele dois períodos de gestão distintos: de 1º/1º a 29/9 e de 30/9 a 31-12-92.

Outro aspecto que deve ser levado em conta se refere aos tipos de responsabilidade que envolvem os titulares das contas: há os aspectos político, criminal e administrativo-fiscal.

O julgamento político a cargo do Congresso Nacional e que se dará após a emissão do Parecer Prévio deste TCU, já se debruçou sobre diversos fatos desse Governo, considerando-os tão irregulares que ensejaram o afastamento definitivo do Presidente da República por envolvimento em corrupção.

O julgamento criminal, a cargo do STF, está em andamento, mas já considerou o ex-Presidente como réu em diversos processos.

A análise do ponto de vista administrativo-fiscal, executada sobre a gestão dos recursos públicos, cuja apreciação está a cargo deste TCU e que se processa na forma de Parecer conclusivo para embasar o julgamento por parte do Congresso Nacional, não pode se afastar dos diversos fatos já apurados, embora seja uma instância independente.

O julgamento político ou criminal não tem interferência direta no julgamento das contas, quando se pode isolar o fato gerador específico. Mas quando as razões de julgar são interligadas, não há como deles se afastar, mesmo porque o julgamento das contas pode ter claros reflexos sobre as outras espécies de responsabilidade.

No presente caso, na gestão que se estende de 1º-1º a 29-9, temos uma clara demonstração de incompetência administrativa no descumprimento das metas e planos de governo, onde se percebe que a gestão dos recursos públicos não se dirigiu ao engrandecimento do País e à cura dos seus males crônicos, servindo mais para o jogo de interesses de determinado grupo que se acercou do então Chefe de Governo, com todos os indícios de que essa era a sua vontade deliberada, cometendo, estimulando ou deixando acontecer, fatos nocivos ao Erário e à dilapidação dos recursos públicos.

Vale assinalar as considerações do próprio Ministro-Relator, aliás muito bem postas por Sua Excelência, nos tópicos que escolheu para um enfoque mais específico, embora não se detenha no que chama de "transações anômalas como as ocorridas no exercício".

Diz o Relator:

"Na área Saúde Pública pouco, ou quase nada, de relevante se fez no exercício de 1992."

"No que diz respeito à Previdência Social o quadro não difere muito".

"A Assistência Social, a cargo do então Ministério da Ação Social, hoje Ministério do Bem-Estar Social, não foi expressiva no exercício de 1992. Fracionada por administra-

ções diversas, seu desempenho não logrou atingir as metas programadas".

No setor educação diz o Relator:

"Se as metas, em si, já eram acanhadas, o desempenho obtido foi bastante modesto, inexpressivo, mesmo".

No que se refere a distribuição de livros didáticos, por exemplo, foram adquiridos e distribuídos somente 7,9 milhões de livros, apenas para os launos da 1ª série do 1º grau, quando a meta era atingir a 28.000.000 de alunso. Quanto ao material escolar, nenhuma distribuição foi feita, porque o contingenciamento de recursos orçamentários impediu que fossem realizadas as licitações para se adquirir o manterial em tempo hábil".

"No tocante à alimentação escolar... o volume de generos adquiridos foi suficiente para apenas 40 dias letivos".

Pode-se concluir que nada se fez para cumprir o preceito constitucional que veda a participação de crianças no mercado de trabalho; nem as normas legais de freqüência à escola das crianças entre 7 e 14 anos.

Afiança o Relator que também foram descumpridos o § 3º do art. 212 da Constituição Federal que assegura prioridade ao ensino fundamental e o art. 60 do Ato das Disposições Transitórias que determina a aplicação de pelo menos 50% dos recursos referidos no art. 212, para eliminar o analfabetismo e universalizar o ensino fundamental, ferindo a legalidade prevista no art. 175, § único, incisos I e II, do novo Regimento Interno do TCU.

O Projeto Minha Gente, instituído como solução na construção de escolas, também fracassou; das quatro mil unidades de CAIC previstos até 1995, apenas 31 foram concluídos, levando nosso Decano, Ministro Luciano Alves de Souza, a afirmar que "um projeto que em menos de dois anos de existência já passou pela supervisão de cinco órgãos é um exemplo marcante de falha de planejamento e execução".

Se nada mais houvesse, esses pontos assinalados já evidenciam a má-gestão dos recursos públicos nas contas que ora se examinam e não há como desconsiderar que o responsável por essa gestão seja o ex-Presidente da República, titular das contas no período de 1º/1º a 29-9-92.

Não se pode excluir da gestão, por exemplo, a realização de gastos com segurança, transporte e alimentação, custeados com recursos da Presidência da República em benefício de indivíduos que sequer pertenciam ao serviço público, como prova o ofício do Chefe da Divisão de Proteção de Instalações, visando "dar cumprimento à ordem do Exmº Sr. Presidente da República, no que tange à proteção da referida autoridade".

Tal ofício determinou providências para fornecer viatura descaracterizada para transporte de pessoal e de alimentação de elementos do serviço de segurança da PR, que prestavam serviços na residência de Paulo César Farias, então tratado como autoridade.

Se o Tribunal não consdiera isto um ato de gestão irregular ou diz que não pode ser atribuído ao gestor destas contas, melhor seria não apreciá-las, como manda a Constituição.

Sabemos que emitir um Parecer é formular opinião fundamentada sobre o assunto. E que, nos termos da lei, o controle da execução orçamentária pelo Poder Legislativo tem por objetivo, verificar a probidade da administração, a guarda e o legal emprego dos dinheiros públicos (art. 81, Lei nº 4.320/64).

Ora, quando se prova a expressa permissão de tráfico de influência, a existênciade contas bancárias fantasmas, para usufruto do então titular da PR e de seus amigos, não se pode deixar de entender que nessa administração reinou a improbidade administrativa.

O controle externo, que tem como um de seus objetivos legais verificar essa probidade, não deve deixar de recomendar a desaprovação ou a rejeição das contas. Se há improbidade administrativa a gestão foi patentemente irregular.

Como vimos de todo o substancioso trabalho da equipe da SECON, com instrução presidida pelo Ministro-Relator, a gestão que ora se examina não é una: em 1992 houve dois gestores, em dois períodos distintos.

No segundo período o Parecer deve ser pela aprovação, como propõe o Relator, vez que nesse ínterim o País funcionou em continuidade às ações já iniciadas.

No primeiro período, entretanto, os fatos que envolveram o responsável não aconselham recomendar-se a aprovação das contas pelo Congresso Nacional.

A CPI concluiu que "A rigor, não existe uma só alternativa de compreensão de certos fatos que envolvem o Sr. Paulo César Farias que não inclua o Sr. Presidente da República, de tal sorte que, exigir a abstração da parte a ele relativa importa em exigir a abstração da racionalidade dos fatos investigados".

Os fatos investigados pela CPI são inerentes à gestão dos recursos públicos, de modo que as contas, mesmo vistas de forma ampla e global, estão maculadas.

No Relatório se vê que nenhum plano de governo e nenhuma das metas estabelecidas foi cumprida. É prova de que os atos da gestão governamental não alcançaram a economicidade necessária, como previsto no art. 175, § único, I e II do Regimento Interno do TCU.

Embora as instâncias de julgamento sejam independentes, os fatos que envolveram o ex-Presidente da República são interligados com a gestão governamental.

Na esfera criminal o ex-Presidente está sendo tratado como réu em vários processos. Na esfera esfera política, o Congresso Nacional já considerou seus atos como irregulares, tanto que optou por determinar o seu afastamento definitivo.

Não pode o TCU, simplesmente ignorar tais fatos e opinar conclusivamente pela aprovação das contas. SEria como se não lhe coubesse opinar sobre a regularidade dos atos que constituem a execução orçamentário-financeira dos planos de governo. Na prática tornaria inócua a apreciação conclusiva para embasar o julgamento do Congresso Nacional, como expressamente determinado na Constituição Federal.

Analisando os fatos a luz do novo Regimento Interno do Tribunal o Relatório aponta a falta de observância às normas constitucionais e legais na execução dos orçamentos (inciso I, art. 175), a ausência do atingimento de metas e a falta de economicidade da gestão governamental (cinco II, art. 175) e os reflexos negativos da gestão no desenvolvimento social do País (inciso III, art. 175). Se tudo isto houve, além da improbidade administrativa demonstrada (art. 81, L. 4.320/64), não vejo como opinar no sentido da aprovação das contas.

Em face de todas estas considerações, com as vênias de estilo por discordar parcialmente do ilustre Relator, voto como segue:

1) quanto à gestão abrangida pelo período de 30/9 a 31-12-92, acompanho a conclusão proposta pelo Relator no sentido de opinar pela sua aprovação;

2) quando à gestão compreendida entre 1º/1º e 29-9-92, discordo do Ministro-Relator para votar no sentido de que

não estão as contas em condições de serem aprovadas pelo Congresso Nacional, dele merecendo o julgamento pela irregularidade.

Sala das Sessões, 16 de junho de 1993. — **Fernando Gonçalves,** Ministro.

A SRA. SOCORRO GOMES (PC do B — PA. Sem revisão da oradora.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, gostaria, em primeiro lugar, de comunicar a esta Casa que, no próximo dia 30, haverá o julgamento, no Estado do Pará, do gerente do assassinato de Expedito Ribeiro da Silva, um poeta, um trabalhador rural, presidente de sindicato, líder político da região.

Para nós, é muito importante que se faça justiça. Esta Casa tem feito consecutivas CPIs para apurar a violência, os crimes de pistolagem, e o Judiciário necessita dar uma respostaà sociedade, porque os responsáveis por esses vários assassinatos têm permanecido protegidos, impunes, o que é um grande estímulo à prática de mais crimes no País, em especial contra trabalhadores rurais. E esses crimes visam tão-somente manter um império sobre a terra, manter essa injusta estrutura fundiária existente no nosso País, que tem trazido fome e miséria ao nosso povo.

Outro assunto que gostaria de abordar, Sr. Presidente, refere-se a fato que considero da maior gravidade para a soberania nacional e para as relações do Brasil com um país amigo.

Anuncia-se para os próximos dias a visita a nosso País de uma delegação parlamentar norte-americana encabeçada pelo Deputado Robert Torricelli. Aliás, já se encontra em territorial nacional o Deputado norte-americano de origem cubana, o Sr. Lincoln dias Balarte, que estpa preparando a visita da referida delegação.

Nada havia de anormal na presença de membros do Legislativo Federal dos Estados Unidos, se sua motivação fosse o intercâmbio normal com Parlamentares brasileiros sobre assuntos de interesse comum, à base da igualdade e da reciprocidade. Contudo. Sr. Presidente, Srªs e Srs. Deoutados, o Sr. Robert Torricelli e seus pares vêm ao Brasil para realizar contados com apolíticos e empresários brasileiros a fim de convencê-los a praticar o odioso e condenável boicote econômico e comercial a Cuba.

Isto constitui ingerência inadmissível nos assuntos internos.dö Brasil. A aceitação da pressão proveniente seja do Governo estadunidense, seja do Congresso norte-americano, no sentido de adotar práticas em política e comércio externos da exclusiva alçada de nosso Governo, abriria grave precedente, comprometeria nossa ação soberana em assunto do exclusivo interesse de nosso País e, de uma forma ou de outra, afetaria não só as nossas relações com Cuba e seu Governo, relações por sinal positivas para ambas as partes, mas também com outras nações do Terceiro Mundo. O Governo e o Congresso brasileiro não devem, pois, aceitar que o Sr. Deputado Robert Torricelli, ou quem quer que seja, venha dizer aqui com quem o Brasil deve manter relações comerciais ou políticas. Esta interferência nos nossos assuntos internos merece ser rechaçada e repudiada pelas forças políticas brasileiras e pela opinião pública.

O Sr. Deputado Robert Torricelli conquistou celebridade mundial por ser o autor da famigerada lei denominada "The Cuban Democracy Act", mais conhecida como "Lei Torricelli" pela qual a política de bloqueio praticada pelos Estados Unidos contra Cuba assume efeitos de extraterritorialidade, afetando outros países, na medida em que as medidas previstas em tal lei visam impedir, através da coreção econômica, que outros países incrementem seu comércio com Cuba.

A Lei Torricelli proíbe o comércio de filiais de empresas norte-americanas sediadas em outros países com empresas cubanas e impõe sanções comerciais e econômicas aos países que dêem assistência, ajuda ou realizem comércio com Cuba. Desde a vigência dessa lei, há mais de seis meses, o Governo norte-americano tem pressionado governos europeus e latino-americanos, inclusive o Governo brasileiro, a suspender contratos de compra e venda de mercadorias com Cuba. De maneira muito particular, a Lei Torricelli pretende impedir que Cuba receba mercadorias essenciais para satisfazer suas necessidades básicas, sobretudo medicamentos, equipamentos médicos e alimentos. O mais grave em tudo isso, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Deputados, é que na difícil conjuntura internacional criada com as mudanças políticas operadas na ex-URSS e no Leste Europeu, Cuba ficou momentaneamente privada de receber a ajuda econômica de países aliados, o que criou, evidentemente, dificuldades adicionais para o País, gerando uma situação especial, sobretudo no que diz respeito ao aprovisionamento da população em artigos básicos para a sobrevivência.

Evidencia-se que o Governo norte-americano pretende dobrar pela fome o povo cubano. Usa recursos sórdidos para criar na ilha uma situação política favorável aos seus sinistros desígnios de desestabilizar e derrubar o Governo soberano e popular da República de Cuba.

A Lei Terricelli revela-se, destarte, numa excrescência, uma aberração política e jurídica que fere todas as normas do Direito Internacional. Ela é até mais draconiana do que outros instrumentos legais e extralegais usados pelo Governo dos Estados Unidos para promover bloqueios econômicos e comerciais, como já ocorreu contra o Vietnã, a Coréia do Norte e o Iraque. Por isso, merece a condenação de toda a humanidade progressista, de todos os povos e governos soberanos, que lutam por uma verdadeira nova ordem econômica mundial, em que prevaleça a igualdade entre as nações.

Queria, ainda, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Deputados, denunciar desta tribuna que o Sr. Deputado Robert Torricelli, embora apresentado pelo mídia como um democrata-liberal, é, na verdade, representante de setores reacionários e obscurantistas no Congresso norte-americano. Ele mantém ligações estreitas, inclusive financeiras, com o Sr. Jorge Mas Canosa, presidente da Fundação Nacional Cubano-Americana uma organização contra-revolucionária e provocadora, sediada em Miami, cuja exclusiva finalidade é preparar, desde o exterior, a sediação em Cuba e promover a desestabilização e a derrubada do legítimo Governo vigente na ilha.

A condenação do bloqueio a Cuba é atitude que deve ser tomada independentemente de considerações de ordem ideológica. O princípio político, universal aceito, de não ingerência nos assuntos internos de qualquer país, obriga a consciência democrática e nacional dos povos a repudiar essa ação do Governo dos Estados Unidos. O Brasil, como País soberano, não deve envolver-se nas aventuras intervencionistas do Governo norte-americano. Os nossos interesses de grande País da América Latina determinam que tenhamos relações normais e de igualdade com todos os países latino-americanos. Com Cuba, desde que nornalizamos relações há sete anos, temos feito intercâmbios comerciais e culturais altamente frutíferos, para ambas as partes. Os nossos dois povos são considerados povos irmãos. Entre eles há uma amizade sincera e comunidade de interesses. Por isso não, só reiteramos nossa

solidariedade a Cuba a seu povo, como. nesta ocasião em que o Sr. Robert Torricelli visita o Brasil para tentar envolver nosso País no Bloqueio a essa Nação amiga, afirmamos alto e bom som que se trata de uma presença indesejável em solo pátrio.

O SR. PEDRO PAVÃO (PPR — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente Srªs e Srs. Deputados, são decorridos oito décadas e meia da chegada ao Brasil dos primeiros imigrantes japoneses. Desde então, a história da economia brasileira passou por extraordinárias transformações, sempre contando com a presença nipônica, um traço atuante no processo de desenvolvimento do Brasil.

Em verdade, Sr. Presidente, nosso País tem sido agraciado com a presença de imigrantes que, vindos do Oriente ou da Europa, aqui encontraram ambiente e clima propício à respectiva adaptação, vivenciando ainda a liberdade que lhes permitiu desenvolver técnicas e transferir para os nativos conhecimentos de áreas específicas, hoje assimiladas e inseridas no contexto da atividade urbana e rural do brasileiro.

Em especial, os japoneses, sem perder suas características próprias e sem abrir mão de cultura milenar, assumiram um papel participativo no progresso e no desenvolvimento do Brasil, contribuindo de modo eficaz para que chegássemos à condição de oitava economia do mundo.

Dedicados aos mais diversos ramos de atividade humana e, hoje, integrados a todos os níveis da sociedade brasileira, por si, seus filhos e netos, os japoneses se destacaram na agricultura, à qual, no Brasil, acrescentaram técnicas operacionais que tornaram a produção rural brasileira bastante diversificada, dentro de padrões do Primeiro Mundo, com resultados econômicos altíssimos, a ponto de nos permitir concorrer internacionalmente com os melhores produtores.

Tem, pois, Sr. Presidente, a data de hoje, um significado muito especial.

A contribuição japonesa ao processo de desenvolvimento nacional chegou, inclusive, aos mais altos escalões administrativos do País, com alguns de seus descendentes integrando sucessivos governos e cumprindo missões internacionais de alta relevância.

Eles trouxeram da Terra do Sol Nascente a experiência acumulada por uma cultura de mais de 5 mil anos. Persistentes, dedicados ao trabalho até onde isto pode ser possível, os japoneses dão hoje uma lição ao mundo, ampliando horizontes, conquistando mercados e ensinando a viver melhor.

Por este o outros motivos, Sr. Presidente, registro a efeméride com orgulho, formulando à colônia japonesa votos de crescente prosperidade. Ban-Zai!

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) — A Presidência faz um apelo aos Srs. Deputados que se encontram nos seus gabinetes e nas demais dependências da Casa para que se dirijam ao plenário a fim de registrarem suas presenças, para que seja atingindo o **quorum** necessário à votação de matérias importantes constantes da pauta desta sessão.

O Sr. José Dirceu — Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) — Pela ordem, concedo a palavra ao Deputado José Dirceu.

O SR. JOSÉ DIRCEU (PT — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, estou sendo convocado pela Assessoria da Liderança do PT a comparecer à Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, que está reunida.

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) — Faço apelo aos Srs. Deputados que se encontram nas Comissões para que encerrem as reuniões. Quando há Ordem do Dia, prevalece a reunião no plenário. Solicito às Comissões que encerrem as suas reuniões e que os Deputados venham ao plenário e dêem **quorum,** a fim de que tenha início a Ordem do Dia. Concedo a palavra ao Sr. Eraldo Trindade.

O SR. ERALDO TRINDADE (PPR — AP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srªs e Srs. Deputados, inicialmente queremos comunicar à Casa que a Mesa recebeu e já fez publicar, na lista de partidos e de Parlamentares, o registro do PPR.

Sr. Presidente, lamentavelmente, hoje vemos, nos principais jornais do País, manchetes sobre o comportamento do Ministro da Economia, Sr. Fernando Henrique Cardoso.

Todos recordam, pois não faz muito tempo, que S. Exª utilizou as emissoras de rádio e televisão para fazer um discurso sobre o chamado Plano Verdade. Mas o Ministro, àquela altura dos acontecimentos, não disse que estava se referindo à verdade dos conchavos, dos entendimentos políticos.

Jornais como a **Folha de S. Paulo** trazem hoje notícias sobre liberações de recursos, liberações até duvidosas. A **Folha de S. Paulo** destaca, por exemplo, que, antecipando-se à definição dos cortes no orçamento, o Ministro autorizou a liberação de 2 trilhões de cruzeiros — 39,32 milhões de dólares, aproximadamente — para duas grandes obras, a Linha Vermelha, no Rio de Janeiro, e o metrô de Brasília.

Há de se perguntar, nesta oportunidade, o que é prioridade no atual Governo, já que observamos também os constantes noticiários de televisão enfocando a situação da "rodovia da morte", sem falar nos hospitais públicos, que estão praticamente fechando suas portas em função da indisponibilidade de recursos para custear suas atividades.

Os jornais hoje publicam que mesmo antes do pronunciamento do Ministro Fernando Henrique Cardoso já havia, por parte de S. Exª, um comprometimento com os Governos de Brasília e do Rio de Janeiro no sentido de liberar recursos para as referidas obras, as quais não concordamos que sejam prioritárias.

Há um outro aspecto que precisa ser observado. A licitação do metrô de Brasília, a deflagração de todo o trabalho inicial se deu no Governo Collor, época em que PC Farias tinha grande influência sobre as decisões envolvendo obras do Governo, o que o próprio ex-Presidente chegou a confirmar no seu depoimento no STF. É preciso também avaliar essas questões. Não quero colocar em suspeição a licitação do metrô de Brasília, mas esse é um assunto que esta Casa tem que avaliar e começar a discutir, pòrque todos temos conhecimento de que PC Farias teve participação em todos as obras do Governo Fernando Collor de Mello — participação até em termos de definição de algumas construtoras. E, curiosamente, o Ministro Fernando Henrique Cardoso está liberando uma quantidade considerável de recursos para prosseguimento da construção do metrô de Brasília.

Não sabemos que plano verdade é esse, Sr. Presidente, se até atitudes suspeitas por parte do próprio Ministro estão ocorrendo.

Para concluir o meu pronunciamento, enfoco o que disse a **Folha de S. Paulo** a respeito deste assunto, a partir de uma declaração do Deputado José Serra, Líder do PSDB, condenando publicamente a utilização de recursos federais nas obras do metrô de Brasília, privilégio que está custando 700 milhões

de dólares, incluindo as despesas feitas junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

Sr. Presidente, esta Casa precisa avaliar essas atitudes e, acima de tudo, questionar esses fatos, que são altamente suspeitos, tendo-se em vista o que é prioritário para o País.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) — A Presidência renova apelo aos Srs. Deputados que se encontram nos seus gabinetes e nas demais dependências da Casa para que venham ao plenário, a fim de que se consiga **quorum** para dar-se início à Ordem do Dia.

Vou ler o art. 46 do Regimento Interno, que trata das reuniões das Comissões:

> "Art. 46. As Comissões reunir-se-ão na sede da Câmara em dias e horas prefixados(...)
>
> § 1º Em nenhum caso, ainda que se trate de reunião extraordinária, o seu horário poderá coincidir com a da Ordem do Dia da sessão ordinária ou extraordinária da Câmara ou do Congresso Nacional."

A Presidência, portanto, solicita às Comissões que encerrem as suas reuniões e, aos Deputados, que venham ao plenário para decidir sobre matéria constante da Ordem do Dia.

O Sr. Edson Menezes Silva — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) — Tem V. Exª a palavra.

O SR. EDSON MENEZES SILVA (PC do B — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, lamento que esse dispositivo do Regimento não funcione, porque as Comissões estão em atividade e temos de nos desdobrar...

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) — Srªs e Srs. Deputados, estou fazendo apelo para que as Comissões encerrem suas atividades, porque estão contrariando a norma regimental. A prioridade é o plenário, uma vez que a Ordem do Dia foi convocada pelo Presidente, ontem, ao final da sessão. Concedo a palavra ao Sr. Antônio Morimoto.

O SR. ANTÔNIO MORIMOTO (PPR — RO. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srªs e Srs. Deputados, ocupo a tribuna para fazer um apelo veemente — em termos imperativos, mesmo — no sentido de que os recursos das AGF sejam liberados para a Região Norte, especialmente para o meu Estado, Rondônia.

Está começando a safra de feijão e, logo mais, começará a de milho. O mercado do feijão, cuja safra foi bastante boa e expressiva, está deprimido. Os compradores estão se aproveitando da não-liberação dos recursos das AFG, do fato de que ainda não começaram a fluir.

Portanto, faço um apelo veemente à CONAB, ao Banco do Brasil e, especialmente, ao eminente Ministro da Agricultura, Barros Munhoz, que está assumindo hoje aquela Pasta, no sentido de que olhe para a Região Norte do País, especialmente para o Estado de Rondônia, cuja produção agrícola não tem sido melhor porque não se beneficiou, especialmente no ano agrícola 1992/1993, de recursos financeiros para o custeio da agricultura.

Sr. Presidente, é urgente a liberação de recursos para a aquisição da safra de feijão. Seu preço está chegando ao nível do preço mínimo. Se não começarem a fluir os recursos das AGF, inevitavelmente seus preços ficarão aquém do preço mínimo estabelecido, o que causará grande prejuízo para a economia do Estado e da região.

Muito obrigado.

O SR. FLÁVIO PALMIER DA VEIGA (PSDB — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, inicialmente, quero discordar do nobre Deputado e amigo Eraldo Trindade, do Amapá, que criticou a atitude do Ministro Fernando Henrique Cardoso, de liberar verbas para importantes obras no País, como a Linha Vermelha.

A Linha Vermelha é uma das principais obras do País. Embora seja realizada no Rio de Janeiro, vai desafogar a Avenida Brasil, síntese da interligação das principais BR deste País, como a Rio — Bahia, a Rio — Belo Horizonte e a Rio — São Paulo. Contestar a ajuda do Governo Federal à Linha Vermelha é prejudicar milhões de brasileiros.

Nós, Deputados e Senadores de bancada do Rio de Janeiro, que apelamos ao Ministro Fernando Henrique Cardoso para que liberasse essas verbas — e S. Exª acolheu o apelo, liberando 13 milhões de dólares para completar a obra, que já tem 70% do seu organograma realizado —, queremos felicitar S. Exª Que o Ministro continue amparando as obras importantes.

Acabo de ler, na **Folha de S. Paulo,** que foram liberados 300 milhões de dólares para a área de saúde, que está caótica, enfrentando grandes dificuldades — os hospitais diminuindo seus serviços, paralisando o atendimento em diversos setores, outros até fechando suas portas. Mas o Ministro Fernando Henrique Cardoso, sensível aos problemas sociais, numa ação positiva e objetiva, e em entendimento com o Presidente Itamar Franco, conseguiu a liberação de 300 milhões de dólares para o setor.

Felicito, portanto, o Ministro da Economia e o Governo Federal, por estarem começando a atender às obras prioritárias dos Estados e aos setores mais importantes, como o da saúde.

Aproveito esta oportunidade para comunicar à Casa a instalação de Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar o Sistema Penitenciário Brasileiro. A primeira reunião contou com a presença do Dr. Aristides Junqueira. S. Exª, um homem culto, equilibrado, ponderado, deu excelentes contribuições à Comissão. Solicito aos Líderes que influenciem os Deputados, principalmente os membros da Comissão, para que compareçam às reuniões. Hoje, às 15 horas, ouviremos o emérito jurista José Roberto Batochio, Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil. Estamos colhendo opiniões. Na próxima terça-feira, lá comparecerá — e, como seu Presidente, solicito à Mesa que dê apoio à Comissão — o Ministro Maurício Corrêa, que vai expor o quadro existente e relatar as providências do Governo nesse setor importante, o setor penitenciário. Iremos a Recife, Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo, provocando fóruns de debates com as principais figuras ligadas ao assunto, para que, na revisão constitucional, possamos apresentar um projeto que venha amenizar e, se possível, solucionar os graves problemas do Sistema Penitenciário Brasileiro.

Sr. Presidente, aqui fica o meu registro e o convite a todos os membros desta Casa para que compareçam, na tarde de hoje, à Comissão Parlamentar de Inquérito do Sistema Penitenciário e participem dos debates. Estará presente o Dr. José Roberto Batochio, Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil que, juntamente com sua equipe, apresentará dados, pesquisas, opiniões e sugestões à Comissão. Quero lembrar ainda que, na próxima terça-feira,

contaremos com a presença do Ministro da Justiça, Maurício Corrêa, na referida Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) — Antes de conceder a palavra ao próximo orador, renovo meu apelo.

As portarias registram a presença de 292 Srs. Deputados na Casa. O painel registra a presença de 190, Deputados apenas, no plenário. A Presidência apela mais uma vez aos Srs. Presidentes das Comissões Técnicas no sentido de que encerrem as reuniões em andamento, porque estão indo de encontro ao Regimento Interno.

Repito: solicito que sejam encerradas as reuniões das Comissões, para que os Deputados possam vir ao plenário e seja atingido o **quorum** regimental para votação de toda a matéria constante da Ordem do Dia. Concedo a palavra ao Sr. José Lourenço.

O SR. JOSÉ LOURENÇO (PPR — BA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srªs e Srs. Deputados, esta Casa é o retrato nítido da situação partidária do Brasil.

A legislação criada nos anos de 1985 e 1986 permitiu essa atomização e esse esfacelamento do quadro partidário do País e tornou esta Casa inadministrável. Parece-me que há, hoje, 18 ou 19 Líderes partidários, que têm que formar consenso para podermos votar leis de interesse do País. Conseqüentemente, demora-se dias, semanas, meses para se chegar a esse consendo, porque é muito difícil conciliar o que pensam a extrema-Esquerda, a Esquerda, a Direita, a extrema-Direita e o Centro.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Deputados, a nova lei partidária que foi aprovada por esta Casa e que se encontra no Senado Federal sofreu emendas que, a meu ver, darão continuidade ao atual estágio político do País. Os inúmeros partidos continuarão sem dar a menor contribuição ao desenvolvimento político do Brasil.

Entendo que os partidos com grande representação nesta Casa não têm que temer serem tachados de antidemocráticos, porque o povo, ao votar numa determinada sigla partidária, ao dar expressão nacional ao PMDB, ao PSDB, ao PTB, ao PPR, ao PFL, e ao PT, o faz no intuito de criar partidos que possam dar estabilidade política ao País. Por isso defendo a tese de que o Partido deve ter vocação para ter assento nesta Casa. Deve ter, no mínimo, 5% dos votos nacionais. Se não tiver, o candidato a ele filiado não poderá tomar posse, nem que seja por outra legenda. Perde a eleição. Assim acontece na Alemanha e em outros países onde existe estabilidade política e democrática. Nesses países o Congresso funciona dentro de uma formulação política de rapidez no atendimento aos anseios nacionais e nas suas atividades. No Brasil, demoramos semanas e semanas para votar matérias do maior interesse para o País.

O que vejo a cada dia — e isso muito me preocupa — é que, embora haja por parte de todos nós um esforço sobrehumano, embora nos cansemos de nos debruçar diuturnamente sobre as matérias em tramitação nesta Casa, não conseguimos resultados que atendam aos desejos da Nação. A Lei Orgânica dos Partidos saiu desta Casa para o Senado Federal sem que constasse de sua redação algo que considero importantíssimo para que possamos fortalecer o sistema partidário brasileiro: a possibilidade de serem feitas coligações partidárias. Se coligações não poderem ser feitas acabarão os pequenos partidos, só terão assento nesta Casa os partidos que de fato tiverem votos.

É o que temos a fazer, Sr. Presidente, porque nenhuma democracia subsiste nem é consistente com um sistema partidário como o que temos no Brasil.

Quando se fala em presidencialismo nos Estados Unidos, primeiro se faz uma avaliação do quadro partidário norte-americano. Lá existe o bipartidarismo: o Partido Democrático e o Partido Republicano. Por isso as instituições americanas, há mais de dois séculos, estão consolidadas, prestando os mais relevantes serviços àquele País.

Temos que enveredar pelo mesmo caminho dos Estados Unidos, da Alemanha, do Japão, dos diversos países cujos povos, com a experiência democrática, já encontraram soluções partidárias que vão ao encontro dos interesses nacionais.

O SR. MUNHOZ DA ROCHA (PSDB — PR. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srªs e Srs. Deputados, apresentei o Projeto de Lei nº 1.829/91, dispondo que 50% da receita oriunda de multas aplicadas no comércio, como as decorrentes de especulação de preços ou sonegação de produtos, nos termos da Lei nº 7.784/89, sejam destinados ao reaparelhamento e ao custeio das Santas Casas de Misericórdia.

Esse projeto de lei objetiva contribuir para a redução da enorme carência de recursos para as ações de saúde. A realidade desse setor em nosso País é da maior gravidade, como sabemos. Vemos deteriorarem-se a cada dia os serviços de saúde, há sérias deficiências de pessoal, de equipamentos e de insumos essenciais para se garantir um atendimento de boa qualidade à população.

Os recursos destinados ao setor de saúde são cronicamente insuficientes, razão pela qual não se consegue reverter o atual quadro de penúria em que se encontram nossos hospitais e centros de saúde.

É importante, evidentemente, a destinação de novos recursos para essa área. Nada mais justo, portanto, do que reverter para a população, em forma de ações de saúde, especificamente através do reaparelhamento hospitalar, parte dos recursos provenientes das multas aplicadas em razão de desrespeito ao tabelamento de preços, de sonegação de bens de primeira necessidade ou de outras infrações que lesem os interesses da sociedade.

Esses recursos, embora insuficientes para resolver os profundos problemas do setor, permitirão recuperar o atendimento em dezenas de unidades de saúde em todo o País e melhorar a sua qualidade.

Para concluir este breve pronunciamento, mais uma vez, solicito o apoio dos colegas Parlamentares para que seja agilizada a tramitação desse projeto de lei e para que seja aprovado quando de sua vinda ao plenário para decisão.

O SR. ADÃO PRETTO (PT — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srªs e Srs. Deputados, ocupo esta tribuna, hoje, para repudiar a atitude que o Presidente Itamar Franco vem tomando com relação à agricultura. S. Exª parece brincar com um Ministério tão importante como o da Agricultura.

O Governo, ao fazer a substituição de um Ministro, no mínimo já deveria ter outro em vista. Deveria pensar: vou substituir este por aquele, que vai dar certo, porque tem tal objetivo. Mas o Presidente Itamar Franco vem provando que não é isso o que vem fazendo. Tirou o Ministro Lázaro Barbosa do Ministério da Agricultura e levou 12 dias para escolher outro. Acabou escolhendo um que é suspeito de estar envolvido em homicídio e corrupção. Não ficou uma semana. Foi substituído pelo Secretário de Agricultura de São Paulo. Mas

a própria imprensa paulista já vem afirmando que é desonesto o novo Ministro, que contratou funcionários não concursados, resultando num prejuízo de 150 bilhões de cruzeiros para o Governo do Estado. Também divulga a imprensa que S. Exª mesmo afirma que foi convidado para o cargo apenas por ser político, confirmando, assim, que assume o Ministério da Agricultura para que haja uma afinidade maior entre o Governo Fleury, de São Paulo, e o Presidente Itamar Franco. Em outras palavras, Sr. Presidente, o novo Ministro confirma que nada entende de agricultura. Já foi dito por colegas paulistas que S. Exª entende é de fábricas, de indústrias, mas, de agricultura, não entende nada, o que é muito grave. A pessoa que assume a Pasta da Agricultura, responsável pela reforma agrária e pela alimentação do povo brasileiro, deveria, no mínimo, ter um conhecimento mais aprofundado dos assuntos a ela pertinentes.

Por isso, Sr. Presidente, manifestamos o nosso repúdio ao Governo Itamar Franco, que, realmente, não tem interesse em resolver os problemas do Brasil. Repudiamos, também, o PMDB, partido responsável pela indicação do Ministro da Agricultura e que não teve, ainda, competência para escolher alguém à altura.

DISCURSO DO SR. DEPUTADO BENEDITO DOMINGOS QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR SERÁ POSTERIORMENTE PUBLICADO.

O SR. JESUS TAJRA (Bloco Parlamentar — PI. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srªs Srs. Deputados, quero registrar que recebi, na manhã de hoje, telegrama da Presidente do Sindicato dos Bancários do Piauí, através do qual formula apelo, diante da comunicação de que o alto comando do Banco da Amazônia pretende encerra suas atividades na Capital do Piauí, Teresina, como medida de economia ou de enxugamento da estrutura do banco.

Ora, Sr. Presidente, não poderíamos ficar silentes diante dessa intenção manifestada pela direção do Banco da Amazônia, porque afeta os interesses do meu Estado e atinge mais de cem famílias, representadas pelos funcionários daquela instituição no Piauí.

Sr. Presdente, embora reconheçamos que o Governo Federal está tomando providências no sentido de reduzir gastos, não podemos entender por que o Banco da Amazônia, que, com certeza, não está tendo prejuízos na sua agência de Teresinha, pretende encerrar as suas atividades no meu Estado.

Formulo apelo ao Líder do Governo, Roberto Freire, para que interfira junto à direção daquela instituição, e até mesmo junto até ao Presidente da República, no sentido de impedir a consumação desse fato, que pode gerar conseqüências nefastas e problemas sociais maiores para o nosso Estado.

Por outro lado, não posso dixar de registrar minha surpresa com a notícia de que o Governo Federal, após aquela reunião em que estabeleceu o Programa de Ação Governamental, de combate à inflação, liberou quase 700 bilhões de cruzeiros para a Linha Vermelha, no Rio de Janeiro, e mais 1 trilhão de cruzeiros para o metrô de Brasília. Não me oponho a essas obras, mas não podemos ficar calados e indiferentes, quando os órgãos da imprensa brasileira nos tacham de "garfadores" dos cofres públicos, pelo simples fato de termos distribuído verbas para instituições filantrópicas em todo País.

Sr. Presidente, somos um Poder que se expõe à opinião pública, mais fiscalizado do que qualquer outro, e somos tachados de "garfadores" dos cofres públicos, como se a prática de distribuir subvenções sociais tivesse sido inventada agora, como se não fosse uma prática secular no Parlamento brasileiro.

É lamentável. Somos expostos à execração pública a cada momento, em decorrência da distorção dos fatos. Os fatos são verdadeiros, mas sofrem uma interpretação malévola na imprensa. Só o título da metéria já induz o leitor a pensar que estamos praticando atos indignos.

Portanto, seria conveniente a Procuradoria-Geral da República investigar o assunto. Abro mão de minha imunidade parlamentar para saber se esses recursos chegaram ou não, quando chegaram, com que tempo de atraso, qual o montante e se foram devidamente aplicados.

Não podemos, todos nós, continuar sendo achacados, injustamente levados a situações humilhantes perante o povo, sem que se tome qualquer providência no sentido de coibir tais abusos.

Sr. Presidente, se o Procurador-Geral da República abrir inquérito para apurar a verdade, constatará que nada há de imoral nem de ilegal na conduta dos Srs. Deputados, na hora de distribuir subvenções às entidades filantrópicas.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) — Com a palavra o nobre Deputado Edson Menezes Silva.

O SR. EDSON MENEZES SILVA (PC do B — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, ouvimos há pouco o pronunciamento do nobre Deputado José Lourenço. Parecia ouvir a voz do saudosismo, o que vale dizer a voz da reação, a defender o Projeto de Lei Orgânica dos Partidos que tramita no Senado.

Na verdade, trata-se de um projeto antidemocrático, autoritário, que procura, através de mecanismos constitucionais, alcançar o que a ditadura militar alcançou à época em que desgovernou este País. Parecer-me que o Deputado José Lourenço pretende ver reabilitado no Brasil o falido sistema do bipartidarismo, Arena e MDB e, posteriormente, PMDB e PDS.

O Projeto de Lei Orgânica dos Partidos que tramita no Senado vale-se da tradição das nossas elites e copia modelos que vigoram em outros países, ignorando a realidade econômica e social do Brasil. A chamada LOP, se esta Casa me permite, se for aprovada, o que não acredito venha a acontecer, instituindo um monopólio maior ainda do poder político no Brasil restringindo o assento nesta Casa aos chamados grandes partidos, que são grandes porque há uma circunstância constitucional que lhes permite perpetuarem-se como grandes.

O próprio Deputado José Lourenço incorreu em contradição ao afirmar que ficamos, nesta Casa, a querer votar e não há **quorum.**

Sr. Presidente, lembro a V. Exª e ao nobre Deputado José Lourenço que são quase 11h50min e, no entanto, não alcançamos o **Quorum.** Eu pergunto onde estão os grandes partidos que não dão **Quorum** nesta Casa. Estamos todos aqui, há algum tempo, aguardando, e os Deputados dos chamados grandes partidos não vêm.

Esta Casa deve ser ocupada por Parlamentares efetivalmente comprometidos em dar **quorum,** em discutir e votar as matérias que aqui tramitam. Esta a questão que precisa ser resolvida, e não vamos resolvê-la através de uma lei arbitrária, antidemocrática, que reproduz, com características dife-

rentes, a legislação partidária da época da ditadura militar. Impõe-se o aprofundamento da democracia com uma legislação partidária que permita o acesso a esta Casa aos representantes das minorias, ora excluídas.

Sr. Presidente, deixo registrada a minha opinião e a opinião do meu partido, o PC do B, sobre essa autoritária Lei Orgânica dos Partidos. Mas acredito que, com uma maior reflexão esta Casa irá alterá-la, de forma a que seja aprovada aqui e, certamente, sancionada pelo Presidente da República uma legislação partidária e democrática, como merece.

Por fim, Sr. Presidente, quero registrar que encaminhei à Mesa projeto de lei instituindo a indenização de clientela para empregados vendedores, viajantes e pracistas. Isto é novidade no Brasil, mas em outros países, como a Argentina e a França, o reconhecimento dessa relação legal, que precisa existir entre o empresário e os viajantes e pracistas, já é uma prática. Adaptando a legislação desses países à realidade do Brasil, o meu projeto de lei estabelece a justiça para os vendedores viajantes e pracistas.

O Sr. José Lourenço — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) — Tem V. Exª a palavra.

O SR. JOSÉ LOURENÇO — (PPR — BA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, fui diversas vezes citado pelo nobre colega do PC do B, por quem tenho grande estima e admiração.

Quero, nesta oportunidade, quando sei que haverá diversas fusões de partidos, pôr nossos amigos do PC do B.

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) — Nobre Deputado, a questão de ordem de V. Exª não se encontra amparada no Regimento Interno. De qualquer forma, foi-lhe concedida a palavra.

O SR. DEPUTADO JOSÉ LOURENÇO — Nem na lógica, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) — concedo a palavra as Sr. Francisco Rodrigues.

O SR. FRANCISCO RODRIGUES (PTB — RR. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srªs e Srs. Deputados, em fins de 1989, o Congresso Nacional aprovou a Lei nº 8.155/90, que instituía a Taxa de Conservação Rodoviária TCR, a fim de resolver os problemas mais urgentes do setor rodoviário — conservação, restauração e segurança. A aprovação dessa lei representou o reconhecimento, pelo Poder Legislativo, da necessidade de recursos adicionais para o sistema rodoviário, na tentativa de evitar a degeneração do patrimônio viário nacional.

Todavia, em junho de 1991, o Supremo Tribunal Federal declarou inconstitucional a Taxa de Conservação Rodoviária — TCR. Para compensar as perdas do ... restou ao Governo, como única saída reativar o Imposto sobre Importação de Petróleo—IIP, que embora previsto na Carta Magna, não era ainda cobrado.

Entretanto, por norma constitucional, nenhum tributo pode ter qualquer vinculação, devendo integrar o Caixa Único da União. Dessa forma, o Poder Executivo assumiu o compromisso político de destinar ao setor rodoviário valor do Caixa Único equivalente ao da arrecadação integral do Imposto sobre Importação de Petróleo.

Para 1993, prevê-se uma arrecadação de aproximadamente 590 milhões de dólares desse imposto, valor praticamente suficiente para cobrir todo o programa emergencial de restauração e segurança das rodovias, executado pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagens — DNER. Vale observar que o Imposto de Importação sozinho financiaria 53,6% do 1, 1 bilhão de dólares das verbas aprovadas para as Despesas de Capital e Outras Despesas Correntes do DNER.

No entanto, na qualidade de Presidente da Comissão de Viação e Transportes, estou de posse de informações gravíssimas para o setor rodoviário, que comprometem toda a operação do Sistema. O Poder Executivo não está honrando o seu compromisso de repassar integralmente os recursos oriundos da cobrança do Imposto sobre Importação de Petróleo, retendo-os no Caixa do Tesouro Nacional, apesar de a entidade responsável pela sua arrecadação — a Petrobrás — estar repassando, em dia, os montantes arrecadados.

Os números que aqui passo a apresentar dizem muito mais do que as palavras. Dos 295 milhões de dolares que deverão ser arrecadados deste imposto até o final do primeiro semestre, tão-somente 75,9 milhões de dólares serão efetivamente repassados ao DNER. Desa forma, o Governo vai transferir ao DNER apenas 25, 73% do montante arrecadado, quando deveria fazê-lo integralmente.

Além disso, deve-se considerar que até o final do primeiro semestre seria de se esperar a liberação de cerca de 550 milhões de dólares do orçamento aprovado para o DNER, relativos a despesas de capital e outros gastos correntes. No entanto, apenas 40,3 milhões de dólares serão liberados até junho; ou seja, o DNER só poderá executar 7, 43% do orçamento aprovado para o semestre.

As conseqüências para o setor Transportes são as mais funestas: o programa de recuperação de rodovias, imprescindível para o País, está perdido, degradando-se algumas rodovias de forma irrecuperável. Além disso, em várias regiões incia-se a época das chuvas. Muitas obras, ainda que fossem iniciadas hoje, ficariam paradas durante longo período. As obras de eliminação de pontos críticos, a maioria na confluência das rodovias nos grandes centros urbanos, não poderão ser realizadas. Inevitavelmente, os acidentes continuarão acontecendo e milhares de vidas correrão perigo.

Ao final deste pronunciamento, lembro aos nobres Parlamentares que todo o esforço desta Casa para discutir e aprovar o Orçamento pode ter sido em vão. Ao que parece, a Lei Orçamentária não tem mais força de lei, uma vez que o Governo simplesmente não a cumpre. Na verdade, o Governo, sob inúmeros disfarces, está praticando o contingenciamento de despesas, proibido pelo atual Orçamento.

Alerto os meus colegas para a gravidade dessefato e convoco a todos para juntos exigirmos não só um posicionamento do Executivo, mas também a imediata obediência à Lei Orçamentária, inclusive como condição para discutirmos e aprovarmos os cortes que estão sendo anuciados.

O SR. JOSÉ THOMAZ NONÔ (PMDB — AL) Sr. Presidente, Srs. Deputados, temos procurado ajudar o Governo, porque e tendemos que toda a Nação vive uma crise muito grave e que é necessário, como bem enfatizou o Ministro Fernando Henrique Cardoso, a união e todos para superá-la.

O plano apresentado por S. Exª o Ministro da Fazenda, traduzindo evidentemente a aspiração do Presidente Itamar Franco, caracteriza-se por um elenco de medidas que, em verdade, como reconheceu o próprio Ministro, não são inova-

doras. O plano reitera basicamente uma série de sugestões ou providências já aludidas explicitamente numa série de outras iniciativas governamentais. S. Exª o Ministro Fernando Henrique Cardoso foi, inclusive, feliz ao dizer que não se trata, na realidade, de um plano, de um "pacote," de um elenco de medidas, mas de um programa, ou seja, um processo em curso, sem data para acabar.

Queremos hipotecar solidariedade ao Governo, ao Ministro, na execução de seu plano, mas temos o dever cívico também de alertar para três pontos que entendemos fundamentais.

Primeiro, a palavra mágica "austeridade" é empregada nesse plano como alicerce, como pedra basilar para a construção de todo o programa. É fundamental que a austeridade não seja apenas uma figura de retórica, mas uma realidade no cotidiano do Governo. Mas as últimas medidas tomadas ontem e hoje já nos permitem pelo menos questionar a austeridade de gastos do Governo. Se não houver o exemplo do Governo, se não houver a austeridade, o corte na sua própria carne, a autodisciplina na liberação de recursos voluntários, não haverá lugar para Plano Verdade, nem, muito menos, para ajuste da sociedade. E, logo, logo, S. Exª o Sr. Ministro da Fazenda terá o mesmo destino dos seus antecessores.

Outra questão fundamental é a privatização. Sou membro da Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga o processo de desestatização. Ontem o depoimento do ex-Deputado João Agripino, que durou nada menos do que sete horas, foi contundente e violento — violento no sentido construtivo — pois apontou à Nação que nada mudou na questão da privatização do Governo Collor para o Governo Itamar Franco. São as mesmas pessoas suspeitíssimas, são os mesmos condutores de laudos de avaliações viciados, que se locupletam desse processo, que administravam o programa de privatização do Governo Collor e hoje administram o programa de privatização do Governo Itamar Franco.

Terceiro e principal ponto, Sr. Presidente: o Sr. Ministro pediu o sacrifício da sociedade, sacrifício político dos Parlamentares; sacrifício dos Governadores, mas disse também que não pagar os bancos é pecado mortal.

Estranho profundamente, porque é o Tesouro brasileiro, é a Fazenda, na realidade, o grande tomador de recursos. E aqui falo em termos de mercado. O grande cliente da banca brasileira, hoje, é o Governo; é ele quem aquece as taxas de juros! Parece vergonhoso que da massa de recursos do orçamento quase a metade vá única e exclusivamente para o serviço da dívida.

Por que o Governo não negocia, pelo menos, na qualidade de cliente privilegiado, taxas mais factíveis para a realidade nacional? Se nós podemos sacrificar o povo, o programa social, os Ministérios, os Municípios, os Estados e a União, como é que vamos deixar à margem os Bradescos, os Itaús, os Nacionais da vida, que apresentam balanços verdadeiramente escandalosos?

Como pode o Governo pedir sacrifícios ao empregado doméstico se deixa os bancos tranqüilos e serenos? O corte vai atingir todo o programa do Governo, todas as propostas dos Srs. Deputados, mas não vai mexer em um único centavo, solitário tostão, mísero mil réis — sei lá qual a unidade monetária do que se paga todo santo dia na rolagem indecente dos débitos deste País — do que a Nação transfere aos Bancos.

Faço aqui uma apelo para que S. Exª o Ministro da Fazenda negocie com os bancos brasileiros taxas de juros sensivelmente inferiores. Não estou pregando o calote, mas o ajustamento do banco ao mercado, falando a linguagem que o banco entende. Se o Governo deixar de tomar o dinheiro, quebram os bancos. Vamos aproveitar essa circunstância não para quebrá-los, mas para fazê-los também irmãos nesse programa de sacrifício que aflige toda a sociedade brasileira.

O SR. PEDRO VALADARES (PP — SE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srªs e Srs. Deputados, ontem, após ouvir o depoimento do Dr. João Agripino Maia, Vice-Presidente do Programa Nacional de Desestatização, sobre a roubalheira que está impregnando a desestatização em nosso País, encaminhei requerimento solicitando fossem revistas e suspensas as privatizações até o dia 26 de agosto, quando termina a CPI das privatizações.

Esse requerimento, apoiado por 13 Parlamentares, foi aprovado e será encaminhado ao Presidente da República, Dr. Itamar Franco, para que suste temporariamente as privatizações da Ultrafértil e da Petroquímica União.

Endosso as palavras do nobre Deputado José Thomaz Nonô, quando afirma que as mesmas pessoas que estavam no programa de desestatização do Governo Collor de Mello continuam no Governo Itamar Franco. É necessário moralizar esse programa para que possamos privatizar as empresas que realmente não são estratégicas.

Era o que tinha a dizer.

Durante o discurso do Sr. Pedro Valadares, o Sr. Adylson Motta, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Inocêncio Oliveira, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) — Concedo a palavra ao Sr. Paulo Delgado.

O SR. PAULO DELGADO (PT — MG. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srª e Srs. Deputados, uma das iniciativas do Governo de maior impacto, segundo o meu ponto de vista, que deve merecer o apoio de toda a sociedade, é a ação pela cidadania, o plano de combate à fome e à miséria em nosso País. É uma questão que envolve ações concretas e práticas dos cidadãos com relação a um problema dessa gravidade.

No entanto, é contraditório que um Governo que luta contra problema social dessa envergadura libere 26 milhões de dólares para o metrô de Brasília, mais uma parcela para a continuidade dessa obra desnecessária, que liga nada a lugar nenhum. Um escândalo subterrâneo e, às vezes, de superfície que desmoraliza a política de cortes e austeridade que o Governo procura impor a outros setores da sociedade.

Não é possível aceitarmos que o Governo continue a manter essa falta de critério quanto à política de liberação de recursos necessários, ao mesmo tempo em que quer que o conjunto dos cidadãos — e é importante que se queira, e é importante que os cidadãos estejam nessa luta — trabalhe de maneira diuturna, cotidiana, para diminuir o sofrimento e a miséria do nosso povo.

A Frente Parlamentar pela Cidadania está lutando pela criação de comitês em todo o País, para que melhorem as condições do nosso povo, a fim de que tenha condições de assumir a plena cidadania.

Era o que tinha a dizer.

O SR. BENEDITO DE FIGUEIREDO (PDT — SE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, comunico a esta Casa que na sessão realizada hoje na Comissão de Constituição

e Justiça e de Redação tivemos oportunidade de dar prosseguimento ao que aqui foi debatido, terça-feira passada, pelos Deputados José Lourenço e Adylson Motta.

Encaminhamos requerimento à Comissão de Constituição e Justiça e de Redação solicitando a vinda dos Ministros das Relações Exteriores e da Justiça, a fim de tentar explicar o tratamento dado aos brasileiros em Portugal. Dei continuidade àquilo que aqui apresentei na terça-feira. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, para nossa felicidade, o requerimento foi aprovado por unanimidade. Serão convocados os Srs. Ministros das Relações Exteriores e da Justiça, para que expliquem naquela Comissão o que está havendo em Portugal com os brasileiros que estão sendo processados.

Tenho certeza de que essa medida dará continuidade não só às nossas palavras de protesto, mas também às dos Deputados José Lourenço e Adylson Motta, até porque todos os acordos bilaterais Brasil-Portugal, não referendados na sessão legislativa próxima passada, foram incluídos na Ordem do Dia da Comissão. Infelizmente, em que pese a Comissão Especial ter ido a Portugal e tentado, através de meios amigáveis, uma solução para o problema dos odontólogos, em que pese à edição do Decreto Legislativo nº 380-A, o que vemos agora é a não regulamentação desta lei e a perseguição aos dentistas brasileiros.

Parece-me que o requerimento, volto a dizer, aprovado por unanimidade na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação irá dar os parâmetros necessários para que tenhamos os esclarecimentos. É preciso deixarmos as palavras de lado e partirmos para a ação. Foi o que fiz esta manhã na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação.

É este o registro que faço na Câmara dos Deputados, agradecendo a V. Exª, Sr. Presidente, o tempo a mim dispensado.

O SR. ISRAEL PINHEIRO (Bloco Parlamentar — MG. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srªs e Srs. Deputados, ontem assisti a uma entrevista do nosso ex-companheiro João Agripino Maia, filho do saudoso e eminente Governador, Senador e Deputado João Agripino. Lamentei muito, Sr. Presidente, porque nunca vi, ao longo dos meus anos de vivência parlamentar, tamanha falta de coerência intelectual — e digo isso em função da amizade que tenho pela família — tamanha violência contra o bom senso. Foi um sofisma, Sr. Presidente. O que disse o eminente ex-Deputado e ex-Vice-Presidente da Comissão de Desestatização? Que o Brasil — olhem só, Sr. Presidente e Srs. Deputados — gastou 40 bilhões de dólares (os números não são exatos) e arrecadou 20 bilhões de dólares com a venda das estatais.

Ora, Sr. Presidente, isso vem mostrar a necessidade urgente de se privatizar todas as estatais. S. Sª comprovou, com a autoridade de Vice-Presidente da Comissão, o que é verdade, ou seja, que para se vender uma estatal neste País o Tesouro Nacional tem que sanear suas finanças, acertar suas dívidas. São mazelas em cima de mazelas, ao longo dos anos. E o Tesouro vem suprindo esses déficits das empresas estatais.

E S. Sª vai mais além, ao citar o caso da Cosipa, que tem uma dívida de 2 bilhões de dólares e um prejuízo diário de 1 milhão de dólares. E, disse mais o eminente ex-Deputado João Agripino: é um absurdo o Governo deter 33% de uma empresa que dá tanto prejuízo e tem tanta dívida.

Sr. Presidente, não tenho que responder. É óbvio que o Governo tem de vender uma empresa desse porte e ficar com um percentual de ações, para, depois, se aparecer algum comprador para a empresa, vendê-las com lucro para a sociedade brasileira.

Este discurso é de tristeza, justamente nesta hora em que o Brasil está em crise. Temos que ser corretos, honestos. O político não pode nesta hora falsear a verdade, falar meias verdades. Tem que ser íntegro, correto, para mostrar à Nação o estado calamitoso não só das nossas estatais, mas, sobretudo, das finanças públicas.

E, falando em finanças públicas, termino minhas palavras dizendo que votei a favor do IPMF contra a vontade. Nenhum parlamentar pode votar a favor de aumento de imposto. Mas estamos votando na expectativa de que, na revisão constitucional, com a experiência da criação desse imposto provisório sobre cheques, possamos, aí sim, fazer uma grande revisão constitucional, reduzindo o número de imposto, acabando com os impostos declaratórios, que permitem todo tipo de fraude — enfim, simplificando o mecanismo tributário nacional para a grande recuperação deste País, que é o que todos nós sonhamos e desejamos.

O SR. MARCELINO ROMANO MACHADO (PPR — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srªs e Srs. Deputados, depois de alguns dias do anúncio do novo plano econômico do Ministro da Fazenda e depois de verificarmos que a sociedade brasileira, de uma certa forma, procura acreditar no plano oferecido pelo Governo, nós, aqui no Congresso Nacional, estamos vendo que o plano já começa a cair no descrédito de toda a Nação. Em primeiro lugar, porque não é um plano. Não verificamos nenhuma proposta concreta. A única medida que poderia ser realmente discutida é o esforço dos Parlamentares e do Governo para acertar os cortes no Orçamento, como está proposto, da ordem de 6 bilhões de dólares.

Entretanto, as discriminações começam a nos preocupar, principalmente porque já conhecemos a intenção do Governo. Sabíamos perfeitamente que os cortes seriam feitos principalmente nas prefeituras e nos governos estaduais que não pertencem aos partidos que dão sustentação ao Governo. As prefeituras e os governos estaduais de partidos que dão sustentação ao Governo não sofreriam cortes, podendo assim fazer política.

Essa discriminação realmente nos preocupa. Hoje tomamos conhecimento de que a contenção de despesas, ou seja, o corte dos gastos públicos proposto pelo Governo, é mais uma brincadeira do Poder Executivo. Por quê? Porque o Governo propõe cortes no Orçamento e, logo em seguida, libera recursos para o Distrito Federal e o Rio de Janeiro, para continuação das obras do Metrô e da Linha Vermelha. Trata-se de recursos da ordem de 39 milhões de dólares. É o caso de se perguntar: será que este plano é para valer, ou o Governo quer continuar brincando? Por que propor cortes orçamentários e, em seguida, liberar verbas para os Estados e o Distrito Federal? Com essa atitude, o Governo vai ficar ainda mais desacreditado perante a opinião pública.

Em função disso, não vejo seriedade nas propostas. Esta brincadeira realmente deixa o povo brasileiro e a Nação preocupados, principalmente porque a falta de estabilidade é muito grande. Não podemos, de forma alguma, concordar com tais propostas.

Agora está na iminência de ser votada a regulamentação do IPMF. Pergunto aos Srs. Deputados, principalmente aos do Governo: como podemos acreditar numa proposta lícita, digna e coerente, se o próprio Governo demonstra incoerência

nos seus atos, liberando verbas, gastando? Não podemos, de forma alguma, ver uma conotação de seriedade nessa atuação.

Em razão disso, Sr. Presidente, nós, juntamente com a nossa bancada, vamos votar contra o IPMF. Não temos, de maneira alguma, confiança num Governo que diz uma coisa e executa outra completamente diferente.

O SR. FERES NADER (Bloco Parlamentar — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srªs e Srs. Deputados, aprofunda-se o fosso que separa os países ricos dos pobres.

Para alguns observadores pessimistas, o Brasil ganha contornos de infesto no Terceiro Mundo. Admitem que ele está mais próximo do grupo que caminha para o Quarto Mundo.

O vaticínio é sombrio, mas não se pode olvidar que nem sempre um saudável exercício de realismo deve limitar-se à constatação dos prejuízos e da miséria que envolve o País. Por uma questão de bom senso, deveria ater-se ao natural, àquilo que se perdeu, do modo como foi perdido.

Estes observadores encenam o espetáculo dos irresponsáveis, que assacam inverdades e ferem o sentimento de brasilidade daqueles que acreditam no futuro deste País.

Multiplicam infâmias e desesperanças, porque se acomodam nos braços do deplorável hábito de desconfiar-se da competência e da capacidade de trabalho dos lídimos brasileiros.

Ignoram que uma incursão escoteira que não se apega senão ao bom sendo e ao experimentalismo pode levar a algumas clareiras do pensamento que permitam uma visão mais nítida e inteligível da floresta em que estamos.

Assim, decidimos trazer à sociedade brasileira, particularmente aos ínclitos habitantes desta augusta Casa do povo, as reflexões de um homem público preocupado, como forma de ajudar a restabelecer, na compreensão dos observadores céticos, a visão real do destino do Brasil.

Todos os esforços anteriores, desenvolvidos no sentido de promover o rompimento das amarras do subdesenvolvimento, fracassaram irremediavelmente. Perderam-se nas brumas espessas dos interesses corporativistas rasteiros, escudados na suposta defesa do patrimônio da Nação.

Os fatos nos obrigam a tecer comentários que podem desagradar forças estabelecidas. Mas temos consciência de que o insucesso que emoldurou os esforços anteriores deveu-se à falta de um plano moderno, arrojado, bem pensado. Não se ofereceu nenhuma abertura estratégica, a longo prazo. Não se soube superar os obstáculos que se colocaram no caminho da nossa economia.

Não há como capear a realidade. A inflação ronda os 30%, o País convive com uma recessão brutal, a taxa de desemprego é impiedosa, o índice de pobreza é angustiante, tudo à sombra da ameaça da fome.

Mas o Brasil tem viabilidade, desde que se façam as reformas necessárias, como investir na educação, na tecnologia e na ampliação do mercado interno. Precisa se mostrar à altura desse desafio, mudando radicalmente o traçado da economia e evitando que a indústria continue a se sucatear.

Hoje não existe desenvolvimento autônomo. Tudo está internacionalizado. O Brasil não pode deixar de saber que a tecnologia do Japão se está desenvolvendo de maneira inusitada. Tem que estar aberto para o mundo, como a China fez — e por isso cresceu. Mas tem que ser uma abertura inteligente. Não pode ser como se tentou há pouco tempo: indiscriminada, mal pensada, para provocar a destruição da indústria nacional. Tem que ser uma abertura estratégica, a longo prazo, como o Ministério da Indústria e do Comércio do Japão faz.

Outro grande problema que se coloca no caminho do Brasil é a dívida externa. O País não pode pensar em se desenvolver pagando de 5 a 8 bilhões de dólares por ano só de juros, enquanto a dívida propriamente dita continua crescendo. É um absurdo! O dinheiro vivo que o Brasil pegou emprestado lá fora foi 25 bilhões de dólares. Até 1990, já havia pago 80 bilhões de dólares de juros e continua devendo cada vez mais.

Sugerimos uma nova reavaliação dessa dívida, partindo de posições inteligentes, firmes e, sobretudo, arrojadas. O exemplo nos é legado pelas harpas melodiosas da orquestra econômica do Primeiro mundo: se a Alemanha e o Japão tivessem que pagar suas dívidas ao final da Segunda Guerra Mundial, não seriam as potências que são hoje.

Não podemos permanecer algemados ao FMI nem aos bancos que mantêm o Brasil na sua lista de devedores.

Temos um grande território e 150 milhões de habitantes, que são consumidores potenciais. O grande sucesso do mercado são os consumidores. A Europa unificada tem 360 milhões de consumidores. Essa é a chave. O Brasil tem, portanto, o potencial para se desenvolver, mas precisa de mão-de-obra qualificada e ampliar o mercado de consumo. Por isso é que insistimos: isso só é possível com reformas internas, com redistribuição de renda para aumentar o mercado, investimento em educação e tecnologia. Agora, é lógico que o Brasil tem que procurar se associar com todos os parceiros que puder. Nesse sentido, o Mercosul é uma iniciativa positiva. Só que ele tem limites. Nunca será um mercado como o europeu, porque são países pobres, sem um grande mercado interno. Seu desafio é justamente criar esse mercado, aumentando assim sua capacidade produtiva.

Em resumo, precisamos mudar o quadro que está sendo exibido na Europa: lixo do Primeiro Mundo é um depósito de computadores absoletos e aparelhos de televisão usados — sinal de opulência. Já o lixo do Terceiro Mundo, onde está o Brasil: mãe e filhos buscando restos de comida para saciar a fome — sinal de miséria.

Precisamos, juntos, mudar este País!

O SR. WELLINTON FAGUNDES (PPR — MT. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srªs e Srs. Deputados, novamente um assunto de relevante importância para a população da região sul do Estado de Mato Grosso traz-me a esta tribuna. Trata-se da premente necessidade da instalação de uma delegacia da Polícia Federal em Rondonópolis, minha cidade natal, onde há muito a sociedade reivindica esta iniciativa.

Ontem, em audiência com o Diretor-Geral daquela instituição, fiz-me acompanhar pelo Promotor de Justiça daquela comarca, Dr. Armando Guidiu e pelo Presidente do Lions Club local, João Medeiros Filho, que reiteraram o anseio da população em ver funcionando a mencionada unidade da Polícia Federal em nossa cidade. Anseio este, Sr. Presidente e nobres colegas, legitimado pela indicação a mim encaminhada recentemente pela Câmara Municipal, de autoria do Vereador Márcio Rogério Bertoni, com aprovação unânime de seus representantes.

Rondonópolis é um entroncamento rodoviário que conta com intenso movimento de veículos de carga e automóveis que trafegam em direção à capital, Cuiabá, e aos Estados de Rondônia e Acre, drenando a demanda da BR-364, ligando

Mato Grosso ao sul do Brasil através de Goiás e Minas Gerais, e da BR-163 através de Mato Grosso do Sul.

Esta caracaterística, aliada à relativa proximidade das fronteiras com o Paraguai e a Bolívia, constitui-se em cenário propício à presença de traficantes de drogas, tendo ainda como fator coadjuvante a total ausência da Polícia Federal, que apenas pela simples presença já intimida as quadrilhas, e proporciona visível tranqüilidade à população quando de esporádicas aparições, para uma ou outra operação.

Pois bem, Sr. Presidente. Na audiência de ontem, o Delegado Amaury Aparecido Gaudino, que vem conduzindo brilhantemente a Polícia Federal, com a discrição e competência exigidas pelo cargo, deu-nos uma alvissareira notícia, qual seja, a da real possibilidade de criação da mencionada delegacia em nossa cidade, mencionando nosso encontro em 20 maio de 1992, naquela ocasião com a presença do Juiz José Geraldo Palmeira, então dirigente do Fórum de Rondonópolis e do Delegado da instituição em Cáceres, que hoje é o titular da Delegacia de Barra do Garças, Doutor Sebastião Pereira de Queiroz.

Já naquela época aquela diretoria reconhecia a necessidade da existência de um destacamento em Rondonópolis, cuja administração chegou a oferecer as condições para funcionamento de uma Delegacia. Há inclusive um terreno doado à Polícia Federal por uma família pioneira, preocupada com a segurança de nossos jovens e com a integridade de nossas famílias.

A criação da referida unidade depende de autorização legislativa, conforme preceitua nossa Constituição, mas a iniciativa é de competência privativa do Poder Executivo. Uma vez que o pleito já conta com a reconhecida intenção da cúpula da Polícia Federal, solicitei à Assessoria Legislativa desta Casa que providencie a competente indicação, para que, pela via regimental, seja formalizado o pedido ao Exmº Sr. Ministro da Justiça, a quem cabe providenciar o respectivo projeto de lei, para o oportuno encaminhamento ao Congresso Nacional, e desde já, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Deputados, conclamo meus pares a aprovar a iniciativa, pois ela constitui-se em questão vital para a segurança não só da família rondonopolitana, mas de toda a população do sul de Mato Grosso.

Era o que tinha a dizer.

O SR. LÉZIO SATHLER (PSDB — CE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srsª, e Srs. Deputados, o telefone celular é daquelas invenções que vieram para fazer parte do dia-a-dia dos indivíduos, de tal forma que não se pode mais discutir sobre a sua importância. A verdade é que, num futuro breve, o telefone celular será parte necessária e indispensável de nossas vidas, como é hoje a eletricidade, a televisão e o telefone comum, por exemplo.

Esta verdade, no entanto, não foi compreendida pelos nossos últimos governos. As ações encetadas por estes governos foram tais que não possibilitaram a colocação deste serviço à disposição dos setores da sociedade brasileira que dele necessitam urgentemente. Muitas vezes, estas ações foram claramente no sentido do impedir que a telefonia celular fosse instalada.

Assim é que, no início do Governo Collor, a Telesp foi impedida de instalar o serviço na grande São Paulo, sob o falso argumento de que aquela companhia tinha uma grande quantidade de telefones vendidos e ainda não instalados.

Falso argumento porque a telefonia celular tem financiamento próprio, com prazo mínimo de 5 anos, com 2 de carência, apresentado pelo fornecedor dos equipamentos, de tal forma qua a tarifa recebida pela utilização dos serviços paga o investimento necessário à sua implantação.

Assim, a implantação da telefonia celular pela Telebrás não desvia recursos necessários aos outros investimentos, e o argumento utilizado pelo Governo Collor para retardar a implantação do serviço em São Paulo e outros estados era, simplesmente, mentiroso. A verdade é que se pretendia retardar a implantação da telefonia celular pela Telebrás para demonstrar sua incapacidade de fazê-lo e, com isto privatizar este telefone, à revelia do que estabelece o inciso XI, do art. 20 da Constituição.

Tanto isto é verdade que, desde 1989, desde o Governo Sarney, portanto, o Poder Executivo vem pretendendo privatizar a telefonia celular, como estabelecer a Portaria nº 006, de 16 de janeiro de 1989, do Ministério das Comunucações, modificada diversas vezes, até a última, a Portaria nº 376, de 15 de setembro de 1992, da Secretária Nacional de Comunicações.

Como, porém, a Constituição Federal diz que compete à União "explorar, diretamente ou mediante concessão à empresa sob controle acionário estatal, os serviços telefônicos", conforme consta do citado inciso XI, art. 20, o Poder Executivo rebatizou aquilo que todos conhecem como "telefonia celular" de " Serviço de Radiocomunicação Móvel Terrestre Público-Restrito Serviço Móvel Celular, com a pretensão de que o" telefone celular" deixe de ser "telefone", monopólio da União, como vimos, e passe a ser "Serviço de Rádio", este, sim, passível de concessão a empresas privadas.

Como resultado dessa política do Poder Executivo, São Paulo é hoje o maior mercado mundial de telefonia celular ainda não explorado. E o retardamento na implantação do serviço aguça cada vez mais a disputa por sua conquista, quer daquelas corporações que querem explorar diretamente o serviço, quer daquelas que querem fornecer os equipamentos.

Queremos deixar bem claro que não estamos nos posicionando quanto à conveniência ou não da privatização da telefonia no Brasil. O que queremos enfatizar é que essa privatização não é possível sem se modificar a Constituição brasileira. Queremos deixar claro que ao Poder Executivo não compete realizar manobras, como dizer que o telefone celular não é um telefone, mas um serviço de rádio, para com isso, desobedecendo à Constituição, pretender privatizar o serviço. Queremos dizer que o Governo não pode retardar mais ainda a implantação da telefonia celular no Brasil; deve, ao contrário, acelerá-la.

A discussão quanto à privatização ou não dos serviços públicos de telecomunicações vai ocorrer na reforma constitucional. Até lá, ao Governo cabe desincumbir-se, celeremente, da implantação da telefonia celular, tão reclamada pela sociedade brasileira, e sob a égide do Sistema Telebrás, que é quem tem a competência legal para fazer essa implantação.

O SR. EVALDO GONÇALVES (Bloco Parlamentar — PB. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srªs e Srs. Deputados, o ex-Deputado Gonzaga Patriota, que integrou esta Casa na legislatura passada, assumiu, há mais de 60 dias, a Secretaria Nacional do Trânsito, órgão ligado ao Ministério da Justiça. Nesse período, o nosso Secretário de Trânsito, ex-Deputado Gonzaga Patriota, implantou uma verdadeira revolução no órgão, promovendo campanhas educativas, melhorando e modernizando a fiscalização e segurança

do trânsito, e associando-se a campanhas sociais como o Projeto de Combate à Fome.

A par dessas iniciativas, esforço foi empreendido no sentido de informatizar o Denatran e o Contran, bem como todos os Detrans do País, com a implantação do Sistema Renavan e a iminente instalação do Sistema Renach, que possibilitará a emissão das novas carteiras nacionais de habilitação.

São Providências essas, Sr. Presidente, que modernizarão a Secretaria Nacional de Trânsito e farão com que esse órgão do Governo Federal atue com mais eficiência e racionalidade.

Para que conste dos nossos Anais, Sr. Presidente, requeiro seja transcrito o relatório anexo, de iniciativa do ex-Deputado Gonzaga Patriota, sobre os 60 dias de sua administração à frente da Secretaria Nacional de Trânsito.

RELATÓRIO A QUE SE REFERE O ORADOR:

RELATÓRIO SOBRE OS 60 DIAS DE ATUAÇÃO

Durante os dois primeiros meses de atuação da Secretaria de Trânsito — MJ, a preocupação maior, dos que a administram, foi encontrar meios para combater a violência no trânsito em todo País, meta do Governo Federal, através do Ministério da Justiça.

A Educação, Fiscalização e Segurança de Trânsito, foram as três metas escolhidas para um plano inicial de trabalho, junto a esta Secretaria, senão vejamos:

Educação

Preocupados com a evolução do movimento de veículos no território nacional, principalmente nos últimos anos, sem uma política de educação de trânsito nas escolas, mesmo permitida constitucionalmente, procuramos as autoridades governamentais envolvidas com a educação, a quem apresentamos os alarmantes índices de acidentes (um milhão), mutilados e acidentados (trezentos e cinqüenta mil) e mortos (cinqüenta mil), por ano, pedindo-lhes a aplicação do art. 23, XII, da Constituição Federal, isto é: a introdução da disciplina educação de trânsito nas escolas.

Os governos são obrigados, constitucionalmente, a gastarem dos seus Orçamentos Fiscais, em educação, 18%; 22,5% e 25%, respectivamente, (Federal, Estadual e Municipal). Sendo a educação de trânsito nas escolas uma necessidade do povo brasileiro, como um todo, não temos encontrado dificuldades em implementar essa ação.

Em audiência com o Senhor Ministro de Estado da Educação, conseguimos o envio de proposta desse Ministério a Sua Excelência o Senhor Presidente da República, para instituir 1994 — Ano Nacional de Educação para o Trânsito, "cópia anexa".

Fiscalização e Segurança para o Trânsito

A fiscalização nas rodovias federais a cargo da Polícia Rodoviária Federal tem sido, nos últimos meses, dinamizada em todo País.

O Diretor-Geral dessa polícia, Doutor Mauro Ribeiro Lopes, policial de carreira, conseguiu harmonizar sua polícia, ao ponto de manter em serviço patrulheiros com tempo de aposentadoria e, outros, em rodízio, para suas campanhas de policiamento e segurança em todo País.

Para dinamizar a fiscalização da Polícia Rodoviária, o Governo Federal autorizou a abertura de Concurso Público para mais quatro mil policiais, cujo Projeto encontra-se em fase de conclusão no Congresso Nacional.

Adquirimos 457 veículos, parte para patrulhamento e parte para servirem de ambulância de socorro às vítimas nas estradas, bem como, pleiteamos a aquisição de quatro helicópteros para fiscalização, policiamento e socorro nos grandes centros.

Com essas providências, nas últimas campanhas realizadas pela PRF, chamadas de Operação Carnaval e Semana Santa, conseguimos reduzir em 27% e 32,5%, respectivamente, os índices de acidentes e mortes, em relação ao ano passado.

A Polícia Rodoviária não está apenas fiscalizando as ações de trânsito e segurança; nos últimos dois meses, cooperando com o DNC — Departamento Nacional de Combustíveis, aplicou 159 multas e postos de revenda que fraudavam os consumidores, inclusive, negando-lhes a venda dos seus produtos, por ocasião dos aumentos.

É ainda a PRF que está integrada ao Projeto de Combate à Fome, implantado pelo Presidente Itamar Franco, acompanhando através de fiscalização a remessa de alimentos das regiões produtores para seus destinos, evitando o desvio de cargas como acontecia nos governos anteriores.

Com estas e outras providências e ações, a Polícia Rodoviária tem recebido inúmeros elogios da sociedade brasileira, a exemplo do Ofício nº 019/93 da Federação de Automobilismo do Estado de Santa Catarina — Fauesc, datado de 8 de abril de 1993 (fotocópia anexa).

Ainda em relação a Fiscalização e Segurança de Trânsito, podemos registrar ultimamente algumas medidas adotadas, que irão contribuir no auxílio ao combate a essa crônica violenta:

Juntamente com o Denatram e Contran, nos reunimos em Manaus, nos últimos dias 14/17, com todos os Detrans do Brasil, sob a orientação da Abdetran — Associação Brasileira dos Detrans dos Estados onde ainda não foi implantada a informatização com o Sistema Renavan, para fazê-lo com urgência e brevidade. Além das interligações com o Renavan, os Detrans de todo o país estão em processo de instalação do Sistema Renach, para emissão das novas Carteiras Nacional de Habilitação.

Ainda neste encontro, discutiu-se a celebração de Convênios entre os Detrans, para a cobrança de multas de um determinado Estado em outro. Esses convênios já estão em funcionamento no DPRF e os Detrans. Com essas medidas, todas as multas extraídas serão cobradas dos infratores, obrigando-os a respeitar as normas de trânsito.

No último dia 28/04, realizamos uma reunião, aqui em Brasília, com a participação do Denatran e Contran, junto aos representantes estaduais da ABDER. Na pauta o mesmo assunto: cobrança de multas. Não se pode educar um infrator com a impunidade. Isto é, não adianta multar se não tem as condições de cobrar o resultado da multa.

Através do Memorando nº 32/93-Setran, sugerimos ao Contran a emissão de norma, tornando obrigatório a manutenção dos veículos, quando da renovação dos seus registros (fotocópia anexa).

Administração

No tocante a parte administrativa, a Setran, mesmo sem total acomodações físicas e com uma estrutura ainda frágil, despachou, nos seus sessenta dias de vida, dezenas de processos aos diversos setores da administração federal; além de memorandos e ofícios, elaborou o seu Regimento Interno, cujo Projeto foi encaminhado aos Departamentos de Polícia Rodoviária e Ferroviária Federal e Denatran, a fim de enri-

quecerem suas atribuições, oportunidade em que passo às mãos de V. Exª uma cópia para conhecimento da Secretaria de Administração Geral.

A Setran está ultimando ações junto ao Senado Federal, no sentido de instalar, sem ônus, terminais de computadores do Prodasen, para facilitar seus trabalhos.

Estamos propondo aos organizadores do Forum Internacional de Educação a ser realizado em Pernambuco, no mês de agosto próximo, a inclusão da Setran, em Workshop, com capacidade para duzentos participantes, para discussão da disciplina e Educação de Trânsito nas Escolas.

Meio Ambiente

Com a promulgação da Constituição e realização da Eco-92, as atenções brasileiras voltaram-se para a preservação da natureza, mas, infelizmente, os meios e condições dos órgãos responsáveis por este trabalho ainda são insuficientes para tamanha responsabilidade.

Observamos a pontecialidade da Polícia Rodoviária Federal, que abrange todo o território nacional, com 21 Superintendências, 155 Delegacias, 5.757 patrulheiros, 335 postos de fiscalização, 1.023 viaturas e uma malha rodoviária policiada de 47.546 km.

Em audiência com o Dr. Humberto Lacerda, Presidente do Ibama, oferecemos total apoio àquele órgão, no que diz respeito a cooperação e parceria nas fiscalizações em geral, por nossas polícias Rodoviária e Ferroviária Federal.

Desta forma, para que as Polícias Rodoviária e Ferroviária Federal possam cooperar com o Ibama, ou mesmo com outros órgãos de Segurança Nacional, se faz necessário a ampliação das atribuições desta Secretaria, através de Decreto.

Considerando de extrema necessidade a inclusão de outras atribuições à Setran, submetemos à elevada apreciação de V. Exª a proposta de Decreto que segue anexa, para os fins necessários.

É o Relatório.

Brasília-DF, 30 de abril de 1993. — **Gonzaga Patriota,** Secretário de Trânsito.

O SR. MARINO CLINGER (PDT — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srªs e Srs. Deputados, o Instituto Nacional de Câncer e a Sociedade Brasileira de Mastologia estarão lançando, na próxima segunda-feira — 21 de junho — no Rio de Janeiro, uma iniciativa do mais alto interesse na área da saúde pública no País.

Trata-se do "Programa Diagnóstico Precoce e Controle do Câncer de Mama", que será desenvolvido como uma verdadeira campanha de âmbito nacional, cujo principal objetivo é esclarecer, de forma acessível, aspectos de grande importância sobre essa enfermidade. Sua meta maior é a diminuição do número de casos detectados em estágios avançados e, conseqüentemente, a redução das nossas atuais e preocupantes estatísticas de mortalidade provocada pela doença.

De fato, Sr. Presidente, o câncer de mama registra no Brasil, a exemplo de outros países, uma incidência elevada e em contínuo crescimento, haja vista que já representa a primeira causa de morte por câncer na população feminina nas regiões Sul, Sudeste e Nordeste, a segunda no Centro-Oeste e a terceira na região Norte.

Trata-se de patologia temida não apenas devido a sua alta freqüência, mas sobretudo pelos impactos que provoca, inclusive de ordem psicológica, por envolver negativamente a percepção da sexualidade e a própria imagem das pessoas que sofrem com câncer de mama.

Por outro lado, é significativo ressaltar que, não obstante os extraordinários avanços alcançados no tratamento da doença em todo o mundo e também no Brasil, graças ao esforço e capacidade de cientistas e profissionais dedicados à respectiva especialidade da medicina, ainda não se conhece devidamente o conjunto de causas nem tampouco as formas capazes de prevenção desse mal tão terrível.

Todavia, Sr. Presidente, prevalece amplo consenso quanto a um aspecto básico relacionado ao câncer de mama: o câncer detectado a tempo é curável.

Esse, aliás, é o principal fundamento de toda a orientação médica à mulher, no sentido da prevenção do mal através do diagnóstico precoce.

E esse é o **slogan** da campanha idealizada pelo Instituto Nacional de Câncer e a Sociedade Brasileira de Mastologia, precisamente para se difundir e conscientizar a população feminina brasileira sobre referido ensinamento destinado a sua efetiva proteção.

O Programa consistirá, portanto, na ampliação do conhecimento da comunidade profissional e, sobretudo, da comunidade leiga, de modo a se tornar rotineira e generalizada a adoção de procedimentos como o exame das mamas pela própria mulher, bem assim a periódica avaliação clínica realizada pelo médico.

Faço esse registro com a consciência de médico e parlamentar, que coloca entre as principais preocupações a questão da saúde pública em nosso país.

Por isso, o meu aplauso a essa iniciativa de extraordinária importância pelo valor do seu conteúdo e abrangência.

Ao agradecer o honroso convite para participar da solenidade de lançamento do Programa Diagnóstico Precoce e Controle do Câncer de Mama, desejo cumprimentar os ilustres Dr. Marconi Luna, Presidente da Sociedade Brasileira de Mastologia, e Dr. Marcos Moraes, Diretor do Instituto Nacional de Câncer, reconhecidos pela relevante contribuição à Medicina brasileira e que agora acrescentam mais essa demonstração de dedicação à profissão e amor aos ideais de bem servir.

Integro-me, com muito orgulho, a essa luta tão meritória, na certeza de que as Secretarias de Saúde municipais e estaduais, os sindicatos, as empresas, os clubes de serviços, enfim, as forças vivas da sociedade se engajarão nessa campanha de esclarecimento e conscientização, caminho indispensável para se proteger a mulher do sofrimento que representa o câncer de mama.

O SR. FÁBIO RAUNHEITTI (Bloco Parlamentar — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srªs e Srs. Deputados, não faltam razões para que o atual Ministro da Fazenda conte, a seu favor, com um elevado índice de aprovação e credibilidade junto à opinião pública.

Seu nome foi recebido com notável entusiasmo dentro e fora do País, uma vez que, enfim, parece surgir alguém com condições, realmente, de assumir e levar adiante a difícil missão de derrubar a inflação e fazer com que o País volte à crescer.

Raymundo Faoro chega até mesmo a identificar a escolha de Fernando Henrique à ocorrência de um milagre em Brasília, transformando, repentinamente, o estado de ânimo e saúde do enfermo, salvando o Governo de um colapso iminente.

Manifesto, igualmente, minha expectativa favorável em relação à participação de Fernando Henrique Cardoso no Governo, sobretudo por acreditar que, enfim, se confere uma

nova ótica à compreensão da economia brasileira, mais próxima da realidade.

Após avaliar os últimos acontecimentos, já é possível atribuir ao atual Ministro da Fazenda um saldo positivo no reconhecimento e abordagem das principais questões que, hoje, afetam o País.

Assim, começa seu trabalho pela correta decisão de cortar bilhões de dólares no Orçamento da União deste ano, com o propósito de evitar despesas menos urgentes, pela redefinição de prioridades para a realização dos gastos públicos, segundo critérios mais responsáveis, racionais e lógicos.

Percebe-se, com efeito, que o Ministro Fernando Henrique Cardoso reúne a autoridade e a experiência política suficientes para propor e alcançar as mudanças necessárias, aliando a isso a sensibilidade inerente ao sociólogo como garantia de permanente e efetiva atenção para com os problemas experimentados pelos segmentos mais carentes da sociedade.

No competente acerto da política econômica, com certeza não se perderá de vista o crescente e inaceitável endividamento social do País verificado durante os últimos anos.

Não se trata de tarefa de fácil execução buscar o equilíbrio dos cofres da União e, ao mesmo tempo, intensificar e manter os investimentos de caráter social, mas, no mínimo, pode-se afirmar que já existe um ponto de partida confiável, capaz de estimular a solidariedade, a consciência coletiva e o esforço conjunto em torno de uma causa muito justa, definida, em última análise, pela urgência de livrar o Brasil das mazelas da fome, da miséria, da indigência, do analfabetismo, do subdesenvolvimento.

Com elevado senso de responsabilidade, tem, assim, o Ministro lutado contra o aumento das tarifas públicas acima da inflação, se empenhado para a definição de uma política salarial, procurado solução para a negociação das dívidas dos Estados, enfatizado a importância de reduzir os juros.

Apesar das resistências a enfrentar, há, em função da habilidade e da disposição já demonstradas pelo atual Ministro da Fazenda, esperança, enfim, de se obter algum êxito no combate à inflação e na reorientação do Estado com vista à retomada do crescimento econômico, sem descuidar do atendimento às emergentes questões sociais brasileiras.

Cabe ao Legislativo, aos partidos políticos e demais entidades representativas da sociedade, neste grave momento que o País atravessa, prestar também sua colaboração ao Executivo para o devido e imediato equacionamento dos problemas nacionais.

Nesse sentido, ao concluir o presente pronunciamento, resta-me somente reiterar o voto de confiança na capacidade e na competência do Ministro da Fazenda, com a justificada expectativa de que não lhe seja negada a ajuda necessária ao cumprimento de suas relevantes responsabilidades em defesa dos interesses maiores do País.

O SR. VIRMONDES CRUVINEL (PMDB — GO. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srªs e Srs. Deputados, todos os países de grande extensão territorial, em todo o mundo, conseguiram grande desenvolvimento sócio-econômico fundamentalmente devido a um sistema eficiente de transporte ferroviário.

Assim aconteceu nos Estados Unidos, no Canadá, na Austrália e até na vizinha Argentina, nações que, todas, dispõem de ampla eficiente malha ferroviária.

No Brasil, o processo deu-se às avessas. Priorizou-se o caro transporte rodoviário, que exige constante manutenção, e hoje nos encontramos em uma lamentável situação, virtualmente sem transpotes, pois as rodovias encontram-se em péssimo estado de conservação, impedindo o tráfego normal de veículos pesados.

Paradoxalmente, ao contrário de a rede ferroviária nacional ser ampliada, a partir de 1964, milhares de quilômetros de estradas de ferro foram desativados, simplesmente sob a alegação de que eram deficitários.

Assim, no atual contexto, impõe-se a reativação das ferrovias brasileiras, como alternativa fundamental para o barateamento dos transportes de cargas e como imperativo para o desenvolvimento sócio-econômico nacional.

A propósito, recebemos da Assembléia Legislativa de Goiás cópia da Proposição nº 2.069, aprovada por aquela Casa Legislativa, na qual o ilustre Deputado Sandoval Moreira pleiteia o reinício da construção da Ferrovia Norte-Sul e o início da Leste-Oeste, obedecendo aos traçados originais.

Trata-se, na realidade, de obras de capital importância para o País, que alanvacarão o desenvolvimento econômico de imensas regiões, ainda atreladas ao subdesenvolvimento.

Temos plena consciência das dificuldades econômicas que o País atravessa, mas acreditamos também na criatividade de nossos governantes, que poderão levar adiante os projetos de construção das duas ferrovias, inclusive com a contribuição do exterior.

Essa sugestão permitimo-nos, desta tribuna, dirigir ao ilustre Ministro dos Transportes, Deputado Alberto Goldman.

Era o que tínhamos a dizer.

O SR. JOSÉ CICOTE (PT — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srªs e Srs. Deputados, no dia de ontem, em conjunto com os companheiros Deputados José Dirceu e Chico Vigilante, aditamos representação contra o TRT da 18ª região.

Em 11 de outubro de 1991, representamos contra o TRT da 18ª região/Goiás por infringir a legislação nomeando parentes de autoridades para cargos em comissão daquela corte de justiça trabalhista. Até a presente data aquela representação ainda não foi definida, sendo que a Procuradoria-Geral da República determinou a abertura de Inquérito Civil Público.

Novas denúncias surgem contra a 18ª região.

As irregularidades supracitadas referem-se a servidores requisitados para prestarem serviços junto ao TRT da 18ª região.

Os requisitados deveriam ser efetivos nos cargos de origem, porém, as pessoas requisitadas, em vários casos, não tinham vínculo efetivo como as prefeituras. Várias autoridades municipais utilizaram-se desse expediente para empregarem parentes e aliados políticos, num verdadeiro festival de favorecimento eleitoral com o dinheiro público. Além dos parentes denunciados na representação MPF/PGR 08100.003220/91-06, contratados ilegalmente, muitos servidores foram contratados e requisitados ao Tribunal ao arrepio da Lei e da Bula Política. Entre estes estão Glace Kelle Roriz Leite — Assistente de Gabinete da Prefeitura de Luziânia e Secretária Especializada da JCJ da mesma cidade; Waber Joaquim de Oliveira — Assessor Administrativo da Prefeitura de São Miguel do Passa Quatro e Secretário Especializado da 1ª JCJ de Goiânia-Goiás; Vânia de Fátima Machado Araújo Ferreira — Assistente de Gabinete da Prefeitura de Luziânia e Auxiliar Especializado do Gabinete da Presidência do TRT da 18ª região.

De acordo com levatamento da entidade classista, há pelo menos uma irregularidade na cessão de pessoal realizada pelas prefeituras dos seguintes municípios: Goiás, Rio Verde, Aparecida de Goiânia, Mossumedes, Cachoeira de Goiás, Uruaçu, Corumbaíba, Nova Veneza, Piracanjuba, Rio-Quente, Caldas Novas, Indiara, São Luiz de Montes Belos, Faina, Itumbiara, Aruanã, Mara Rosa, Ceres, Anápolis, Santa Barbara de Goiás, Formosa, Portelândia, Bonfinópolis, São Miguel do Passa Quatro, Itaguari, Iporá, Buriti Alegre de Goiás, Bom Jesus, Jaraguá, Marzagão, Hidrolândia e Nova Aurora.

Sobre os juízes classistas estas são as irregularidades; a Srª Márcia Teixeira Nascimento foi Diretora da Secretaria Judiciária em substituição à Srª Joana D'arc Guedes Amorim, até a data em que foi designada para exercer a função de Juíza Classista de Empregadores no JCJ de Iporá. O Sr. João Macedo Xavier, irmão do Juiz Josias Macedo (TRT 18ª região-Classista), é suplente dos empregadores na 2ª JCJ de Goiânia. A Srª Dilma Carneiro comunicou através de telegrama, com recibo, que não era sindicalizada nos dois anos previstos na CLT, mas foi designada pelo TRT, burlando a lei. O Sr. Caio Bruno Silva Pacheco exercia o cargo de Diretor da JCJ de Catalão. Foi exonerado por desacatar a Juíza Kátia Bontempo quando foi advertido por sua pouca assiduidade. Retornou ao TRT em 9 de fevereiro de 1993, exercendo a função de Juiz Classista da JCJ de Formosa. Quanto a Eurípedes Pereira da Costa, está sendo questinada a base territorial do sindicato que o indicou.

As nomeações realizadas apontam para o nepotismo. Da histórica cidade de Goiás, o Prefeito Abner de Castro Curado colocou à disposição do TRT: Mônica Passos Vieira, irmão de sua mulher; Clayci de Castro Molinari, irmão do atual Secretário da Administração, que por sua vez é irmão da esposa do irmão do prefeito. A relação inclui também os primos do prefeito, Otávio Augusto Caiado de Castro e Haroldo Rosa Machado e a cunhada do Prefeito Carla Cozzeti Velasco de Castro Curado. Haroldo acumula os cargos de assessor jurídico do Prefeito e da Câmara. A relação inclui ainda Rose Mary de Castro Molinari Curado, esposa do Secretário de Saúde do Município. Podemos afirmar que foi montada uma indústria de requesição de pessoal. A cessão de pessoal só pode ocorrer se o servidor possuir cargo efetivo.

A determinação constitucional, inscrita no inciso V do art. 37, de que os cargos em comissão e as funções de confiança devem ser exercidas preferencialmente por servidores ocupantes de cargo de carreira técnica ou profissional não é levada com muita consideração pelo TRT da 18ª região. A maioria destes cargos estão em mãos de pessoas estranhas ao Tribunal.

De acordo com levantamento efetivado pelo Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário Federal no Estado de Goiás, o quadro das irregularidades no TRT da 18ª região é o seguinte:

Requisitados sem cargo efetivo no órgão de origem e com acumulação de função gratificada: José Custódio de Souza — Chefe do Departamento Financeiro da Prefeitura de Uruaçu e Secretário Especializado na JCJ da mesma cidade; Maria José Meireles Alves — Assistente do Gabinete da Prefeitura de Luziânia e Secretária Especializada da JCJ da mesma cidade; Rizia Nazaretti Guimarães — Assistente de Gabinete da Prefeitura de Luziânia e Secretária Especializada da JCJ da mesma cidade; Helaine Roriz — Assistente de Gabinete da Prefeitura de Luziânia e Secretária Especializada no JCJ da mesma cidade. Lions Guedes D' Amorim, primo do Juiz Luiz Guedes D'Amorim, Juiz Classista, representante dos empregados da JCJ de Goiás, e Bruno Garibaldi Fleury, requisitado da Emicidec, lotado na Presidência em 24 de julho de 1991. Tomou posse em 22 de janeiro de 1993 como Suplemente de Juiz Classista dos Empregados.

Outra irregularidade, de acordo com informações fornecidas pelo TRT ao Sinjufego: decreto de 14 de maio de 1991, do Governador do Estado de Goiás, colocando à disposição do TRT da 18ª região o Odontólogo Paulo Persival Ferro, sendo que o TRT não conta com consultório odontológico.

Muitos são as irregularidades cometidas pelo TRT da 18ª região. Será preciso haver uma profunda investigação para que não paire qualquer mancha de ilegalidade sobre o comportamento dos membros daquela corte de justiça trabalhista, bem como em outros tribunais do trabalho, conforme denúncias relatadas pelos órgãos de imprensa. Neste momento de crise valem muito mais os exemplos do que as palavras; estas comovem, aqueles arrastam.

O SR. PACOAL NOVAIS (Bloco Parlamentar — RO. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srªs e Srs. Deputados, quero usar este espaço no dia de hoje, Sr. Presidente, para discorrer sobre as Reservas Extrativistas, porque entendo que elas trazem propostas de desenvolvimento sustentado para a região amazônica. Esta idéia nasceu com a necessidade de luta dos seringueiros pela preservação do espaço amazônico onde sempre, em tempos modernos, desenvolveram suas atividades produtivas.

A idéia de criar Reservas Extrativistas na região amazônia, Sr. Presidente, vem desde 1976, mas só em 1990 elas começaram a ser oficializadas pelo Governo Federal.

Constituindo-se reforma agrária do seringueiro, a Reserva Extrativista inova, Srªs e Srs. Deputados, pela forma de exploração coletiva da terra, ao contrário da individualização que ocorre nos projetos de colonização levados a efeito pelo Incra na região amazônica, e pela posse da terra através da concessão real de uso, permanecendo a área em prioridade do Poder Público, ou seja, as Reservas Extrativistas permanecem pertencendo à União, mas com o usufruto das populações tradicionais.

Hoje, Sr. Presidente, os planos de uso das Reservas, desenvolvidos pelas entidades representativas dos seringueiros juntamente com o Conselho Nacional de Seringueiros (CNS), nos quais se preconiza também a pesquisa participativa, procuram avaliar as tradicionais atividades extrativistas de agricultura de subsistência e de exploração extrativista de novos produtos com potencial de aplicação diversa, além de cogitarem da possibilidade de exploração madeireira, que, embora proibida nas Reservas, já se pensa em fazer, no futuro, a partir de um consistente plano de manejo florestal que preserva matrizes superiores das essências florestais nobres, para garantir a qualidade no processo de reprodução das florestas e, com o tempo, o repovoamento e enriquecimento destas, com as espécies de maior potencial econômico.

Nós temos uma infinidade de riquezas naturais na Amazônia, Srªs Srs. Deputados, produtos vegetais como o tucumã e o patuá, que possuem óleo de grande importância, o açaí, a copaíba, a bocaba, o babaçu, a pupunha e muitos outros que têm importância muito grande para as comunidades, sem falar das variedades medicinais.

Hoje, as Reservas Extrativistas oficializadas (Alto Juruá e Chico Mendes no Acre; Rio Ouro Preto, em Guajará Mirim, Rondônia; e Cajari, no Amapa) ocupam áreas de 2.160.000 hectares, agregando 6.230 famílias e beneficiando aproxima-

damente 30 mil pessoas diretamente. Além destas Reservas Extrativistas e de outras em processo de regularização, há os Projetos de Assentamento Extrativista, coordenados pelo Incra, que precisam ser transformados em Reservas Extrativistas.

A Embrapa/CPAF — Rondônia, está começando a atuar na Reserva Extrativista do Rio Ouro Preto, em Guajará Mirim, a partir de convênio celebrado com a Associação dos Seringueiros, com intermediação do Instituto de Estudos da Amazônia (IEA), e está sendo elaborado um programa de atividade na Reserva que deve contar com a participação das Secretarias do Meio Ambiente, da Educação e do Ibama, desdobrando-se em projetos específicos que procuram cobrir as diversas áreas de carência dentro da Reserva.

Neste momento, Sr. Presidente, o CPAF — Rondônia, espera pelo aporte de novos recursos (oriundos de organismos internacionais, Demacoop, PMACI, Planafloro) para implementação na íntegra do projeto agrossilvopastoril de apoio à atividade extrativista na Reserva Extrativista do Rio Ouro Preto.

O SR. JORGE KHOURY (Bloco Parlamentar — BA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srª e Srs. Deputados, o clamor dos prefeitos da região do nordeste baiano, uma das mais pobres do Estado, se dá de diversas formas.

Foi lá que há um século o povo, acompanhando seu líder Antônio Coselheiro, insurgiu-se contra a opressão e as injustiças sociais da Monarquia finda, bem como da República emergente.

Também foi de lá que ecoou o protesto do povo contra o pagamento de impostos, desde quando os impostos gerados não eram investidos para criar a infra-estrutura capaz de propiciar o desenvolvimento da economia, que com certeza traria consigo a geração de empregos e conseqüentemente ajudaria a matar a fome daquelas famílias.

Cem anos depois, o que se vê é o mesmo quadro de desolação: mas para confirmar a assertiva de que o "sertanejo é um forte", ele vem conseguindo sobreviver e tudo. Aquele povo continua vivo, cada dia mais consciente dos seus direitos e dispostos, como há um século, a continuar lutando por eles.

A grande reivindicação neste momento é a complementação da BR-116. A referida rodovia tem, de Fortaleza, Ceará, a Jaguarão, Rio Grande do Sul, 4.561km. No entanto, exatamente o único trecho que falta é o de Tucano, Bahia, a Ibó, Pernambuco.

Apesar de ser uma rodovia federal, o Governador Antônio Carlos Magalhães prometeu em campanha, e cumpriu, o asfaltamento do subtrecho de Tucano a Euclides da Cunha, na Bahia, num total de 59km. Falta, portanto, a ligação Euclides da Cunha, Bahia, a Ibó, Pernambuco, via Canudos, Bahia, num total de 233,8km.

Isto representa exatos 5,12% do total da referida rodovia.

Desejo através deste pronunciamento fazer chegar ao Sr. Ministro dos Transportes, Deputado Alberto Goldman, a quem tributo profundo respeito pela seriedade com que conduz aquela Pasta, o apelo de um povo que vive de século em século lutando contra a adversidade da natureza e reclamando seus direitos.

A coincidência é muito grande, para não parecer propositadas a intenção de prejudicar uma região que vive a síndrome da discriminação: faltam apenas 5,12%, e exatamente no Nordeste do Brasil, no nordeste da Bahia, nas terras dos sertões de Canudos.

Ou será uma fatalidade?

Como Deputado e representante daquela região nesta Casa, não posso aceitar nenhuma das teses — nem a da coincidência, nem a da fatalidade.

Desejo, sim, do Sr. Ministro Alberto Goldman, uma posição do seu Ministério acerca do assunto, pois o sertanejo não pode continuar sendo discriminado.

Sr. Presidente, Srª e Srs. Deputados, para melhor clareza do meu pronunciamento, anexo cópia de artigos publicados no jornal **A Tarde** de 12 de junho de 1993 sob os títulos "Prefeitos pedem ao governo conclusão da rodivia BR-116" e "A segunda maior estrada do País".

Era o que tinha a dizer.

ARTIGOS A QUE SE REFERE O ORADOR:

PREFEITOS PEDEM AO GOVERNO CONCLUSÃO DA RODOVIA BR-116

A pavimentação dos 233Km da Rodovia Transnordestina (BR-116), que ligam as cidades baianas de Euclides da Cunha e Ibó, é, para o prefeito de Canudos, Manuel Adriano Filho, o maior presente que o município poderia receber, quando se comemoram os 100 anos da Revolta de Antônio Conselheiro.

O prefeito conta que ainda menino viu a BR-116 sendo implantada considerando por isso um desrespeito que, mais de meio século depois, suas obras ainda estejam por concluir e ironicamente numa região de raízes históricas tão profundas como a de Canudos.

Manuel Adriano nutre esperanças de que o governo federal resgate essa dívida, mas tem quase certeza de que quem vai mesmo pavimentar a rodovia é o governador Antonio Carlos Magalhães, como, aliás, já procede em relação ao segmento da BR-116 que vai de Tucano a Euclides da Cunha.

Na última quinta-feira, reuniram-se em Canudos cerca de 50 dos 80 prefeitos que administram a região, e Manuel Adriano disse que a conclusão da BR-116 no território baiano foi o tema de destaque de todas as discussões.

Já o prefeito de Euclides da Cunha, José Raimundo Costa, embora deplore as conseqüências da seca sobre seu município, registra com alegria a pavimentação da rodovia, no trecho que liga seu município ao de Tucano. A pavimentação, que o Derba está prestes a concluir, foi uma promessa da campanha do então candidato Antonio Carlos Magalhães, cuja administração vem realizando outras importantes obras em Euclides da Cunha, a exemplo da construção da primeira fase do estádio municipal, a ampliação do sistema de abastecimento de água, a perfuração e instalação de poços artesianos em diversas localidades.

José Raimundo acredita que, se o governo federal decidir concluir a Transnordestina, vai dar um enorme empurrão no desenvolvimento da economia regional. Segundo ele, municípios como Abaré, Rodelas, Chorrochó, Uauá e mesmo Canudos, que de alguma forma giram em torno de Euclides da Cunha, têm tudo para crescer com mais rapidez, a partir da implantação da rodovia.

Por sua vez, o prefeito de Tucano, João Roma, sustenta que "se tivéssemos a sorte de o asfalto ter chegado a Barra do Tarrachil, fronteira de Pernambuco, quando foi iniciada a Transnordestina, teríamos hoje uma nova Bahia dentro da Bahia".

— Se o Presidente da República se dispuser a dar uma ajuda à Bahia, nosso governador poderá complementar a

BR-116 — disse João Roma, lembrando a decisão do governo baiano de mandar asfaltar a rodovia entre Tucano e Euclides da Cunha, com recursos próprios, no que pese uma conjuntura comprovadamente adversa.

João roma reivindica também o asfaltamento da ligação Tucano/Ribeira do Pombal, com 30Km de extensão, mas acha que a prioridade absoluta, mesmo, é a pavimentação da 116.

A SEGUNDA MAIOR ESTRADA DO PAÍS

A BR-116 é a segunda maior rodovia do País. Com 4.561 quilômetros, ela tem o seguinte traçado: Fortaleza, Russas, Jaguaribe, Icó e Jati, no Ceará; Salgueiro, em Pernambuco; Ibó, Canudos, Euclides da Cunha, Tucano, Feira de Santana e Vitória da Conquista, na Bahia; Teófilo Otoni, Governador Valadares, Muriaé e Leopoldina, em Minas Gerais; Além Paraíba, Teresópolis e Barra Mansa, no Rio de Janeiro; Lorena, São Paulo e Registro, em São Paulo; Curitiba, no Paraná; Lage, em Santa Catarina; e Porto Alegre, Pelotas e Jaguarão, no Rio Grande do Sul.

Dos 4.561 quilômetros que compõem o traçado da BR-116, 4.268,2 quilômetros já foram construídos e 59 estão em execução, faltando apenas 233,8 quilômetros, ou seja, 5,12%.

O trecho em execução foi delegado ao Derba pelo DNER. Situa-se entre Tucano e Euclides da Cunha. Esta sendo bancado unicamente com recursos do Tesouro do Estado. Os outros 233,8 quilômetros restantes já foram licitados, através de concorrência feita pelo Derba e ganha pelas empresas Viriato Cardos e OAS.

Há mais de meio-século os nordestinos pedem a pavimentação desse trecho, que tornará as viagens entre o Norte e o Sul muito mais curtas. Se se considerar que para se chegar do outro lado do Rio São Francisco, em Pernambuco, para integrar-se novamente à BR-116, há uma diferença em torno de 200 quilômetros, uma viagem com retorno sai cerca de 400 quilômetros mais longa e, obviamente, mais dispendiosa.

Como o número de veículos que fazem esse trajeto chega a milhares por dia, os prejuízos para os cofres do País são elevadíssimos, daí o intenso movimento que há anos se faz pela implantação do trecho.

A implantação do trecho da BR-116 entre Euclides da Cunha e Ibó inclui a construção de uma ponte sobre o Rio São Francisco, justamente em Ibó, fronteira com Pernambuco.

Baseado nas declarações do Ministro dos Transportes, Alberto Goldman, de que o governo pretende entregar a empresas privadas a conservação e a manutenção de algumas rodovias, o prefeito de Canudos, Manuel Adriano Filho, acredita que seria oportuno que, concomitantemente à ordem de serviço para conclusão da rodovia, também se licitasse o projeto e a construção da ponte, que a empresa vencedora da concorrência custearia, com direito de cobrar pedágio.

V – ORDEM DO DIA

PRESENTES OS SEGUINTES SRS. DEPUTADOS:

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – A lista de presença registra o comparecimento de 320 Senhores Deputados.

RORAIMA

JULIO CABRAL	PP
LUCIANO CASTRO	PPR
MARCELO LUZ	PP
RUBEN BENTO	BLOCO

AMAPÁ

LOURIVAL FREITAS	PT
MURILO PINHEIRO	BLOCO
VALDENOR GUEDES	PP

PARA'

ELIEL RODRIGUES	PMDB
MARIO CHERMONT	PP
NICIAS RIBEIRO	PMDB
OSVALDO MELO	PPR
PAULO TITAN	PMDB
SOCORRO GOMES	PCdoB

AMAZONAS

JOAO THOME	PMDB
PAUDERNEY AVELINO	PPR

RONDÔNIA

ANTONIO MORIMOTO	PPR
NOBEL MOURA	PP
PASCOAL NOVAES	BLOCO
RAQUEL CANDIDO	BLOCO
REDITARIO CASSOL	PP

ACRE

RONIVON SANTIAGO	PPR
ZILA BEZERRA	PMDB

TOCANTINS

HAGAHUS ARAUJO	PMDB
LEOMAR QUINTANILHA	PPR
OSVALDO REIS	PP

MARANHÃO

MAURO FECURY	BLOCO
NAN SOUZA	PP
PEDRO NOVAIS	PPR
ROSEANA SARNEY	BLOCO
SARNEY FILHO	BLOCO

CEARÁ

CESAR CALS NETO	PSD
LUIZ GIRAO	PDT

LUIZ PONTES	PSDB
MAURO SAMPAIO	PSDB
MORONI TORGAN	PSDB
SERGIO MACHADO	PSDB
UBIRATAN AGUIAR	PMDB
VICENTE FIALHO	BLOCO

PIAUÍ

FELIPE MENDES	PPR
MURILO REZENDE	PMDB
MUSSA DEMES	BLOCO
PAULO SILVA	PSDB

RIO GRANDE DO NORTE

LAIRE ROSADO	PMDB
NEY LOPES	BLOCO

PARAÍBA

RAMALHO LEITE	BLOCO
RIVALDO MEDEIROS	BLOCO
VITAL DO REGO	PDT
ZUCA MOREIRA	PMDB

PERNAMBUCO

INOCENCIO OLIVEIRA	BLOCO
LUIZ PIAUHYLINO	PSB
MAURILIO FERREIRA LIMA	PMDB
MAVIAEL CAVALCANTI	PRN
MIGUEL ARRAES	PSB
NILSON GIBSON	PMDB
OSVALDO COELHO	BLOCO
PEDRO CORREA	BLOCO
RENILDO CALHEIROS	PCdoB
RICARDO FIUZA	BLOCO
ROBERTO FREIRE	PCB
ROBERTO MAGALHAES	BLOCO
SERGIO GUERRA	PSB
TONY GEL	BLOCO
WILSON CAMPOS	PMDB

ALAGOAS

JOSE THOMAZ NONO	PMDB
MENDONCA NETO	PDT
OLAVO CALHEIROS	PMDB
ROBERTO TORRES	BLOCO

SERGIPE

MESSIAS GOIS	BLOCO
PEDRO VALADARES	PP

BAHIA

ALCIDES MODESTO	PT
JAIRO CARNEIRO	BLOCO
JOSE LOURENCO	PPR
LEUR LOMANTO	BLOCO
LUIS EDUARDO	BLOCO
LUIZ MOREIRA	BLOCO
LUIZ VIANA NETO	BLOCO
MANOEL CASTRO	BLOCO
MARCOS MEDRADO	PP
NESTOR DUARTE	PMDB
PEDRO IRUJO	PMDB
PRISCO VIANA	PPR
SERGIO GAUDENZI	PSDB
TOURINHO DANTAS	BLOCO
UBALDO DANTAS	PSDB
ULDURICO PINTO	PSB

MINAS GERAIS

AECIO NEVES	PSDB
AGOSTINHO VALENTE	PT
ALOISIO VASCONCELOS	PMDB
ALVARO PEREIRA	PSDB
ANNIBAL TEIXEIRA	BLOCO
ARACELY DE PAULA	BLOCO
ARMANDO COSTA	PMDB
AVELINO COSTA	PPR
CAMILO MACHADO	BLOCO
EDINHO FERRAMENTA	PT
ELIAS MURAD	PSDB
FELIPE NERI	PMDB
FERNANDO DINIZ	PMDB
GENESIO BERNARDINO	PMDB
GETULIO NEIVA	PL
HUMBERTO SOUTO	BLOCO
IBRAHIM ABI-ACKEL	PPR
ISRAEL PINHEIRO	BLOCO
JOAO PAULO	PT
JOSE ALDO	BLOCO
JOSE BELATO	PMDB
JOSE GERALDO	PMDB
JOSE SANTANA DE VASCONCELLOS	BLOCO
JOSE ULISSES DE OLIVEIRA	BLOCO
LEOPOLDO BESSONE	PP
MARCOS LIMA	PMDB
MARIO DE OLIVEIRA	PP
MAURICIO CAMPOS	PL
NEIF JABUR	PMDB
NILMARIO MIRANDA	PT
ODELMO LEAO	PRN
OSMANIO PEREIRA	PSDB
PAULO DELGADO	PT
PAULO ROMANO	BLOCO
PEDRO TASSIS	PMDB
RAUL BELEM	BLOCO
ROMEL ANISIO	PRN

RONALDO PERIM	PMDB
SAMIR TANNUS	PPR
SAULO COELHO	PSDB
SERGIO FERRARA	PMDB
SERGIO MIRANDA	PCdoB
SERGIO NAYA	PMDB
TARCISIO DELGADO	PMDB
VITTORIO MEDIOLI	PSDB
WAGNER DO NASCIMENTO	BLOCO
WILSON CUNHA	BLOCO
ZAIRE REZENDE	PMDB

ESPÍRITO SANTO

ARMANDO VIOLA	PMDB
ETEVALDA GRASSI DE MENEZES	BLOCO
HELVECIO CASTELLO	PSDB
JORIO DE BARROS	PMDB
LEZIO SATHLER	PSDB
NILTON BAIANO	PMDB
RITA CAMATA	PMDB
ROBERTO VALADAO	PMDB
ROSE DE FREITAS	PSDB

RIO DE JANEIRO

ALDIR CABRAL	BLOCO
ALVARO VALLE	PL
AMARAL NETTO	PPR
AROLDE DE OLIVEIRA	BLOCO
BENEDITA DA SILVA	PT
CARLOS LUPI	PDT
CARLOS SANTANA	PT
CIDINHA CAMPOS	PDT
EDESIO FRIAS	PDT
FABIO RAUNHEITTI	BLOCO
FERES NADER	BLOCO
FLAVIO PALMIER DA VEIGA	PSDB
FRANCISCO SILVA	PP
JAIR BOLSONARO	PP
JOSE EGYDIO	PPR
JOSE VICENTE BRIZOLA	PDT
JUNOT ABI-RAMIA	PDT
LAERTE BASTOS	PDT
LUIZ SALOMAO	PDT
MARINO CLINGER	PDT
MIRO TEIXEIRA	PDT
PAULO DE ALMEIDA	BLOCO
PAULO PORTUGAL	PDT
PAULO RAMOS	PDT
ROBERTO JEFFERSON	BLOCO
SANDRA CAVALCANTI	PPR
SERGIO AROUCA	PCB
SERGIO CURY	PDT
SIMAO SESSIM	BLOCO
VIVALDO BARBOSA	PDT
WANDA REIS	BLOCO

SÃO PAULO

ADILSON MALUF	PMDB
AIRTON SANDOVAL	PMDB
ALBERTO HADDAD	PP
ALOIZIO MERCADANTE	PT
ARMANDO PINHEIRO	PPR
AYRES DA CUNHA	PL
CARDOSO ALVES	BLOCO
CARLOS NELSON	PMDB
CHICO AMARAL	PMDB
CUNHA BUENO	PPR
DELFIM NETTO	PPR
DIOGO NOMURA	PL
EDUARDO JORGE	PT
ERNESTO GRADELLA	S/P
EUCLYDES MELLO	BLOCO
FABIO MEIRELLES	PPR
GERALDO ALCKMIN FILHO	PSDB
HEITOR FRANCO	PPR
HELIO ROSAS	PMDB
JORGE TADEU MUDALEN	PMDB
JOSE ANIBAL	PSDB
JOSE CICOTE	PT
JOSE DIRCEU	PT
JOSE GENOINO	PT
JOSE MARIA EYMAEL	PP
JOSE SERRA	PSDB
KOYU IHA	PSDB
LIBERATO CABOCLO	PDT
LUIZ GUSHIKEN	PT
LUIZ MAXIMO	PSDB
MARCELINO ROMANO MACHADO	PPR
MARCELO BARBIERI	PMDB
MAURICIO NAJAR	BLOCO
MENDES BOTELHO	BLOCO
NELSON MARQUEZELLI	BLOCO
OSWALDO STECCA	PMDB
PAULO LIMA	BLOCO
PAULO NOVAES	PMDB
PEDRO PAVAO	PPR
ROBERTO ROLLEMBERG	PMDB
ROBSON TUMA	PL
TADASHI KURIKI	PPR
VALDEMAR COSTA NETO	PL
WALTER NORY	PMDB

MATO GROSSO

AUGUSTINHO FREITAS	BLOCO
ITSUO TAKAYAMA	BLOCO
JONAS PINHEIRO	BLOCO
JOSE AUGUSTO CURVO	PMDB
RICARDO CORREA	PL
RODRIGUES PALMA	BLOCO
WELINTON FAGUNDES	PPR

DISTRITO FEDERAL

AUGUSTO CARVALHO	PCB
BENEDITO DOMINGOS	PP
CHICO VIGILANTE	PT
JOFRAN FREJAT	BLOCO
MARIA LAURA	PT
OSORIO ADRIANO	BLOCO
PAULO OCTAVIO	BLOCO

GOIÁS

ANTONIO FALEIROS	PSDB
DELIO BRAZ	BLOCO
HALEY MARGON	PMDB
LAZARO BARBOSA	PMDB
LUCIA VANIA	PP
LUIZ SOYER	PMDB
MAURO BORGES	PP
PAULO MANDARINO	PPR
PEDRO ABRAO	PP
ROBERTO BALESTRA	PPR
RONALDO CAIADO	BLOCO
VILMAR ROCHA	BLOCO
VIRMONDES CRUVINEL	PMDB
ZE GOMES DA ROCHA	BLOCO

MATO GROSSO DO SUL

ELISIO CURVO	BLOCO
FLAVIO DERZI	PP
GEORGE TAKIMOTO	BLOCO
JOSE ELIAS	BLOCO
MARILU GUIMARAES	BLOCO
VALTER PEREIRA	PMDB
WALDIR GUERRA	BLOCO

PARANÁ

ANTONIO BARBARA	PMDB
ANTONIO UENO	BLOCO
BASILIO VILLANI	PPR
CARLOS SCARPELINI	PP
DELCINO TAVARES	PP
DENI SCHWARTZ	PSDB
EDI SILIPRANDI	PDT
ELIO DALLA-VECCHIA	PDT
IVANIO GUERRA	BLOCO
JONI VARISCO	PMDB
JOSE FELINTO	PP
LUCIANO PIZZATTO	BLOCO
LUIZ CARLOS HAULY	PP
MAX ROSENMANN	PDT
MOACIR MICHELETTO	PMDB
MUNHOZ DA ROCHA	PSDB
ONAIREVES MOURA	PSD
PAULO BERNARDO	PT
PEDRO TONELLI	PT
PINGA FOGO DE OLIVEIRA	PP
REINHOLD STEPHANES	BLOCO
RENATO JOHNSSON	PP
SERGIO SPADA	PP
WERNER WANDERER	BLOCO
WILSON MOREIRA	PSDB

SANTA CATARINA

ANGELA AMIN	PPR
CESAR SOUZA	BLOCO
DEJANDIR DALPASQUALE	PMDB
EDISON ANDRINO	PMDB
HUGO BIEHL	PPR
JARVIS GAIDZINSKI	PPR
LUIZ HENRIQUE	PMDB
NELSON MORRO	BLOCO
NEUTO DE CONTO	PMDB
ORLANDO PACHECO	BLOCO
PAULO DUARTE	PPR
RUBERVAL PILOTTO	PPR
VALDIR COLATTO	PMDB
VASCO FURLAN	PPR

RIO GRANDE DO SUL

ADAO PRETTO	PT
ADROALDO STRECK	PSDB
ADYLSON MOTTA	PPR
ALDO PINTO	PDT
AMAURY MULLER	PDT
ARNO MAGARINOS	PPR
CARLOS AZAMBUJA	PPR
CELSO BERNARDI	PPR
EDEN PEDROSO	PDT
EDSON MENEZES SILVA	PCdoB
FERNANDO CARRION	PPR
FETTER JUNIOR	PPR
GERMANO RIGOTTO	PMDB
HILARIO BRAUN	PMDB
IVO MAINARDI	PMDB
JOAO DE DEUS ANTUNES	PPR
JOSE FORTUNATI	PT
LUIS ROBERTO PONTE	PMDB
MENDES RIBEIRO	PMDB
NELSON JOBIM	PMDB
NELSON PROENCA	PMDB
ODACIR KLEIN	PMDB
OSVALDO BENDER	PPR
PAULO PAIM	PT
PRATINI DE MORAES	PPR
VALDOMIRO LIMA	PDT
VICTOR FACCIONI	PPR
WALDOMIRO FIORAVANTE	PT
WILSON MULLER	PDT

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) — A lista de presença registra o comparecimento de 320 Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) —

Apresentação de Proposições

Os Senhores Deputados que tenham proposições a apresentar poderão fazê-lo.

Apresentam proposições os Senhores:

JOSÉ DIRCEU — Requerimento de informações ao Ministério da Previdência Social, por intermédio do INSS, sobre processo de aposentadoria da contribuinte Diva de Souza.

— Requerimento de informações ao Ministério da Ciência e Tecnologia, por intermédio do Departamento de Política de Informática, sobre o Contrato nº 0482, firmado entre a empresa norte-americana Inc., de Waitland, Califórnia, e a empresa UPSI Informática.

— Requerimento de informações ao Ministério das Comunicações sobre concessão de canal FM para o Município de Itajubá, estado de Minas Gerais.

BENEDITA DA SILVA — Requerimento de informações ao Ministério da Saúde sobre o fechamento do Posto de Assistência Médica da Rua Venezuela, no Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, e acerca da situação dos funcionários.

PEDRO PAVÃO — Requerimento de informações ao Ministério da Fazenda a respeito de recursos captados pela VASP no exterior.

EDSON MENEZES SILVA — Projeto de lei que institui a indenização de clientela para empregados vendedores viajantes e pracistas.

CIDINHA CAMPOS — Requerimento de informações ao Ministério da Fazenda sobre exclusões em conta corrente das entidades hospitalares que menciona.

LAERTE BASTOS — Projeto de lei que estende o direito à prisão especial, previsto no art. 295 do Código de Processo Penal, aos ex-Parlamentares e ex-Prefeitos.

PEDRO CORRÊA — Indicação ao Poder Executivo, por intermédio dos Ministérios do Trabalho e da Previdênica Social, do exame da oportunidade e conveniência de se pagar o salário integral do trabalhador no primeiro ano de afastamento por motivo de doença.

JACKSON PEREIRA — Requerimento de informações ao Ministério da Fazenda sobre fechamento de agências do Banco da Amazônia S/A — BASA.

— Projeto de lei que dispõe sobre a venda de moeda estrangeira a viajantes ao exterior.

CHICO AMARAL — Requerimento de informações ao Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo sobre produção brasileira de têxteis, bem como de importação de matérias-primas e tecidos.

— Requerimento de informações ao Ministério da Fazenda sobre importação de matérias-primas e tecidos.

GENÉSIO BERNARDINO — Projeto de lei que institui o Plano Básico de Assistência Médica para toda a população brasileira e dispõe sobre o atendimento à saúde dos acidentados do trabalho e das vítimas de doenças profissionais, e dá outras providências.

WALDIR GUERRA — Projeto de lei que estabelece a recomposição dos débitos dos agricultores, pelos Agentes Financeiros do Sistema Nacional de Crédito Rural, nas condições que especifica e dá outras providências.

NELSON JOBIM — Projeto de lei que faz alterações na Lei nº 5.869, de 1973 — Código de Processo Civil.

JOÃO DE DEUS ANTUNES — Requerimento ao Presidente da Câmara dos Deputados de retirada de tramitação do Projeto de Lei nº 2.019, de 1991, de sua autoria, apensado ao Projeto de Lei nº 358, de 1991.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) — Vai-se passar à apreciação da matéria que está sobre a mesa e da constante da

ORDEM DO DIA.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira)

— 1 —

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR
Nº 153-B, DE 1993

Continuação da discussão, em turno único, do Projeto de Lei Complementar nº 153, de 1993, que institui o Imposto Provisório sobre a Movimentação ou a Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira — IPMF, e dá outras providências; tendo pareceres da Comissões de Finanças e Tributação, contra os votos dos Srs. Pedro Novais, Manoel Castro, Aloízio Mercadante e Adílson Maluf, pela aprovação, com Substituto, com votos em separado dos Srs. Francisco Dornelles, Aloízio Mercadante, José Maria Eymael e Robson Tuma (Relator: Sr. Luís Roberto Ponte); e dos Relatores designados pela Mesa, em substituição às Comissões de Economia, Indústria e Comércio, em audiência, pela aprovação, com adoção do Substitutivo da Comissão de Finanças e Tributação, com subemendas (Relator: Sr. Max Rosenmann); e de Constituição e Justiça e de Redação, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, com emendas, do Substituto da Comissão de Finanças e Tributação e, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa das emendas da Comissão de Economia, Indústria e Comércio (Relator: Sr. Roberto Magalhães). Parecer às Emendas de Plenário do Relator Designado pela Mesa, em substituição à Comissão de Constituição e Justiça e de Redação: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa das de nºs 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 20, 21, 22 e 28; e pela inadmissibilidade da de nº 13 (Relator: Sr. Roberto Magalhães). Pendente de pareceres às emendas de Plenário, das Comissões de Finanças e Tributação e de Economia, Indústria e Comércio.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Aloízio Mercadante, para discutir a matéria.

O SR. ALOÍZIO MERCADANTE (PT—SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, retiro minha inscrição.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) — Concedo a palavra, para discutir a matéria, ao nobre Deputado José Dirceu, no lugar do nobre Deputado José Fortunati.

O SR. JOSÉ DIRCEU (PT — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, em primeiro lugar, quero dirigir-me particularmente ao Líder do Governo, o compa-

nheiro Deputado Roberto Freire, para esclarecer que a bancada do PT não está em obstrução. Devo reafirmar que não podíamos aceitar a discussão, o encaminhamento e a votação sem antes tomar conhecimento das emendas apresentadas pelos Relatores da Comissão de Economia, Indústria e Comércio e da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, porque eram emendas no mérito. Era e é essa a posição do Partido dos Trabalhadores.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, quero dirigir-me ao Líder do PDT, companheiro Luiz Salomão, para dizer a S. Exª — já que citou o PT, criticando-o, perguntou por que o partido havia mudado de posição — que a nossa decisão de votar contra o IPMF se deve ao fato de, na regulamentação, não terem sido mantidas as premissas básicas que nos levaram a votar a favor do imposto. Não é verdade que se trate apenas da regulamentação do IPMF. A não permanência da possibilidade política, legal e técnica de a Receita Federal e o Ministério da Fazenda terem acesso às contas bancárias, rompendo com o sigilo bancário, inviabiliza a fiscalização da cobrança do IPMF e o transforma em mais um imposto que não levará a nada, em mais um imposto a ser sonegado.

Em terceiro lugar, não concordamos com as destinações orçamentárias do IPMF. As vinculações feitas não atendem às nossas expectativas.

Quero dizer ao nobre Líder do PDT que o PT não mudou de posição por estar ou não no Governo, por receber ou não recursos do Governo, por ter ou não cargos no Governo, mas devido a uma análise concreta e objetiva que fez do IPMF em si, e mais particularmente de sua regulamentação.

Por fim, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é lamentável que o Governo, através do Ministro da Fazenda, solicite ao Congresso Nacional que aprove a criação do imposto e ao povo brasileiro que o pague, ao mesmo tempo em que mantém como prioridade obras como a Linha Vermelha e o metrô de Brasília, quando não tem recursos em caixa sequer para dar conta do pagamento do pessoal, do custeio e dos investimentos em infra-estrutura — o que aumenta os custos da economia e retira a competitividade das exportações brasileiras — e na área social.

Quero lembrar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que o Governo, ao falar em corte de gastos, não toma a decisão política de enfrentar os Governadores, e já sabemos como será e como terminará a novela da rolagem da dívida dos Estados. O Governo não tem pulso para cortar os gastos que não são prioritários, mas destina 1 bilhão e 100 milhões de dólares — em que se embutem subsídios — para os usineiros, inadimplentes com o Fisco, com a Previdência, com o Governo, com os bancos sociais.

Portanto, o Governo realmente não quer cortar aqueles gastos contra os quais, na Comissão Mista de Orçamento, o PT e também o PSDB já votaram contra. Os gastos estão identificados. Basta ver os Anais da Comissão Mista de Orçamento, onde alertávamos para o fato de que eram, em primeiro lugar, irrealizáveis, porque não existem recursos para os mesmos; em segundo lugar, não eram prioritários; em terceiro lugar, são fruto da barganha política, eleitoral e fisiológica para compor maiorias nesta Casa.

Se o Governo quer realmente fazer um plano para combater a inflação, para combater a recessão, que apresente ao País uma reforma tributária, um plano de alongamento da dívida interna, um plano de prefixação de preços e salários, uma política de renda. Aí, sim, juntamente com o corte de gastos, com a rolagem da dívida dos Estados e Municípios, o País terá um plano consistente para combater a inflação e retomar o crescimento econômico. Mas, para isso, o Governo precisa ter outro discurso que não o do Sr. Gustavo Franco, que vem nos dizer que o Cade não pode existir, que é preciso acabar com as câmaras setoriais, ou seja, o receituário neoliberal que predominou no discurso e no programa de Fernando Collor de Mello retorna pela boca e pela voz dos assessores do Ministro da Fazenda.

A pergunta que fazemos é a seguinte: será que Fernando Henrique Cardoso, será que o PSDB, os partidos e o Líder darão continuidade à política neoliberal de Fernando Collor de Mello, que ficou reduzida a pó? O discurso ideológico de abertura econômica, de privatização e de desregulamentação é que levou o País à atual situação.

Que o Presidente da Rhodia vá à imprensa pedir a interrupção da abertura econômica — não a de esquerda; que os setores da indústria nacional clamem contra o programa de privatização, que a CPI da privatização desta Casa desmonta, desmascara e demonstra que se trata de pilhagem, de fraude, de roubo, e não de um programa de política industrial e tecnológica e de readequação dos Estados. Nós, Sr. Presidente, não temos compromisso com esse Estado corporativo militar, herança de Getúlio Vargas e de Ernesto Geisel. Queremos uma reforma patrimonial, fiscal e administrativa, mas reafirmamos: nós nos oporemos a qualquer caminho apontado pelo Governo Itamar Franco e a qualquer proposta do PSDB de Fernando Henrique Cardoso que signifique a continuidade da política neoliberal.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) — Continuando a discussão da matéria, concedo a palavra ao nobre Deputado Eraldo Tinoco.

O SR. ERALDO TINOCO (Bloco Parlamentar — BA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, o povo, na sua sabedoria, já está chamando o IPMF de "imposto para matar os fracos".

Será que esta Casa vai se responsabilizar pela aprovação de mais um tributo, a ser pago exatamente pelos mais humildes, pelos consumidores, por aqueles que vivem de parcos salários e, por isso mesmo, com maiores dificuldades? A partir desse imposto, cada produto, cada bem terá embutido no seu preço final um valor que, a depender do seu ciclo, poderá representar um acréscimo superior a 5%.

Talvez os tributaristas do Governo achem isso muito pouco; talvez aqueles que vêem no IPMF a possibilidade de se equilibrarem as contas públicas sejam insensíveis a esses aspectos, não se importem em onerar ainda mais o contribuinte brasileiro.

Mas, Srs. Parlamentares, a população, cada vez que for pagar esse imposto tirano, vai se lembrar daqueles que, nesta Casa, votaram pela sua regulamentação. Cada contribuinte brasileiro, ao ver embutidos no custo final do produto, em efeito cascata, os gravames decorrentes de muitas e muitas transações financeiras, certamente se lembrará daqueles que votaram favoravelmente à regulamentação do IPMF.

Não quero aqui tecer considerações técnicas a respeito do projeto ou sobre eventuais melhorias que tenham sido feitas pelos Relatores. Quero chamar a atenção desta Casa para o fato de que este é um imposto injusto, porque onera o contribuinte de forma absurda. A alíquota declarada é muito pequena, mas, se nos lembrarmos do número de transações que implica a comercialização de qualquer produto, constata-

remos que o preço final ficará por demais onerado com mais essa carga tributária.

Srs. Parlamentares, não discutimos a necessidade do equilíbrio orçamentário. Até defendemos que ele seja feito. Entretanto, até agora não sabemos quais os cortes que o Governo pretende fazer. O discurso é conhecido, mas a prática, não.

Por outro lado, temos visto, em muitas oportunidades, a incúria, a incapacidade gerencial conduzir a despesas desnecessárias e muitas vezes ilegais, como a criação de cargos pela reforma administrativa do Governo Itamar Franco, que tive a oportunidade de denunciar nesta Casa, qual foi a providência adotada? Nenhuma, Srs. Deputados. O Planalto edita decretos em profusão. Um dia o Presidente chama a si a prerrogativa de nomear os ocupantes de tais ou quais cargos; no outro dia, transfere-a para a Secretaria de Administração Federal, mas o cerne da questão permanece: os cargos são criados ilegalmente e o Governo não toma providência para eliminá-los. São bilhões de cruzeiros gastos mensalmente de forma indevida.

Este é apenas um exemplo, e talvez pálido, do desperdício governamental. Isto mostra o que precisa e pode ser feito para que as contas sejam equilibradas sem onerar o contribuinte com mais um imposto injusto com mais um imposto inadequado, que só vai prejudicar o assalariado.

Por isso, Sr. Presidente, o IPMF está sendo chamado pela população de "imposto para matar os fracos".

Quem de vós vai votar neste imposto para, perante a história, ser responsável pela imposição de mais esta dificuldade à população carente?

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) — Para discutir a matéria, tem a palavra o nobre Deputado Genebaldo Correia.

O SR. GENEBALDO CORREIA (PMDB — BA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, com relação ao sistema tributário, o PMDB é a favor da redução do número de impostos, da simplificação do sistema, para que haja maior eficiência na arrecadação e melhor distribuição da carga tributária, de modo a que todos possam pagar menos e o Governo, arrecadar mais.

Entretanto, Sr. Presidente, certamente só poderemos conquistar esse objetivo quando da revisão constitucional, ocasião em que esperamos realizar uma ampla discussão sobre este assunto a partir do projeto de lei de autoria do nosso companheiro de partido, o Deputado Luís Roberto Ponte.

Sr. Presidente, a situação é emergencial. O elevado déficit público previsto para este ano contribui para agravar sensivelmente a inflação. E já ficamos, assim como toda a sociedade brasileira, assustados, quando a inflação atravessa a barreira dos 30%. Poderemos ser surpreendidos com uma hiperinflação e a grave conseqüência que isso acarreta: a desorganização da sociedade e da economia, o que põe em risco as instituições.

Por esta razão, o nosso partido, embora defenda publicamente a redução dos impostos, mas atendendo a esta emergência, vota pela regulamentação do IPMF, que já foi criado por esta Casa, por três quintos dos votos, para que possa ser cobrado provisoriamente e até mesmo nos oferecer subsídios para melhor examinarmos a matéria na revisão constitucional.

Sr. Presidente, o PMDB vota "sim" ao projeto.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) — Para discutir a matéria, concedo a palavra ao nobre Deputado José Luiz Maia.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA (PPR — PI. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srªs e Srs. Deputados, lendo hoje os jornais do Brasil, todas as minhas preocupações voltaram-se para os critérios que serão utilizados nos cortes dos recursos orçamentários.

Não sou contra a Linha Vermelha nem contra o metrô de Brasília. O que questiono é a prioridade dessas obras.

Será que o metrô de Brasília e a Linha Vermelha são mais importantes para este País do que a duplicação da BR-116, a chamada "rodovia da morte", onde todos os dias brasileiros perdem a vida? Será que investir nessas obras é mais importante do que investir na acumulação de águas na minha região, assolada pela seca? Será que essas obras são mais importantes do que a saúde dos brasileiros? Milhares de pessoas morrem diariamente, à míngua, nas portas dos hospitais, dos pronto-socorros, por este País afora. Será que essas obras são mais importantes do que a recuperação da malha viária nacional, que implicaria redução do custo dos produtos, através do frete mais barato, aumentando, desta forma, o poder aquisitivo do brasileiro?

E aí me vem a dúvida, Sr. Presidente: já que se libera um volume de recursos considerável para o Distrito Federal e o Rio de Janeiro, como fica o resto do Brasil?

Este é meu questionamento. É preciso que o Ministro Fernando Henrique Cardoso, em cujas intenções acredito, porque são boas, venha a esta Casa para nos mostrar as prioridades, onde, como e quando o Governo deve gastar. E vamos estar prontos para apoiar o projeto.

Mas, hoje, diante do que lemos nos jornais, tenho medo e receio de que essas prioridades não sejam as que o Brasil está a reclamar.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) — Para discutir a matéria, concedo a palavra ao nobre Deputado Pratini de Moraes.

O SR. PRATINI DE MORAES (PPR — RS.) — Sr. Presidente, assistimos, nos últimos meses, nesta Casa, a um processo inacreditável de falta de planejamento, falta de objetivos e falta de projetos por parte do Governo.

Assistimos, dando nota 10 à retórica, ao anúncio do novo plano, mas não assistimos ainda à apresentação de propostas concretas, visando promover o ajuste fiscal, peça fundamental para o equacionamento dos problemas do setor público.

Criou-se a imagem de que a economia deste País vai mal. Não é verdade. A economia deste País vai bem, tem condições de superar as dificuldades, apesar do descontrole do setor público a que estamos assistindo.

Vem agora o Governo insistir na aprovação de uma proposta absurda e que não contribui de forma alguma para a solução do nosso grande problema, que é o ajuste fiscal. Esta Casa não pode dar guarida a esta proposição. A aprovação do IPMF, sem que se efetuem os cortes dos gastos públicos correspondentes, desonra o Congresso Nacional. Um programa econômico de ajuste fiscal tem que ser necessariamente precedido de cortes de gastos públicos, ou pelo menos acompanhado deles, e de uma análise cuidadosa das taxas de retorno dos projetos e dos investimentos.

Sr. Presidente, é fundamental que esta Casa rejeite essa proposição, para assegurar ao Congresso a possibilidade de,

na revisão constitucional, aproveitando até algumas idéias desse projeto, fazer uma verdadeira reforma fiscal que ajuste o tamanho do Estado à capacidade contributiva da Nação.

Faço um apelo em particular à bancada do Rio Grande do Sul, para que vote contra o projeto.

(Texto escoimado de expressões anti-regimentais, nos termos do art. 17, V, B, do Regimento Interno.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocêncio Oliveira) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Luiz Girão, para discutir a matéria.

O SR. LUIZ GIRÃO (PDT — CE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, não poderia, de forma alguma, usar o microfone desta Casa para defender a criação de mais um imposto neste País, sabedor que sou de que aqui já há uma quantidade demasiada de tributos, principalmente quando se trata de um imposto que pesará sobre a agricultura brasileira.

Por outro lado, não posso deixar de dar um crédito de confiança ao Ministro que toma posse na Pasta da Fazenda.

É impossível que os cortes prometidos no orçamento público possam ser executados com a rapidez que se faz necessária. Esse imposto, no meu entender, pode criar um fluxo de caixa capaz de fazer com que possamos chegar à revisão constitucional, ocasião em que esta Casa poderá reduzir a quantidade de tributos e acabar de vez com esse imposto que reconhecemos ser de qualidade discutível.

Por outro lado, o que esta Casa não pode, de forma alguma, é negar apoio às medidas que todos conhecemos. Todos sabemos que o Brasil precisa reorganizar suas finanças públicas. Eu até teria centenas de conselhos a dar ao Ministro da Fazenda, principalmente com relação às estatais.

Ontem mesmo o Ministro disse que a Petrobrás pede todo mês 5 trilhões de cruzeiros emprestados. Ao analisar as contas dessa estatal, descobrimos que ela aumentou o pagamento do fundo dos seus funcionários em 560%.

Este País não pode ter um discurso sério, feito pelo Ministro, e simplesmente, na hora da execução, constatarmos que as coisas não funcionam.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós, pessoalmente, abriremos mão de todas as emendas de varejo que possuímos, mas não podemos, em nenhum momento, abrir mão das emendas da bancada do Estado do Ceará, principalmente porque elas foram feitas com intuito de tornar o Nordeste auto-suficiente e livre da situação de calamidade e de miséria. O Nordeste precisa construir suas obras hídricas, complementar sua irrigação, para que não sejamos mais, nas horas de dificuldade, pedintes da Nação.

Tenho certeza de que esta Casa não vai faltar ao apelo de S. Exª o Presidente Itamar Franco. Iremos aprovar esse tributo na certeza de que ele será passageiro e de que, na revisão constitucional, poderemos eliminar impostos, deixando a Nação, no máximo, com quatro tributos.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Ronaldo Caiado, para discutir a matéria.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Parlamentar — GO. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srª e Srs. Deputados, o adiamento para o dia de hojeda votação do IPMF foi extremamente produtivo porque ficou escancarado, ficou claro, cristalino que o Governo não está preocupado, de maneira alguma, em conter gastos e, muito menos, priorizar aquilo que é seu compromisso, ou seja, saúde, educação e agropecuária, de acordo com o que apresentou no seu Plano de Governo.

O que fica claro, Sr. Presidente, é a negociata. Essa negociata com a liberação de 26 milhões de dólares para o Metrô de Brasília e de 13 milhões de dólares para a Linha Vermelha, no Rio de Janeiro.

Pergunto ao Governo: onde está o dinheiro para a sáude? Os hospitais, há mais de noventa dias, estão sem receber. O povo morre nas filas. Os hospitais estão sem condição de atender. As creches fecham. E a agricultura, quando da comercialização da safra, não tem um centavo para fazer a EGF, não tem um centavo para apoiar o setor agrícola, que está nas mãos do atravessador, do agiota, do especulador, que se beneficia a todo momento de todos os planos de Governo!

Sr. Presidente, este projeto está desmascarado. E o Governo não tem credibilidade moral, neste momento, para cobrar desta Casa a aprovação do IPMF!

Era o que tinha a dizer. (Palmas.)

(Texto escoimado de expressões anti-regimentais, nos termos do art. 17, V, B, do Regimento Interno.)

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) — A Presidência informa que encerra a discussão por falta de oradores. Todos aqueles que desejaram falar sobre a matéria o fizeram.

Está encerrada a discussão.

Vai-se passar à votação da matéria.

Concedo a palavra ao nobre Líder do Bloco.

O Sr. José Carlos Aleluia — Sr. Presidente, estou inscrito para falar.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) — V. Exª foi chamado como novo inscrito, mas não estava presente. Depois, falou o nobre Deputado Eraldo Tinoco. Em seguida, seria o nobre Deputado Manoel de Castro, que também não estava presente. Falaram em seguida os nobre Deputados José Dirceu, Pratini de Moraes, Genebaldo Correia, Luiz Girão e Ronaldo Caiado.

Todos aqueles que se inscreveram foram chamados pela Presidência. Doze oradores falaram sobre esta matéria, após o que, por falta de mais oradores, a Presidência encerrou a discussão.

Sobre a mesa requerimento de preferência.

O Sr. Roberto Freire — Antes disso, Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) — Tem V. Exª a palavra.

O SR. ROBERTO FREIRE (PPS — PE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srª e Srs. Deputados, quero aqui repelir esse tipo de insinuação irresponsável, de que nesta Casa se mercadejam votos. E não o faço somente em nome do Governo. Faço-o em nome da dignidade pessoal de cada um dos Srs. Parlamentares. (Muito bem!) Querem medir esta Casa e este Governo pelo período da ditadura militar, quando não se precisava comprar. Esta Casa lhe servia muito bem, inclusive calando-se e fechando-se. Esse tipo de insinuação não se admite! Há que se apresentar provas, sob pena de se agir irresponsavelmente.

Ao determinar o Governo a discussão sobre a programação orçamentária, não caiu na armadilha conservadora de pensar que pode paralisar obras, gerando "deseconomia", para atentar apenas para as teorias dos gênios da Economia brasileira, da época dos "milagres" da ditadura. Quando o Governo determinou a liberação de recursos para obras em andamento, o fez por determinação de objetivos políticos e de política econômica. Paralisar obras em pleno andamento pode gerar "deseconomias" muito maiores, que o País pagará depois.

São essas mistificações a armadilha conservadora de imaginar que, ao pedir austeridade na programação financeira e orçamentária, iria o Governo cortar recursos para obras que têm, hoje, clara vinculação econômica, do ponto de vista de geração de empregos e renda, mesmo que não tenham sido de grande prioridade no momento do seu início. Concretamente, cito a Linha Vermelha e o metrô de Brasília. Mas, uma vez iniciadas, paralisá-las é pior para o País. Essa responsabilidade o Governo Itamar Franco tem e vai manter, não mercadejando voto, não tentando buscar apoio de qualquer forma, como irresponsavelmente alguns, que se medem pela sua dimensão, pensam. (Palmas.)

O Sr. Miro Teixeira — Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) — Pela ordem, concedo a palavra ao nobre Deputado Miro Teixeira.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, faço parte da bancada do PDT do Rio de Janeiro. O meu partido e o meu Estado foram agravados aqui. O que disse o Deputado Pratini de Moraes foi que houve compra dos votos das bancadas do Rio e de Brasília. Referiu-se o Deputado Caiado a negociatas. Não vou me referir à trajetória dos dois Deputados, porque gastaria o tempo desta votação e de muitas outras; vou referir-me ao Regimento da Casa.

Esta Casa reclama, a todo instante, que não é respeitada pela imprensa, que não é respeitada pelo cidadão, que não é respeitada por entidades de representação da sociedade civil. Mas como pode ser respeitada se muitos dos seus membros — por não terem conceito de moral — não se importam de lançar lama sobre a moral alheia e sobre a própria Casa?

Sr. Presidente, aqui houve denúncias. O art. 244 do Regimento Interno foi transgredido nesta sessão. Leio o § 1º do inciso III do art. 244:

> "Considera-se atentatório do decoro parlamentar usar, em discurso ou proposição, de expressões que configurem crimes contra a honra ou contenham incitamento à prática de crimes."

Os dois pronunciamentos contêm crime contra a honra dos Deputados do Estado do Rio de Janeiro. Como nos crimes contra a honra a ação é sempre de iniciativa personalíssima, tomo esta iniciativa de pedir à Mesa que instaure procedimento contra os dois Parlamentares e mande requisitar as notas taquigráficas, para que se dê mais responsabilidade ao conteúdo dos discursos e haja tratamento mais civilizado entre os Parlamentares desta Casa.

Defendemos, às vezes, interesses opostos. As nossas idéias brigam. Entretanto, no momento em que esse tipo de artifício retórico é usado, ficamos a um passo do desforço físico, e ninguém deseja isso.

Desejamos que a discussão se mantenha em clima civilizado. Gostamos da discussão e concordamos com ela em qualquer plano em que ela se realize. (Palmas.)

(Texto escoimado de expressões anti-regimentais, nos termos do art. 17, V, B, do Regimento Interno.)

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira — A matéria é altamente polêmica, mas é importante para a vida do País.

A Presidência vai examinar todo o desenrolar desse **affaire**, de acordo com as normas regimentais. Mas faz um apelo para que não se repitam mais tais expressões. A Presidência vai mandar escoimar das notas taquigráficas toda expressão que considerar injuriosa, contra qualquer Parlamentar ou bancada.

Determino que seja retirada das notas taquigráficas qualquer expressão injuriosa contra Parlamentares ou bancadas. Posteriormente, examinarei o texto com calma, tranqüilidade e serenidade, mas com a autoridade com que o Presidente da Câmara deve atuar nesses episódios.

Considero o assunto encerrado. Não vamos mais polemizar sobre esta matéria.

Concedo a palavra ao nobre Líder do PMDB, para uma Comunicação.

O SR. GENEBALDO CORREIA (PMDB — BA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, apenas para apoiar a decisão de V. Exª, no sentido de dar por encerrada esta questão, para iniciarmos o processo de votação.

O Sr. Marcelino Romano Machado — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) — É sobre esta questão, nobre Deputado?

O SR. MARCELINO ROMANO MACHADO (PPR — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, quero apenas saber se posso inscrever-me para discutir a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) — A discussão da matéria já foi encerrada. O projeto foi emendado.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) — Para oferecer parecer às emendas de Plenário ao projeto, em substituição à Comissão de Finanças e Tributação, concedo a palavra ao nobre Deputado Luís Roberto Ponte.

O Sr. Ronaldo Caiado — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) — Concederei a palavra a V. Exª no momento oportuno. Já concedi a palavra a outro orador. Considerei o assunto encerrado e determinei a retirada das notas taquigráficas de todas as expressões injuriosas contra Parlamentares ou bancadas, o que é atribuição específica do Presidente.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Parlamentar — GO. Sem revisão do orador.) — Citado nominalmente, tenho o direito de esclarecer.

Sr. Presidente, Srª e Srs. Deputados, o que disse aqui está noticiado em toda a imprensa nacional no dia de hoje. E isso não foi contestado. Está na **Folha de S. Paulo** e nos demais jornais. O que repeti aqui foram fatos que estão escancarados em toda a imprensa nacional.

Em primeiro lugar, não fui eu quem disse isso. Alguns dizem: será que realmente vocês estão irritados porque o que

foi liberado para Roriz é o dobro do que foi liberado para o Rio de Janeiro? É outro problema.

Em segundo lugar, cobrei do Governo porque este disse que daria prioridade às obras sociais, à agricultura, à saúde e à educação, e nem o Metrô de Brasília nem a Linha Vermelha estão incluídos nessas prioridades. Minha observação foi exatamente esta.

Também fui criado num Estado onde honra se lava com sangue. E nunca corri da briga, Sr. Presidente.

O Sr. Miro Teixeira — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) — Tem V. Exª a palavra.

O SR. Miro Teixeira (PDT — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, insisto em que fiz um requerimento não para retirar expressões, pura e simplesmente, de nenhum discurso, mas para instaurar um procedimento, um processo interno. Estamos a um passo do desforço físico quando chegamos a esse tipo de linguagem. E isso foi visto aqui, agora.

Sr. Presidente, V. Exª tem uma grande responsabilidade.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) — É verdade.

O SR. MIRO TEIXEIRA — Todos nós somos pais, alguns são avós. Ninguém vai chegar em casa dizendo que tomou um tapa na cara. Ninguém é mais valente do que ninguém. Mas ninguém vai chegar em casa dizendo que tomou um tapa na cara. V. Exª tem essa responsabilidade. Se não tivemos a lei a mediar esse tipo de tensão, vamos assistir neste plenário a cenas desagradáveis. Peço a V. Exª que não se limite a mandar retirar essas expressões, mas instaure o necessário processo, para que esses episódios sejam contidos.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) — A Presidência vai examinar o assunto. Exercendo atribuição específica do Presidente, já mandei retirar das notas taquigráficas todas as expressões injuriosas contra Deputados ou bancadas. Mas vou examinar o assunto.

A Presidência faz um apelo. Esta é a Casa do povo, é a Casa da representação do Brasil na sua inteireza e tem de dar bom exemplo. E nós, que vimos dando bom exemplo, não podemos, num momento de exacerbação, dar um exemplo dessa natureza.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) — Para oferecer parecer às emendas de Plenário ao projeto, em substituição à Comissão de Finanças e Tributação, concedo a palavra ao nobre Deputado Luís Roberto Ponte.

O SR. LUÍS ROBERTO PONTE (PMDB — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srªs e Srs. Deputados, pretendia tecer alguns comentários sobre a implementação deste tributo nos relatórios apresentados pela Comissão de Economia, Indústria e Comércio, através do Deputado Max Rosemmann, e pela Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, através do nobre Deputado Roberto Magalhães. Todavia, em face de o clima no plenário não estar propício a uma reflexão sobre essas questões vou limitar-me a elencar as emendas que me parecem de consenso, dando-lhes parecer favorável, deixando as demais com pareceres contrários, a fim de que possamos, ao apreciá-las uma a uma, fazer a análise que gostaria de fazer neste momento e decidir, caso a caso, a possibilidade de dar parecer favorável à sua inclusão. Por esta razão, as emendas a que agora dou parecer favorável serão apenas aquelas que retocam a redação de artigos, por alerta inclusive do parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação. Tais emendas tornam mais adequadas à redação e foram apresentadas, substantivamente, pelo Líder do meu partido, Deputado Genebaldo Correia.

Dentro desse espírito, votarei favoravelmente à Emenda nº 2, que retoca o art. 27, no qual havia um engano sobre a quantidade de Ufir a partir da qual esse imposto começa, no décimo mês, a substituir o Finsocial. Esse alerta também constava do relatório do Deputado Max Rosenmann.

A Emenda nº 3, que retoca o art. 5º, introduzindo o § 3º, também atende a um alerta do Deputado Gastone Righi, que não pôde estar presente nas discussões de ontem e de hoje, não consta dos pareceres das Comissões. Mas me pareceu assistir razão ao Deputado Gastone Righi. A emenda tira a responsabilidade supletiva do contribuinte que tenha tido o seu imposto retido no banco e não recolhido por culpa deste.

Dou parecer favorável à Emenda nº 31, que dá nova redação ao art. 30, acolhendo a preocupação de não deixar o Ministro da Fazenda com o poder de não implementar a lei — S. Exª poderia prorrogar ilimitadamente o prazo relativo às normas que devem, ser expedidas pelo Banco Central e pela Secretaria da Receita Federal.

Dou parecer favorável à Emenda nº 33, que corrige uma expressão indevida, que remetia ao Banco Central o poder de regulamentar dispostivos da lei. Só tem poder de regulamentar o Poder Executivo. O Banco Central pode expedir normas para assegurar o cumprimento. É meramente uma adaptação de linguagem.

Dou parecer favorável à Emenda nº 34, que faz a mesma correção quanto ao art. 8º e seu § 1º

Dou parecer favorável à Emenda nº 35, que, com a concordância do Sr. Ministro da Fazenda, suprime os dois artigos que tratam do sigilo bancário, a fim de podermos discuti-los melhor na apreciação isolada das demais emendas.

Dou parecer favorável à Emenda nº 36, que suprime o art. 12, pela mesma razão.

Dou parecer favorável à Emenda nº 37, que por entendimento com o Ministério da Ação Social, retira a expressão "no mínimo" constante do § 5º do art. 24, no que concerne à aplicação dos recursos destinados à habitação de que trata este projeto de lei.

Meu parecer é favorável, Sr. Presidente, à Emenda nº 38, que suprime o art. 29, que trata da renegociação das dívidas das prefeituras com o INSS e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, à luz do entendimento que houve no sentido de que esta matéria deve ser tratada em lei específica e isolada. As Lideranças firmaram o compromisso de dar regime de urgência urgentíssima à tramitação do projeto de lei a ser apresentado.

Dou parecer favorável à Emenda nº 39, que suprime a expressão "regulamentares", porque só o Poder Executivo pode fazer normas regulamentares, não o Banco Central. Fica somente a palavra "normas".

Sr. Presidente, necessito de tempo para manusear cada uma das demais emendas, a fim de saber se houve omissão.

Quero aproveitar esta oportunidade para reafirmar os autores das emendas com parecer contrário que, na fase em que formos discuti-las isoladamente, poderemos acolhê-las no todo ou em parte, ou até mesmo propor emendas aglutinativas. Há emenda proposta pelo Deputado Aloízio Mercadante, com parecer favorável, em substituição a outra da Co-

missão de Economia, Industria e Comércio, de autoria do Deputado Max Rosenmann, que trata da questão da isenção de pagamento do imposto por parte dos Municípios. Aliás, não se trata de isenção propriamente dita, mas de repasse do tributo arrecadado aos Estados e Municípios.

Não acolhi algumas emendas sugeridas pelo nobre Deputado Roberto Magalhães porque tenho argumentos que me levam a crer que é possível considerar constitucionais dispositivos que segundo S. Exª ferem a Carta Magna. Na ocasião em que discutirmos essas emendas, poderemos fazer o contraditório entre as duas linhas de argumentação.

Sr. Presidente, as emendas que de pronto têm parecer favorável são apenas estas que foram aqui citadas.

Agradar-me-ia muito — mas para isto precisaria da concordância do Deputado Genebaldo Correia, de quem peço a atenção agora — acolher a Emenda nº 29, que trata do chamado sigilo bancário.

Esta emenda foi negociada no gabinete do Ministro da Fazenda, juntamente com o Deputado Roberto Magalhães, que a acolheu, em seu nome pessoal, comprometendo-se a dar voto favorável a ela. Todavia, o nobre Deputado, fiel ao perfil que o caracteriza, consultou os demais Parlamentares que tinham questionamentos sobre esta matéria, entre os quais o Deputado José Maria Eymael. Não obtendo acolhimento, sugeriu que a apresentássemos, como alternativa para solucionar a questão.

E o fizemos. A emenda, portanto, receberá voto favorável do Deputado Roberto Magalhães, mas não é fruto do entendimento desta Casa. Se o nobre Deputado Líder Genebaldo Correia entendeu que isto poria um ponto final na questão do sigilo bancário, eu acolheria de pronto a emenda, dando-lhe parecer favorável. Se achar S. Exª que é melhor deixar para discutir isoladamente as várias opções apresentadas, eu a deixarei fora do globo das emendas a que dei parecer pela aprovação. Gostaria de ouvir o nobre Deputado Genebaldo Correia.

O Sr. Genebaldo Correia — Entendo que o parecer de V. Exª favorável à emenda permite que ela seja discutida. Provavelmente, votaremos o projeto hoje, ressalvados os destaques, e teremos, então, oportunidade de examinar as várias opções existentes no parecer de V. Exª a esta emenda e à emenda de outros Deputados. Dessa forma, poderemos escolher aquela que for melhor para o País.

O SR. LUÍS ROBERTO PONTE — À luz do pronunciamento de V. Exª, agora preciso de outro esclarecimento: fui informado pelo Secretário-Geral da Mesa de que o rito seria o seguinte: votação em globo das emendas com parecer favorável e, depois, votação em globo das emendas com parecer contrário.

O Sr. Genebaldo Correia — Mesmo a votação em globo permite que se destaque uma outra emenda.

O SR. LUÍS ROBERTO PONTE — Dentro desse espírito dou parecer favorável à Emenda nº 29, que provavelmente aglutinará este Plenário em torno da questão do sigilo bancário.

Este é o parecer sobre as emendas, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) — Para oferecer parecer às emendas de Plenário ao projeto, em substituição à Comissão de Economia, Indústria e Comércio, concedo a palavra ao nobre Deputado Max Rosenmann.

O SR. MAX ROSENMANN (PDT — PR. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srªs e Srs. Deputados, como relator que fui na Comissão de Economia, Indústria e Comércio do projeto que versa sobre o IPMF e como o número de emendas apresentadas a ele é bastante elevado, procuraremos ser breves. Pedimos, então, a atenção dos nobres Deputados.

À Emenda nº 1 demos parecer contrário, por entendermos que é matéria vencida nas Comissões.

À Emenda nº 2, que dá nova redação ao **caput** do art. 27, demos parecer favorável, por entendermos que se trata de contribuição para melhoria do texto. No mesmo entendimento foi emitido o parecer do nobre Deputado Luís Roberto Ponte.

À Emenda nº 3, que versa sobre o **caput** do art. 5º do Substitutivo adotado pela Comissão de Finanças e Tributação e que atribui a responsabilidade pela retenção e o recolhimento do imposto, demos parecer favorável. O mesmo fez o Deputado Luís Roberto Ponte, por entender que a emenda contribui para a melhoria do texto.

À Emenda nº 4 oferecemos parecer contrário, por entendermos que ela conflita com o texto e com a qualidade da lei que pretendemos encaminhar.

Da mesma forma, o nosso parecer à Emenda nº 5 foi negativo.

Foi favorável o parecer que oferecemos à Emenda nº 6, que, no art. 20, determina prazo de 90 dias, o que contribui para que não fique no espaço e no tempo ilimitadamente.

O nosso parecer foi contrário à Emenda nº 7, que reduz em 30% a multa prevista no art. 16. Já o Substitutivo do nobre Deputado Luís Roberto Ponte prevê a redução em 50%, que já é tradicional na nossa legislação tributária. Portanto, não há razão para reduzi-la.

Demos parecer favorável ao art. 18, no qual é vedado o parcelamento do crédito. Sempre houve, e acredito que sempre haverá, a possibilidade do parcelamento junto à Receita.

Somos favoráveis ao art. 10, porque acreditamos que será através da Emenda do nobre Deputado Aloizio Mercadante que haverá entendimento deste Plenário a respeito do pagamento do IPMF por Estados e Municípios. A emenda estabelece que os recolhimentos do tributo de que trata essa lei efetuados pelos Estados e Municípios, em decorrência do pagamento de obrigações custeadas com os respectivos recursos orçamentários, serão ressarcidos pela União através de repasses a serem transferidos com a sua parcela do Fundo de Participação dos Estados e Municípios. Acreditamos que esta é uma contribuição que melhora a proposta que havíamos encaminhado à Comissão de Economia, Indústria e Comércio.

Demos parecer favorável à Emenda nº 11, do Deputado Eduardo Jorge, que é consonante com o pensamento dos parlamentares que defendem a Saúde no nosso País.

Quando convidamos as entidades interessadas para se pronunciarem, na Comissão de Economia, Indústria e Comércio, a respeito da utilização do IPMF, o Ministério do Planejamento concordava que parte da arrecadação do IMPF deverá ser canalizada para a Saúde.

Ora, se o próprio Governo assim entende, por que não determinar um percentual de comprometimento, para termos certeza de que a saúde do povo brasileiro será atendida adequadamente?

A Emenda nº 12 pede a inclusão no art. 8º dos lançamentos a débito e crédito decorrentes de ato cooperativista. A ela

demos parecer favorável, porque entendemos que o cooperativismo é um importante setor da sociedade, é comunitário e merece ter o respeito, a atenção e até mesmo o voto dos Parlamentares.

Com a Emenda nº 13, que trata quase de um substitutivo, não concordamos.

Às Emendas nºs 15 e 16 damos parecer favorável, porque também versam sobre o cooperativismo.

À nº 17 damos parecer contrário.

À nº 18 o parecer é favorável. Ela sugere a supressão do art. 9º, por entendê-lo inconstitucional. Estamos de acordo com seu proponente, o Deputado Roberto Magalhães.

A Emenda nº 19 tem parecer contrário.

A Emenda nº 20 também tem parecer contrário, pois propõe a supressão integral do art. 25.

Dou parecer contrário à Emenda nº 21, que pede um aditamento ao § 6º do art. 24.

A Emenda nº 22 também tem parecer contrário.

Emenda nº 23, da mesma forma, quando pede a inclusão. Não entendemos ser necessária a visão apresentada.

Emenda nº 24, sim. Damos parecer favorável, porque pede que se suprima o art. 19 do Susbtitutivo adotado pela Comissão de Finanças e Tributação.

A Emenda nº 25 tem parecer favorável.

A Emenda nº 26 tem parecer favorável, porque determina mudança substancial e importante no art. 8º, § 3º

A Emenda nº 27, que dá nova redação ao inciso IV, do art. 8º trata da questão de **leasing.**

A Emenda nº 28 tem parecer favorável. Acrescenta: "Nos lançamentos a débito e crédito decorrentes de ato cooperativista".

Emenda nº 29. Entendemos, e pedimos a atenção do Plenário, que esta questão tão polêmica e tão discutida, o sigilo bancário, aglutina os arts. 11 e 12.

O Deputado Roberto Magalhães apresentou importante contribuição, ao acrescentar no § 3º do art. 11 proposta na Comissão de Economia, Indústria e Comércio a expressão por "contribuinte", indicando que a base de cálculo será apurada por contribuinte, dando à Receita melhores condições de fiscalização. E talvez aqui esteja o grande entendimento, como há pouco foi dito pelo Deputado Luís Roberto Ponte e pela Liderança do PMDB.

A Emenda nº 30 trata do mesmo assunto do art. 11. Ela simplesmente destaca o artigo apresentado na Comissão de Economia, Indústria e Comércio.

À Emenda nº 31 demos parecer contrário, assim como às de nºs 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38 e 39, por acreditarmos que são assuntos que poderão eventualmente ser resgatados na mesa das negociações, se ocorrer.

À Emenda nº 9, demos parecer contrário, por entendermos que desvirtuaria o sentido do projeto, assim como à nº 14, que modifica o inciso I do art. 5º, que passa a ter a seguinte redação:

> "Art. 5º ... as instituições que efetuarem os lançamentos, as liquidações e os pagamentos de que trata o art. 2º, incisos I, II e III."

Não acreditamos ser necessário, uma vez que, nessa área, parece que já houve um bom esclarecimento, uma boa qualidade do texto. Não há necessidade. Portanto, negativo.

Na apresentação dos nossos pareceres, consideramos muito importantes as Emendas nº 10, do Deputado Aloízio Mercadante, e nº 29, do Deputado Roberto Magalhães, que ensejariam o grande entendimento para a aprovação desta imposto.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) — Na sessão de ontem, o nobre Deputado Roberto Magalhães proferiu parecer ao projeto e às emendas de Plenário. Ficaram pendentes de parecer, todavia, as Emendas nºs 19, 23, 24, 25, 26, 27, 29, 30 a 39.

Com a palavra S. Exª, para emitir parecer sobre estas emendas.

O SR. ROBERTO MAGALHÃES (Bloco Parlamentar — PE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, tenho em mãos as Emendas nº 19, de autoria do Deputado Eraldo Tinoco, que visa modificar o art. 24 e parágrafos do Substitutivo da Comissão de Finanças; nº 23, também de autoria do Deputado Eraldo Tinoco, visando ao aditamento de um artigo com dois parágrafos tratando da Rede Fonte 188, objeto de várias outras emendas; nº 24, de autoria do Deputado Paes Landim, supressão do art. 19, por inconstitucionalidade — já existe emenda neste sentido apresentada pelo Relator da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação.

Sr. Presidente, a Emenda nº 25 não vem acompanhada de uma segunda página. Por isso, não posso declinar o nome do seu autor.

A Emenda nº 26 também não traz a página 2. Tal emenda pretende dar ao inciso III do art. 8º nova redação.

A anterior, a Emenda nº 25, pretende dar uma nova redação ao inciso IV do mesmo artigo.

A Emenda nº 27 objetiva dar nova redação ao inciso IV do art. 8º do PLC nº 153.

A Emenda nº 29 visa dar, no Substitutivo da Comissão de Finanças, uma nova redação ao **caput** do art. 11, que trata precisamente da matéria polêmica sobre sigilo fiscal.

A Emenda nº 29, dos Deputados Luciano Castro e Fetter Júnior, pretende o acréscimo de um artigo e parágrafo único. Trata das vinculações constitucionais e legais do Orçamento anual para o exercício de 1993 à Fonte de Recurso 188. Essa já é a quinta emenda sobre a mesma matéria.

A Emenda nº 30 é um substitutivo da Comissão de Finanças que também pretende dar nova redação ao art. 11. Ela está assinada pelo Líder do PMDB e pelo Vice-Líder do PPR, Deputado José Lourenço.

A Emenda nº 31 pretende dar ao art. 30 uma nova redação. Esse artigo também recebeu várias outras emendas.

A Emenda nº 32 pretende, igualmente, dar uma nova redação não ao art. 30 em si, mas a seu parágrafo único.

A Emenda nº 33 pretende dar uma nova redação ao parágrafo único do art. 3º

A Emenda nº 34 pretende dar uma nova redação ao § 1º do art. 8º

A Emenda nº 35, de autoria do Deputado Luís Roberto Ponte é supressiva. Suprime o art. 11. É um substitutivo adotado pela Comissão de Finanças e Tributação.

A Emenda nº 36, também do Deputado Luís Roberto Ponte, é supressiva: suprima-se o art. 12 do substitutivo que ele próprio relatou, significando, conseqüentemente, o acolhimento de propostas de outras Comissões Técnicas.

A Emenda nº 37, também do Deputado Luís Roberto Pontes: "Suprima-se a expressão "no mínimo", constante do § 5º do art. 24".

A Emenda nº 39 suprime a expressão "regulamentares" constante do **caput** do art. 30.

Sr. Presidente, todas essas emendas foram lidas pelo Relator da Comissão da Constituição e Justiça, o qual considera que todas elas atendem aos requisitos de constitucionalidade, legalidade e boa técnica legislativa.

Sendo assim, meu parecer é no sentido de que todas sejam admitidas, em face de atenderem aos requisitos anteriores referidos.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) — Passa-se à votação da matéria.

O Sr. Luís Eduardo — Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) — Tem V. Exª a palavra.

O SR. LUÍS EDUARDO (Bloco Parlamentar — BA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, V. Exª vai anunciar primeiro o requerimento ou o encaminhamento de votação?

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) — Vou anunciar primeiro o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) — Sobre a mesa requerimento nos seguintes termos:

> "Sr. Presidente, requeremos preferência para votação, em primeiro lugar, antes de qualquer proposição, do substitutivo apresentado pelo Relator da Comissão de Finanças e Tributação.
>
> Sala das Sessões, 17 de junho de 1993."

Assina: Deputado Genebaldo Correia, Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) — Em votação o requerimento. (Pausa.)

APROVADO.

O Sr. Luís Eduardo — Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) — Tem V. Exª a palavra.

O SR. LUÍS EDUARDO (Bloco Parlamentar — BA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, peço verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) — Concedido o pedido de V. Exª

O Sr. Roberto Freire — Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) — Tem V. Exª a palavra.

O SR. ROBERTO FREIRE (PPS — PE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, gostaria de esclarecer aos Srs. Parlamentares que esta é uma preliminar. Aprovada a preferência, havendo **quorum**, vamos votar, aí sim, o Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira no mérito, o substitutivo. Com essa votação, poderemos ter um acordo e votar o substitutivo. Só na próxima semana votaremos os destaques. Portanto, com duas votações encerramos a sessão nesta quinta-feira. É importante que todos fiquem em plenário. É pouco tempo, não vai haver obstrução. Há um acordo geral no sentido de que é importante votarmos a matéria, porque numa quinta-feira, se isso acontecer, estaremos sinalizando para o País a responsabilidade da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) — A Presidência reitera as palavras do nobre Líder Roberto Freire e pede aos Srs. Deputados que permaneçam em plenário. Serão só duas votações. Poderemos deixar para votar as emendas, subemendas e destaques na próxima semana. Trata-se de uma decisão importante a ser tomada numa quinta-feira. Repito, o painel registrava o comparecimento de 380 Srs. Deputados, número suficiente para discutir a matéria. A Presidência renova o apelo, pois deseja que possamos desfrutar de um merecido recesso em julho, tendo em vista que há três anos a Câmara dos Deputados não tem esse recesso.

Concedo a palavra ao nobre Líder do PMDB, Deputado Genebaldo Correia.

O SR. DEPUTADO GENEBALDO CORREIA (PMDB — BA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, desejo acrescentar que são duas votações, sendo que a segunda é mais importante do que a primeira.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) — Esta Presidência pede aos Srs. Deputados que estejam nas diferentes dependências da Casa que acorram ao plenário, pois estamos iniciando o processo de votação nominal, pelo sistema eletrônico, de matéria da mais alta importância.

Presidência solicita a todos os Srs. Deputados que ocupem seus lugares, para que possamos agilizar a votação da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) — Como votam os Srs. Líderes?

O SR. LUIZ GIRÃO (PDT — CE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PDT encaminha o voto "sim".

O SR. GENEBALDO CORREIA (PMDB — BA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PMDB vota "sim".

O SR. LUÍS EDUARDO (Bloco Parlamentar — BA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PFL vota "não".

O SR. JOSÉ SERRA (PSDB — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PSDB vota "sim".

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA (PPR — PI. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o Líder do PPR vota "não".

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (PT — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PT vota "não".

O SR. NELSON TRAD (Bloco Parlamentar — MS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente o PTB vota "sim".

O SR. EDSON MENEZES SILVA (PC do B — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PC do B vota "não".

O SR. JOSÉ CARLOS SABÓIA (PSB — MA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PSB vota "sim".

O Sr. Roberto Freire — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) — Tem V. Exª a palavra.

O SR. ROBERTO FREIRE (PPS — PE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, estamos votando a preferência para o substitutivo da Comissão de Finanças. Havendo **quorum** e obtendo-se maioria, vota-se o substitutivo no mérito.

É sempre importante lembrar que a Casa registra a presença dos Srs. Deputados. Então, é necessário que S. Exªs venham votar. Isso é essencial para a Casa e para o País.

O Governo encaminha o voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) — O Líder do Governo encaminha o voto "sim".

A Presidência solicita a todos os Srs. Deputados que tomem assento em seus lugares, a fim de ter início a votação pelo sistema eletrônico.

(Processo de votação.)

O Sr. Munhoz da Rocha — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) — Tem V. Exª a palavra.

O SR. MUNHOZ DA ROCHA (PSDB — PR. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, gostaria de justificar a ausência do Deputado Flávio Arns. S. Exª não pôde se ausentar de Curitiba devido a grave problema de saúde em sua família.

O Sr. Roberto Freire — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) — Tem V. Exª a palavra.

O SR. ROBERTO FREIRE (PPS — PE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, aproveito o momento importante desta votação para convocar os Deputados que estão em seus gabinetes ou almoçando a comparecerem ao plenário. Esta é uma preliminar e, posteriormente havendo **quorum**, vamos votar, no mérito, o substitutivo do Deputado Luís Roberto Ponte.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) — Esta Presidência também informa aos Srs. Deputados presentes nas diferentes dependências da Casa que devem acorrer ao plenário para a votação nominal de importante matéria.

Teremos hoje mais uma votação. Então, poderemos ter uma quinta-feira consagradora. Votar matéria da mais alta importância em uma quinta-feira, com **quorum** alto, é uma demonstração de que o Poder Legislativo do Brasil está à altura do momento político que vivemos. É importante que votemos hoje esta matéria.

A Presidência tem sido consultada pelos Deputados do Nordeste sobre a pauta da próxima semana. A Presidência não pode deixar de marcar sessões para terça, quarta e quinta-feira da próxima semana, pois temos de decidir matéria da mais alta importância. O nosso recesso dependerá da votação dessas matérias.

Portanto, a Presidência apela para que os Srs. Deputados de todas as Regiões do País, sobretudo do Nordeste, aqui compareçam na próxima semana, a fim de que possamos limpar a pauta e ter o nosso merecido recesso em julho. Esse apelo é importante, pois precisamos obter **quorum** nas sessões de terça e quarta-feira. Como São João será comemorado na próxima quinta-feira, poderemos antecipar a votação para o período da manhã. Iniciaremos nossos trabalhos às 9h e, no máximo, às 13h estaríamos liberados. Dessa maneira todos poderiam conciliar as votações da próxima semana com o São João, festa tradicional em nossa região.

A Presidência, mais uma vez, apela para os Srs. Deputados no sentido de obter **quorum** suficiente na próxima semana, a fim de decidirmos matérias importantes.

O Sr. Genebaldo Correia — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) — Tem V. Exª a palavra.

O SR. GENEBALDO CORREIA (PMDB — BA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, com a permissão de V. Exª, gostaria de informar aos meus companheiros de bancada que estamos votando esse requerimento de preferência e, a depender, naturalmente, do **quorum** na Casa, faremos imediatamente a votação do projeto, ressalvados os destaques. Portanto, é muito importante a segunda votação, que é a votação efetiva do projeto, ressalvados os destaques. Teremos a oportunidade de discutir os destaques com as lideranças partidárias na próxima semana.

Até para facilitar o entendimento com os partidos, precisamos votar o projeto hoje, na segunda votação que faremos dentro de pouco tempo.

O SR. TONY GEL — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) — Tem V. Exª a palavra.

O SR. TONY GEL (PRN — PE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PRN votará "sim", como os partidos do Governo, o PMDB e o PSDB.

O Sr. Geraldo Alckmin Filho — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) — Tem V. Exª a palavra.

O SR. GERALDO ALCKMIN FILHO (PSDB — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, quero apenas justificar a ausência do Deputado Tuga Angerami por motivo de saúde.

O Sr. Derval de Paiva — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) — Tem V. Exª a palavra.

O SR. DERVAL DE PAIVA (PMDB — TO. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, à nossa esquerda estão o nosso Líder, Deputado Genebaldo Correia, e o Líder do Governo, Deputado Roberto Freire. Queremos que todos fiquem atentos; quando o painel for liberado, verificarão que votamos de acordo com a determinação da Liderança.

Queremos comunicar à Casa e ao Governo que, doravante, o Estado do Tocantins está atento, vigilante, e não vai ceder. Já fiz esta comunicação à nossa bancada. Quando se votava, na primeira fase, o IPMF, assumi a responsabilidade, junto à bancada do PMDB, reunida numa sala do Senado, de estimular nosso partido a ter a coragem de sair na frente, defendendo a governabilidade, ou seja, defendendo o IPMF. Nossa voz teve audiência e o coro foi formado. Mas naquela oportunidade já avisávamos o que agora deixamos registrados aqui para que o Governo, o Ministro da Fazenda, os demais Ministros e esta Casa, que votou pela criação do Estado do Tocantins, tomem conhecimento: doravante, vamos fazer valer a pequena bancada que somos — três Deputados do PMDB e dois de outros partidos, que já fazem sintonia com este nosso sentimento. Não vamos aceitar ingerências. Quem sabe onde aplicar verbas no Estado do Tocantins somos nós. Queremos que a imprensa, vigilante, faça a triagem das nossas emendas; acompanhe-as uma por uma, porque vamos cobrar a realização desse investimentos. Não são os tecnocratas do Governo que sabem para onde devem ser enviados os recursos. Não vamos aceitar ingerências.

Queremos tornar público que hoje votaremos favoravelmente, de acordo com a orientação da Liderança; mas, a partir de amanhã, queremos que o Governo Federal nos respeite e saiba que não vamos mais transigir.

Fica, portanto, o aviso. Falo em nome do Deputado Freire Júnior, do Deputado Hagahús Araújo e até do Deputado

Edmundo Galdino, do PSDB. Lá, quem sabe onde aplicar os recursos somos nós. Que passem a fazer a triagem, que mandem o PT ou o PC do B fiscalizar, mas não admitiremos os cortes. E, se cortarem, o troco virá depois. Será o troco de uma bancada pequena, de um estado pequeno, de um Governo que quer mostrar lá fora para o que veio, mas não vamos aceitar mais cortes.

Fica registrada a comunicação que fiz ao nosso Líder, numa reunião interna do PMDB: nossa posição é de intransigência, a partir deste momento.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) — A Presidência consulta os Srs. Deputados para saber se há mais alguém que queira fazer uso do direito de voto. (Pausa.)

Não havendo mais nenhum Sr. Parlamentar que deseje votar, declaro encerrada a votação.

Foi votado o requerimento de preferência para a votação do Substitutivo da Comissão de Finanças e Tributação.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – A mesa vai proclamar o resultado:

VOTARAM

Sim	222
Não	46
Abstenção	5
Total	273

O Requerimento é aprovado

VOTARAM OS SEGUINTES SRS. DEPUTADOS:

Roraima

João Fagundes _ PMDB _ Sim
Ruben Bento _ Bloco _ Sim

Amapá

Lourival Freitas _ PT _ Não

Pará

Alacid Nunes _ Bloco _ Sim
Carlos Kayath _ Bloco _ Sim
Mario Chermont _ PP _ Sim
Nicias Ribeiro _ PMDB _ Sim
Paulo Titan _ PMDB _ Sim

Amazonas

Atila Lins _ Bloco _ Sim
Ézio Ferreira _ Bloco _ Sim
João Thome _ PMDB _ Sim
Pauderney Avelino _ PPR _ Sim

Rondônia

Carlos Camurça _ PP _ Sim
Pascoal Novaes _ Bloco _ Sim

Acre

Célia Mendes _ PPR _ Sim
João Maia _ PP_ Sim.
Ronivon Santiago _ PPR _ Sim
Zila Bezerra _ PMDB _ Sim

Tocantins

Derval de Paiva _ PMDB _ Sim
Edmundo Galdino _ PSDB _ Sim
Freire Junior _ PMDB _ Sim
Hagahus Araujo _ PMDB _ Sim
Leomar Quintanilha _ PPR _ Não

Maranhão

César Bandeira _ Bloco _ Sim
Costa Ferreira _ PP _ Sim
Daniel Silva _ PPR _ Sim
Eduardo Matias _ Bloco _ Sim
Jayme Santana _ PSDB _ Sim
João Rodolfo _ PPR _ Não
José Carlos Sabóia _ PSB _ Sim
José Reinaldo _ Bloco _ Sim
Mauro Fecury _ Bloco _ Sim
Nan Souza _ PP _ Sim
Pedro Novais _ PPR _ Sim
Roseana Sarney _ Bloco _ Sim
Sarney Filho _ Bloco _ Sim

Ceará

Antônio dos Santos _ Bloco _ Sim
Ariosto Holanda _ PSB _ Sim
Carlos Benevides _ PMDB _ Sim
Cesar Cals Neto _ PSD _ Sim
Edson Silva _ PDT _ Sim
Gonzaga Mota _ PMDB _ Sim
Luiz Girao _ PDT _ Sim
Luiz Pontes _ PSDB _ Sim
Moroni Torgan _ PSDB _ Sim
Sérgio Machado _ PSDB _ Sim
Ubiratan Aguiar _ PMDB _ Sim
Vicente Fialho _ Bloco _ Sim

Piauí

Ciro Nogueira _ Bloco _ Sim
Felipe Mendes _ PPR _ Sim
João Henrique _ PMDB _ Sim
José Luiz Maia _ PPR_ Não
Murilo Rezende _ PMDB _ Sim

Rio Grande do Norte

Aluízio Alves _ PMDB _ Sim
Fernando Freire _ PPR _ Não
Flávio Rocha _ PL _ Sim
Henrique Eduardo Alves _ PMDB - Sim
Iberê Ferreira _ Bloco _ Sim
Ney Lopes _ Bloco _ Sim

Paraíba

Adauto Pereira _ Bloco _ Sim
Efraim Morais _ Bloco _ Sim

Evaldo Gonçalves _ Bloco _ Sim
Ivandro Cunha Lima _ PMDB _ Sim
José Luiz Clerot _ PMDB _ Sim
José Maranhão _ PMDB _ Sim
Ramalho Leite _ Bloco _ Abstenção
Rivaldo Medeiros _ Bloco _ Sim
Vital do Rego _ PDT _ Sim
Zuca Moreira _ PMDB _ Sim

Pernambuco

Inocêncio Oliveira _ Bloco _ Abstenção
José Carlos Vasconcellos _ PRN _ Sim
José Mendonça Bezerra _ Bloco _ Sim
José Múcio Monteiro _ Bloco _ Sim
Luiz Piauhylino _ PSB _ Sim
Maurílio Ferreira Lima _ PMDB _ Sim
Maviael Cavalcanti _ PRN _ Sim
Miguel Arraes _ PSB _ Sim
Nilson Gibson _ PMDB _ Sim
Osvaldo Coelho _ Bloco _ Sim
Pedro Correa _ Bloco _ Sim
Renildo Calheiros _ PC do B _ Não
Ricardo Fiúza _ Bloco _ Sim
Roberto Freire _ PPS _ Sim
Roberto Magalhães _ Bloco _ Sim
Sérgio Guerra _ PSB _ Sim
Tony Gel _ Bloco _ Sim

Alagoas

Augusto Farias _ Bloco _ Não
Cleto Falcão _ Bloco _ Sim
José Thomaz Nonô _ PMDB _ Sim
Olavo Calheiros _ PMDB _ Sim
Roberto Torres _ Bloco _ Sim

Sergipe

Benedito de Figueiredo _ PDT _ Sim
Cleonâncio Fonseca _ PRN _ Sim
Djenal Gonçalves _ PPR _ Sim
José Teles _ PPR _ Sim
Messias Góis _ Bloco _ Sim
Pedro Valadares _ PP _ Sim

Bahia

Alcides Modesto _ PT _ Não
Aroldo Cedraz _ Bloco _ Não
Beraldo Boaventura _ PSDB _ Sim
Clóvis Assis _ PSDB _ Sim
Eraldo Tinoco _ Bloco _ Não
Geddel Vieira Lima _ PMDB _ Sim
Genebaldo Correia _ PMDB _ Sim
Jabes Ribeiro _ PSDB _ Sim
João Almeida _ PMDB _ Sim
José Falcão _ Bloco _ Não
José Lourenço _ PPR _ Sim
Luís Eduardo _ Bloco _ Não
Luiz Moreira _ Bloco _ Não
Luiz Viana Neto _ Bloco _ Sim
Nestor Duarte _ PMDB _ Sim
Pedro Irujo _ Bloco _ Sim
Prisco Viana _ PPR _ Sim
Sérgio Gaudenzi _ PSDB _ Sim
Tourinho Dantas _ Bloco _ Não
Ubaldo Dantas _ PSDB _ Sim
Uldurico Pinto _ PSB _ Sim

Minas Gerais

Aécio Neves _ PSDB _ Sim
Álvaro Pereira _ PSDB _ Sim
Annibal Teixeira _ Bloco _ Abstenção
Armando Costa _ PMDB _ Sim
Elias Murad _ PSDB _ Sim
Felipe Neri _ PMDB _ Sim
Genésio Bernardino _ PMDB _ Sim
Getúlio Neiva _ PL _ Sim
Humberto Souto _ Bloco _ Sim
Ibrahim Abi-Ackel _ PPR _ Abstenção
Israel Pinheiro _ Bloco _ Sim
João Paulo _ PT _ Não
José Aldo _ Bloco _ Sim
José Belato _ PMDB _ Sim
José Santana de Vasconcelos _ Bloco _ Sim
José Ulisses de Oliveira _ Bloco _ Sim
Leopoldo Bessone _ PP _ Sim
Mário de Oliveira _ PP _ Sim
Maurício Campos _ PL _ Sim
Neif Jabur _ PMDB _ Sim
Nilmário Miranda _ PT _ Não
Osmânio Pereira _ PSDB _ Sim
Pedro Tassis _ PMDB _ Sim
Romel Anísio _ PRN _ Sim
Ronaldo Perim _ PMDB _ Sim
Samir Tannús _ PPR _ Sim
Saulo Coelho _ PSDB _ Sim
Sérgio Ferrara _ PMDB _ Sim
Sérgio Miranda _ PC do B _ Não
Sérgio Naya _ PMDB _ Sim
Tarcísio Delgado _ PMDB _ Sim
Vittorio Medioli _ PSDB _ Não
Wagner do Nascimento _ Bloco _ Sim
Wilson Cunha _ Bloco _ Não

Espírito Santo

Armando Viola _ PMDB _ Sim
Hélvécio Castello _ PSDB _ Sim
Nilton Baiano _ PMDB _ Sim
Rita Camata _ PMDB _ Sim
Roberto Valadão _ PMDB _ Sim
Rose de Freitas _ PSDB _ Sim.

Rio de Janeiro

Álvaro Valle _ PL _ Sim
Benedita da Silva _ PT _ Não

Carlos Lupi _ PDT _ Sim
Carlos Santana _ PT _ Não
Cidinha Campos _ PDT _ Sim
Fábio Raunheitti _ Bloco _ Sim
Feres Nader _ Bloco _ Sim
Flávio Palmier da Veiga _ PSDB _ Sim
Jair Bolsonaro _ PP _ Sim
José Egydio _ PPR _ Sim
Junot Abi-Ramia _ PDT _ Sim
Laerte Bastos _ PDT _ Sim
Luiz Salomão _ PDT _ Sim
Miro Teixeira _ PDT _ Sim
Paulo de Almeida _ Bloco _ Sim
Paulo Portugal _ PDT _ Sim
Paulo Ramos _ PDT _ Sim
Roberto Jefferson _ Bloco _ Sim
Sérgio Arouca _ PPS _ Sim
Sérgio Cury _ PDT _ Sim
Simão Sessim _ Bloco _ Sim
Vivaldo Barbosa _ PDT _ Sim
Wanda Reis _ Bloco _ Sim

São Paulo

Airton Sandonval _ PMDB _ Sim
Aloízio Mercadante _ PT _ Não
Cardoso Alves _ Bloco _ Sim
Carlos Nelson _ PMDB _ Sim
Chico Amaral _ PMDB _ Sim
Cunha Bueno _ PPR _ Sim
Diogo Nomura _ PL _ Sim
Eduardo Jorge _ PT _ Não
Ernesto Gradella _ S/P _ Não
Geraldo Alckmin Filho _ PSDB _ Sim
Hélio Rosas _ PMDB _ Sim
José Aníbal _ PSDB _ Sim
José Dirceu _ PT _ Não
José Genoíno _ PT _ Não
José Maria Eymael _ PP _ Sim
José Serra _ PSDB _ Sim
Koyu Iha _ PSDB _ Sim
Luiz Máximo _ PSDB _ Sim
Marcelino Romano Machado _ PPR _ Não
Mauricio Najar _ Bloco _ Sim
Mendes Botelho _ Bloco _ Abstenção
Osvaldo Stecca _ PMDB _ Sim
Paulo Novais _ PMDB _ Sim
Roberto Rollemberg _ PMDB _ Sim
Robson Tuma _ PL _ Sim
Valdemar Costa Neto _ PL _ Sim
Walter Nory _ PMDB _ Sim

Mato Grosso

Augustinho Freitas _ Bloco _ Sim
Jonas Pinheiro _ Bloco _ Sim
Rodrigues Palma _ Bloco _ Sim

Distrito Federal

Augusto Carvalho _ PPS _ Sim
Benedito Domingos _ PP _ Sim
Chico Vigilante _ PT _ Não
Jofran Frejat _ Bloco _ Não

Goiás

Antônio Faleiros _ PSDB _ Sim
Délio Braz _ Bloco _ Não
Haly Margon _ PMDB _ Sim
Lázaro Barbosa _ PMDB _ Sim
Lúcia Vânia _ PP _ Sim
Luiz Soyer _ PMDB _ Sim
Paulo Mandarino _ PPR _ Sim
Pedro Abrão _ PP _ Sim
Ronaldo Caiado _ Bloco _ Não
Vilmar Rocha _ Bloco _ Sim
Virmondes Cruvinel _ PMDB _ Sim
Zé Gomes da Rocha _ Bloco _ Sim

Mato Grosso do Sul

George Takimoto _ Bloco _ Sim
Marilu Guimarães _ Bloco _ Sim
Waldir Guerra _ Bloco _ Sim

Paraná

Antônio Barbara _ PMDB _ Sim
Antônio Ueno _ Bloco _ Sim
Carlos Scarpelini _ PP _ Sim
Delcino Tavares _ PP _ Sim
Edi Siliprandi _ PDT _ Não
Élio Dalla-Vecchia _ PDT _ Sim
Ivânio Guerra _ Bloco _ Sim
Joni Varisco _ PMDB _ Sim
Luciano Pizzatto _ Bloco _ Sim
Max Rosenmann _ PDT _ Sim
Munhoz da Rocha _ PSDB _ Sim
Onaireves Moura _ PSD _ Sim
Pedro Tonelli _ PT _ Não
Reinhold Stephanes _ Bloco _ Sim
Renato Johnsson _ PP _ Sim
Sérgio Spada _ PP _ Sim
Wilson Moreira _ PSDB _ Sim

Santa Catarina

Ângela Amin _ PPR _ Não
Dejandir Dalpasquale _ PMDB _ Sim
Luiz Henrique _ PMDB _ Sim
Neuto de Conto _ PMDB _ Sim
Paulo Duarte _ PPR _ Não

Rio Grande do Sul

Adão Pretto _ PT _ Não
Adroaldo Streck _ PSDB _ Sim
Adylson Motta _ PPR _ Não
Amaury Müller _ PDT _ Sim
Eden Pedroso _ PDT _ Não

Edson Menezes Silva _ PC do B _ Não
Fernando Carrion _ PPR _ Não
Fetter Júnior _ PPR _ Não
Hilário Braun _ PMDB _ Sim
Ivo Mainardi _ PMDB _ Sim
José Fortunati _ PT _ Não
Luís Roberto Ponte _ PMDB _ Sim
Mendes Ribeiro _ PMDB _ Sim
Nelson Jobim _ PMDB _ Sim
Odacir Klein _ PMDB _ Sim
Osvaldo Bender _ PPR _ Não
Paulo Paim _ PT _ Não
Pratini de Moraes _ PPR _ Não
Valdomiro Lima _ PDT _ Sim
Victor Faccioni _ PPR _ Não
Wilson Müller _ PDT _ Sim

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) — O requerimento de preferência para votação do Substitutivo da Comissão de Finanças e Tributação foi aprovado.

Como a matéria requer **quorum** qualificado, a Presidência resolve, então, transferir a votação para a próxima semana.

Ficam, portanto, as Srs e os Srs. Deputados convocados para a votação.

O Sr. Gerson Peres — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) — Tem V. Exª a palavra.

O SR. GERSON PERES (PPR — PA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, peço que seja registrada minha presença.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) — V. Exª será atendido.

O Sr. Mauro Sampaio — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) — Tem V Exª a palavra.

O SR. MAURO SAMPAIO (PSDB — CE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, peço que seja registrada minha presença.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) — V. Exª será atendido.

O Sr. José Carlos Aleluia — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) — Tem V. Exª a palavra.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA (Bloco Parlamentar — BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, V. Exª encerrou a votação exatamente no momento em que eu ia votar, não me dando oportunidade de fazê-lo.

Peço, então, que V. Exª determine seja registrada minha presença.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) — V. Exª será atendido.

O Sr. Paulo Romano — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) — Tem V. Exª a palavra.

O SR. PAULO ROMANO (Bloco Parlamentar — MG. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, meu voto teria sido "sim".

Peço que V. Exª determine o registro da minha presença.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) — V. Exª será atendido.

O Sr. Liberato Caboclo — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) Tem V. Exª a palavra.

O SR. LIBERATO CABOCLO (PDT — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, peço que V. Exª determine o registro da minha presença.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) — V. Exª será atendido.

O Sr. Valter Pereira — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) — Tem V. Exª a palavra.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB — MS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, peço que V. Exª determine seja registrada minha presença.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) — V. Exª será atendido.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) — A Presidência determina que seja reaberto o painel, a fim de que os Srs. Deputados possam registrar suas presenças.

Srªs e Srs. Deputados, a sessão ordinária começará imediatamente após o encerramento desta sessão; entretanto, não haverá Ordem do Dia.

Lembramos que o painel estará aberto para o registro das presenças. Que V. Exªs o façam, a seguir, na sessão ordinária.

VI — ENCERRAMENTO

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) — Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a Sessão.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) —

COMPARECEM MAIS OS SRS.:

RORAIMA

AVENIR ROSA	PP
FRANCISCO RODRIGUES	BLOCO
JOAO FAGUNDES	PMDB

AMAPA

AROLDO GOES	PDT
ERALDO TRINDADE	PPR
GILVAM BORGES	PMDB

PARA'

ALACID NUNES	BLOCO
CARLOS KAYATH	BLOCO
DOMINGOS JUVENIL	PMDB
GERSON PERES	PPR
GIOVANNI QUEIROZ	PDT
HILARIO COIMBRA	BLOCO

AMAZONAS

ATILA LINS	BLOCO
BETH AZIZE	PDT
EULER RIBEIRO	PMDB
EZIO FERREIRA	BLOCO
JOSE DUTRA	PMDB

RONDONIA

CARLOS CAMURCA	PP

ACRE

CELIA MENDES	PPR
JOAO MAIA	PP

TOCANTINS

DERVAL DE PAIVA	PMDB
EDMUNDO GALDINO	PSDB
FREIRE JUNIOR	PMDB

MARANHAO

CESAR BANDEIRA	BLOCO
CID CARVALHO	PMDB
COSTA FERREIRA	PP
DANIEL SILVA	PPR
EDUARDO MATIAS	BLOCO
JAYME SANTANA	PSDB
JOAO RODOLFO	PPR
JOSE CARLOS SABOIA	PSB
JOSE REINALDO	BLOCO

CEARA

AECIO DE BORBA	PPR
ANTONIO DOS SANTOS	BLOCO
ARIOSTO HOLANDA	PSB
CARLOS BENEVIDES	PMDB
EDSON SILVA	PDT
ERNANI VIANA	PP
ETEVALDO NOGUEIRA	BLOCO
GONZAGA MOTA	PMDB
JACKSON PEREIRA	PSDB
JOSE LINHARES	PP

PIAUI

CIRO NOGUEIRA	BLOCO
JESUS TAJRA	BLOCO
JOAO HENRIQUE	PMDB
JOSE LUIZ MAIA	PPR

RIO GRANDE DO NORTE

ALUIZIO ALVES	PMDB
FERNANDO FREIRE	PPR
FLAVIO ROCHA	PL
HENRIQUE EDUARDO ALVES	PMDB
IBERE FERREIRA	BLOCO

PARAIBA

ADAUTO PEREIRA	BLOCO
EFRAIM MORAIS	BLOCO
EVALDO GONCALVES	BLOCO
IVANDRO CUNHA LIMA	PMDB
JOSE LUIZ CLEROT	PMDB
JOSE MARANHAO	PMDB

PERNAMBUCO

ALVARO RIBEIRO	PSB
GILSON MACHADO	BLOCO
JOSE CARLOS VASCONCELLOS	PRN
JOSE JORGE	BLOCO
JOSE MENDONCA BEZERRA	BLOCO
JOSE MUCIO MONTEIRO	BLOCO

ALAGOAS

AUGUSTO FARIAS	BLOCO
CLETO FALCAO	BLOCO

SERGIPE

BENEDITO DE FIGUEIREDO	PDT
CLEONANCIO FONSECA	PRN
DJENAL GONCALVES	PPR
JOSE TELES	PPR

BAHIA

ANGELO MAGALHAES	BLOCO
AROLDO CEDRAZ	BLOCO
BENITO GAMA	BLOCO
BERALDO BOAVENTURA	PSDB
CLOVIS ASSIS	PSDB
ERALDO TINOCO	BLOCO
FELIX MENDONCA	BLOCO
GEDDEL VIEIRA LIMA	PMDB
GENEBALDO CORREIA	PMDB
HAROLDO LIMA	PCdoB
JABES RIBEIRO	PSDB

JAIRO AZI	PPR
JAQUES WAGNER	PT
JOAO ALMEIDA	PMDB
JOAO ALVES	PPR
JORGE KHOURY	BLOCO
JOSE CARLOS ALELUIA	BLOCO
JOSE FALCAO	BLOCO

DEIXAM DE COMPARECER OS SENHORES:

RORAIMA

ALCESTE ALMEIDA	BLOCO

AMAPÁ

FATIMA PELAES	BLOCO
SERGIO BARCELLOS	BLOCO

PARA'

HERMINIO CALVINHO	PMDB
JOSE DIOGO	PPR
MARIO MARTINS	PMDB
PAULO ROCHA	PT
VALDIR GANZER	PT

AMAZONAS

RICARDO MORAES	PT

RONDÔNIA

EDISON FIDELIS	BLOCO
MAURICIO CALIXTO	BLOCO

ACRE

ADELAIDE NERI	PMDB
FRANCISCO DIOGENES	PPR
JOAO TOTA	PPR
MAURI SERGIO	PMDB

TOCANTINS

DARCI COELHO	BLOCO
PAULO MOURAO	PPR

MARANHÃO

FRANCISCO COELHO	BLOCO
HAROLDO SABOIA	PT
JOSE BURNETT	BLOCO
RICARDO MURAD	BLOCO

CEARA

CARLOS VIRGILIO	PPR
MARCO PENAFORTE	PSDB
MARIA LUIZA FONTENELE	PSB
PINHEIRO LANDIM	PMDB

PIAUÍ

B. SA	PP
PAES LANDIM	BLOCO

RIO GRANDE DO NORTE

JOAO FAUSTINO	PSDB

PARAÍBA

FRANCISCO EVANGELISTA	PPR
LUCIA BRAGA	PDT

PERNAMBUCO

FERNANDO LYRA	PDT
GUSTAVO KRAUSE	BLOCO
ROBERTO FRANCA	PSB
SALATIEL CARVALHO	PP

ALAGOAS

ANTONIO HOLANDA	BLOCO
LUIZ DANTAS	BLOCO
VITORIO MALTA	PPR

SERGIPE

EVERALDO DE OLIVEIRA	BLOCO
JERONIMO REIS	BLOCO

BAHIA

JOAO CARLOS BACELAR	BLOCO
JONIVAL LUCAS	PPR
RIBEIRO TAVARES	PL
SERGIO BRITO	PPR
WALDIR PIRES	PSDB

MINAS GERAIS

EDMAR MOREIRA	PRN
IRANI BARBOSA	BLOCO
LAEL VARELLA	BLOCO
PAULO HESLANDER	BLOCO
TILDEN SANTIAGO	PT

ESPÍRITO SANTO

JONES SANTOS NEVES	PL

RIO DE JANEIRO

ARTUR DA TAVOLA	PSDB
CARLOS ALBERTO CAMPISTA	PDT

CYRO GARCIA	PT
EDUARDO MASCARENHAS	PSDB
FRANCISCO DORNELLES	PPR
JANDIRA FEGHALI	PCdoB
JOSE CARLOS COUTINHO	PDT
LAPROVITA VIEIRA	PMDB
MARCIA CIBILIS VIANA	PDT
NELSON BORNIER	PL
REGINA GORDILHO	PRONA
ROBERTO CAMPOS	PPR
RUBEM MEDINA	BLOCO
SIDNEY DE MIGUEL	PV
VLADIMIR PALMEIRA	PT

SÃO PAULO

ALDO REBELO	PCdoB
ARY KARA	PMDB
BETO MANSUR	PDT
CHAFIC FARHAT	PPR
FABIO FELDMANN	PSDB
FAUSTO ROCHA	BLOCO
FLORESTAN FERNANDES	PT
GASTONE RIGHI	BLOCO
HELIO BICUDO	PT
IRMA PASSONI	PT
JOSE ABRAO	PSDB
MALULY NETTO	BLOCO
MANOEL MOREIRA	PMDB
MAURICI MARIANO	PMDB
TUGA ANGERAMI	PSDB
VADAO GOMES	PP

MATO GROSSO

JOAO TEIXEIRA	PL

DISTRITO FEDERAL

SIGMARINGA SEIXAS	PSDB

GOIAS

JOAO NATAL	PMDB
MARIA VALADAO	PPR
MAURO MIRANDA	PMDB

MATO GROSSO DO SUL

NELSON TRAD	BLOCO

PARANÁ

CARLOS ROBERTO MASSA	PP
EDESIO PASSOS	PT
FLAVIO ARNS	PSDB
MATHEUS IENSEN	BLOCO
OTTO CUNHA	BLOCO

SANTA CATARINA

DERCIO KNOP	PDT
LUCI CHOINACKI	PT

RIO GRANDE DO SUL

IBSEN PINHEIRO	PMDB
JORGE UEQUED	PSDB

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) — Encerro a Sessão, designando para a Extraordinária de hoje, quinta-feira, dia 17, às 14 h 6 min, a seguinte

ORDEM DO DIA

(Às 16h30min)

TRABALHO DAS COMISSÕES

AVISOS

PROPOSIÇÕES EM FASE DE EMENDA OU RECURSOS

I _ EMENDAS

1

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 164, DE 1993

(DO SR. ANTÔNIO FALEIROS)

Altera a redação do artigo 66 do Regimento Interno, modificando o parágrafo 3º e incluindo um parágrafo 4º.

Prazo de 5 sessões para apresentação de emendas _ Artigo 216, § 1º do Regimento Interno.

Prazo: 2º dia: 17-6-93

Último dia: 22-6-93

II _ RECURSOS

PROPOSIÇÕES APRECIADAS PELAS COMISSÕES: (Art. 132, § 2º do RI _ prazo 5 sessões)

PL Nº 2.545/91 (DO SENADO FEDERAL) _ Altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências.

Prazo:

Último dia: 17-6-93

PL Nº 3.314/92 (DO SENADO FEDERAL) _ Acrescenta § 2º ao art. 1.031, do Código de Processo Civil, transformando o atual parágrafo único em § 1º.

Prazo:
Último dia: 17-6-93

PL Nº 49/91 (Dep. GERALDO ALCKMIN FILHO) _ Institui o "Ano dos Transplantes", e dá outras providências.

Prazo:
Último dia: 17-6-93

PL Nº 1.735/91 (Dep. PEDRO CORRÊA) _ Considera o Distrito de Fazenda Nova, do Município de Brejo da Madre de Deus, Estado de Pernambuco, Área Especial de Interesse Turistíco e Estância Hidromineral.

Prazo:
Último dia: 17-6-93

PL Nº 2.151/91 (Dep. MAGALHÃES TEIXEIRA) _ Institui o direito do educando ao atendimento psicológico educacional.

Prazo:
Último dia: 17-6-93

PL Nº 2.759/92 (Dep. JOÃO MENDES) _ Acrescenta parágrafo ao art. 289 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, tornando obrigatória a publicação de demonstrações financeiras por todas empresas públicas.

Prazo:
Último dia: 17-6-93

PL Nº 3.352/92 (Dep. SANDRA CAVALCANTI) _ Modifica o art. 88 da Lei nº 7.450, de 23 de dezembro de 1985, que "altera a legislação tributária federal, e dá outras providências.

Prazo:
Último dia: 17-6-93

PROPOSIÇÕES SUJEITAS A ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO ARTIGO 58, § 4º DO RI. Prazo para apresentação de recurso artigo 58, § 2º _ 5 sessões.

PROJETO DE LEI

Nº 3.164/92 (ALBERTO HADDAD) _ Cria o Tribunal de Acidentes de Trânsito em todo o território nacional.

Prazo: 2º dia: 17-6-93

Último dia: 22-6-93

PROPOSIÇÕES SUJEITAS A ARQUIVAMENTO, NOS TERMO DO ARTIGO 133 DO REGIMENTO INTERNO. Prazo para apresentação de recurso artigo 132, § 2º _ 5 sessões.

PROJETO DE LEI

Nº 1.271/91 (NILSON GIBSON) _ Estabelece novo critério de proporcionalidade entre música popular brasileira e a estrangeira para efeito de gravação e audição.

Prazo: 2º dia: 17-6-93

Último dia: 22-6-93

Nº 1.690/91 (SEBASTIÃO FERREIRA) _ Concede prioridade para a obra que especifica.

Prazo: 2º dia: 17-6-93

Último dia: 22-6-93

Nº 2.664/92 (WILSON MOREIRA) _ Altera o artigo 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, incluindo dispositivo que permite nova hipótese de movimentação de contas vinculadas.

Prazo: 2º dia: 17-6-93

Último dia: 22-6-93

Nº 3.077/92 (ADELAIDE NERI) _ Determina que os depósitos e repasse de órgãos públicos federais da região Norte sejam feitos no Banco da Amazônia S/A _ BASA.

Prazo: 2º dia: 17-6-93

Último dia: 22-6-93

Nº 3.153/92 (ANTONIO DE JESUS) _ Estabelece desconto para as autoridades religiosas nos transportes que especifica.

Prazo: 2º dia: 17-6-93

Último dia: 22-6-93

Nº 3.020/89 (ULDURICO PINTO) _ Concede remissão total aos débitos do Imposto Territorial Rural que espeicifica e dá outras providências.

Prazo: 2º dia: 17-6-93
Último dia: 22-6-93

Nº 5.655/90 (SENADO FEDERAL) _ Altera o aritigo 9º da Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, que "dispõe sobre o condomínio em edificações e das corporações imobiliárias", para reduzir o número de assinanturas necessárias à aprovação da Convenção de Condomínio.

Prazo: 2º dia: 17-6-93
Último dia: 22-6-93

Nº 409/91 (GILVAM BORGES) _ Dá nova redação ao artigo 48 da Consolidação das Leis do Trabalho.

Prazo: 2º dia: 17-6-93
Último dia: 22-6-93

Nº 538/91 (JOSÉ CARLOS COUTINHO) _ Dispõe sobre estabilidade e exigência de concurso no serviço público.

Prazo: 2º dia: 17-6-93
Último dia: 22-6-93

Nº 1.454/91 (MAX ROSENMANN) _ Dispõe sobre a tipificação do crime de divulgação de dados estatísticos irreais.

Prazo: 2º dia: 17-6-93
Último dia: 22-6-93

Nº 2.510/92 (ANTONIO CARLOS MENDES THAME) _ Altera o artigo 319 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 _ Código Penal, definido crime de omissão no repasse de verbas públicas.

Prazo: 2º dia: 16-6-93
Último dia: 22-6-93

PROPOSIÇÕES SUJEITAS A ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO ARTIGO 164, § 1º DO RI. Prazo para apresentação de recurso artigo 164, § 2º _ 5 sessões.

PROJETO DE LEI

Nº 6.090/90(ULDURICO PINTO) _ Acrescenta dispositivo à Lei nº 8.030, de de 12 de abril de 1990, que "institui nova sistemática para reajuste de preços e salárioos em geral e dá outras providências".

Prazo: 2º dia: 17-6-93
Último dia: 22-6-93

RELAÇÃO DOS DEPUTADOS INSCRITOS NO GRANDE EXPEDIENTE - JUNHO 1993

Data	Dia	Hora	Nome
17	5ª-feira	15:30	Salatiel Carvalho
		15:50	Luiz Soyer
		16:10	Osmânio Pereira
18	2ª-feira	10:00	Gilvan Borges
		10:25	Nicias Ribeiro
		10:50	Adilson Maluf
		11:15	
		11:40	Osvaldo Coelho
		12:05	Atila Lins
		12:30	Chico Amaral
		12:55	
		13:20	Humberto Souto
21	2ª-feira	15:00	Luciano Castro
		15:25	Rubem Bento
		15:50	Cesar Cals Neto
		16:15	Edson Menezes Silva
		16:40	Maviael Cavalcanti
		17:05	
		17:30	
		17:55	
		18:20	
22	3ª-feira	15:30	Alcides Modesto
		15:50	José Genoíno
		16:10	Pedro Tonelli
23	4ª-feira	15:30	José Aldo
		15:50	Mauri Sergio
		16:10	Diogo Nomura
24	5ª-feira	15:30	Armando Costa
		15:00	Iberê Ferreira
		16:10	Zaire Rezende
25	6ª-feira	10:00	José Abrão
		10:25	Pinheiro Landim
		10:50	Tarcisio Delgado
		11:15	Sergio Miranda
		11:40	Agostinho Valente
		12:05	Vasco Furlan
		12:30	Avelino Costa
		12:55	Mauro Borges
		13:20	Paulo Novaes
28	2ª-feira	15:00	Paulo Ramos
		15:25	Dércio Knop
		15:50	Murilo Rezende
		16:15	Angela Amin
		16:40	Tilden Santiago
		17:05	Carlos Nelson
		17:30	Waldomiro Fioravante
		17:55	Ernesto Gradella
		18:20	José Falcão
29	3ª-feira	15:30	Jesus Tajra
		15:50	Hugo Biehl
		16:10	Regina Gordilho
30	4ª-feira	15:30	Élio Dalla-Vecchia
		15:50	Arolde de Oliveira
		16:10	Ronaldo Perim

Encerra-se a Sessão às 14 horas e 5 minutos.)

Ata da 93ª Sessão, Extraordinária, Vespertina, em 17 de junho de 1993

Presidência dos Srs.: Inocêncio Oliveira, Presidente; Adylson Motta, 1º Vice-Presidente; Alcides Modesto, 4º Suplente de Secretário; Freire Júnior, § 2º do artigo 18 do Regimento Interno.

I — ABERTURA DA SESSÃO

14h6min

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) — Há número regimental.

Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, e em nome do Povo Brasileiro, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. Secretário procederá à leitura da ata da sessão anterior.

II — LEITURA DA ATA

O SR. ALCIDES MODESTO, 4º Suplente de Secretário, servindo como 2º Secretário, procede à leitura da ata da sessão antecedente, a qual é, sem observações, aprovada.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) — Passa-se à leitura do expediente.

III — EXPEDIENTE

Não há expediente a ser lido.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) — Passa-se ao

IV — PEQUENO EXPEDIENTE

Tem a palavra o Sr. Chico Vigilante.

O SR. CHICO VIGILANTE (PT — DF. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srªs e Srs. Deputados, em primeiro lugar, quero dar conta a esta Casa de um trabalho que está sendo feito pela Central Única dos Trabalhadores. Representantes da CUT no Distrito Federal estão indo aos gabinetes dos Parlamentares para conversar com S. Exªs e entregar-lhes uma carta chamando-os a votar a proposta da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público de reajuste mensal de salários de acordo com o índice da inflação. Os sindicalistas estão tentando chamar a atenção desta Casa para a importância da votação desse projeto.

Outro registro que faço refere-se a uma visita que fiz ontem à noite, juntamente com a Deputada Maria Laura e o Deputado Jaques Wagner, a algumas crianças que foram recolhidas pela Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal e encaminhadas a barracas na Quadra 903 Sul.

Sr. Presidente, esses meninos de rua são quase todos da Bahia, têm de 10 a 14 anos e se deslocaram daquele Estado pegando carona com caminhoneiros. Os monitores que estão trabalhando com as crianças nos relataram o trabalho que tiveram na distribuição de alimentos para essas crianças. No primeiro dia, elas agiram como se há muito tempo não comessem. São crianças famintas, que estão jogadas pelas ruas, e o Estado brasileiro não assume nenhuma responsabilidade para com elas.

Hoje, conversei com o Secretário de Trabalho do Distrito Federal, que é também Presidente da Fundação de Serviço Social, jornalista Renato Riela. S. Exª me disse que, enquanto for Presidente da Fundação de Serviço Social, assumirá a responsabilidade pelas crianças, não mais existirá o tal do arrastão patrocinado pela Secretaria de Segurança Pública. Dessa forma, as crianças passarão a ser tratadas como seres humanos, com carinho e respeito.

Sr. Presidente, aqui fica o nosso alerta no sentido de que o Governo se preocupe em melhorar a situação das crianças que estão abandonadas nas ruas.

Apelo aos Parlamentares que dão sustentação ao Governo nesta Casa e fizeram de tudo para que o IPMF fosse criado para que tenham a mesma preocupação com relação à política salarial e venham aqui encaminhar a sua votação, até porque estamos vendo que o plano do todo-poderoso, do superministro, do primeiro-ministro da República brasileira não é o que apregoavam através dos meios de comunicação. A inflação certamente vai continuar crescendo.

Precisamos aprovar essa política salarial nesta Casa e no Senado. E que o Presidente da República não venha vetar uma proposta de política salarial que interessa aos trabalhadores brasileiros e à sociedade como um todo.

Precisamos, urgentemente, votar essa política salarial.

Durante o discurso do Sr. Chico Vigilante, o Sr. Inocêncio Oliveira, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Freire Júnior, § 2º do art. 18 do Regimento interno.

O SR. PRESIDENTE (Freire Júnior) — Concedo a palavra ao Sr. Paulo Duarte.

O SR. PAULO DUARTE (PPR — SC. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, votaremos na próxima semana o Projeto de Lei que prevê reajuste mensal para os trabalhadores e ganho real de 3% ao mês para o salário mínimo.

Meu voto será favorável, porque entendo que a medida é justa, permitindo que os assalariados enfrentem a situação inflacionária de uma economia totalmente indexada, como hoje é a economia brasileira. Esboça também uma tímida tentativa para recuperar o poder aquisitivo da classe trabalhadora.

Com a inflação beirando ou ultrapassando os 30% é impossível deixar de conceder esse direito ao trabalhador.

Salário não gera inflação. Inflação quem gera é o Governo, criando déficit em suas contas ao gastar mais do que arrecada. O trabalhador, com seu salário comprimido, não pode continuar pagando a conta. A mobilização da classe trabalhadora deve ser grande, para sensibilizar os Congressistas.

Estes recuperarão a credibilidade perdida votando a favor do trabalhador, aprovando este projeto de grande importância.

O Sr. Adilson Maluf — peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Freire júnior)— Tem V. Exª a palavra.

O SR. ADILSON MALUF (PMDB — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, quero declarar o meu voto na votação realizada na sessão há pouco encerrada, pois não constou do painel. Meu voto foi "sim".

O SR. PRESIDENTE (Freire Júnior) — concedo a palavra ao Sr. João Fagundes.

O SR. JOÃO FAGUNDES (PMDB — RR. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srªs e Srs. Deputados, a convite da Petrobrás, a Comissão de Defesa Nacional visitou recentemente a Base de Urucu, no Estado do Amazonas, onde existe uma imensa reserva petrolífera ainda em fase de incipiente produção.

Para nós essa visita foi profundamente gratificante, pois saímos revigorados quanto ao sentimento de brasilidade ao verificarmos o trabalho altamente dedicado e eficaz que o valoroso corpo técnico da Petrobrás realiza no meio da floresta, na região próxima ao Município de Tefé, com *Know-how* e mão-de-obra essencialmente brasileiros. Demonstrando conhecimentos técnicos dos mais aprimorados, aqueles jovens idealistas servidores da Petrobrás vêm fazendo um trabalho grandioso, do qual o Brasil poderá tirar em breve preciosos dividendos, se investirmos um pouco mais no campo da pesquisa.

Infelizmente, Sr. Presidente, Srªs, e Srs. Deputados, investimos pouco no campo da pesquisa mineral, e o pouco que investimos tem respondido de maneira altamente positiva para o fortalecimento da nossa economia.

Na explanação técnica que ouvimos dos engenheiros da Petrobrás ficou positivado que a potencialidade em petróleo naquela região é incomensuravelmente grande e que bem podemos aspirar brevemente à nossa auto-suficiência em matéria de petróleo, se explorarmos criteriosamente as reservas da Base de Urucu.

Ao tempo em que me congratulo com os servidores da Petrobrás que naqueles perdidos confins do território brasileiro extraem do subsolo a nossa riqueza de petróleo, quero dizer que a bacia do rio Tacutu, no Estado de Roraima, comprovadamente rica em potencialidades, minerais e particularmente no tocante ao petróleo, também dever ser explorada através da abertura de poços. Tenho certeza de que Roraima responderá favoravelmente a essa pesquisa, porque o nosso Estado tem notadamente um subsolo rico, do qual a petrobrás poderá retirar o petróleo necessário para impulsionar o desenvolvimento de Roraima, da região amazônica e do Brasil.

Era o que tinha a dizer.

A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT — RJ. Sem revisão da oradora.) — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no dia 27 de maio próximo passado foi instalada nesta Casa mais uma CPI, que tem a importante função de dar continuidade ao papel de denúncia e de informação sobre a realidade brasileira desempenhado pelas recentes Comissões de Inquérito instaladas durantes esta legislatura, como a CPI do Extermínio de Crianças e Adolescentes, a CPI da Esterilização de Mulheres e a CPI que investigou a Violência contra a Mulher. Estou me referindo à instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar responsabilidades pela exploração e prostituição infanto-juvenil, da qual tenho a honra de ter sido eleita Segunda Vice-Presidente.

Devo dizer que a Vice-Presidência desta Comissão, muito mais que uma honra, é, acima de tudo, um compromisso com a verdade, com a vida, que tenho procurado seguir e cumprir desde meu primeiro mandato legislativo, na Câmara de Vereadores da cidade do Rio de Janeiro.

A Vice-Presidência de uma CPI dessa importância é, também, mais um desafio assumido no meu mandato. Desafio que representa desvendar a hipocrisia, a desinformação e a ignorância acerca do tema exploração de crianças prostituídas no Brasil. Desmascarar, principalmente, a omissão, a conivência do Estado e de outros setores, fato comprovado, curiosamente, por todas as investigações feitas pelas Comissões Parlamentares de Inquérito da atualidade.

Sr. Presidente, foi preciso haver denúncia das organizações não-governamentais, com apoio da imprensa, para que viesse à luz a questão da "menina-prostituta", ou "prostituta mirim", e também para mostrar a que estão relegadas as crianças pobres brasileiras.

A prostituição não é um problema isolado. Vários fatores contribuem para a sua prática. A exploração de crianças e adolescentes é largamente usada, e a sociedade faz "vista grossa", porque o único dado concreto que possuímos hoje a respeito da problemática da prostituição infantil é que a grande maioria dessas meninas são pobres, vivem nas ruas, tendo como único meio de sobrevivência, como única alternativa até mesmo para o sustento de sua família, a venda do próprio corpo. São exploradas ("vendidas") pelas próprias famílias, sendo objetos de violência sexual dentro do próprio lar.

A pobreza, a miséria, a desvalorização da mulher enquanto ser humano e o abuso sexual na própria família são condições que fazem não apenas as meninas, mas as mulhers em geral, se submeterem à prostituição. As meninas são "mercadorias" vendidas a peso de ouro, em dólar, e crianças de 8 e 11 anos, ainda virgens, alcançam valor muito alto no mercado da prostituição infantil.

Esta, a realidade perversa que a sociedade não quer enxergar e que se encontra "embaixo do tapete". O silêncio nos torna cúmplices, mas os compromissos diários nos obrigram às denúncias constantes.

Não é de hoje que as entidades não-governamentais vêm denunciando sistematicamente o tráfico, o aliciamento e a prostituição infantil. Isso ocorre já de longa data. Este drama do qual são vítimas crianças e adolescentes brasileiros se generaliza nas áreas de maior concentração de pobreza do País e, lamentavelmente, já está institucionalizado em algumas regiões, como a Amazônia Legal, que representa 61% do território nacional e inclui Estados das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Pesquisa realizada pelo Centro de Defesa do Menor de Belém (Pará) constatou que pelo menos 50% das prostitutas daquela capital tinham idade inferior a 16 anos. O aliciamento dessas meninas já virou até uma atividade "profissional", com o surgimento nos chamados "gatos", pessoas que, com promessas de emprego fácil, "compram" meninas da própria família, fazendo uma espécie de adiantamento em dinheiro em função do dinheiro que elas ganharão futuramente no provável "emprego". A existência desse tipo de "profissional" só é possível porque a visão que se tem é de que o aliciamento e a prostituição de crianças e adolescentes é um negócio como outro qualquer, e até mais rendoso e fácil.

Sr. Presidente, a CPI que investiga a exploração e a prostituição infanto-juvenil ouviu seus primeiros depoimentos: do representante do UNICEF, Sr. Agop Kayayan, e do Padre Bruno Secci, coordenador do Centro de Defesa do Menor em Belém, Pará. Em depoimento vigoroso e corajoso, o Padre Bruno afirmou, categórico: "É cada vez menor a idade da prostituta".

Segundo o Padre, meninas com 18, 19 anos já são consideradas velhas, descartáveis, enquanto a média de idade para início da prostituição é, atualmente, de 12 anos. O testemunho prosseguiu: hoje já é comum encontrar meninas prostituídas aos 9, 10 e 11 anos, ao contrário de quando o Padre Bruno começou a trabalhar com crianças de rua, há mais de vinte anos, quando o número de meninas era praticamente inexpressivo, o que levou a concluir: "Os últimos escravos do Brasil são as crianças de Itaituba". (Itaituba é uma cidade do Pará onde fica a Vila de Cuiú-Cuiú, região de garimpo e cenário

da exploração da prostituição infanto-juvenil (tráfico, aliciamento e escravidão) denunciada recentemente pela imprensa.)

Sr. Presidente, como afirmamos anteriormente, a prostituição não é um caso isolado e, portanto, não se restringe apenas à Amazônia Legal.

Do Estado da Paraíba recebemos o Dossiê Prostituição de Menores, que reúne fatos e denúncias sobre a dramática realidade de crianças e adolescentes prostituídas naquele Estado. Este documento destaca o aliciamento, o tráfico de jovens com idades entre 12 e 17 anos para outras Capitais do País, o desaparecimento de meninas e a formação de quadrilhas especializadas neste tráfico, como as características da exploração infantil na Grande João Pessoa. Notícias divulgadas pela imprensa dão conta de que até navios estrangeiros, aportados no porto de Cabedelo, cidade da Grande João Pessoa, estão envolvidos com o seqüestro de meninas prostitutas. O dossiê afirma que na cidade de Campina Grande 70% das prostitutas são menores de 17 anos.

Quero registrar nos Anais desta Casa o recebimento deste importante dossiê, que me foi enviado pelo Centro da Mulher 8 de Março, de João Pessoa, através do Deputado Estadual, do Partido dos Trabalhadores, Francisco Lopes. Ainda hoje estarei encaminhando ofício, com cópia deste dossiê, ao Ministro da Justiça, Maurício Corrêa, e ao Ministro do Bem-Estar Social, Jutahy Magalhães, bem como requerimentos de informações cobrando providências a respeito da situação alarmante e pouco divulgada da exploração da prostituição infanto-juvenil no Estado da Paraíba.

Finalizo, Sr. Presidente, afirmando que a exploração sexual de crianças e adolescentes é um atentado contra os direitos humanos em qualquer parte do mundo. No Brasil, a dimensão desse drama tem conotações absurdas, uma vez que a banalização da vida é uma constante entre nós.

Nossa CPI tem o relevante papel de ser um alerta à sociedade, um despertar de consciência para a miséria a que foi relegada nossa infância e adolescência. Quando meninos e meninas são vendidos como mercadoria, à luz do dia, pelas próprias famílias, para se prostituírem; quando são utilizados como "aviões" para transportar e entregar drogas, engrossando o exército do narcotráfico, e ainda são treinados para praticarem pequenos furtos, urge que a sociedade se posicione, confrontando esta realidade e condenando-a vigorosamente, exigindo providências do Poder Público. É este o objetivo primeiro de nossa CPI: desvendar o mundo perverso e cruel da prostituição infantil, desvendando, também, a miséria social em que está mergulhado hoje nosso País.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO RAMOS (PDT — RJ. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srªs e Srs. Deputados, já tive oportunidade, em alguns pronunciamentos, de fazer indagações sobre a corrupção. Qual o sentido político da corrupção? Qual a finalidade da corrupção? Para alguns incautos a corrupção tem o objetivo único e exclusivo de fazer com que alguns se beneficiem escusamente de recursos, especialmente de recursos públicos. Mas para outros a corrupção tem um sentido muito mais amplo, qual seja o de estabelecer a dependência. O corrupto não tem independência moral e portanto não tem independência política, passa a ser testa-de-ferro de interesses igualmente escusos.

O Presidente da República, Sr. Itamar Franco, assumiu o cargo com a fachada de honradez, de honestidade e, até hoje, é reconhecido como homem honesto, íntegro.

Já disse um ex-governante que um dos princípios de Governo deveria ser não roubar e não deixar roubar. Há aqueles que se desonraram por omissão. O Presidente Itamar Franco destituir do cargo o ex-Ministro Eliseu Resende, em função do envolvimento de S. Exª em inúmeras denúncias. Por último demitiu também o ex-Ministro da Agricultura, que ficou praticamente uma semana no cargo, em função de denúncias, algumas comprovadas, de envolvimento em situações delicadas. Era de se esperar que o Presidente da República tivesse um mínimo de coerência em relação àqueles que, envolvidos em atos de corrupção, continuam ocupando cargos no Governo.

Integro, Sr. Presidente — e tenho a honra de ser um dos autores da iniciativa, juntamente com o Senador Amir Lando — a CPI que trata do programa de privatização. É preciso que todos nesta Casa saibam que, se a CPI do PC levou ao **impeachment** do Presidente da República, os recursos que estão sendo desviados nesse programa de privatização herdado do Governo Collor superam, e muito, tudo aquilo que foi apurado em relação ao Esquema PC Farias. Mas quem preside a Comissão de Privatização é o Sr. Franco Montoro Filho, dos quadros do PSDB. A bem da verdade, quem hoje está no Governo determinando os rumos da nossa República é o PSDB, partido composto, tenho certeza absoluta, por homens honrados e que, acima de tudo, pretendem preservar a honradez.

A revista **IstoÉ** desta semana divulga parecer do Ministro Fernando Gonçalves, do Tribunal de Contas da União, mencionando fato ocorrido na Companhia Siderúrgica Paulista — COSIPA — que beneficiou um grupo privado, por intermédio do Sr. Vladimir Rioli, hoje integrante da Comissão de Desestatização do Governo Federal. O fato envolve também o Presidente daquela Comissão, Sr. Franco Montoro Filho, que à época presidia o BNDES.

Como ficam o Presidente da República e o PSDB com a manutenção do Sr. Franco Montoro Filho em tão importante cargo?

Nesta Casa temos divergências e alguns pontos em comum com o PSDB. Não é possível que o Presidente da República e o Ministro da Fazenda mantenham no cargo o Sr. Franco Montoro Filho e na Comissão o Sr. Vladimir Rioli, que já demonstraram, nas suas vidas pregressas, a participação em atos de corrupção.

O Programa Nacional de Desestatização já não tem nenhuma credibilidade. A CPI sobre a questão já vem demonstrando que tal programa representa a mais grave corrupção.

Portanto, Sr. Presidente, faço um apelo e uma advertência ao Presidente da República para que não mantenha no cargo o Sr. Franco Montoro Filho, bem como na Comissão Nacional de Desestatização o Sr. Vladimir Rioli. Apelo também à bancada do PSDB com assento nesta Casa: para que possamos ter um relacionamento respeitoso, não podemos aceitar que esta bancada dê sustentação política a homens envolvidos em atos de corrupção.

Hoje, às 16h30min., membros da CPI do Programa Nacional de Desestatização terão audiência com o Presidente da República. Esperamos que, com base nos documentos e informações colhidos pela CPI, S. Exª, o Sr. Presidente da República, não apenas tome medidas destinadas a destituir dos cargos aqueles que estão envolvidos em atos de corrupção, mas, acima de tudo, tenha a decência de sustar o leilão da Ultrafértil e o da Petroquímica União. A ser preservado o leilão de ambas as empresas seguramente o Presidente da República não poderá falar mais em honradez.

Durante o discurso do Sr. Paulo Ramos, o Sr. Freire Júnior, § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Adylson Motta, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) — Concedo a palavra ao Sr. Paulo Romano.

O SR. PAULO ROMANO (Bloco Parlamentar — MG. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, nobres Deputados, gostaria de fazer dois registros. O primeiro, diz respeito à posse, hoje, no Palácio do Planalto, do novo Ministro da Agricultura, o nobre colega Barros Munhoz, à qual estivemos presentes, oportunidade em que ouvimos as primeiras manifestação de S. Exª É importante que esta Casa tome ciência e consciência do momento que a agricultura vive. Em apenas dez dias foi triturado um Ministro que era um empresário. Não discuto as questões de ordem pessoal que tive com S. Exª, mas é sabido que subjacente às questões mais importantes, como o próprio ex-Ministro denunciou, estava a pressão do setor financeiro.

E hoje um jornalista indagou do Ministro Barros Munhoz se manterá como prioridade o financiamento da agricultura no sistema equivalência produto, mesmo com a resistência do setor financeiro. S. Exª foi muito claro ao responder que se tratava de uma prioridade do Fórum de Secretários de Agricultura, e não apenas de um projeto seu.

Aqueles que entendem a importância da agricultura como o eixo possível e disponível para o Brasil retomar o desenvolvimento, sabem da necessidade dessa inovação na sua forma de financiamento.

Um dado importante, que não é invenção de ex-Ministros nem do atual, é que nos últimos cinco anos a participação da agricultura brasileira no Produto Interno Bruto caiu de 36 para 19 bilhões de dólares, ou seja, foi reduzida, nesse período, a quase a metade da sua renda. É sabido que a imprensa, que às vezes sabe criticar aqueles que propugnam pela agricultura, tem divulgado, por balanços ou por notas, que nenhum setor recebeu mais volume de recursos da sociedade do que o financeiro, que hoje detém cerca de 20% do PIB nacional, quando há cerca de cinco anos esse percentual era bem menor.

Que sirva de alerta para nós a entrada de um novo Ministro num momento de definição de safras! Trata-se de um colega nosso, um Deputado Estadual que fez um trabalho brilhante em São Paulo como Secretário de Agricultura.

A meu ver, é hora de cerrarmos fileiras não apenas por se tratar de um Deputado, mas por ser a última chance de que dispõe o Governo Itamar Franco para colocar a agricultura a serviço de seu plano.

Por fim, chamo a atenção para o segundo registro que gostaria de fazer: dentre os setores que mais se deterioraram durante o período de perversidade, caracterizado pelos planos econômicos ou de estabilização,de 1986 para cá, está o cooperativista. Como referência tomo a Cooperativa Agrícola de Cotia, um dos patrimônios da agricultura nacional e que se encontra em situação muitíssimo difícil. Por quê? Porque tentou, com muito esforço, nos últimos anos, dar cobertura aos agricultores. Mas na medida em que a economia não se estabilizou a Cooperativa ficou numa situação muito difícil.

Tenho acompanhado pessoalmente essa questão junto a alguns Ministérios e ao Banco do Brasil. Hoje, em contato com esse Banco, fui informado por seu Presidente de que já se vislumbra a perspectiva de um ajustamento de condições para que aquela Cooperativa saia das dificuldades em que se encontra. Tal fato não significa paternalismo, transferência de dinheiro ou dinheiro de graça, mas tempo de repactuação de débitos, não especificamente com o Banco do Brasil, mas com todos outros bancos, para que os 3 milhões de hectares plantados por seus 18 mil e 500 associados possam continuar gerando riqueza.

Como ainda não tivemos oportunidade de votar o IPMF — a votação foi adiada para a próxima semana — apresentei emenda, que foi acolhida pela Comissão de Agricultura e Política Rural desta Casa, ao projeto que propõe para que o ato cooperativo figure entre os casos de isenção do IPMF. Não se trata de paternalismo; aliás, sou contra isso. É que toda a legislação tributária brasileira prevê que aquilo que não for considerado como transação de mercado será isento de tributos, entre cooperativas ou entre produtores de cooperativas. Assim, entendo que o ato cooperativo não deve estar sujeito à aplicação do IPMF.

O SR. ANTÔNIO FALEIROS (PSDB — GO. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srªs e Srs. Deputados, por coincidência, é a terceira vez que trato deste assunto sob a Presidência de V. Exª Desde o início do nosso mandato, temos nos preocupado não só com a visão que a sociedade tem desta Casa, mas também com os trabalhos aqui realizados, que não devem ficar restritos apenas aos discursos. Existem propostas concretas de reformulação de nossos procedimentos, no sentido de que se dê mais agilidade aos trabalhos.

Infelizmente, há uma questão que considero importante. Temos de continuar batendo na mesma tecla para que haja uma solução e possamos dizer, em voz alta, que a sociedade não tem por que nos cobrar e nos criticar. Muitas das declarações que denigrem esta Casa não têm razão de ser; entretanto, nós próprios atuamos de maneira a dar margem a que nos critiquem. O exemplo mais claro, nos últimos tempos, é o nosso período de trabalho. Atualmente, só se pode colocar na Ordem do Dia projeto importante na quarta-feira. Nas terças e quintas-feiras praticamente não há **quorum**, como ocorre hoje. Apesar de a matéria constante da Ordem do Dia da sessão matutina ser polêmica, apesar de ter havido, por parte de alguns Parlamentares, o esvaziamento da sessão para propositadamente não haver **quorum** , o que estamos presenciando, na realidade, é que a sessão ordinária de quinta-feira já está sendo transferida do horário habitual, às 14h, para a parte da manhã, justamente porque na parte da tarde já não há mais **quorum** para votação.

Ponderamos que a Casa deveria ouvir os parlamentares antes de tomar certas medidas, como conceder verbas — ninguém pediu isso — para tratamento dentário. Criticamos a Mesa quando fomos liberados da nota fiscal que comprova o auxílio-moradia. Agora, solicitamos sua atenção para um projeto de nossa autoria que prevê mudanças no Regimento Interno, cabendo ao Plenário decidir se teremos Ordem do Dia às segundas-feiras. Não é mais possível continuarmos assim — quando existem votações tão importantes para serem realizadas — num momento tão decisivo para o País. Precisamos mostrar à sociedade que o Congresso Nacional poderá fazer a sua parte, contribuindo com o Executivo, a fim de que este tenha em mãos mecanismos para viabilizar o programa emergencial.

Apelo para a Mesa Diretora no sentido de que o Regimento seja modificado, transferindo-se ao plenário a competência de decidir os dias em que haverá Ordem do Dia, e

se teremos ou não sessões às segundas e sextas-feiras. Já que agora toda votação se concreta apenas nas quartas-feiras, precisamos decidir essa questão, assumindo a responsabilidade de tal ato perante a opinião pública.

Para finalizar, quero dizer que não sou jornalista; mas, segundo contam, nas primeiras aulas de Jornalismo os professores dizem, brincando, aos seus alunos que ver um cachorro mordendo um homem não constitui notícia; porém, ver uma pessoa mordendo um cachorro constitui notícia de primeira página. Digo a mesma coisa: não é função da imprensa noticiar e divulgar a presença dos Parlamentares assíduos no plenário; mas toda a Casa paga pelos faltosos, porque ficamos vulneráveis, quando se transmite para a população a idéia de que o Congresso Nacional não está conseguindo número suficiente de votos para colocar em prática um plano tão ambicioso, cuja intenção é pelo menos colocar ordem no setor público.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) — A Presidência colhe as ponderações do Deputado Antônio Faleiros como uma contribuição, porque coincidem com a preocupação manifestada pela Mesa, desde o momento em que esta designou uma Comissão Especial, de acordo com o art. 216 do Regimento Interno, para apresentar anteprojeto de reformulação do nosso Regimento Interno, adequando os trabalhos aos princípios que defendemos e que queremos reflitam a imagem real desta Casa.

Sugiro ao nobre Deputado que entre em contato com o Relator da Comissão Especial, Deputado Prisco Viana, levando suas sugestões, ou que, por ocasião da tramitação desse anteprojeto, durante os cinco dias para apresentação de emendas, encaminhe suas propostas.

O Sr. Antônio Faleiros — Comunico à Mesa que tramita na Casa Projeto de Resolução de minha autoria que prevê mudança no Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) — Todos esses projetos foram encaminhados à Comissão Especial. De qualquer forma, diante da preocupação real do nobre Deputado no sentido de que as coisas melhorem em termos de funcionalidade da Casa, sugiro ao nobre Colega que entre em contato com o Relator e depois, se for o caso, apresente formalmente suas emendas.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Valdomiro Lima.

O SR. VALDOMIRO LIMA (PDT — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srªs e Srs. Deputados, não se tem conhecimento na história da República brasileira de tanta demora na votação do Orçamento da República, muito menos na sua execução, como está ocorrendo este ano.

Em primeiro lugar, foi o Relator Geral do Orçamento, Senador Mansueto de Lavor, que o engavetou por cerca de cinco meses, sem colocá-lo em votação. S. Exª não escondia o motivo de sua atitude, dizendo, muitas vezes, que não poderíamos votar o Orçamento enquanto não aprovássemos o ajuste fiscal, o IPMF. No final, foi necessário votar o Orçamento antes mesmo de se aprovar o IPMF.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Deputados, eu lhes garanto que o Orçamento poderia ter sido votado no final de dezembro, ou no mais tardar em janeiro. Não havia necessidade dessa tremenda demora. É evidente que ela foi proposital. O Executivo estava interessado em que o Orçamento não fosse votado. Enquanto isso, o que estava sendo executado em janeiro, fevereiro, março, abril, maio e junho era apenas a proposta original do Executivo, ou seja, a liberação mensal de um doze avos, com uma pequena correção de 4,49%. Como o Congresso Nacional — a Câmara dos Deputados e o Sendo Federal — decidiu colocar na Lei Orçamentária proibição do contingenciamento, o que fez o Poder Executivo? Fez um contigenciamento de fato e amarrou, como está amarrando até agora, a execução do Orçamento.

Ora, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Deputados, parece-me que isso é uma afronta ao Congresso Nacional, inclusive com relação aos cortes que querem fazer no Orçamento. Aliás, na própria Comissão de Orçamento, no último momento foi aprovado um corte linear de cerca de 2 bilhões de dólares para atender à Saúde e a outros Ministérios que estavam com problemas.

Gostaria de lembrar que o Orçamento foi elaborado com base em uma inflação decrescente, que chegaria a 14% em dezembro. Estes dados nos foram repassados pela própria Comissão de Orçamento, à qual pertenço e da qual inclusive fui Relator-Parcial. Mas está ocorrendo exatamente o contrário, pois não estamos tendo uma inflação decrescente que chegará a 14% em dezembro. Estamos tendo até uma inflação crescente. Ora, onde está a arrecadação a maior? Deve haver nesse Orçamento uma arrecadação a maior, um superávit de arrecadação programado. Com tudo isso, continua o terrorismo em torno do Orçamento. Parece-me que continua a vigorar a tese do Senador Mansueto de Lavor de que enquanto não se aprovar o IPMF, não se libera o Orçamento.

Ainda hoje se pode notar o desespero do Ministério da Saúde com relação a recursos — sabemos das dificuldades que essa Pasta atravessa, com hospitais sendo fechados em todo o País. Conversando com Assessores do Ministério da Saúde, descobrimos — inclusive vamos solicitar a esta Casa que interpele diretamente o Ministro Antônio Britto — que o ministério da Previdência tem cerca de 33 trilhões de cruzeiros aplicados no sistema financeiro e, ainda segundo esses mesmos assessores, que o Ministro se nega a repassar ao Ministério da Saúde os 15,5% a que tem direito.

Ora, Sr. Presidente, ao aplicar esses 33 trilhões de cruzeiros, parte dos quais pertence à Saúde, é evidente que o Ministro da Previdência tem um bom rendimento que deve estar ajudando S. Exª a pagar os aposentados, o que também é muito importante e justo. Mas me parece que essa política é muito equivocada.

Sr. Presidente, para encerrar as minhas palavras, inclusive esta denúncia, quero dizer que vou votar a favor do IPMF. Não vim fazer esse discurso para justificar um voto contra, não. Vou votar a favor do imposto, mas deixo registrada minha estranheza quanto a tudo isso. De repente descobre-se que o Ministro Antônio Britto aplicou 33 trilhões de cruzeiros no mercado financeiro. Então, não está faltando tanto dinheiro assim como se apregoa. Na realidade, o que está havendo é muito terrorismo em torno da aplicação do atual Orçamento.

Era o que tinha a dizer.

Durante o discurso do Sr. Valdomiro Lima, o Sr. Adylson Motta, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Alcides Modesto, 4º Suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Alcides Modesto) — Concedo a palavra ao Sr. Ruben Bento.

O SR. RUBEN BENTO (Bloco Parlamentar-RR. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srªs e Srs. Deputados, a utilização do cerrado roraimense na execução de

projeto agrícola será uma medida das mais acertadas para compensar a divisão do Estado, com a aprovação das reservas indígenas, que tornará improdutiva aquela vasta área do norte do País. A natureza, pródiga com é, dotou aquela região de vasta extensão territorial que denominamos "lavrado" ou "cerrado", como querem outros, e proporcionou, ao longo de sua extensão, uma bacia hidrográfica das maiores do País, possibilitando, assim, a expansão das emplorações agrícolas através de cultura de lavouras irrigadas.

A região localizada no centro do Estado de Roraima é belíssima, e é oportuno que o Governo Federal auxilie o Governo Estadual a realizar os serviços de recuperação dos campos naturais, hoje subutilizados tão-somente com a criação extensiva de bovinos e eqüinos, o que é pouco em função da potencialidade da área, adaptável com certeza à exploração agrícola, fundamental para a cultura de grãos e alimentos básicos para a população.

O que ocorre hoje com o notável lavrado roraimense é o descaso e a impotência do Governo Estadual. Recentemente, o atual Governo decidiu implantar um projeto de irrigação de cerca de 10 mil hectares na região do Murupu/Anzol, o que elevaria em muito o nível de produtividade da região. Entretanto, a execução do projeto atingiria dezenas de propriedades rurais, o que não é recomendável, visto tratar-se de áreas de domínio de mais de um século e do fato de seus moradores não quererem retirar-se da região que utilizam para o sustento de suas famílias, ainda que mediante indenização.

Vale ressaltar que existem outras áreas semelhantes onde o projeto poderia ser implantado sem os possíveis transtornos causados às pessoas lá radicadas e cujas propriedades são produtivas e com posses até centenárias, não justificando uma ação do Governo nessas regiões tradicionais de imigrantes nordestinos que ali se assentaram no início do século para produzir banana, feijão, milho, dedicar-se à criação de gado bovino.

Assim, peço às autoridades que realizem um projeto para ajudar a desenvolver o Estado de Roraima, a mais longínqua fronteira do País, no Hemisfério Norte.

O SR. LOURIVAL FREITAS (PT — AP. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, o principal argumento do Governo Collor para o desmonte do Estado brasileiro e para a privatização das empresas estatais era o de que o Estado não tinha mais recursos para suportar e manter uma máquina tão pesada, tão grande, tão onerosa, ineficiente e ineficaz.

A exemplo de outros países, tentou-se adotar no Brasil a privatização, com o principal argumento de que com o dinheiro arrecadado o Governo cobriria o déficit dessas empresas, da própria máquina pública federal, da Administração Direta e ainda investiria em setores básicos tradicionais, para com os quais o Estado tem responsabilidade, ou seja, saúde, educação, transporte etc.

Ora, no Governo Collor não se arrecadou absolutamente nada ou quase nada com o programa de privatização. Apesar disso, continuam com esse mesmo programa, que comparo a uma pessoa física, a um pai de família que está no dilema entre manter seu fusquinha ou sua casa que está caindo. Ele não tem mais dinheiro para colocar combustível no carro. Então, sobra-lhe uma das duas alternativas: ou vende a casa para manter o fusca, ou vende o fusca para reformar ou pelo menos para pintar a casa. Ora, Sr. Presidente, o Governo não pode desfazer-se das empresas, do patrimônio público construído, durante anos e anos, com o sacrifício de toda a Nação, e não ter o dinheiro necessário para reformar a casa. O Governo está vendendo as estatais por um bagatela. Vamos ficar sem a casa e sem o fusca. Sr. Presidente, essa política de privatização é uma irresponsabilidade. O Governo Itamar ainda não mostrou coragem para desmontar todo o esquema armado na época de Collor. A CPI da Privatização está revelando coisas absurdas. São as mesmas cabeças, é o mesmo plano, é o mesmo desmonte, é a mesma generosidade com aquilo que é de todos, que é público, que é do povo brasileiro.

Sr. Presidente, quero também registrar que para a próxima quarta-feira está agendada a votação, pelo Plenário da Câmara dos Deputados, da nova política salarial. É importante que toda a população brasileira — os empresários, os trabalhadores, as pessoas que têm compromissos com a Nação — faça uma grande mobilização para que esta Casa a aprove urgentemente, porque, com a crescente inflação, hoje no patamr de 30%, no final do mês o trabalhador já recebe o seu salário com uma defasagem de 30%, pois pela atual política os reajustes são bimestrais, repondo apenas 60% da inflação, sendo o restante da perda zerada ao se completar o quadrimestre. Com relação ao serviço público, até hoje o Governo não mostrou o seu tão falado compromisso com a moralização do setor e o estímulo aos seus servidores para poder exigir melhor qualidade no atendimento à população.

Espera-se que o Governo, que está fazendo um terrível esforço para aprovar mais esse imposto, mostre também seu compromisso com a Nação brasileira e com os trabalhadores, e não impeça que esta Casa se posicione favoravelmente ao reajuste mensl dos salários.

Era o que tinha a dizer.

O SR. JOÃO PAULO (PT — MG. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srªs e Srs. Deputados, o povo brasileiro esperou pelo pronunciamento do novo Ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, mas, pelo visto, em vão. Na verdade, o Sr. Fernando Henrique Cardoso não disse nada. Os pronunciamentos de S. Exª, desde o momento da sua indicação para o Ministério da Fazenda até agora, se pautaram na linha preconizada pelo Fundo Monetário Internacional. O Sr. Ministro sabe o que deve ser feito. Infelizmente, não existe vontade política para reverter o modelo econômico brasileiro. S. Exª vem a público dizer que é preciso fazer cortes no Orçamento da União. Em momento algum o Ministro Fernando Henrique Cardoso fez menção à ciranda financeira. É preciso que se diga que o esvaziamento dos cofres do Estado é feito diariamente em benefício de grandes empresários e banqueiros. Do Orçamento deste ano, Governo destinará 29 bilhões de dólares, ou seja, 1,5 quatrilhão de cruzeiros para pagamento de juros das dívidas interna e externa. Portanto, o discurso de S. Exª é inaceitável.

O Governo não pode continuar na mesma linha que vem sendo ao longo de 27 anos à economia brasileira.

Sr. Presidente, quero refirir-me a duas matérias publicadas no jornal **Tribuna da Impresa,** nos dias 12 e 13 deste mês. A primeira delas, assinada pelo grande jornalista Carlos Chagas, é intitulada: "Quem tem medo da quebra do sigilo bancário?"

Diz ele:

> "Há cheiro de malandragem no ar. Anuncia-se para a próxima semana a votação do IPMF pelo plenário da Câmara, tantas vezes adiada. Ao mesmo tempo, bate-se na tecla de sempre: "só se o Governo abrir

mão da quebra do sigilo bancário". O episódio lembra o do lobo e do cordeiro: "se não foi você que turvou a água, foi seu avô..."

A quem interessa a manutenção do sigilo bancário? Não mais do que a meia-dúzia de especuladores ou a cidadãos incapazes de explicar a origem de seus ganhos. Também a alguns interessados em burlar o fisco e em pagar menos impostos do que deveriam.

Porque à grande massa de assalariados, tanto faz como tanto fez. Recebem seus contracheques e talões de depósito à vista de todos. Dos patrões, dos bancos, da Receita Federal e até do vizinho do lado. Nada têm a esconder, a não ser a falta de recursos e a ginástica feita todos os meses para levar o ordenado a comprar comida até que o outro seja depositado. São certas e canhestras elites que levantam essa cortina-de-fumaça para pressionar os deputados, admitindo-se, também, que muitos de nossos representantes do povo participem do mesmo interesse. Não como deputados, mas como parte dessas elites.

Mutretas e maracutaias

O Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira é cruel. Não deveria ter sido proposto, na medida em que recairá sobre quem não pode pagá-lo sem ter ainda mais reduzida sua capacidade de sobreviver. Para as elites, tanto faz, já que terão as fórmulas de sempre para repassar ao povão o ônus do desconto sobre cada cheque. Mas já se trata de um fato, melhor dizendo, de emenda constitucional votada e aprovada no Congresso. Se o Governo não pode abrir mão de mais essa taxação para poder pagar o aumento dos funcionários, saldar suas dívidas e ajudar a combater a inflação, vá lá. Aceitamos mais esse sacrifício, esperando que seja o último. Só não dá para aceitar a reação daqueles que nada vão sofrer, e se insurgem por motivos ocultos. Para que o fisco não tenha acesso às mutretas e maracutaias que o levantamento do sigilo bancário fatalmente revelará.

Aqui, reúnem-se a fome e a vontade de comer. Porque aos bancos o que não interessa é o próprio IPMF. Menos pelo trabalho adicional a que se obrigarão, para calcular e recolher a nova taxa, mais porque ficará exposta a incompreensível situação de que eles continuam lucrando horrores enquanto até a ampla maioria das empresas vive sufoco sem par.

Quem não deve, não teme

Erige-se, assim, para evitar o IPMF, óbvia cortina-de-fumaça. "Só se não mexerem no sigilo bancário". Importa, como nas histórias de detetive, indagar a quem interessa o crime. Ao Brasil real, dos assalariados, de jeito nenhum. Aos que vivem da especulação, de negócios especiais e do privilégio de agir na sombra, certamente.

Entre os direitos fundamentais da pessoa humana não se incluirá, certamente, o sigilo bancário. Não pensaram nisso os artífices da Revolução Francesa, muito menos os representantes dos governos que deram origem às Nações Unidas. Esse "direito" nunca foi proclamado ao lado do direito à vida ao trabalho, à liberdade de expressão e nem, sequer, ao direito de propriedade. Inseriu-se ao longo de distorções impostas pelos privilégiados para aumentar seus privilégios. Porque, vale repetir, a imensa maioria da população assina seus cheques em praça pública, à vista de todos. As contas bancárias de mais de noventa por cento dos cidadãos, além de comentadas, são mostradas e alardeadas como evidência das dificuldades de cada um. Mas é precisamente em nome de um sigilo fajuto e canhestro que as minorias estão condicionando a aprovação da lei que regulamenta o IPMF. Inventem outra, por favor."

A outra é de autoria do insuspeito jornalista Hélio Fernandes. Aliás, o Presidente da República deveria fixar-se sobre ela com bastante atenção.

Diz o jornalista:

> "Fernando Henrique está ansioso que o presidente Itamar se mude para o Palácio da Alvorada. Parece meio estranho, quando todos dizem que o Alvorada não tem o mínimo de condições para servir de moradia a ninguém, principalmente um presidente da República. Palácio bonito por fora e inacreditável por dentro. Sem privacidade, sem conforto, até mesmo sem espaço, o que pode parecer absurdo. Mas é a realidade. Itamar vai se arrepender.
>
> O Ministro da Fazenda (ele só usa o título quando José Serra não está por perto) só pensa numa coisa: mudar para a atual mansão onde mora Itamar. Esta sim, confortabilíssima, agradável, e com **status** de presidente. Isso na verdade é o que seduz Fernando Henrique. Freud explica, mas o ministro não entende. Fernando Henrique acredita (ou finge que acredita?) que será mesmo candidato a presidente da República, e já quer ir se acostumando.
>
> Fernando Henrique não tem planos, não tem objetivos, não tem metas, quer se afirmar pela negativa e pela subserviência a banqueiros, grandes empresários, comandantes das multinacionais. Na verdade, são esses grupos que formam a inflação, que fixam a inflação, que aumentam a inflação, que enriquecem com a inflação, que gostam da inflação. Quem ganha com a inflação? Lógico, os grandes empresários, de todos os setores. Por isso, esses empresários gritam "apenas da boca para fora", na verdade estão satisfeitíssimos. E não querem outra vida. Com a inflação, os grandes empresários que dominam a vida brasileira, ganham duplamente. Ganham vendendo seus produtos, já previamente remarcados (na indústria e no comércio); e ganham na aplicação financeira (da ciranda) do dinheiro da circulação. Com uma inflação cada vez mais alta, recebem cada vez mais dinheiro, aplicam muito mais, ganham muito mais. Essa é uma das razões (jamais estudada ou levada em consideração pelos ministros sempre subservientes ao "sistema dominante") da inflação no governo Sarney ter chegado a mais de 84 por cento ao mês, e não termos chegado à Hiperinflação.
>
> Evidentemente que a Hiperinflação não tem um teto ou limite preestabelecido. Até 40 ou 50 por cento não é hiperinflação. Daí em diante é. As coisas não são assim, ainda mais num país surrealista como o Brasil. Mas uma coisa que ninguém discute, é que as elites se abastecem cada vez mais de dinheiro com a inflação, enquanto o povão empobrece mais com ela, não tem como se abastecer de forma alguma. Nem com o salário

sempre mais miserável, nem nos supermercados cada vez mais exploradores. Todos ganham com a inflação, menos o povo. Este sofre, padece, é esmagado seja quem for o ministro poderoso do dia ou do mês.

Mas o que é que queriam? O ministro é da classe dominante. O governo é sempre da classe dominante. A Justiça é da classe dominante. A polícia é da classe dominante. O que é que sobra para o povão? Um ministro sorridente que pensa marcar e conquistar seu lugar na vida do país, negando sempre, garantindo até monotonamente (cada vez mais), que não fará nada. Fernando Henrique, admirador e leitor fiel da tribuna, faz questão de confirmar a nossa manchete, do dia da sua posse: "Não rouba e não faz". Então vai desfilando diariamente a relação do que não vai fazer. Por essa relação, o ministro garante que não vai fazer nada, que não vai fazer nem isto nem aquilo, que não vai haver choque, congelamento, fixação de preços, nada, nada, nada. Acabando de ler e ver pela centéssima vez, aquilo que o ministro não vai fazer, resta apenas uma certeza sobre o que ele irá fazer na certa: pedir demissão.

Fernando Henrique Cardoso tem paixão pelos palcos do mundo. Agora que subiu num dos maiores palcos do Brasil, não irá descer de maneira alguma. Pelo menos por vontade própria. Mas como ele mesmo garante que não irá fazer coisa alguma, acabará derrubado pela inércia. Fernando Henrique não sabe (as coisas que Fernando Henrique não sabe, dariam uma autobiografia colossal, que singularmente poderia ser preparada por ele mesmo) que o não fazer, na administração e principalmente na economia, derrubam mais ministros do que o ato de fazer. Apenas um reparo. Como no caso brasileiro, o próprio governo elege a inflação como inimigo público número um, e como essa inflação serve e enriquece cada vez mais aos banqueiros e empresários de todos os setores, é lógico que nada será feito contra a inflação. E indiretamente contra eles. Fernando Henrique Cardoso será mais um fracasso retumbante. Não sou contra ele, até me divirto com o volume espantoso do seu ego. Fernando Henrique é um extrordinário alpinista político, subiu o máximo sem fazer nada. Mas jamais poderia ser alpinista de verdade, subir o Himalaya. O próprio Himalaya e o ego de Fernando Henrique não se suportariam.

Depois de passados os primeiros 72 dias, (quando começou o calvário de Krause, Haddad e Elizeu) Fernando Henrique começa a correr perigo de perder o Ministério da Fazenda. Mas não ficará desempregado. Sempre pode conquistar a direção de um supermercado; a vice-presidência de um banco aqui ou no exterior; quem sabe até um lugar no Mappin? A vida é dura, mas não para o ex-ministros da Fazenda.

PS — Vendo que nada dava certo, e não querendo surpreender o doutor (doutor mesmo) robertomarinho, foi levar o plano a ele pessoalmente. Em casa, pois o nonagésimo-argentário estava sofrendo estranhas palpitações. (Não no coração, lógico, mas nos investimentos.) Fernando Henrique tranqüilizou tão ínclito e ilustre personagem. Mais duas coisas dominaram a conversa de Fernando Henrique com o doutor (doutor mesmo) robertomarinho, que só não é ministro da Fazenda por que não lhe interessa.

PS 2 — Sorridente como sempre, Fernando Henrique afirmou com muita delicadeza: "Pode dizer aos seus amigos mais íntimos, aos seus sócios, ao próprio Artur Falk e à poderosa Interunion, que quando falo em Sonegação, não tenho nada a ver com eles". Riu mais um pouco para parecer bem à vontade, e desferiu: "Afinal, doutor roberto, eu sei quem é quem no Brasil".

PS 3 — Como palavra puxa palavra, com o doutor robertomarinho já em pé, pois achara que conversara demais, Fernando Henrique ainda teve tempo de dizer, cada vez mais sorridente: "Nem tivemos tempo de falar sobre o Papatudo. Acho uma delícia e chego a ficar emocionado, com essas mensagens positivas que a sua televisão dirige a jovens e adolescentes. Todos precisam se conscientizar que sem jogar não se pode ganhar. E ninguém fica rico trabalhando. O importante é jogar e arriscar. Essa é a grande mensagem que o Papatudo transmite. Dê os meus parabéns ao Artur Falk".

PS 4 — Agora Fernando Henrique está procurando Sílvio Santos para conversar com ele até segunda-feira. Quer tranqüilizá-lo em relação à Telesena. Tranqüilizando robertomarinho e silviosantos, o ministro acha que tranqüilizou o país. É essa a sua visão sobre o país, a mesma do Ibope televisivo. Grande ministro. O perigo ronda a sua porta, se conseguir chegar aos 72 dias."

Sr. Presidente, o Governo Itamar Franco sabe onde deve mexer. Será que vai ser preciso o povo revoltar-se, ir às ruas e responder à violência que o atinge? Segundo as estatísticas, cerca de 200 mil crianças morrerão antes de completar um ano e tantas outras após essa idade. E todos permanecem em silêncio: esta Casa, as entidades sindicais, a OAB, a ABI, a CNBB. É preciso que o povo responda à agressão que vem sofrendo desde 1965, quando se imprimiram esses rumos à economia brasileira. Infelizmente, até agora não há nenhuma indicação de que o Governo irá tocar no sistema superconcentrador de renda, que é escandaloso, perverso, imoral. É contra isso que gritamos. Esta Casa tem que dar sua contribuição para que isso acabe.

O SR. EDI SILIPRANDI (PDT — PR. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs e Srs. Deputados, o imposto único pretendido pela grande maioria desta Casa vem sendo assimilado como mais um entre os 58 que formam o atual elenco tributário do País. São 58 cabides de emprego, 58 máquinas fazendárias que inviabilizam as empresas nacionais que, sem dúvida, vivem assoberbadas e asfixiadas pelos arrecadadores de tributos deste País.

A implantação desse novo imposto constitui-se em mais uma violência da feroz e insaciável gana arrecadadora desta República que só sabe tributar, enquanto o povo brasileiro, sobrecarregado com tantos tributos, vive espoliado, violentado, agredido e confiscado.

São polpudas as verbas arrecadadas para suprir o peso de uma máquina governamental altamente onerosa, inerte, burocrática e extravagante. Tributa-se o povo trabalhador para pagar salários de marajás aos servidores que ingressaram no serviço público em trens da alegria e investir em empreendimentos públicos que não trazem benefício à coletividade brasileira, indefesa por culpa deste Congresso.

Sr. Presidente, esta Casa negocia passivamente os interesses maiores da Nação em troca de cargos e vantagens eleitoreiras, localizadas no fisiologismo partidário das várias regiões deste País.

Somos contra o IPMF porque não concordamos com mais esse assalto do Executivo, que coopta o Legislativo para os interesses da população, que não agüenta mais o assalto irresponsável dos fabricantes de tributos, como se isso resolvesse a evidente incompetência administrativa.

Sr. Presidente, o Brasil continuará a ser um país inviável enquanto o poder ficar concentrado em Brasília, onde há um saco sem fundo e onde de tudo o que vem das regiões produtoras não há retorno, nem em espécie, nem em obras. Ninguém pensa em enxugar a máquina estatal, o leviatã que obsorve os recursos deste País.

O Brasil precisa de propostas que estimulem a criação de riquezas, que permitam a sobrevivência dos que ainda se atrevem a investir aqui. O Poder Público é o grande mal que assola esta Nação, pois tira dos produtores para alimentar as atividades improdutivas da máquina estatal.

Só investem no Brasil hoje o incauto e o velhaco. A parafernália estatal, que asfixia os empreendedores e os produtores, os quais, além dos riscos inerentes à natureza da sua atividade, ainda são penalizados pelo Governo, constitui-se em uma ameaça à economia e ao desenvolvimento da Nação.

Era o que tinha a dizer.

O SR. SARNEY FILHO (Bloco Parlamentar — MA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srª e Srs. Deputados, ontem, ouvindo, como é do meu hábito, os pronunciamentos do Pequeno Expediente, registrei o discurso proferido pelo Deputado José Carlos Sabóia.

Na sua fala, o Deputado abordou dois assuntos que são motivo de preocupação para esta Casa e para meu Estado, o Maranhão. Um deles diz respeito ao crime organizado. Aliás, sou membro efetivo da CPI que investiga essa questão, a qual tem sabido cumprir suas funções, ouvindo os diversos setores envolvidos com a triste realidade do crime organizado em nosso País.

O outro assunto abordado por S. Exª diz respeito à CPI dos Fiéis Depositários, instalada na Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão. Este assunto também foi levantado pelo atual Governador do meu Estado, Sr. Edison Lobão, que, através do Departamento Estradas de Rodagem, detectou um imenso número de veículos roubados, sem documentação, e que eram fraudulentamente entregues por juízes a fiéis depositários.

Os assuntos abordados pelo Deputado José Carlos Sabóia em seu discurso são motivo da nossa preocupação pessoal. Portanto, merecem a nossa solidariedade. Gostaria, no entanto, de fazer apenas alguns pequenos reparos que julgo convenientes, já que esta Casa tem sido injustamente acusada, tantas vezes, de tantas coisas.

Então, vamos exercitar uma das prerrogativas desta Casa, que é justamente a oratória, a contra-argumentação, o contraditório. E é com essa perspectiva que gostaria de fazer alguns reparos.

Primeiro, o ilustre Deputado refere-se ao ex-Governador João Alberto, e eu gostaria de citar o trecho:

> "É necessário que as forças políticas ligadas ao ex-Presidente Sarney venham a esta Casa informar como apoiavam, na época, esse tipo de genocídio, e como apóiam o Sr. João Alberto na prática de tamanha violência, desrespeitando todos os direitos humanos e todas as leis."

Ora, o Sr. João Alberto, que foi Governador, era Vice-Governador na chapa do então Deputado Epitácio Cafeteira. E o Sr. José Carlos Sabóia foi um dos eleitores dessa chapa. Portanto, se algum reparo se deve fazer ao apoio político dado ao Governador Cafeteira e ao seu Vice, João Alberto, este deve ser feito pelo próprio Deputado José Carlos sabóia, que apoiou a sua eleição. E citar extemporaneamente, sem nenhum motivo, o ex-Presidente, agora Senador, José Sarney, que nem mais é eleito pelo Maranhão, como se fosse parte ou desse apoio a esse tipo de procedimento, é no mínimo demonstrar uma preocupação indevida com o alto índice alcançado nas pesquisas em todo o Brasil pelo ex-Presidente, que tem agora reconhecido seu governo como preocupado, acima de tudo, com os desvalidos, com os mais humildes, com os mais necessitados. Foi o governo que criou o programa do leite; foi o que pela primeira vez tratou com serie dade da reforma agrária; foi o que fez o Plano Cruzado como um maneira de distribuir a renda. Esse plano foi boicotado pelos tubarões da economia os mesmos que não deixam que o Presidente Itamar Franco, imbuído de sentimentos semelhantes, possa realizar uma administração à altura do povo da nossa terra.

Portanto, Sr. Presidente, eu só gostaria de contestar a alusão ao nome do ex-Presidente, hoje Senador José Sarney no discurso a que me referi. Como já disse, isso é resultado de uma desmedida atenção ao prestígio e à popularidade que o ex-Presidente detém hoje. Como já disse, passado o calor daqueles anos difíceis, a população entende que o espírito democrático, a atitude leal e a política honesta fazem com que o seu Governo sirva hoje de parâmetro para uma boa administração.

Sr. Presidente, eram estas as palavras que gostaria de deixar aqui registradas.

O SR. SÉRGIO SPADA (PP — PR. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srªs e Srs. Deputados, a situação das contas públicas tem trazido angústia às autoridades econômicas do País e está intimamente relacionada à perversa manutenção dos elevados índices inflacionários, situados há bastante tempo acima da casa dos 20%.

Há muitos anos se emprega a desculpa de que o descompasso é devido ao volume de recursos referente à folha de pagamento dos servidores públicos, ora incluindo-se nessa conta os empregados das empresas estatais, ora excluindo-os, ora levando-se em consideração as transferências de recursos para empresas de que o Governo é acionista majoritário, ora expurgando-se esse valor. O raciocínio poderia ser válido para uma instituição de pequeno porte — uma prefeitura, por exemplo — onde se pode apurar com facilidade o descompasso entre receita e despesa, mas não se pode aplicá-lo de maneira tão simples para o Governo Federal, com sua estrutura tentacular e diversificada.

A verdade é que os servidores da Administração Direta ganham mal e, diante de uma inflação em torno dos 30% ao mês, sofrem uma brutal e injusta corrosão salarial. E fazem greves, basicamente, por melhores salários.

Várias graves têm ocorrido ultimamente, causando incontáveis prejuízos à economia. Com a coincidência das paralisações em diversos setores, esta situação fica ainda pior.

A região de Foz do Iguaçu, a qual tenho a honra de representar na Câmara dos Deputados, sofreu muito no último mês de maio com a concomitância das greves dos servidores do Ibama (que cuidam do Parque Nacional do Iguaçu), do DNER (responsáveis pela liberação de veículos que transitem entre o Paraguai, a Argentina e o Brasil) e da Receita Federal (a quem se comete a fiscalização aduaneira). E a região teve prejuízos brutais que incidiram não apenas sobre os estabelecimentos comerciais, industriais e de serviços, como também sobre o intenso movimento turístico peculiar ao local.

Se as greves são recebidas com desaprovação pela sociedade, é preciso admitirmos que tais paralisações também atuam como verdadeiros pesadelos para os funcionários.

Em encontros que mantive com o Ministro-Chefe da Casa Civil, Henrique Hargreaves, e com o Secretário da Receita Federal, Antônio Carlos Bastos Monteiro, para tratar do assunto, não pude perceber uma política clara e definida, por parte do Governo, no que diz respeito às causas trabalhistas. Conseqüentemente, numa situação como a de hoje, é impossível atingir-se solução satisfatória para tantos impasses.

Por um lado, a Justiça não tem condições de mediar ou arbitrar questões entre Governo e servidores — decisão recente do Supremo Tribunal Federal declarou a Justiça do Trabalho incompetente para julgar causas individuais ou coletivas que envolvessem servidores estatutários. Além disso, ainda não existe regulamentação que delimite o exercício do direito de greve no setor público e que poderia institucionalizar o mecanismo da mediação e arbitragem por órgão externos ao Governo. Carente de normas a esse respeito, ao final de longos períodos de paralisação, tudo volta a ser como antes, ou mesmo pior, com Governo, sociedade e servidores desgastados mais uma vez.

De todo modo, a responsabilidade final por esse estado de coisas recai sobre a Secretaria de Administração Federal, porque cabe a ela propor mecanismos legais de delimitação do direito de greve de seus servidores, cabe a ela buscar com o conflito trabalhista uma convivência que se paute por normas específicas e que levem em consideração as peculiaridades do setor público e, principalmente, cabe a ela propor uma lei salarial para o funcionalismo público federal, o que, por absurdo que pareça, ainda não existe no sistema jurídico do País.

Em suma, Sr. Presidente, a questão salarial da Administração Direta precisa ser mais bem encaminhada pelo Governo Federal, sob pena de muitos setores da economia nacional sofrerem prejuízos de vulto, negativos para a situação geral das finanças públicas.

O SR. ROBERTO VALADÃO (PMDB — ES.) — Sr. Presidente, nobres Deputados, um assunto muito em voga e que realmente preocupa todo o mundo político e a sociedade brasileira é esse controvertido preenchimento de cargos públicos pelo Brasil afora.

O Sr. Presidente da República — tanto quanto os Srs. Ministros de Estado — solicitou às bancadas estaduais de Deputados e Senadores que fizessem as suas indicações para o preenchimento desses cargos, mais como uma tarefa a ser cumprida pelos Parlamentares do que propriamente outorgando-lhes o Governo uma atribuição política.

Da parte do Espírito Santo, cumprimos à risca a tarefa que nos deu o Governo e indicamos para os cargos públicos cidadãos brasileiros com currículo adequado e com passagem pela vida pública devidamente limpa. Até hoje, entretanto, o Governo não deu resposta a essas indicações. E há um prejuízo acentuado no processo político-administrativo a ser desenvolvido pela União e pelos Estados, porque muitos organismos, por falta de comando, tendo em vista que a nomeação dos respectivos titulares ainda não foi feita, não estão funcionando.

Reivindico aqui, Sr. Presidente, imediata definição do Governo no sentido de nomear ou recusar os nomes indicados, para que a própria máquina administrativa possa entrar em funcionamento.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. GERALDO ALCKMIN FILHO (PSDB — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs e Srs. Deputados, quero registrar o importante encontro havido ontem no Palácio do Planalto, onde o Sr. Presidente da República, Itamar Franco, ao lado do Ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, do Ministro da Saúde, Jamil Haddad, e do Ministro da Previdência, Antônio Britto, reuniu-se, por quatro horas, com Parlamentares da Câmara e do Senado e com setores das santas casas e hospitais do País.

Reunimo-nos, por quatro horas, para discutir a questão do financiamento da seguridade social. Constatamos a total falta de recursos para pagamento na área de Saúde. O Ministério da Previdência Social, que, através do Inamps, arrecada as contribuições dos trabalhadores e dos empregadores sobre folhas de salário, tem de repassar para a saúde 15,5% dos recursos, e 84,5% o próprio ministério utiliza no pagamento dos 14 milhões de aposentados e pensionistas.

A partir do mês de maio a Previdência Social deixou de transferir os 15,5% para a saúde, alengando falta de recursos, ou seja, a soma das despesas da previdência e da saúde é maior do que a receita da seguridade social. Não podemos ficar nessa briga: aposentados tiram o dinheiro de doentes, ou doentes tiram dos aposentados. Precisamos equacionar a questão do financiamento da seguridade social.

Como resultado da reunião de ontem, presidida pelo Presidente da República, o Ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, deve anunciar hoje a liberação de recursos da ordem de 16,8 trilhões de cruzeiros para pagamento dos serviços prestados no mês de abril, ou seja, o INAMPS deveria pagar até o dia 10 de junho a pacela de abril; já estamos no dia 17 de junho, o os prestadores de serviço, públicos ou privados, ainda não receberam o pagamento de abril. Hoje deverá ser anunciado o pagamento, que dve ocorrer até final desta semana.

Foi criada também uma comissão interministerial, envolvendo os ministérios da área econômica e da área social e representates da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, para, no prazo de uma semana, apresentar um conjunto de propostas, visando a resolver em caráter definitivo a questão do financiamento, além de um percentual fixo para o gasto na saúde dos municípios, dos estados e da União. Muitas vezes estados e municípios reclamam que não estão recebendo repasses, mas as suas administraçãoes investem muito pouco dos seus próprios orçamentos.

Outra sugestão é unificar as contribuições do PIS-PASEP e do Finsocial, ambas incidentes sobre o faturamento das empresas, o que tem motivado a que inúmeros empresários vão à justiça atrás de liminares para não pagarem o Cofins. E a justiça, que dá a liminar, não suspende o serviço. Como fica o governo, se não recebe o dinheiro e tem de prestar

o serviço? Então, precisamos evitar situações como essa, com uma ação mais vigorosa do poder judiciário, e também dirimir dúvidas no aspecto jurídico, talvez juntando PIS-PASEP e Finsocial numa só contribuição social.

Eram essas as questões que queríamos trazer ao conhecimento da Casa, dizendo ainda que pela primeira vez o próprio Presidente da República, preocupado com as questões da saúde e social, participou de um encontro como esse, presidindo-o e trazendo-nos a segurança de uma solução a curto prazo.

O SR. ELIAS MURAD (PSDB — MG. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srªs e Srs. Deputados, temos estado cada vez mais assustados com o que é mostrado e denunciado em relação à situação de saúde no nosso País.

São notícias sobre o avanço da epidemia de cólera, um fantasma que já não nos assombrava há mais de um século. São reportagens sobre as condições miseráveis de vida e doença da população. São reportagens mostrando as filas e o desatendimento nos hospitais do País. São escandalosos documentários sobre a indústria da fraude no sistema de saúde, financiado pelo dinheiro público.

Enfim, são as recorrentes notícias e informações que têm, ao longo dos últimos anos, caracterizado o nosso sistema de saúde. Tudo isso já não é novidade para nós que militamos no setor e temos nos envolvido numa luta renhida pelo seu resgate, para que mude a situação.

No entanto, se para nós, profissionais do setor, e mesmo para os colegas Parlamentares já vezados no assunto,a matéria chega a ser monótona, de tão repetitiva, essa reincidência renitente atinge impiedosamente a milhões de brasileiros no seu dia-a-dia, que adoecem do que não deveriam mais e não conseguem um atendimento digno e resolutivo.

Vive-se, pois, no Brasil, hoje, uma situação de desassistência, de caos no setor de assistência médica, refletindo a não-prioridade efetiva do setor, nas políticas oficiais.

O que mais chama a atenção em tudo isso é que o setor saúde é tido como o mais bem tratado no texto constitucional, em termos de doutrina, logica organizativa e, inclusive, financiamento. Mais que isso, ganhou uma legislação pós-constitucional consistente e coerente com os preceitos constitucionais, que organiza e articula o então criado Sistema Único de Saúde — o SUS. Entretanto, parece que, de lá para cá, as coisas pioraram.

Se isso é verdade, precisamos, no entanto, esclarecer melhor a questão. Não podemos, a partir dessa simples, ainda que dramática, constatação, condenarmos o SUS, como se fosse ele o algoz da saúde brasileira.

Eu diria mais: por trás desse tipo de raciocínio pode estar o interesse e a vontade, inconfessáveis, de revogar o SUS antes que ele, de fato, passe a existir.

É nosso entendimento que, apesar da base constitucional e legal, não foram dadas aos SUS as condições para que se tranformasse em realidade e pudesse tranformar a prática dos serviços e a qualidade da atenção à saúde das pessoas e das coletividades.

Quais seriam essas condições? Aquelas que viabilizariam a efetivação dos seus princípios e diretrizes principais, quais sejam, a universalização com eqüidade, a integrelidade e unidade, a descentralização e a participação.

Quais são as questões estratégicas que dariam conseqüencia a esses princípios e diretrizes? O que foi feito de concreto em relação a elas?

Primeiramente, quero considerar a questão do financiamento. De acordo com a Constituição, a saúde deveria estar sendo financiada pala União, em estreita parceria com os estados e os municípios. E, no caso da União, por meio do orçamento da seguridade social, que, por sua vez, deveria estar sendo viabilizado pelas contribuições sociais então instituídas e complementado, no que fosse necessário,por receitas fiscais, ou seja, do orçameto fiscal.

No entanto, o que estamos vendo? Receitas insuficientes e decrescentes, nas esferas federal e estadual; apenas a esfera municipal parece dar sinais de crecimento, ainda que isso não consiga compensar a retração dos outros níveis. O Brasil está gastando um valor entre 50 e 80 dólares **Per Capita** por ano com a saúde, contra, por exemplo, valores que oscilam entre 600, para Cuba, 800 para a Inglaterra, 1.000 para a Itália, 1.500 para o Canadá e os paroxísticos 3.500 para os Estados Unidos.

Mesmo se considerando todas as diferenças históricas, culturais, sociais e políticas, soa quase que ridículo o valor relativo ao Brasil. É de se perguntar se não estamos brincando com a realidade, com a verdade. Que universalização, que eqüidade, que qualidade é possível nessa situação?

Acrescem-se a isso a irregularidade dos fluxos de recursos e as malfadadas fraudes do sistema; sem falar da sua ineficiência, em termos de gerência.

Ora, poderíamos parar por aí para concluirmos que o SUS não pode ser responsabilizado pala tragédia que vivemos na saúde. No entanto, há ainda outras questões que se somam ao problema do financiamento, embora a maioria seja daí decorrente.

Uma delas é a centralização político-administrativa que tem prevalecido no Estado brasileiro e, particularmente, no setor saúde ao longo das últimas décadas, e que criou um monstro inadministrável, o que impôs a obrigatoriedade constitucional da sua descentralização, na direção da redefinição de atribuições no sentido dos estados e, principalmente, dos municípios.

No entanto, o que tem ocorrido? Durante todo o governo Collor houve uma enorme resistência a trasnferir para essas esferas a responsabilidade e o comando do sistema de saúde. Pelo contrário, foi feito um nítido esforço de reversão de algo que já havia de avanço nessa direção, redundado nos episódios de corrupção, de triste memória, que foram viabilizados pelo instituto da compra centralizada e longe dos olhos dos cidadãos comuns. Por sorte, a imprensa conseguiu enxergar a tempo. mais que isso, centenas de hospitais tiveram suas construções decididas em nível federal e empurrados "goela abaixo" de desavisados prefeitos por esse Brasil afora, dentro do então chamado "Pró-Saúde". E agora? O que fazer com eles, muitos dos quais, inclusive, desnecessários e inadequados tecnicamente? E os contratos e convênios com o setor privado, que continuam a ser celebrados e pagos pelo ainda agonizante INAMPS?

Nesse sentido, só agora, o atual Governo vem tomando algumas decisões importante, como, por exemplo, a própria extinção do INAMPS, ainda que seus efeitos não possam ser esperados no imediato. De qualquer forma, é essencial que isso seja feito agora, para que o próximo Governo não venha a deparar com as mesmas dificuldades.

Correlacionada está a já referida questão das fraudes e desvios de recrusos, seja pelo setor privado, seja pelo setor público. Ambos os casos merecem a atenção, estando orientados pela mesma lógica: a apropriação indépta do dinheiro público. De qualquer forma, o problema precisa ser entendido como conseqüência e não como causa. Isto é, a fraude e

o desvio do recurso público são resultado da lógica do sistema orientado por interesses estranhos à saúde da população, centralizado e com dicisões distantes e fora do controle dos usuários, além de estimuladas por um esquema de remuneração inadequada e indutor de distorções de várias naturezas.

Por último, embora numerosos outros fatores possam ser elencados, quero destacar um nó górdio do sistema: a política de pessoal.

É impossível se obter qualquer transformação na qualidade dos serviços de saúde sem uma radical tranformação nas relações de trabalho e emprego no setor, em termos de salários ou de condições de trabalho. Fundamentalmente, inexiste uma política que valorize e dignifique o profissional de saúde. Se, por um lado, desse profissional deve-se exigir um comportamento ético e qualificado, não se pode esperar dele uma atitude sacerdotal, pois isto é prerrogativa das opções de cunho religioso e não técnico-humanista, como são as profissões da saúde. De qualquer forma, é absolutamente indígno que se continue a pagar esses aviltantes salários, variáveis de uma instituição para outra, para remunerar o mesmo tipo de trabalho e sem qualquer incentivo para o exercício nas várias condições e situações que se apresentam nesse imenso e diverso Brasil.

Enfim, Sr. Presidente, caros colegas, parece-me que o momento não é de enjeitarmos o filho que acabamos de gerar, mas de darmos condições para a sua sobrevivência. Insisto nessa tese porque ouço pelos corredores e mesmo em alguns debates travados nesta Casa lamentações e denúncias sobre o "insucesso" do SUS, este que acabamos de aprovar na Constituição de 1988 e que apenas em 1990 ganhou a sua Lei Orgânica.

Penso que o momento é crítico e que temos de tentar encontrar os pontos de superação dos atuais entraves para um melhor funcionamento do sistema de saúde, dentro dos preceitos democráticos definidos pelo constituinte. Acho, sim, que se há alguma questão passível de ser aprimorada por ocasião da revisão constituiconal, essa se encontra no campo do financiamento. Precisamos encontrar a fórmula para que a saúde deixe de ser o pedinte da Previdência Social, como tem sido ao longo dos últimos 20 anos. Nem a idéia da seguridade social conseguiu resolver a questão, e, hoje, vemos a repetição do enfrentamento entre os dois ministérios, numa dramática disputa de miseráveis. Sim, miserávies, porque ambos estão brigando para não deixar faltar os recursos miseráveis para essa multidão de miseráveis que a Saúde e Previdência tentam atender.

Espero sinceramente que as medidas econômicas recentemente anunciadas não venham penalizar ainda mais a combalida saúde do Sistema Único de Saúde, e assim, condená-lo ao seu indefectível fracasso, para entregá-lo nos braços de tubarões ávidos por se saciar com a fome e a doença do povo brasileiro.

Finalmente, é o descalabro, o caos, a inoperência, a falta de atendimento, a desassistência, questão atingindo o setor de saúde no Brasil.

Há poucos instantes, precedeu-me na tribuna o caro amigo e colega, médico como eu, Parlamentar dos mais atuantes nesta casa e meu companheiro de partido, que ontem esteve reunido, juntamente com vários outros Parlamentares, com o Sr. Presidente da República, para tentar minimizar o grave problema que vem atingindo a área da saúde no nosso país. Pelo que S. Exª falou, estamos agora, evidentemente, esperançosos de que isto possa acontecer e vamos rezar para que realmente ocorra.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Elias Murad o Sr. Alcides Modesto, 4º Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Luiz Soyer, § 2º do artigo 18 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Soyer) — Concedo a palavra ao Sr. Alcides Modesto

O SR. ALCIDES MODESTO (PT — BA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs e Srs. Deputados, já tive oportunidade de fazer referência, desta tribuna, a este fato que hoje volta novamente às páginas da imprensa da Bahia, a respeito das 49 toneladas de feijão que o prefeito Ariston, do Município de Monte Santo, no interior do Estado tinha retido nos depósitos da prefeitura. O Sr. Prefeito antes fez um anúncio pela sua rádio — porque também é proprietário da rádio neste município, incrustado no Polígono das Secas, onde a fome se alastra num grau nunca visto — e cominucou com antecipação a chegada do feijão. Depois passa 15 dias com a mercadoria trancada no depósito.

Ora, Sr. Presidente, Srs e Srs. Deputados, nada mais justo que uma população famunta, sabendo que 49 toneladas de feijão estão retidas em um depósito da Prefeitura, feijão esse que foi encaminhado pelo Ministério do Bem-Estar Social para atendimento dessas emergências, tenha invadido esse depósito para tirar esse alimento.

Mais grave ainda, o Prefeito deixa uma população faminta, tendo 49 toneladas de feijão em um depósito, e mobiliza a polícia para reprimir pessoas que, segundo ele, tinham como lideranças o padre da paróquia, advogados e defensores dos trabalhadores rurais, que foram indiciados como responsáveis pelo saque, como se tivessem motivado uma população faminta a saquear um depósito de feijão. Essa população ao abrir as portas do depósito constatou que não existiam mais 49 toneladas, porque uma grande parte já havia desaparecido. E o Prefeito transfere a responsabilidade pelo desaparecimento ao saque. Porém, a população constatou que uma parte do feijão já havia desaparecido antes do saque.

Sr. Presidente, não é de se estranhar que esse Prefeito, Ariston Andrade, esteja aqui no jornal. Quero dizer que estou repetindo o que está publicado hoje na imprensa da Bahia. Esse cidadão é conhecido como "porta-cueca", porque nos seus dois anos de mandato de deputado estadual, chegou à Assembléia Legislativa da Bahia e expôs uma cueca que um afilhado de Antônio Carlos Magalhães, filho do candidato a prefeito de Feira de Santana, ex-governador João Durval, havia dado de presente ao seu padrinho. Então, para atender os caprichos do Sr. Governador Antônio Carlos Magalhães, chegou à tribuna, fez o discusso e expôs uma cueca, e por isso é conhecido como "porta cueca". Está aqui no jornal, que solicito seja transcrito e anexado ao meu pronunciamento de hoje. Não estou inventando nada; estou dando conhecimento a esta Casa dessa matéria tão grave.

Era, portanto, de entender-se que esse prefeito deveria estar envidando esforços para conseguir água para as comunidades que têm sede, mais alimentos, mais feijão para as comunidades que estão com fome, e não estar perseguindo uma população faminta, porque saqueou um depósito em que estava retida a quantidade de 49 toneladas de feijão. Isso é uma provocação, um acinte, um desrespeito à fome, à miséria daquela população.

Sr. Presidente, quero registrar o meu protesto, a minha indignação, e solicitar que o Governador do Estado da Bahia dê mais atenção aos problemas da seca que se alastra, e que a comissão instalada nesta Casa, de acompanhamento e fiscalização de ações governamentais para o atendimento dos atingidos pela seca, tome posições. É lamentável: como membro desta comissão, estou decepcionado com a situação. Não vejo, absolutamente, nenhuma intervenção por parte da Comissão fiscalizadora e de acompanhamento desta casa. É preciso estarmos mais atentos e tomarmos uma posição, para que o Governo Federal encaminhe imediatamente as emergências às frentes de trabalho e procure, de certa forma, acompanhar a sua distribuição. O Ministério do Bem-Estar Social deverá também fiscalizar o que foi feito com esse feijão, distribuí-lo às Prefeituras para o atendimento dos atingidos pela seca.

É esta a denúncia que quero deixar registrada, mais uma vez, e espero que o Sr. Ariston, prefeito de Monte Santo, não cometa mais essa arbitrariedade, essa truculência, para que o comportamento irresponsável, que comprovou possuir como Deputado Estadual, na Assembléia Legislativa da Bahia, não continue na administração de Monte Santo.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

REPORTAGEM A QUE SE REFERE O ORADOR:

ARISTON PROMOVE CENAS DE TERROR EM BUSCA DO FEIJÃO

O município de Monte Santo, a 352 quilômetros de Salvador, virou um inferno. Literalmente. Com o auxílio da Polícia Civil e de prepostos locais da Polícia Militar (PM), o prefeito Ariston Andrade (PFL) esta comandando uma operação de guerra e praticando verdadeiras arbitrariedades para recuperar o feijão destinado pelo Ministério da Ação Social aos flagelados da região e saqueado pela população no último dia 2 de junho. Casas estão sendo invadidas na madrugada.

Várias pessoas já foram espancadas, três ficaram presas e outros quatro, incluindo o padre da paróquia local, Manoel Aparecido Monteiro, foram indiciados ilegalmente no inquérito aberto pela Polícia Civil para apurar a responsabilidade pelo saque. As denúncias foram feitas ontem à tarde na Assembléia Legislativa à deputada Maria José Rocha (PT) pela advogada da Comissão Pastoral da Terra (CPT) de Senhor do Bonfim, Cecília Petrini de Carvalho, o padre Manoel Monteiro e os outros três indiciados no inquérito.

Eles negaram ter sido os mentores intelectuais do saque, como concluiu "arbitrariamente" o inquérito, e responsabilizam o prefeito Ariston Andrade pelo episódio. Denunciam existirem também indícios na cidade de que o alimento estava sendo desviado e vendido em municípios vizinhos antes do saque. De acordo com a advogada Cecília Petrini, prefeito é o culpado pela "grande expectativa gerada na população faminta de Monte Santo que resultou no arrombamento do depósito alugado pela prefeitura onde o alimento ficou armazenado", Ariston teria retido o feijão no depósito por 15 dias — de 28 de abril a 2 de junho —, mas desde a chegada do alimento anunciava diariamente uma rádio AM/FM local, de sua propriedade, que o possuía e iria distribuí-lo. A notícia rapidamente se espalhou pela região que, segundo cálculos da CPT, possui cerca de 50 mil pessoas no mais absoluto estado de indigência e privação, um dos motivos pelos quais o prefeito foi obrigado, recentemente, a declarar "estado de calamidade" no município.

Cecília Petrini conta que caravanas inteiras de lavradores esfomeados foram quatro vezes à sede de Monte Santo saber do prefeito quando as 49 toneladas de feijão seriam realmente liberadas. Só o teriam encontrado na última tentativa, quando Ariston prometera que distribuiria o alimento em 2 de julho. No dia prometido e aguardado com ansiedade, para surpresa geral, o prefeito não apareceu, relatou. Revoltada, a população decidiu-se pelo saque. Mas tomou um susto.

As 49 toneladas do feijão avolumavam-se em pouco mais da metade de um depósito de proporções não muito grandes, garantiu a advogada. Havia ainda um caminhão particular, da marca Mercedes-Benz, carregado com o produto, o que levou os "saqueadores" a deduzir que o feijão vinha sendo transportado para algum lugar. "O arrombamento durou uma meia hora, rápido demais para se levar 49 toneladas", assegura a advogada, insinuando que o alimento vinha sendo desviado pela prefeitura.

TRAJETÓRIA DO PORTA-CUECA

O prefeito de Monte Santo, Ariston Andrade (PFL), possui um currículo curioso, digno de integrar os anais do folclore político nacioal. Mistura também uma imagem de engraçado e roceiro truculento. Ganhou fama durante seu curto mandato de dois anos como deputado na Assembléia Legislativa, que deixou no ano passado para assumir pela segunda vez o cargo de prefeito de Monte Santo.

Sua lealdade intransigente a Antonio Carlos Magalhães é a responsável pelo seu sucesso. Foi na defesa cega do governador que ganhou o apelido de "porta-cueca". Motivo: exibira no plenário da Assembléia, sem o menor decoro, uma cueca presenteada a ACM pelo deputado Sérgio Carneiro, que dias antes rompera com o governador.

O recado fora dado, constrangera a todos, inclusive Carneiro, mas seu portador em Ondina se satisfizera com a atitude. Antes de ser chamado de "o porta-cueca", Ariston tinha um apelido menos nobre: "o tratorista". Garantiu o codinome na sugerir que a bancada governista, magoritária na Assembléia, passasse com um trator por cima dos deputados oposicionistas, que irritavam Ariston por causa de suas contínuas obstruções legislativas.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Soyer) — A Mesa comunica à Casa que o horário do Pequeno Expediente está encerrado, mas, por uma questão de liberalidade, vamos dar a palavra a outros deputados, pedindo que sejam o mais breve possível em seus pronunciamentos.

Concedo a palavra ao Sr. Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (PT — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srªs e Srs. Deputados, neste momento, gostaria de dar o depoimento de que estou muito impressionado pela forma como está crescendo em todo o País a campanha pelo reajuste mensal para todos os trabalhadores. Pelos informes que me chegam dos sindicados, a eles também impressiona a adesão da população, através dos abaixo-assinados, pedindo a aprovação, pelo Congresso Nacional, do reajuste mensal já. Na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, já existem cerca de dois milhões de assinaturas, e estamos preparando, para no dia 23, no mínimo, receber dez milhões, que deverão chegar do País à Comissão, oriundas principalmente das capitais do Brasil.

Sr. Presidente, gostaria também de anunciar à Casa que, nessa questão, o movimento sindical brasileiro está unido. Estão de parabéns a CUT, a Força Sindical e as duas CGT, como também as confederações. Todos estão trabalhando em nível nacional. E, no dia da votação, prevista para o dia 23, haverá placares em todas as capitais, para que a população saiba qual, de fato, é a posição e o voto de cada deputado aqui no plenário da Câmara dos Deputados. Entendemos que isso é fundamental, dá transparência e é uma forma de pressão democrática. Cada Deputado vai ter que assumir a responsabilidade de, numa inflação de mais de 30% ao mês, negar-se a votar pelo reajuste mensal, conforme a inflação.

Sr. Presidente, também gostaria de dizer que o movimento sindical, em nível nacional, se cotizou e vai trabalhar com a mídia. Já nos dias 21, 22 e 23, nos horários nobres, por todo o País, haverá divulgação da política salarial, que será apreciada aqui. Também será divulgado o nome dos Deputados que votarem a favor ou contra a matéria no dia 24. Isso é muito bom e mostra que o movimento sindical está entendendo a importância deste momento histórico.

Gostaria de deixar registrada nos Anais desta Casa a moção de apoio que vem do PMDB, que não tenho bem claro se é ou não Governo. Mas faço questão de registrar a moção que me chegou às mãos, como registrei outro dia a posição de apoio do Prefeito de São Paulo, Paulo Maluf. Neste momento, a Coordenação Nacional do Movimento Trabalhista do PMDB exige que os seus Deputados, mediante documento encaminhado à Comissão de Trabalho, votem a favor da política salarial de reajustes mensais. É este o documento que vou entregar à Mesa. A Câmara Municipal de Itariri, de São Paulo, a Câmara Municipal de Cachoeira do Sul e o Sindicato dos Metalúrgicos de Sorocaba e Região também mandam documento no mesmo sentido.

Gostaria de dizer, Sr. Presidente, para concluir e para que ninguém diga que me omiti a respeito desse assunto, que, ontem, na Câmara Municipal de Porto Alegre, onde a prefeitura é do Partido dos Trabalhadores, foi aprovado o reajuste mensal, conforme a inflação. Gostaria de esclarecer — e por isso a importância da votação que esta Casa fará na semana que vem — que essa questão do reajuste mensal não é localizada. Se perguntarem a mim se o meu sindicato, em Canoas, paga aos seus funcionários o reajuste mensal, vou dizer que não, porque os trabalhadores metalúrgicos de Canoas não têm o reajuste mensal. Portanto, o sindicato não tem condição de pagá-lo.

Esta é a posição da Prefeitura de Porto Alegre e dos Vereadores do PT, que estão aqui se somando a nós e querem que essa decisão seja tomada em âmbito nacional, para que, aí sim, tenha o reflexo no âmbito estadual e municipal, por iniciativa do Poder Executivo, já que todos nós sabemos que o Legislativo não pode decidir se os servidores públicos federais, estaduais e municipais terão reajustes mensais. Então, a responsabilidade, neste momento, é da Câmara dos Deputados. A postura do PT, em nível nacional, e de todas as suas prefeituras é de que esse projeto tem de ser aprovado no Congresso Nacional e deve-se estender ao conjunto de todos os trabalhadores do País.

Por isso, Sr. Presidente, estou muito tranqüilo,, ao anunciar a posição do nosso partido. Mas espero que todos os partidos que em Porto Alegre apoiaram, de forma incondicional, a existência de um reajuste mensal, conforme a inflação, para os servidores públicos, tenham coerência e, na Câmara dos Deputados, PMDB, PSDB, enfim, todos os partidos, inclusive aqueles que sustentam o Governo, votem pelo reajuste mensal, conforme a inflação.

Sr. Presidente, tenho a certeza de que a próxima quarta-feira será um dia de festa nesta Casa, quando haveremos, por ampla maioria, de responder à vontade da população, que pede, que exige, que está fazendo um movimento nacional pelo reajuste mensal, conforme a inflação. Tenho certeza de que os deputados não irão decepcionar a população brasileira.

Só para concluir, Sr. Presidente, quero dizer que, lá nas ruas, está havendo um movimento semelhante àquele que pedia eleições diretas ou mesmo o **impeachment** de Collor de Mello. E esse movimento só tem um objetivo: a aprovação do reajuste mensal, conforme a inflação.

Era o que tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O ORADOR.

Estado do Rio Grande do Sul
Câmara Municipal de Cachoeira do Sul

FAX nº (051) 722-1443

Cachoeira do Sul, 16 de junho de 1993

Exmo. Sr.
Paulo Paim
MD. Deputado Federal
Brasília/DF
Prezado Deputado,

Apraz-nos cumprimentar Vossa Excelência, e na oportunidade enviar-lhe cópia da Indicação feita nesta Casa dirigida à Equipe Econômica do Ministério da Fazenda, sugerindo que seja adotada uma política de indexação de preços e salários, para que o nobre Deputado saiba que compactuamos com sua louvável posição, no sentido da implantação de uma política salarial mensal.

Outrossim, solicitamos que Vossa Excelência, no que lher for possível, gestione junto à Câmara Federal e à Equipe Ministerial, para que se proceda, de fato, uma política salarial mensal e de indexação de preços e salários, podendo, desde já, contar com o nosso apoio.

Sendo o que tínhamos para o momento, aproveitamos o ensejo para reiterar protestos de apreço e estima. **Theonas de Oliveira,** Vereador.

O vereador infra — inscrito, na forma regimental, e

— Considerando que o índice da inflação é repassado ao consumidor, através do aumento do preço dos produtos;

— Considerando que o reajuste salarial dos trabalhadores não acompanha à inflação, proporcionando com isto um arrocho salarial, apresenta a seguinte

Indicação

Que a Casa dirija-se ao Ministério da Fazenda, sugerindo que seja adotada pela equipe econômica, uma política de indexação de preços e salários.

Tal medida irá desmotivar a prática abusiva de aumentos de preços.

Sala das Sessões, 1º de junho de 1993. — **Theonas de Oliveira.** Vereador.

O Sr. Paulo Paim

São Paulo, 16 de junho de 1993

À
Comissão de Trabalho Administração e Serviço Público
Da Câmara dos Deputados
A/C Deputado Federal Paulo Paim
Via Fax nº (061) 318-2471

No próximo dia 22 deve entrar em discussão no Congresso o Projeto de Lei do Deputado Paulo Paim que trata dos reajustes mensais do salário e do aumento real de 3% ao mês para o salário mínimo.

Em todos os setores do Movimento Trabalhista do PMDB, temos encontrado uma posição amplamente favorável ao reajuste mensal de acordo com os índices da inflação.

O achatamento salarial torna insuportável a vida do trabalhador e a inflação, hoje na casa dos 30% ao mês, mingua ainda mais seu poder de compra.

Os salários, na época da ditadura militar, era apresentado como um dos responsáveis pela inflação. A vida, porém, sempre demonstrou o contrário; baixam os salários, eleva a inflação.

O Movimento Trabalhista tem absoluta certeza de que na votação desta matéria as lideranças e os deputados do nosso Partido cerrarão fileira em torno desta reivindicação dos trabalhadores brasileiros.

Não há estabilidade e crescimento econômico, calcado na miséria do trabalhador.

Antonio Neto Barbosa. Coordenador Nacional do Movimento Trabalhista do PMDB.

P.S.: O Projeto referido no documento consititui-se no substitutivo da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público.

MOÇÃO DE APOIO AO PROJETO DE REAJUSTE MENSAL DOS SALÁRIOS

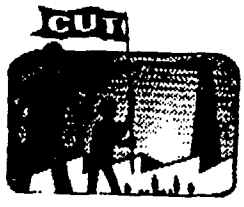
O Sindicato dos Metalúrgicos de Sorocaba e Região reitera seu apoio ao projeto do Deputado Federal Paulo Paim, que prevê o reajuste mensal dos salários para todos os trabalhadores brasileiros. A importância de tal iniciativa não pode ser descartada em hipótese alguma, tendo em vista o patamar astronômico que a inflação alcançou nestes meses iniciais do ano.

A sobrevivência dos trabalhadores corre risco se os salários continuarem arrochados como estão. A qualidade de vida dos brasileiros assalariados já caiu muito com a miséria crescente do País. A falta no atendimento às questões básicas como a saúde, a habitação, e a educação, vem levando ao desespero e à desesperança milhões de cidadãos. Os parlamentares federais, eleitos pelo povo, precisam se conscientizar dos problemas do País. Por isso, a iniciativa do Deputado Paulo Paim, além de necessária e urgente, é grandiosa e merecedora de todo apoio e solidariedade.

Pelo reajuste mensal já fora com a miséria.

Diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de Sorocaba e Região

P.S.: O referido projeto constitui-se no substitutivo da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público.



SINDICATO DOS METALÚRGICOS DE SOROCABA E REGIÃO

Rua Júlio Hasper, 140 - Lageado - Sorocaba - SP
Fone: (0152) 32.6866 - Fax (0152) 31.

FICHA DE ENCAMINHAMENTO

SOROCABA, 16/06/93

Para: Comissão do Trabalho - Dep. Paulo Paim
A/C: Dep. Paulo Paim
De: Sindicato
Assunto: Moção de Apoio

Nº de páginas 3 (incluindo esta).

Se a mensagem não sair nitidamente, contactar no número de telefone acima.

O Sr. Paulo Paim

CÂMARA MUNICIPAL DE ITARIRI
(Estado de São Paulo)

Nº 247/93.

Itariri, 2 de junho de 1993

À
Diretoria do
Sindicato dos Bancários do
Vale do Ribeira
Registro (SP)
Prezados Senhores,

Levo ao conhecimento de V. Sªs que, em Sessão Ordinária realizada na noite de ontem, tramitou a Moção nº 014/93, de autoria da Vereadora Porsides Ribeiro Martins, a qual apoia o Projeto de Lei Federal nº 3.610/93, de autoria do Deputado Paulo Paim.

Ao ensejo apresento protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente, XXXXXXXXXXXXXXX.

P.S.: Enviamos correspondência à Câmara Municipal de Itariri informando que o PL nº 3.610/93 é um substitutivo da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Durabte o discurso do Sr. Paulo Paim, o Sr. Luiz Soyer, § 2º do artigo 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Alcides Modesto, 4º Suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Alcides Modesto) — Concedo a palavra ao Sr. Chico Amaral.

O SR. CHICO AMARAL (PMDB-SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srªs e Srs. Deputados, toma posse hoje, no Ministério da Agricultura, o Deputado Estadual Barros Munhoz, que aqui chega numa merecida promoção pelo êxito de sua atuação como Secretário da Agricultura do Estado de São Paulo.

Finalmente, parece que se encontrou a figura certa, adequada e ideal para conduzir a política agrícola brasileira.

Conquanto advogado, político atuante, vivenciado como Deputado à Assembléia Legislativa de São Paulo, como ex-Prefeito de Itapira, o Totonho Munhoz, como surgiu na política, e com uma impecável, ainda que rápida, passagem pela Secretaria da Agricultura de São Paulo, traz, para implantar em âmbito federal, certamente, tantas das válidas, oportunas e felizes experiências vitoriosas para a agricultura paulista.

Aqui no Planalto Central chega a paulista jovem, idealista, comprovadamente capaz, vindo dos canaviais verdes itapirenses, com a brisa vinda das plagas vizinhas de Minas Gerais, para, certamente, inovar a política agrícola brasileira. E, marcará sua passagem pelo Ministério da Agricultura por um êxito ruidoso, certamente, porque assim foi sua gestão no comando da política agrícola paulista.

São Paulo, assim, oferece, com a presença de Barros Munhoz no Ministério Itamar Franco, valioso suporte, e com isso revigora-se a capacidade do Governo brasileiro.

Não temos dúvida de que vai dar certo Barros Munhoz como titular da Pasta da Agricultura. Projeta-se o Governo Itamar Franco, com a colaboração dessa valorosa figura humana e política, e, com tudo isso, ganhará o nosso País.

Era o que tinha a dizer.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT-SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srªs e Srs. Deputados, registro aqui o meu protesto e a minha indignação contra episódios lamentáveis que a imprensa noticiou amplamente, relativos ao massacre da população civil na Somália efetuado por tropas da ONU.

É necessário buscar a paz nas relações entre as nações e apoiar as ações humanitárias, como as que vinham sendo verificadas na Somália. Essas forças de paz não podem massacrar a população pobre, abandonada, faminta, que está sofrendo as conseqüências de uma guerra tribal, em que se misturam disputas locais com disputas religiosas. No meu entendimento, as tropas da ONU não estão cumprindo o seu papel, que é o de buscar a paz, garantir a defesa da população civil e apoiar as ações humanitárias. Aquele massacre, aquela violência contra a população civil é algo inaceitável.

Nós, que lutamos por uma nova ordem mundial, baseada na solidariedade, na autodeterminação dos povos, em relações multilaterais e não subalternas, em uma política de entendimento — e achamos que a ONU tem um papel importante, desde que seja reformulada sua ação e que ela não sirva de instrumento das grandes potências —, queremos, com esse propósito, marcar a nossa posição. Já o fizemos em outros episódios, em que o desespero, a fome, o abandono da população, como é o exemplo da Somália, envolvida em disputas locais, tribais, extremamente violentas, colocam seu povo num processo de auto-extermínio, conforme estamos verificando, agora, no processo de dissolução da Iugoslávia.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Deputados, é importante que as forças de paz da ONU não massacrem nem violentem a população civil, que já sofre as conseqüências das disputas locais.

Este é o nosso protesto.

O SR. MUNHOZ DA ROCHA (PSDB-PR. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, serei extremamente breve, uma vez que o assunto ao qual vou me referir foi motivo de pronunciamento meu na semana passada. Contudo, não poderia deixar de fazer mais uma vez, desta tribuna, veemente apelo ao Sr. Ministro Fernando Henrique Cardoso e também ao Sr. Presidente da Caixa Econômica Federal, para que revoguem o Aviso Ministerial nº 1.970/92, que está dificultando a liberação de parcelas de financiamentos da Caixa Econômica Federal para a construção de moradas e que foi editado numa ocasião em que a Caixa Econômica Federal atravessava dificuldades hoje já superadas. Em razão desse aviso, existem muitas construções paralisadas, algumas em fase de acabamento, inclusive sujeitas a invasões, como vem ocorrendo no meu Estado, o Paraná. São essas razões que me fazem repetir veemente apelo ao Sr. Ministro Fernando Henrique Cardoso, com a confiança em que S. Exª irá atendê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Alcides Modesto) — Solicito aos oradores que façam suas breves comunicações em um minuto, visto que já entramos no tempo dos oradores do Grande Expediente.

Com a palavra o nobre Deputado Pedro Tonelli, por um minuto.

O SR. PEDRO TONELLI (PT-PR. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srªs e Srs. Deputados, quero apenas registrar a preocupação deste Parlamento e a sua postura em relação a matéria de grande importância, a aprovação de mais um imposto, o IPMF.

O nosso partido está na luta e, anos poucos, o Parlamento está compreendendo por que não podemos concordar com

que o plano anunciado pelo Governo vá resolver o problema das finanças e baixar a inflação. Precisamos combater ostensivamente os sonegadores, porque isto é que produz aumento de arrecadação. Conhecemos os números: no primeiro trimestre do ano passado e deste ano houve um aumento de 34% na arrecadação. Então, basta um aperto. Outro fator, Sr. Presidente, é o crescimento econômico. Se a economia crescer, proporcionará reflexos positivos na arrecadação. O Governo tem de considerar esses aspectos.

Quero registrar também nossa preocupação com a instabilidade na reforma ministerial. Há um mês a agricultura brasileira está sem Ministro. Sai um, entra outro, e isto está causando uma instabilidade enorme. Esperamos que esta fase acabe o mais rápido possível.

Por último, Sr. Presidente, quero dizer que o Governo tem de atacar de frente os oligopólios, que impõem aumentos abusivos de preços; tem de acabar com o privilégio dos bancos, que multiplicam seus lucros com a especulação financeira. Só assim conseguiremos baixar a inflação.

Não acreditamos que as medidas apontadas pelo chamado Plano Verdade venham a atingir seu objetivo, que é baixar a inflação e propiciar a retomada do crescimento econômico do País.

Era o que tinha a dizer.

O SR. WALDOMIRO FIORAVANTE (PT-RS. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, Srªs e Srs. Deputados, neste momento, gostaria de conclamar os colegas Parlamentares com assento nesta Casa para apoiar projeto de lei de minha autoria que se encontra na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público.

O projeto prevê que as empresas privadas com mais de 100 empregados devam conceder aos trabalhadores café da manhã, com pão e manteiga e almoço ao meio-dia, sem ônus algum para os mesmos.

Na verdade, milhares e milhares são os famintos neste País, e a fome hoje, também se estende aos trabalhadores, que sofrem o maior arrocho salarial da história do País.

O SR. DIOGO NOMURA (PL-SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srªs e Srs. Deputados, já se tornou uma doença crônica, a situação grave de anemia financeira das Santas Casas e Hospitais Filantrópicos.

Desde o Brasil-Colônia, as Santas Casas de Misericórdia constituíram o abrigo seguro, ao lado dos Hospitais e Sanatórios Filantrópicos, da nossa população desvalida, por todo este Brasil afora realizando a imprescindível assistência médica e hospitalar, com o apoio da iniciativa particular, que deveria ser da promoção oficial, na defesa e tratamento da saúde do nosso povo, cujos índices são constrangedores, comprometendo a eugenia e o futuro da nossa gente.

Os atrasos nos pagamentos por parte do Governo Federal aos hospitais conveniados, e principalmente às Santas Casas de Misericórdia, que respondem por oitenta por cento dos serviços prestados pelo Sistema Único de Saúde — SUS em todo o País, com a agravante da galopante inflação e falta total da necessária correção dos valores, estão levando essas instituições, com históricas tradições de benemerência, a uma situação de insolvência, de gravíssimas conseqüências.

Dentre as várias manifestações com pedidos de providências, recebi da Santa Casa de Misericórdia de Santo Amaro, em São Paulo, ofício subscrito pelo seu Provedor, Dr. Tarquinio Leite Pereira, solicitando urgentes e saneadoras medidas do Governo.

Os jornais anunciam a liberação de 16 trilhões de cruzeiros para salvar a saúde, para atender aos pagamentos aos hospitais conveniados referentes ao mês de abril, e, na data de hoje, deverá ser realizado o decisivo encontro do Ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, e o Presidente Itamar Franco, para o estudo de um cronograma de pagamentos, para serem evitados os acúmulos dos débitos, em um esquema emergencial, considerando-se também a nova situação criada com a extinção do Inamps, passando-se a gestão do SUS para os Estados e Municípios.

Formulo, pois, desta tribuna, um apelo ao Ministro Fernando Henrique Cardoso, para que adote providências positivas, inclusive, estudando uma destinação percentual do IPMF, se aprovado for, para atender às necessidades prioritárias da saúde.

O Brasil, não pode continuar a ser mais um "vasto hospital", pois um povo sem saúde, não terá condições de se afirmar no concerto das nações. O trinômio Escola-Alimentação-Saúde, deve ser a meta prioritária para um novo Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Alcides Modesto) — Agradeço ao nobre Deputado Diogo Nomura a brevidade do seu pronunciamento, e também ao nobre Deputado Nicias Ribeiro, que declinou da inscrição para falar, em função da tolerância e da generosidade dos oradores do Grande Expediente com relação aos do Pequeno Expediente. Em nome deles também faço este agradecimento.

Tem a palavra o Deputado Daniel Silva.

O SR. DANIEL SILVA (PPR-MA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srªs e Srs. Deputados, venho a esta tribuna falar sobre a notícia, estampada em manchete de primeira página do **Correio Braziliense,** que cita: "Governo libera Cr$16 trilhões para salvar saúde". E, no meio da notícia, li que o Presidente Itamar Franco determinou a criação de uma comissão para apresentar, em 15 dias, sugestões de medidas de emergência para resolver o problema da saúde, sendo que a primeira delas foi definida ontem, com aprovação pela Câmara dos Deputados, de um projeto de lei que extingue o Inamps, passando suas atribuições para órgãos estaduais e municipais gestores do Sistema Único de Saúde (SUS).

Ora, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Deputados, a atitude é muito louvável, haja vista que a descentralização da saúde será uma medida de grande desenvolvimento, pois a razão de alguns entraves políticos que se sucedem durante os pleitos eleitorais muitas vezes são os resquícios de uma revanche, esta que só atinge o lado do político derrotado nas urnas e da população que muitas vezes não tem nada a ver com a situação, para não dizer que muitas das vezes o Prefeito Municipal não é do partido do Ministro ou do Governador do Estado, chegando a ficar discriminado, com a falta de verbas para saúde por parte deste órgão.

Precisamos deixar cada município administrar o que lhe cabe de verba para saúde, pois, só quem conhece a realidade do município, é quem nele mora e o administra. Quando se centralizam as verbas da saúde, ocorre uma série de problemas, como a demora para chegarem estes recursos, que muitas vezes, quando chegam, a defasagem monetária já é estarrecedora.

A razão de ser totalmente favorável à descentralização das verbas do Orçamento para a saúde é porque conheço na pele os problemas da minha região, a região tocantina do Estado do Maranhão, que sempre foi carente e precária, no que diz respeito à saúde. É por isto que hoje, desta tribuna,

faço questão de apoiar as medidas do Presidente Itamar Franco, pela extinção do Inamps, passando suas atribuições para órgãos estaduais e municipais gestores do Sistema Único de Saúde (SUS).

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. WAGNER DO NASCIMENTO (PRN-MG. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srªs e Srs. Deputados, as dificuldades que os municípios vêm encontrando hoje para a quitação de seus tributos federais podem prejudicar a participação de cada um deles no bolo de dinheiro a ser distruído por órgãos governamentais e até pelo Orçamento da República. É que a exigência de apresentação dos Certificados de Regularidade, como o CND, para o INPS, e CRS, para o Fundo de Garantia, tem causado enormes dissabores aos Srs Prefeitos, que, à ultima hora, ficam impossibilitados de receber recursos a fundo perdido para seu município.

A minha preocupação reside também no fato de, ao menos até este instante, Uberaba — minha cidade se integrar no rol dos inadimplentes. Há necessidade de que os governantes se convençam da urgência de renegociarem aquelas dívidas, sob pena de ficarem sem verbas substanciais — agora, conforme o novo plano do Governo Federal — até com cortes do Fundo de Participação dos Municípios.

Uberaba está com alguns projetos prejudicados na área federal, e eu, como Deputado — seu representante — impedido de ajudá-la neste setor. É necessário que, como em alguns outros municípios, os atuais governantes de Uberaba se conscientizem, da necessidade premente de resolver a situação, para que, no futuro, não venhamos a ser responsabilizados por uma falha da qual não temos a menor culpa.

O SR. NILSON GIBSON (PMDB-PE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srªs e Srs. Deputados, o líder sindical Amâncio Francisco Dias, foi assassinado por pistoleiros, em Belém de Maria, a 153 quilômetros do Recife, em Pernambuco. Era o trabalhador da Direção da Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco (Fetape), Presidente dos Trabalhadores Rurais de Belém de Maria (PE), e, registro, autêntico representante e acompanhante dos operários que procuravam a Justiça do Trabalho visando ao recebimento das reparações trabalhistas em decorrência dos ilícitos trabalhistas cometidos pelos empregadores na jurisdição da JCJ de Catende.

Movia Amâncio Francisco Dias várias reclamações trabalhistas contra os fornecedores de cana e proprietários rurais, e, na semana passada, procurou o líder sindical a polícia prestando queixa de ameaças de morte que vinha sofrendo há três semanas. Ele afirmou que estava sendo seguido, mas não identificou os responsáveis. Os assassinos foram contratados. Amâncio Francisco Dias foi assassinado em sua casa, na Rua do Meio, onde morava com a mulher e 10 filhos, na noite de terça-feira, 15 de junho. A polícia apurou que dois homens chegaram ao local dizendo que eram trabalhadores rurais e que tinham sido demitidos da Fazenda Flor da Mata. A mulher do trabalhador abriu a porta e os dois assassinos atiraram em Amâncio quando ele se aproximou. O dirigente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco (Fetape) recebeu dois disparos na cabeça, de revólver calibre 38. Os pistoleiros fugiram em um Passat de cor azul.

Sr. Presidente, recentemente registrei desta tribuna que a polícia do Estado de Pernambuco, através de Delegados, estava formalizando um movimento encampado pela Confederação de Delegados de Polícia Civil, que reivindicou à Câmara dos Deputados a criação de uma CPI para apurar o envolvimento de policiais em roubos de carros e tráfico de drogas. Trata-se de uma guerra da polícia com a própria polícia.

Era o que tinha a dizer.

O SR. JACKSON PEREIRA (PSDB — CE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srªs e Srs. Deputados, entendo que o objetivo maior do Ministro-Chefe da Administração Federal, General Romildo Canhim, é o de fazer justiça a todos os servidores, tarefa à qual terá de dedicar a maior parte de seu tempo à frente da SAF, pois as gestões anteriores quase sempre pecaram ou por excesso ou por omissão.

Um dos problemas que devem merecer atenção especial da SAF diz respeito ao tratamento diferenciado que a administração pública vem dispensando aos engenheiros agrônomos, farmacêuticos, químicos, zootecnistas e biólogos do Ministério da Agricultura e Reforma Agrária, responsáveis pelas atividades de fiscalização de insumos e produtos agropecuários, os quais, exercendo, de fato, a inspeção e fiscalização federal agropecuária, não recebem a gratificação correspondente.

A discriminação de que vêm sendo vítimas esses servidores, Sr. Presidente, começou a efetivar-se com a concessão da Gratificação de Estímulo à Fiscalização e Arrecadação aos Fiscais de Contribuições Previdenciárias, por meio do Decreto nº 2.731, de 18 de novembro de 1987, posteriormente estendida aos Fiscais do Trabalho, aos Médicos do Trabalho, aos Engenheiros e Assistentes Sociais, por meio da Lei nº 7.855, de 24 de outubro de 1989.

É relevante assinalar que esse tratamento discriminatório causa graves prejuízos à economia do País, e em especial aos cofres públicos, já que os servidores discriminados vêm realizando sucessivas paralisações e operações-padrão, produzindo redução nos níveis de exportações de produtos agropecuários que saem do País pelos principais aeroportos e portos de fronteiras.

Esses profissionais que vêm sofrendo tratamento diferenciado integram as Secretarias de Política Agrícola, de Desenvolvimento Rural e de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura e Reforma Agrária, e, além da defesa agropecuária, exercem atividades de defesa da saúde pública, de combate às fraudes, de controle de trânsito nacional e internacional de vegetais e seus produtos, propiciando o aperfeiçoamento e o controle da qualidade e da produtividade agrícola.

Portanto, Sr. Presidente, desejo apelar de modo mais veemente para o Ministro-Chefe da Secretaria de Administração Federal, General Romildo Canhim, no sentido de que comece sua administração fazendo justiça a esses abnegados e altamente necessários servidores do Ministério da Agricultura e Reforma Agrária.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Deputados.

O SR. COSTA FERREIRA (PP — MA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srªs e Srs. Deputados, o desemprego no Brasil está atingindo índices alarmantes, e não se vê por parte da iniciativa privada ou do poder público nenhum empenho na busca de soluções para o problema, a curto, médio e longo prazos.

Penso que o caminho que nos levará para o crescimento econômico pressupõe, necessariamente, o estímulo governamental aos pequenos e médios empresários, através da abertura de linhas de crédito específicas. Quanto às grandes empre-

sas, basta que o Governo não as penalize com pacotes autoritários urdidos às escondidas, proporcionando assim o clima de tranqüilidade indispensável aos investimentos a longo prazo.

Todos nos lembramos da euforia inicial provacada pelo Plano Cruzado. Naquela ocasião, o povo ainda acreditava na competência dos economistas, e um expressivo número de brasileiros correu a registrar empresas de pequeno e médio porte, confiante que estava na mudança de ventos, no fim da especulação e início da justa remuneração do trabalho e da livre iniciativa.

Infelizmente, os economistas falharam. Mas do ocorrido se constatou que o povo brasileiro é um povo empreendedor, disposto a investir em novos negócios e registrá-los na forma da lei, desde que a atuação do Governo inspire confiança.

Srªs e Srs. Deputados, o surgimento de pequenas e médias empresas é o caminho para superarmos a recessão e o desemprego. Além disso, é a receita certa para a distribuição da renda nacional, hoje controlada pelos grandes conglomerados.

No entanto, aqueles que têm ou pretendem ter uma pequena ou média empresa não dispõem do capital necessário para fazer frente aos índices inflacionários brasileiros. Os bancos de desenvolvimento, que deveriam financiar os empreendimentos incipientes, tiveram suas funções pervertidas, e só concedem empréstimos para as grandes empresas.

Sr. Presidente, vivemos uma situação em que os empresários em potencial não dispõem de linhas de crédito governamental, o que significa dizer que o Governo não tem confiança na recuperação do dinheiro emprestado, ou seja, não acredita na sua própria política de recuperação da economia.

Ora, existem países onde mesmo as pessoas físicas podem obter grandes empréstimos para investir em boas idéias; idéias que gerem trabalho e receitas fiscais. Tais empréstimos são feitos a longo prazo e a juros baixos. Esse é o caminho óbvio para se superar o desemprego.

Mas o Governo diz que o crédito é a causa da inflação, e continua a apostar nos juros inviáveis e na recessão, como vem fazendo há trinta anos, para a alegria dos banqueiros. Mesmo discordando dessa receita antiinflacionária que nunca deu certo, lembro que o desemprego poderia ser combatido com isenções fiscais, a exemplo da bem-sucedida experiência cearense; ou com a redução dos entraves burocráticos, permitindo que as pequenas iniciativas econômicas populares possam crescer sem que o Governo faça exigências só compatíveis com os grandes empreendimentos.

Srªs e Srs. Deputados, se o Governo insiste em tratar os pequenos e médios empresários com desconfiança é porque não confia em sua própria capacidade de gerir a crise brasileira. No dia em que houver a determinação de se pôr um "basta" no desemprego e na recessão, a primeira providência a ser tomada será a abertura de linhas de crédito para aqueles brasileiros que confiam no seu trabalho, mas carecem de capital inicial. Precisamos de crédito a juros baixos, pois os juros altos só agradam aos banqueiros e ao FMI.

O SR. BENITO GAMA (Bloco Parlamentar — BA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srªs e Srs. Deputados, o projeto de combate à sonegação anunciado pelo Governo é uma iniciativa que deve apresentar logo resultados concretos para conhecimento da sociedade e para que sua função educativa não seja relegada a plano inferior. Não se trata apenas de aumentar a arrecadação através do combate à sonegação, mas de deixar claro, através de atos efetivos, que, a partir de agora, burlar as obrigações tributárias será um crime punido exemplarmente.

Essa não deve ser uma promessa, mas uma ação inequívoca e imediata do Governo. Não haverá muitos obstáculos para sua consecução. A Secretaria da Receita Federal, depois de tantos anos de condescendência com os sonegadores e inadimplentes, já sabe muito bem quem são eles. Muitos são sonegadores graúdos e renitentes, que dispõem até de cobertura política para manter sua impunidade. Fosse de outra forma, não teria sido logo anunciado que existem 115 mil inadimplentes no pagamento e cerca de 300 mil que terão as últimas declarações revistas.

Há também os grandes e contumazes sonegadores, potentados da contravenção tributária, impunes ao longo dos anos. A Secretaria da Receita Federal sabe muito bem quem são eles, sejam pessoas físicas ou jurídicas. É preciso, obedecidos os critérios da lei, que eles sejam desmascarados, seus nomes revelados publicamente e, nos termos da lei, postos atrás das grades. Com o fim da sonegação, o País já conseguirá aumentar sua arrecadação. Cálculos da própria Receita Federal indicam que cerca de 40% dos potenciais contribuintes não fazem declarações e nada pagam ao Imposto de Renda. Cálculos mais pessimistas sugerem que esse número pode chegar a 70%, se incluídos os que pagam inadequadamente.

Enquanto isso, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Deputados, os assalariados, os pequenos contribuintes, têm suas contas vasculhadas e contribuem de acordo com as alíquotas da lei, embora pouco recebam do Estado em serviços e sintam seu esforço frustrado. Afinal, eles pagam os tributos sobre seus ganhos e não vêem o País sair da miséria, reduzir o custo de vida ou acabar com a inflação; nem dispõem de segurança, educação e saúde proporcionados pelo Estado, como seria de seu dever. No Brasil, quem menos pode é quem mais paga, e corretamente, o Imposto de Renda. Os poderosos pouco ou nada pagam e ficam impunes.

Este é mais um problema a ser resolvido de forma efetiva e imediata.

O SR. JOSÉ FELINTO (PP — PR. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srª e Srs. Deputados, ao invés de um choque heterodoxo na economia do País, o Ministro da Fazenda, Senador Fernando Henrique Cardoso, se decidiu por um choque de moralidade e racionalidade, de há muito reclamado pela Nação. E mostra que o exemplo deve vir de casa, baixando atos com o fito de reorganizar as finanças públicas, hoje em caótico estado.

As medidas coincidem com dois fatos singulares: a de um ex-presidente da República sentando-se no banco dos réus e o afastamento de um Ministro, o da Agricultura, que não teve condições morais para continuar no cargo, tão graves foram as denúncias contra ele passadas pela imprensa.

Temos de convir que o Brasil está mudando.

E mudando para melhor.

Os ladravazes de todos os tempos estão sendo postos para correr, processados ou trancafiados no xadrez. O Judiciário se agiganta em conceito perante a Nação, nas sentenças duras e corajosas contra meliantes até há pouco tempo acobertados pela impunidade e ainda desfrutando de espaços nas colunas sociais.

Em lúcido artigo estampado pela **Gazeta Mercantil** desta data, o diretor-responsável daquele conceituado órgão de imprensa, Hebert Levy, assim analisa a revolução administrativa proposta por Fernando Henrique Cardoso: "As medidas cor-

respondem, além do seu aspecto formal, a uma verdadeira reforma moral, submetendo os administradores públicos de todos os níveis a novos padrões de ética, capazes de gerar resultados surpreendentes".

É de se esperar que, a partir de agora, Governadores, Prefeitos e Congressistas sejam tomados de um forte sentimento de responsabilidade e dêem sua cota de sacrifício nessa verdadeira cruzada para a salvação do País. Até hoje, o fardo do sacrifício imposto pela recessão e pela inflação recaiu sobre os trabalhadores. É chegada a hora de as elites — empresários, banqueiros e grandes proprietários urbanos e rurais — também prestarem sua contribuição, seja honrando suas dívidas perante o Fisco, como formando opinião sobre as camadas sensíveis à sua influência, a fim de se formar uma corrente positiva que nos leve à frente e faça do Brasil um país vencedor, em todos os setores de atividade.

Era o que tinha a dizer.

O SR. NELSON MORRO (Bloco Parlamentar — SC. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srªs e Srs. Deputados, assunto da maior relevância a ser considerado e analisado por esta Casa é a situação dos brasileiros portadores de deficiências físicas.

Nesta Casa existe uma série de projetos de lei que estão tramitando, relacionados com a situação do deficiente físico na sociedade e no mercado de trabalho, portanto, parece-nos justo sugerir que estes projetos tenham agilizada a sua votação e aprovação pelas Casas Legislativas do País.

Desnecessário tecer considerações sobre a difícil situação do portador de deficiência em seu dia-a-dia, sobretudo quando precisa procurar trabalho, levando os mesmos ao ceticismo quanto à eficácia das medidas legislativas em vigor.

É compreensível a pressa com que os portadores de deficiência desejam ver aprovadas todas as suas reivindicações. No entanto, esses projetos encontram-se em diferentes fases de tramitação, alguns, inclusive, em fase de revisão, aconselhando-se assim atenção especial a eles.

Devido à complexidade e ao alcance social do tema, acreditamos que o melhor caminho seria a instalação de uma comissão especial da Câmara dos Deputados para, ouvindo a sociedade, discutir em profundidade a matéria, com vistas à elaboração de um futuro "estatuto do deficiente". Uma comissão, pelos recursos de que dispõe, é o fórum indicado para debates desta envergadura.

Têm razão os deficientes físicos em suas considerações céticas quanto à solução dos seus problemas por meio de medidas legislativas, sobremodo no que diz respeito à discriminação por eles sofrida no mercado de trabalho. Lamentavelmente, solidariedade e respeito humanos não se impõe por lei. Nascem do amadurecimento político da sociedade como um todo, para o qual é indispensável a vigilância incessante dos próprios discriminados no exercício de sua cidadania.

É preciso chamar a atenção da sociedade como um todo e dos Governos municipais, estaduais e federal em particular, para o estado de discriminação e desconsideração em que vivem, e é neste sentido que nos manifestamos para sensibilizar a Nação.

É muito pouco o que por eles se faz no País.

O SR. MUSSA DEMES (Bloco Parlamentar — PI. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srªs e Srs. Deputados, através da Mensagem nº 301, de 7 do mês em curso, S. Exª o Presidente Itamar Franco solicita ao Congresso Nacional a aprovação de projeto de lei que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento de Seguridade Social da União, em favor do Ministério do Bem-Estar Social, crédito suplementar no valor de Cr$1.200.000.000.000,00 para atender ações inerentes ao sistema de abastecimento d'água da região metropolitana de Fortaleza.

Não é intenção nossa questionar a importância da medida. Pelo contrário. Sabemos de ciência própria que o abastecimento d'água na capital cearense está à beira de um colapso. Mas é no mínimo inusitado que o socorro, de forma tão pressurosa, aconteça exatamente em favor do único Estado governado por um tucano e no exato momento em que o Ministro da Fazenda anuncia a virtual extinção dos investimentos constantes do Orçamento de 1993 por absoluta falta de recursos. É estranho, muito estranho mesmo que, antes de liberar um centavo do que aqui destinamos para municípios em situação tão difícil quanto Fortaleza, ou, em alguns casos, ainda pior, apresse-se o Poder Executivo em atender um correligionário seu.

É grave, muito grave, mesmo, o problema de abastecimento d'água no Ceará. Mas não é menos difícil a situação na grande maioria dos Município piauienses, assolados por uma das mais agudas estiagens de que se tem notícia em sua história. O País inteiro assistiu, ano passado, pela televisão, as imagens do Municípios de Marcolândia, Padre Marcos e Paulistana. A cena era chocante. A população retirava água misturada com areia de um barreiro já prestes a secar definitivamente.

Daquela região retornamos recentemente, e a situação só se agravou. Não há mais água sequer para consumo humano há algum tempo, os prefeitos comprometem virtualmente todo o orçamento do Município com o pagamento de carros-pipa, que apanham o precioso líquido a mais de cem quilômetros de distância. A fome campeia solta e epidemias grassam facilmente no organismo debilitado da população.

Apoiamos, Sr. Presidente, a iniciativa do Presidente Itamar. Mas lembramos a S. Exª e a seu Ministro da Fazenda que o valor destinado à Prefeitura de Fortaleza é superior ao dobro de tudo o que foi destinado ao Piauí para a construção e conclusão em alguns casos, das barragens e açudes situados no território piauiense. Açudes como o Petrônio Portela, já com 72% de suas obras executadas e que já se arrastam há mais de dez anos, situado no semi-árido, como o Joana, na região de Pedro II, iniciado há mais de 20 anos, como o Salinas, na esquecida região de Oeiras, como a barragem Adutora do Sertão, situada exatamente na região do Barreiro a que me referi há pouco e que representará para os Municípios de Padre Marcos, Marcolândia, Alegrete e Caldeirão Grande a solução do gravíssimo problema de abastecimento d'água que efrentam sofrida e galhardamente.

Não admitiremos, sem o nosso mais veemente protesto, que se diga amanhã que os problemas do Piauí nesse setor não poderão ser atendidos por falta de recursos. Não aceitaremos que se adote a postura de dois pesos e duas medidas. A credibilidade do Ministro da Fazenda e do próprio Governo estará irremediavelmente comprometida se tal vier a acontecer, se os investimentos para nosso Estado não forem integralmente repassados.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. AUGUSTO FARIAS (Bloco Parlamentar — AL. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srªs e Srs. Deputados, peço que seja transcrito nos Anais da Casa expediente por mim encaminhado ao Sr. Ministro da Justiça, no qual

solicito intervenção federal em Alagoas, diante do quadro de desorganização administrativa reinante naquele Estado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O ORADOR:

Brasília, 17 de junho de 1993

Excelentíssimo Senhor
Doutor Maurício Corrêa
DD. Ministro de Estado da Justiça
Brasília — DF

Senhor Ministro,

Alagoas passa, neste instante, por uma das maiores crises de sua história, seja no campo administrativo, porquanto é evidente sua desorganização, seja no campo da segurança pública.

Persiste o Senhor Governador Geraldo Bulhões em desconhecer os problemas básicos que afligem a população, em especial à segurança da vida, bem maior que lhe é assegurado pela Constituição.

Como é do conhecimento de Vossa Excelência, através de inúmeros relatórios que chegam às vossas mãos, Alagoas vive hoje um clima de terror e insegurança. Mata-se a qualquer hora e em qualquer lugar, numa seqüência de violência interminável, com a participação quase sempre de policiais militares e de agentes civís.

O Comando da Polícia Militar de Alagoas está envolvido num emaranhado de denúncias de corrupção e muitos de seus integrantes, inclusive oficiais, estão literalmente envolvidos em crimes, seqüestros e até roubos de carros.

Ultimamente, pistoleiros seqüestraram e mataram o Vereador Renildo José dos Santos, da cidade de Coqueiro Seco, depois do próprio parlamentar ter pedido garantias de vida à Secretária de Segurança Pública. Dias depois, o Delegado de Polícia Márcio Aléxio era trucidado a tiros de revólver no interior de um carro, que depois descobriu-se ser roubado. Nos últimos dias, um Corregedor de Polícia, João Guimarães, foragido, era acusado de ter sequestrado e morto o namorado de sua filha.

No dia 11 deste mês, o irmão da Deputada Estadual Lêda Cardoso e um seu companheiro de 18 anos de idade, eram assassinados violentamente no centro de Macéio com rajadas de metralhadora e tiros de espingarda calibre 12, com suspeita, também, da participação de policiais no crime.

O Prefeito Ronaldo Lessa, ameaçado de morte, anda hoje, por determinação de Vossa Excelência, acompanhado de agentes federais.

Toda esta situação, Senhor Ministro, conta com a absoluta indiferença do Governo do Estado, o qual, mesmo com a evidência dos fatos e as dezenas de denúncias feitas pela sociedade civil e inclusive por oficiais da Polícia Militar e políticos, continua desafiando a lei do bom senso.

Seria cansativo, até, enumerar as dezenas, centenas de assassinatos ocorridos nos últimos dois anos em Alagoas, com a marca registrada da participação de policiais.

Não é possível, nem admissível, que se continue matando impunemente, sem que haja uma providência enérgica do Governo.

Há dias, integrantes da Comissão dos Direitos da Pessoa Humana dirigiram-se a Vossa Excelência e mostraram a realidade alagoana onde a violência se instalou.

Vossa Excelência, Senhor Ministro, ultimamente deixou transparecer que poderia acatar sugestões para uma intervenção federal em Alagoas, em face da evidência dos fatos.

Acho, então, que chegou a hora de se intervir no Estado para que a sociedade alagoana volte a ter a paz que sempre almejou, e que afinal se faça justiça contra aqueles que vivem na impunidade.

É preciso, Senhor Ministro, resgatar a confiança dos alagoanos nos seus governantes e que, acima de tudo, com uma intervenção federal, o povo alagoano possa voltar a conviver com a costumeira tranqüilidade e sem medo.

Na certeza de sua especial atenção, aproveito para apresentar-lhe os meus protestos de consideração e apreço.

Atenciosamente, **Augusto Farias** — Deputado Federal.

O SR. WILSON CUNHA (Bloco Parlamentar — MG. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srªs e Srs. Deputados, o Vale do Jequitinhonha e todo o norte de Minas Gerais constituem a região mais pobre e menos favorecida pelos Governos naquele Estado. Compreendida no chamado Polígono das Secas, a região norte Mineira precisa ser melhor assistida para que consiga superar suas dificuldades e alcance um novo patamar no seu sofrido processo para atingir um desenvolvimento compatível com o das demais regiões do País.

Com este objetivo a SODECOM — Sociedade de Desenvolvimento Comunitário e de Produção do Vale do Jequitinhonha e Norte de Minas Gerais, elaborou um projeto de desenvolvimento comunitário, o Projeto Sodecom, que envolve a participação legítima da comunidade nos programas governamentais.

Tivemos a oportunidade de apresentar ao Exmº Sr. Presidente da República o Projeto Sodecom como uma das alternativas para combater a fome e a miséria e promover o desenvolvimento regional.

Agora, finalmente, a proposta da Sodecom foi absorvida pelo Governo Federal sob a denominação de Promovale e coordenação do Ministério da Integração Regional.

As propostas do Projeto Sodecom — Projeto de Desenvolvimento Integrado do Vale do Jequitinhonha e Norte de Minas constituíram a base do Promovale — Programa de Promoção do Desenvolvimento Integrado do Vale do Jequitinhonha e Norte de Minas Gerais, que o Governo Federal lançará nos próximos dias.

O Promovale atenderá os Vales do Jequitinhonha e do Mucuri e Norte de Minas Gerais, identificando as rubricas e emendas no Orçamento Geral da União de 1993, para a área social, perfazendo inicialmente um total de investimentos no valor de Cr$3.685.514.518,00 (três trilhões, seiscentos e oitenta e cinco milhões, quinhentos e quatorze mil e quinhentos e dezoito cruzeiros).

O Promovale atenderá prioritariamente as áreas:

1) Produção de alimentos básicos;
2) Habitação opular;
3) Escolas, Creches, Saúde e Merenda Escolar;
4) Saneamento básico (água, esgoto, lixo, drenagens e barragens);
5) Infra-estruturaviária;
6) Energia Elétrica;
7) Matadouro, pontes, telefonia e outros.

Todos os Municípios do norte de Minas serão atendidos por este programa federal que conta com o apoio dos 16

(dezesseis) Deputados Federais identificados com a área do Promovale, que atingirá 114 Municípios.

Venho participando ativamente da elaboração deste novo programa e contribuindo, quer pessoalmente quer pela nossa assessoria, para a viablização do Promovale.

Ainda com relação ao fortalecimento de ações de desenvolvimento no norte de Minas Gerais, estive ontem (quarta-feira) em audiência com o Governador Joaquim Roriz, do Distrito Federal, que as sensibilizou com a proposta e se comprometeu a apoiar determinadas ações nos Munucípios norte mineiros na área de influência do Distrito Federal.

É o norte de Minas cada vez mais se impondo como uma região desenvolvimentista no Estado e no País.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Deputados.

O SR. JORGE TADEU MUDALEN (PMDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srªs e Srs. Deputados, congratulo-me com a alta direção do "Bragança Jornal Diário", de Bragança Paulista — SP, pelo transcurso do seu 66º aniversário sob a responsabilidade do notável e competente jornalista Omair Fagundes de Oliveira. O citado jornal alcança níveis excelentes de leitores, graças, sobretudo, ao fato de que os profissionais da sua redação, sempre procuraram modernizar as suas matérias.

Parabenizo toda a equipe pelo excelente trabalho desenvolvido e dedicação ao "Bragança Jornal Diário".

Era o que tinha a dizer!

O SR. PAULO PORTUGAL (PDT — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente. Sªs e Srs. Deputados, novamente com muito carinho venho saudar um município de nosso querido Estadodo Rio de Janeiro, hoje com projeção nacional, pois lá nasceu uma das artistas mais famosas, mais queridas e conhecidas deste País.

Falo da ilustre amiga Dercy Gonçalves. E quem toca em Dercy fala de sua cidade natal Santa Maria Madalena. Pequena na sua expressão, mas enorme e significativa dentro do contexto de progresso de nosso Estado do Rio.

Dedicado às lides agropecuárias, seu laborioso povo vem lutando, com muito esforço, visando levar o progresso a toda aquela região.

Bastante esquecida dos pobres públicos, quer federal, quer estadual, seus líderes municipais lutam com muito esforço para fazer chegar a todo aquele futuroso Município as raízes da modernidade e do progresso.

Santa Maria Madalena comemora nesta semana sua data máxima, com uma pauta bastante interessante de eventos, shows e inaugurações.

Com isto, a comunhão de todos seus habitantes nestes dias festivos será relevante, com o retorno às origens de boa parcela de seus municípios hoje residente em outras localidades, fato incomum e de alta significação, visto que mostram dentro do seu íntimo o amor à terra natal.

Desejo parabenizar toda a comunidade, o Sr. Prefeito, o Presidente da Câmara Municipal, os Vereadores e principalmente a sua laboriosa população por este grande dia.

Que continuem unidos, lutando em prol desse Município, força importante da natureza de nosso Estado possuidor de uma das maiores reservas de Mata Atlântica deste País. O Imbé, a área distrital que abriga esse ouro verde, e este Deputado, membro da Cruz Verde Internacional, têm de envidar todos os seus esforços na conservação desse precioso recanto de capital importância para as reservas hídricas e florestais de nosso Estado.

Todo o esforço faremos para estar junto a vocês, queridos amigos de Santa Maria Madalena, bebendo o conhecimento e a alegria da sua importante cidadã, Dercy Gonçalves, e a amizade e carinho de todos.

Era o que tinha a falar deste querido Município, neste dia, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Deputados.

O SR. MENDONÇA NETO (PDT — AL. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srªs e Srs. Deputados, ontem, dia 16 de junho, o jornal **Correio Braziliense** publicou os resultados de uma pesquisa de opinião realizada entre os jornalistas alagoanos. A consulta procurava saber quais os Parlamentares da bancada de Alagoas que melhor desempenham seus mandatos. Confesso que não me surpreendeu o fato de ter sido escolhido por aqueles profissionais com o mais atuante Deputado Federal por Alagoas. Sem falsa modéstia, tenho consciência do trabalho sério que aqui desenvolvo.

Entretanto, não poderia deixar de agradecer a todos o reconhecimento, até porque os meus esforços buscam apenas fazer jus à confiança em mim depositada pelo povo das Alagoas.

Por outro lado, quero aproveitar a oportunidade para fazer uma homenagem aos profissionais da imprensa alagoana. Como jornalista, conheço de perto as condições e as dificuldades com que lutam para fazer um jornalismo sério e profissional. As condições salariais são mínimas, como mínimas são as condições gerais oferecidas pelas empresas de comunicação. Em alguns casos, tem-se até dificuldade em fazer simples contato telefônico com alguém que esteja na redação. Mesmo assim estes profissionais lutam, por vezes até sob ameaças de morte; denunciam e criticam construtivamente, fazendo, enfim, um jornalismo de verdade.

Em reconhecimento a esta luta, o Sindicato dos Jornalistas Profissionais tem tido uma participação fundamental nas negociações salariais e na defesa da dignidade da categoria. É um exemplo para o País. Afinal, ou esta Nação luta intimoratamente por seus direitos, ou ficará entregue à inércia de uma população apática e à gula infinda de uma elite insaciável.

Finalmente, quero salientar que este tipo de pesquisa vem dar-me ânimo para prosseguir minhas batalhas. Continuarei com o desempenho político que venho tendo, sobretudo depois deste incentivo dos profissionais da imprensa alagoana, porque sei que estou defendendo apenas os interesses de Alagoas e do Brasil, sobretudo porque sei que este trabalho tem o reconhecimento de meu povo.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Alcides Modesto) — Passa-se ao

V — GRANDE EXPEDIENTE

Tem a palavra o Sr. José Maria Eymael.

O SR. JOSÉ MARIA EYMAEL (PP — SP) — Sr. Presidente, Srªs e Srs. Deputados, tão logo chegou à Camara dos Deputados a Proposta de Emenda à Constituição que traz em seu bojo a criação do Imposto sobre Movimentação Financeira, apontei pelo menos três perversos aspectos que passo a considerar. O primeiro deles é o próprio imposto, que, na verdade, nasce de uma idéia generosa, de uma idéia inova-

dora; a concepção de imposto único. Mas essa idéia foi transmudada, transfigurada, mutilada, para transformar-se nesse monstrengo que hoje conhecemos por IPMF. Desde então, Sr. Presidente, denuncio a perversidade do novo tributo que, ao invés de concretizar a ideía generosa do imposto único — que substituiria os demais — nada mais é do que, infelizmente, um imposto a mais para castigar a sociedade brasileira.

Sr. Presidente, assinalava também que, pela sua natureza cumulativa, o imposto representaria mais, muito mais do que os 0,25% propostos. O fruto dessa cumulatividade representará um encarecimento brutal do custo de vida, sacrificando mais ainda a já tão sofrida classe trabalhadora do nosso País. O referido imposto, com efeito cascata, vai onerar cumulativamente todos os bens, inclusive os primários, adquiridos pelo trabalhador brasileiro, além de ter outros efeitos nocivos, dentre os quais destaco o prejuízo às nossas exportações, porque este imposto maléfico tornará mais difícil e menos competitivo o processo exportador brasileiro.

Desde o início, Sr. Presidente, venho denunciando também a violência que se comete contra o Direito Constitucional brasileiro, contra a história constitucional do nosso País, ao se buscar erradicar da nossa consciência jurídica o princípio da anualidade, aquele princípio sagrado que orientou a formulação das Constituições e pelo qual nenhum tributo pode ser cobrado no mesmo exercício em que é criado ou majorado.

Ignorou-se, Sr. Presidente, toda a história jurídica do nosso povo. Ignorou-se a luta dos brasileiros pela construção do Estado de Direito em nosso País, e, de forma vil e inaceitável, aí está a emenda constitucional rasgando do Direito pátrio a figura do princípio da anualidade com a adoção do Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira.

E um terceiro ponto desde o início também destacava. Já no nascedouro da emenda constitucional, denunciava eu, Sr. Presidente, aquele esforço odioso e odiento no sentido da quebra do sigilo fiscal, que tornaria frágil ou mesmo nula a defesa do cidadão brasileiro contra o arbítrio do Fisco e contra a tirania daqueles que podem se utilizar da quebra do sigilo fiscal como medida de chantagem, de exploração política.

O instituto do sigilo bancário, do sigilo fiscal é conquista real da democracia em todo os países desenvolvidos. Esta idéia do sigilo tem, no seu cerne, no seu nascedouro, exatamente a defesa dos direitos e garantias individuais contra a pressão dos dirigentes e dos poderosos.

Infelizmente, também neste ponto faltou sensibilidade aos governantes do nosso País, que assim, de forma tão frontal, agrediram a consciência jurídica do nosso povo.

Lutei com todas as minhas forças para que o IPMF não fosse aprovado! Lutei com todas as minhas forças para impedir a quebra do sigilo fiscal! Lutei com todas as minhas forças para impedir a quebra do princípio da anualidade!

É verdade que fui vitorioso no que diz respeito à quebra do sigilo fiscal, sendo um daqueles que conseguiu impedir que a emenda constitucional prosseguisse com essa afronta ao Direito brasileiro, ao Direito universal.

Passada a fase da tramitação da emenda, bati às portas do Supremo Tribunal Federal, em medida extrema, em medida heróica, buscando guarida no mais alto fórum jurídico do nosso País.

Com que pretexto bati às portas do Excelso Pretório? Fui ao Supremo Tribunal Federal alavancado em formidável fundamentação jurídica. Apresentei àquele Tribunal a seguinte tese, Sr. Presidente, que, aliás, hoje já esta fundamentando centenas de mandados de seguranças em todo o País: de contribuintes que não aceitam a cobrança do IPMF no presente exercício.

Arrazoava eu, Sr. Presidente, ao Supremo, o seguinte. Diz a Constituição Federal, em seu art. 60, § 4º, inciso IV, que não será objeto de deliberação a emenda à Constituição tendente a abolir direitos e garantias individuais. Está lá, Sr. Presidente — é uma das cláusulas pétreas da Constituição da República —, de forma clara, insofismável, transparente, cristalina. De outro lado, diz a Constituição Federal, em seu art. 5º, § 2º, que são considerados direitos e garantias fundamentais todos aqueles direitos fundamentais que, embora não assolados no art. 5º, são de forma clara e positiva elencados nos demais artigos da Constituição Federal. E, no art. 150 da nossa Constituição, no chamado Estatuto do Contribuinte, naquela seção que constituintes de 1988 esculpirem com as mãos do Direito, colocando num único feixe todos os direitos que garantem o cidadão contra o arbítrio do Estado em matérias fiscais, lá está expresso, em letras douradas e eternas, o princípio da anualidade: "Nenhum tributo será cobrado no mesmo exercício em que foi criado".

Portanto, Sr. Presidente, fecha-se o axioma. A Constituição diz, de um lado, que não será objeto de deliberação a emenda à Constituição tendente a abolir direito e garantia fundamental.

Ora, se o princípio da anualidade é um direito deste teor, nenhuma emenda à Constituição pode eliminar essa garantia fundamental. Não pode um poder constitucional derivado ser maior que o poder constitucional originário. Essa é a lição elementar de exegese jurídica, de entendimento jurídico, de interpretação de normas jurídicas.

Infelizmente, o Supremo me negou a liminar. Depois, negou-me o julgamento de mérito, porque, ao julgar o mérito, singelamente o Supremo alegou que, como a emenda tinha sido aprovada, não existia mais objeto do mandado de segurança. Faltou-me, assim, Sr. Presidente, o socorro do Excelso Pretório, do Tribunal Supremo do nosso País para julgar as violações aos direitos.

Mas tenho agora o consolo de assistir pelo Brasil inteiro a centenas de ações de contribuintes brasileiros que batem às portas da Justiça, escorados no mesmo fundamento jurídico que me animou a ingressar com mandado de segurança no Supremo Tribunal Federal.

Vencida a fase da aprovação da emenda, no esforço de aprimorar a regulamentação desse nefasto tributo, dediquei-me a escoimar, a retirar da regulamentação os aspectos negativos e mais grotescos. Foi possível remover alguns absurdos, mas outras afrontas ainda permanecem no texto que estaremos votado na próxima semana.

Destaco alguns pontos. Volta o Governo Federal, através da regulamentação, a insistir na quebra do sigilo fiscal e do bancário. Por meio de manobra, tendo sido vencido na emenda constitucional, buscou o Governo da República destruir os sigilos fiscal e o bancário através da lei complementar.

Tenho-me manifestado, de forma veemente e permanente, contra a quebra do sigilo fiscal e do sigilo bancário, porque ela é um instrumento da tirania para oprimir os cidadãos. E tenho esperança de que, na próxima quarta ou terça-feira, quando estivermos votando o projeto de lei complementar que regulamenta o IPMF, consigamos dar um tratamento adequado a essa matéria, a fim de que não sejam violados os incisos X e XIII do art. 5º da Constituição Federal, que assegu-

ram ao cidadão, de forma plena, inviolabilidade da sua vida privada e também o sigilo dos seus dados.

Outro ponto perverso que quero destacar é a absoluta insensibilidade com a qual está sendo tratada uma das mais importantes realidades do nosso País, que é a entidade cooperativa. Em nenhum momento, Sr. Presidente, em nenhum momento, repito, nenhum traço do projeto de lei complementar contempla com um tratamento mais adequado a figura do ato cooperativo. Não há dúvida de que, na nossa realidade econômica, um dos aspectos mais relevantes e que mais devem ser estimulados é o processo cooperativo. Mas nenhuma palavra, nenhuma letra, nenhum traço do projeto de lei complementar busca dar um tratamento tributário mais adequado ao ato cooperativo com relação ao IPMF, violando-se, de forma clara, o disposto na Constituição da República.

Os Constituintes de 1988 bem compreenderam a importância do processo cooperativo no nosso País. Também esculpiram, com letras claras e inequívocas, que o ato cooperativo tem que ter, em matéria tributária, um tratamento especial, incentivado. Onde está o incentivo, Sr. Presidente? Onde está o tratamento adequado concedido pela lei complementar do IPMF com relação às cooperativas brasileiras? Em nenhum lugar!

Essa insensibilidade representa, portanto, uma afronta ao pensamento cooperativo do nosso País. E rebelo-me contra isso. Juntamente com mais 115 Deputados, apresentei emenda à Mesa da Câmara dos Deputados, estabelecendo que não incidirá o IPMF sobre o ato cooperativo, fazendo justiça ao processo cooperativo do Brasil.

O terceiro ponto diz respeito à denúncia que fiz na Comissão de Finanças e Tributação, de forma didática, tranqüila, clara. Em certos ramos de atividade, a colocação do IPMF, da maneira como está feita, simplesmente inviabiliza a atividade econômica. Darei um exemplo: as agências de turismo vendem passagens aéreas; cobram 6 ou 7% de comissão sobre o valor das passagens, ganham 6 ou 7% sobre o valor das passagens vendidas. E pela lei complementar do IPMF terão de pagar o total da transação, o que significa uma brutal redução do seu ganho, tornado praticamente nula sua margem de lucro.

Outro exemplo é o dos representantes comerciais, que são centenas de milhares em nosso País. Ganham os representantes comerciais pequenas comissões sobre as vendas. Como pagarão o IPMF? Pagarão também sobre o total da transação. Disse-me o Sr. Relator que as leis de mercado ajustarão esse aspecto. Mas ajustarão com o sacrifício do pólo mais fraco, com a redução drástica ou mesmo com a anulação das margens de ganho.

Um terceiro ponto, ainda nessa mesma linha, é a questão das agências de propaganda.

Veja, Sr. Presidente, estou elencando apenas exemplo de um universo. Estou citando apenas três pontos, de inúmeros pontos, de inúmeras situações, todas elas trágicas! O que ganham as agências de propaganda? Ganham uma pequena participação sobre o total veiculado de anúncios. Mas sobre qual base de cálculo incidirá o IPMF para as agências de propaganda? Vai incidir sobre o total da transação. Ou seja, terão de pagar por terceiros, o que inviabiliza também a sua atividade.

No devido tempo, apresentei emenda ao Sr. Relator, para regulamentar esta situação. Infelizmente, não foi acolhida. Mas aproveito a oportunidade, em derradeiro momento, em derradeiro esforço, para pedir ao Sr. Relator e às Lideranças desta Casa que meditem também sobre esse aspecto. É evidente que o caminho justo é um só: o IPMF tem que incidir única e exclusivamente sobre as margens de ganho e não sobre a moeda que transitoriamente passa pelas mãos de quem a recebe e a entrega.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Deputados, triste a situação de um País que é condenado a vivenciar agora, se aprovado o IPMF, uma experiência econômica destinada ao fracasso. Esse imposto constituirá apenas um imposto a mais, que não vai substituir nenhum outro, que vai representar tão-somente aumento de carga tributária. Portanto, não terá sucesso. De um lado, o volume que se imagina que será arrecadado não é verdadeiro e, de outro, a opressão que ele irá representar para a classe trabalhadora será de tal ordem violenta que o clamor das ruas não vai esperar o final de 1994 para que esse tributo seja erradicado do nosso País.

E mais, Sr. Presidente. Estou convencido também de que esse tributo não será cobrado neste ano, porque as ações na Justiça, contestando a quebra do princípio da anualidade, serão seguramente vitoriosas e, desta forma, se restabelecerá em nosso País o Estado do Direito.

Sr. Presidente, a Constituição da República do Brasil, em seu art. 3º, inciso I, define quais são os grandes objetivos nacionais. Lá está como o maior objetivo a construção de uma sociedade livre, justa e solidária. E não acredito, Sr. Presidente, que seja com medidas como esta, quebrando-se o princípio da anualidade e o sigilo fiscal, criando-se mais tributos, espoliando-se a sociedade brasileira, que poderemos construir esse modelo preceituado na Constituição do nosso País: uma sociedade livre, justa e solidária!

O SR. PRESIDENTE (Alcides Modesto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Luiz Soyer pelo tempo de vinte minutos.

O SR. LUIZ SOYER (PMDB — GO. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srªs e Srs. Deputados, julgo de extrema relevância, para a compreensão a respeito da realidade experimentada no País, o conhecimento do que se passam em cada uma das Unidades da Federação.

Portanto, a título de contribuição, trago a esta tribuna alguns dados que refletem a situação do Estado de Goiás, suas responsabilidades sociais e econômicas, bem como a extensão e a influência decisiva da atuação do Governo.

Nesse sentido, tomo por base as informações transmitidas pelo Governador Íris Rezende Machado em conferência realizada no dia 13 de abril deste ano e dirigida aos alunos do Curso de Política e Estratégia Aeroespaciais (CPEA) da Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica.

Demonstra-se, naquele pronunciamento, a importância de aproveitar as lições fornecidas pela crise e, por intermédio do esforço conjunto, da integração entre o Governo e a sociedade, buscar solução para os problemas existentes. Tal consciência atende, inclusive, à necessidade de se oferecer ao País não apenas um alerta de que é urgente e preciso combater e superar as alarmantes iniqüidades sociais do momento, mas também um exemplo inequívoco de que, mesmo sob a pressão de circunstâncias adversas, é possível gerar prosperidade.

Na oportunidade em que se detém o foco de análise sobre as condições indispensáveis para a referida mobilização, ressalto que a política de parceria com a comunidade depende, acima de tudo, de confiança, competência, seriedade e honestidade, o que torna fundamental, em termos concretos, o

cuidado com o reordenamento das finanças públicas e a diminuição da máquina burocrática, obedecendo a um rigoroso trabalho de contenção de gastos. A finalidade principal consiste, sem dúvida, em viabilizar os investimentos de que o povo tanto precisa.

Desse modo, mesmo em meio a incertezas e dificuldades, encontram-se hoje em andamento mais de 800 obras nos 232 Municípios de Goiás.

Há que se mencionar também, na base desse processo de desenvolvimento, a grande disponibilidade de recursos naturais, presentes nos 354 mil e 92 quilômetros quadrados de área do território goiano.

Apesar de abrigar apenas 4% da população brasileira, Goiás, com uma população de 4 milhões e 12 mil habitantes, além de se apresentar, atualmente, como a principal potência econômica da região Centro-Oeste, tem, em relação à economia nacional, uma participação bem mais expressiva, comprovada, por exemplo, no fato de a produção **per capita** de um trabalhador goiano ser até 50% superior à média geral do País.

Com a recuperação da receita pública, o que permitiu a realização de maciços investimentos no setor de infra-estrutua e o conseqüente incremento da atividade produtiva, Goiás já ocupa a oitava posição na economia do País.

Dados recentes do IBGE evidenciam com clareza, como resultado do esforço empreendido, um acentuado grau de evolução verificado na economia, com níveis gerais de desempenho sempre acima da média.

A agropecuária, principal atividade da economia goiana, registrou, no período de 1980 a 1991, taxa de crescimento de 5,3%, superando a média brasileira de apenas 2,1%. Quanto à indústria, também a média de Goiás, correspondente a 2,4%, superou a nacional, de 1,5% fato idêntico ocorreu no setor de serviços, onde Goiás se expandiu na razão de 4,2% e o Brasil na de 3,2%.

Também as taxas de crescimento real, média e acumulada do Produto Interno Bruto e do produto **per capita** obtiveram, na última década, resultado superior ao alcançado pelo Brasil.

Na composição do PIB de Goiás, a agropecuária comparece com 22%, a indústria com 12%, e o setor terciário com 66%, nele compreendia a comercialização dos produtos dos setores primário e secundário.

Outra observação baseada nos números do IBGE prende-se à crescente urbanização do Estado. Hoje, 80% dos seus habitantes vivem nas cidades e apenas 19% moram na zona rural. Quanto à estrutura da renda de Goiás, a renda urbana, que envolve indústria e serviços, já chega a 70% do PIB, ao passo que a rural responde por 30%.

A intensificação do processo de urbanização, com efeito, confere uma parcela adicional de responsabilidade ao poder público, ocupado, então, em providenciar as condições estruturais indispensáveis à existência das cidades.

Concordo, afinal, em que, ao se consolidar em Goiás um modelo de crescimento econômico, apoiado em altos índices de produtividade e competitividade, importa, de fato, canalizar os frutos deste trabalho em benefício de parcelas cada vez maiores da sociedade.

No campo administrativo, releva notar que medidas de combate à sonegação e de modernização da máquina burocrática tornaram possível, já no mês de março, um aumento real de quase 18% na arrecadação.

Depois de alcançar, no primeiro trimestre do ano, a receita líquida de 100 milhões de dólares, o objetivo do Governo é fechar o semestre com um crescimento da receita da ordem de 40% em comparação ao mesmo período do ano passado.

No esforço de conter despesas, operou-se, em Goiás, uma ampla reforma administrativa, que veio acompanhada da redução do quadro de pessoal e da folha de pagamentos e que determinou ainda a extinção de 10 secretarias, ou seja, a metade da estrutura anterior.

Em observância ao que dispõe a Constituição, mantém-se o limite de 65% dos recursos para a cobertura dos encargos com a folha de pessoal. Mais de 8% da receita destinam-se ao investimento e à manutenção da máquina administrativa do Estado, e quase 16% da arrecadação são consumidos no pagamento e rolagem das dívidas interna e externa.

Logicamente, o saneamento nas finanças públicas contribui para garantir os instrumentos indispensáveis ao fortalecimento da economia estadual, com estímulo à produção, aumento da renda e da oferta de empregos.

No setor primário, a ação do Governo desdobra-se desde a contribuição para organização do produtor rural em associações até a implementação de incentivos, a redução de impostos, a concessão de isenções para determinados produtos e a abertura de linha de créditos através do Banco do Estado de Goiás.

O incentivo à formação de lavouras comunitárias nos Municípios propiciou o cultivo de 7 mil hectares, atingindo 117 localidades e resultando na produção de 14 mil toneladas de arroz, milho e feijão. O programa de hortas comunitárias beneficiou 6 mil pessoas em mais de 100 cidades goianas.

Em outro programa, que atendeu 41 mil produtores em 68 municípios, foi desenvolvido extenso trabalho em microbacias hidrográficas, buscando a maior produtividde do solo, a preservação da natureza, o controle dos agrotóxicos e a recuperação das florestas.

Da mesma forma, obras de recuperação das rodovias refletiram positivamente sobre o escoamento da safra agrícola e a redução nos custos de transporte.

Atua o Governo Estadual ainda no setor de armazenagem, com uma capacidade de 800 mil toneladas de grãos e preços 30% mais baixos do que os praticados no mercado privado.

Além da difusão do mutirão da luz rural, outro projeto ainda mais amplo de eletrificação, com a proposta de atender 30 mil propriedades, vem abrir caminho seguro para a expansão da agroindústria.

Como mais uma evidência da importância fundamental do apoio provido pela esfera governamental, pesquisas e experimentos desenvolvidos pela Empresa Goiana de Pecuária e Agricultura conduzem ao surgimento de novas tecnologias, tendo o uso de sementes melhoradas e adaptadas ao clima de cerrado já despertado, inclusive, o interesse de outros Estados e até de outros países.

Espera-se que o Estado de Goiás, hoje responsável por 30% de toda a produção de grãos da Região Centro-Oeste e por 10% de toda a produção nacional, atinja, neste ano, uma safra de 8 milhões de toneladas de grãos, e, no próximo ano, a meta é chegar a 15 milhões de toneladas.

Entre os principais produtos agrícolas, figura, em primeiro lugar, a cana-de-açúcar, correspondendo, em 1991, de acordo com dados do IBGE, a 56% da produção, seguida pelo milho (17%) e pela soja (11%).

Há projeções, hoje, indicando a possibilidade de que a produção agrícola do Estado alcance 1 bilhão de dólares,

ao que se deve somar ainda a comercialização do setor pecuário.

Com mais de 18 milhões e 500 mil cabeças de gado Goiás possui o terceiro maior rebanho bovino do País e o primeiro do Centro-Oeste.

A produção de leite chega a 1,5 bilhão de litros, mais de 70% do total da produção anual brasileira.

Trata-se, então, de realmente promover a gradativa profissionalização e modernização do campo, através de investimentos técnico-científicos e demais iniciativas capazes de valorizar o trabalho agrícola, melhorar a qualidade do rebanho e assegurar a manutenção da prosperidade econômica do Estado de Goiás.

Na mesma medida, o Governo não tem poupado esforços em favor dos setores secundário e terciário, onde Goiás vem apresentando também níveis bastante positivos de rendimento e expansão.

Tem o processo de industrialização do Estado importantes pontos de apoio no aproveitamento racional da matéria-prima abundante, nas condições favoráveis referentes à mão-de-obra, no potencial energético e na recente expansão da malha viária.

Significativo impulso à implantação de novas empresas industriais no Estado foi proporcionado, a partir do início da década de 80, durante a primeira gestão de Iris Rezende como Governador de Goiás, com a criação do Programa Fomentar, contribuindo, por extensão, para a geração de mais empregos, o aumento da arrecadação e a realização de investimentos em desenvolvimento tecnológico, infra-estrutura e, principalmente, de atendimento à crescente demanda por serviços de caráter social.

Deve-se o crescimento do setor secundário, em grande parte, ao empenho do Governo na implantação de distritos agroindustriais em diversos municípios goianos.

Apesar da recessão, também o comércio se desenvolveu e se expandiu, registrando, em 1991, uma taxa de crescimento da ordem de 1,6%.

De acordo com os dados divulgados mais recentemente pelo IBGE, Goiás possui 9.261 estabelecimentos industriais cadastrados na Secretaria da Fazenda, enquanto o número de estabelecimentos comerciais chega a 17.409

Evidentemente, ampliou-se também, em conseqüência do fortalecimento experimentado pela economia goiana, o intercâmbio comerical e industrial com outros países, que, sem dúvida, assume maior relevo ainda diante das possibilidades anunciadas com a abertura do Mercosul.

Com relação às atividades do Governo Estadual no setor de infra-estrutura, mais de um mil quilômetros de estradas foram pavimentadas e restauradas: hoje Goiás possui 5.200 quilômetros de rodovias asfaltadas.

No campo energético, além da implementação do mais ambicioso plano de eletrificação rural do País, cuja meta é beneficiar 30 mil propriedades, encontra-se em fase de conclusão a quarta etapa da usina de Cachoeira Dourada, que aumentará a produção em 190 megawattes, um valor 43% superior à quantidade de energia gerada atualmente.

Esses investimentos em áreas prioritárias, totalizando 250 milhões de dólares, visam, enfim, assegurar condições básicas para acelerar o desenvolvimento de Goiás.

Paralelamente, cuida o Governo de atender as exigências do setor social, com aplicação de recursos em educação, saúde, habitação, saneamente, segurança pública e assistência social.

Compreendida a educação como o maior e mais importante dos investimentos, o Governo tem voltado sua atenção para o setor educacional, desde a pré-escolar até a universidade, adotando medidas destinadas a elevar a qualidade do ensino e facilitar o acesso da população ao aprendizado.

Conforme os levantamentos mais recentes, a rede pública compõe-se de 1.626 escolas, e há mais de 800 mil estudantes matriculados nas escolas estaduais. Mas somente nos dois últimos anos foram edificados 100 novos estabelecimentos educacionais nos diversos Municípios goianos e outras 400 unidades foram reformadas e ampliadas.

As faculdades estaduais, acolhendo hoje mais de 5 mil alunos e oferecendo emprego para 400 professores, foram também objeto de maciços investimentos.

Mantém-se, em suma, o firme propóstio de garantiar às crianças e aos jovens uma oportundiade real de se prepararem para o futuro.

Não faltou o cuidado ainda com o ensino especial, destinado aos portadores de deficiência física, mental ou sensorial.

Na área da saúde, o Governo de Goiás empreende esforço não inferior ao que lhe exige o setor educacional, ampliando consideravelmente o atendimento aos pacientes, dando início ao processo de municipalização dos serviços e consolidando uma nova mentalidade com prioriedade para as ações de caráter preventivo.

Vale notar o efeito de tais providências a ponto de não se ter registrado em Goiás nenhum caso de cólera.

Outro ponto digno de menção refere-se às campanhas de multivacinação na efetiva proteção da população contra o desenvolvimento de moléstias e epidemias.

Além da construção de 20 novos estabelecimentos destinados às comunidades do interior, foram feitas, durante os dois últimos anos, reformas e ampliações em mais de 100 unidades de saúde.

Assim, enquanto a saúde pública vive um momento bastante crítico em todo o País, pode-se atestar que, no Estado de Goiás, apesar das dificuldades, o poder público vem reforçando investimentos, valorizando os profissionais que atuam na área e prestando atendimento, em especial, aos segmentos mais carentes da população.

Entre as prioridades do Governo de Goiás, ressalto ainda a construção de habitações populares, que, na prática, demonstra a capacidade de realização pela força da união.

De comprovada eficiência na redução de custos, o mutirão firmou-se, em Goiás, como uma alternativa simples e criativa para multiplicar o número de casas e vencer o déficit habitacional nas mais diversas localidades do Estado. As Prefeituras doam o terreno, o Estado entra com o material e a infra-estrutura, e a população encarrega-se de construir as casas.

O Mutirão Permanente da Moradia, já em sua sétima fase, estendeu seus benefícios a 152 dos 232 Municípios goianos, com a construção de milhares de habitações em lotes de 250 metros quadrados. O pagamento mensal devido pela família beneficiada não ultrapassa, nesse sistema, a 10% do salário mínimo.

Para completar, alia-se ao compromisso assumido pelo Governo o desenvolvimento de uma política de assentamentos rurais e urbanos.

Este é, no conjunto, um alerta que, sem dúvida, precisa ser feito no caso de um País caracterizado não só pelos desvios e carência crônica de recursos como por um déficit habitacional correspondente a 10 milhões de residências.

Observem, enfim, a propósito dos avanços obtidos em Goiás, que cabe aos Estados gerar recursos próprios para investir no setor, atendendo, principalmente, às famílias de baixa renda.

No tocante ao setor de saneamento básico, reproduzo com relativa satisfação a informação de que o Goías é o Estado brasileiro mais bem servido hoje, com 81% da população urbana atendida pelo abastecimento de água tratada, sendo Goiânia, nesse aspecto também, a capital número um do País: 90% dos goianienses tem água tratada e 75% contam com serviços de esgoto.

A passagem de Goiás, nos últimos anos, do quinto para o primeiro lugar em saneamento constitui, no entanto, apenas um dos reflexos da de terminação constante do Governo de oferecer serviços da mais alta qualidade à população.

Contribuindo para a gradativa diminuição dos índices de criminalidade, importantes medidas foram tomadas na área de segurança pública, a partir da busca de uma contínua reestruturação das polícias civil e militar e do corpo de bombeiros, com aperfeiçoamento dos recursos humanos, aumento do contingente e melhoria dos equipamentos e instalações.

Mas, neste caso também, o mais importante avanço deve-se à mudança de mentalidade, procurando-se privilegiar o trabalho preventivo em lugar da atividade meramente repressiva.

Quanto à assistência social, atenção especial é dispensada aos setores mais carentes da sociedade, e o Governo de Goiás mantém em funcionamento diversos programas de amparo à criança, ao jovem, ao idoso e ao deficiente.

Através de importantes programas de assistência e orientação, como, por exemplo, o Clube dos Pequenos Aprendizes, Educadores Sociais de Rua, Centro de Triagem Integrada, Oficina Educacional Comunitária, Casa do Pequeno Trabalhador e muitos outros, o Governo, apenas em 1992, atendeu mais de 12 mil crianças e adolescentes.

Este é, pois, o retrato que se apresenta do Estado de Goías, assinalando para o País um exemplo extremamente significativo de compromisso e de trabalho em benefício do progresso econômico e do desenvolvimento social.

Sob uma visão realista e sem pessimismos, trata-se, em última análise, de enfatizar os valores da coletividade, de estimular o esforço conjunto, a mobilização nacional, no sentido da imediata reconstrução do País, passando pelo ajuste do poder público e pela retomada do crescimento econômico, corrigindo injustiças persistentes e enfrentando as mais poderosas resistências, garantindo o acesso de todos ao trabalho, melhorando a distribuição de renda, efetuando, enfim, investimentos que priorizem os segmentos mais carentes da população e minimizem os graves dramas sociais brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Alcides Modesto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Osmânio Pereira.

O SR. OSMÂNIO PEREIRA (PSDB — MG. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srªs e Srs. Deputados, no momento mesmo em que o Poder Executivo submete à apreciação do Congresso Nacional o projeto de um novo Código Nacional do Trânsito, antolha-se-nos oportuno dar a conhecer aos Congressistas o trabalho individual — mas nem por isso menos importante — de alguém que vivenciou intensamente o drama de um acidente automobilístico que deixou inválida sua progenitora.

Realmente, nos idos de fevereiro de 1991 — há mais de dois anos, portanto — a mãe de Rosana Antunes de Souza fraturou a coluna num acidente automobilístico, tendo sido conduzida, sentada, por uma distância de 30 km; até o hospital, e tornou-se paraplégica certamente em virtude desse atendimento inadequado. Durante o ano inteiro em que ficou internada num hospital de reabilitação física, a acidentada fez-se acompanhar de sua filha, Rosana, que, durante todo o tempo, observou, perquiriu e aprendeu. Inevitavelmente, cedo concluiu que sua progenitora, longe de ter sido vítima de uma fatalidade, literalmente sofreu na carne os efeitos da desorganização do trânsito, da fragilidade intrínseca dos veículos nacionais, da ausência ou, quando menos, da insuficiência dos dispositivos de segurança nesses veículos, do despreparo absoluto da população civil em relação ao atendimento de primeiros socorros e dos próprios médicos e paramédicos em relação aos procedimentos especializados.

Ao contrário, porém, da grande maioria das pessoas, que, diante de grandes reveses, se deixam cair na resignação, no conformismo improdutivo, Rosana preferiu acreditar que o sofrimento causado pelo acidente de que sua mãe fora vítima não restaria desprovido de significado. Conquanto lhe tenha deixado paraplégica sua mãe, o intenso sofrimento do acidentada, tanto quanto o seu próprio e o de sua família, haveria de ter um significado muito mais profundo e proveitoso que o pseudovirtuosismo de uma resignação teológica.

Assim é que, enquanto a maioria dos mortais teria permanecido no estágio estéril da ideação, Rosana delineou seu plnao de ação, que albergou as seguintes estratégicas básicas:

1º) Visto que tanto a população leiga quanto os próprios profissionais da área médica e paramédica desconhecem os princípios do atendimento de vanguarda em acidentes de trânsito, por que não incluir, no "manual do proprietário", algumas noções básicas de atendimento emergencial? Afinal, seria deveras gratificante constatar-se esse procedimento no Brasil, que seria o primeiro País do mundo a adotá-lo. Mais ainda, poder-se-ia preparar uma separata de primeiros socorros, para que todos os proprietários de carros — e não apenas os de carros novos — contassem com esse recurso de inestimável valor educativo.

2º) A divulgação de noções básicas de primeiros socorros estender-se-ia, obrigatoriamente, aos candidatos à Carteira Nacional de Habilitação. A propósito, convém lembrar que se trataria, no caso, de uma simples questão de coerência, já que o Projeto de Lei nº 3.710, de 1993, através do qual o Poder Executivo pretende instituir o novo Código Nacional de Trânsito, propõe que se constitua infração de natureza gravíssima a não prestação de primeiros socorros às vítimas de acidentes do trânsito. Na verdade, seria, realmente, um contra-senso exigir-se de uma pessoa procedimento para o qual ela não foi preparada e, pior ainda, puni-la por deixar de adotá-lo, o que equivaleria a ignorar um dos requisitos essenciais da lei, que é a sua exeqüibilidade.

3º) Novos dispositivos de segurança de inquestionável utilidade na prevenção de traumatismos tornar-se-iam de uso obrigatório. Deve-se alertar, primeiro, para o fato de que a obrigatoriedade do cinto de segurança de três pontos é essencial, pois que, indiscutivelmente, o cinto subabdominal deixa desguarnecido o tronco, o que se constitui em causa importante de paraplegias e tetraplegias. Da mesma forma, a elevação dos bancos traseiros ou, alternativamente, a colocação de encostos de cabeça, seria um fator de considerável diminui-

ção da ocorrência de fraturas da coluna cervical e das tetraplegias que costuma provocar. Antes de se alegar o aumento de custos que a medida provocaria, talvez valesse a pena voltar os olhos para o grande número de acidentes em que as vítimas se tornam tetraplégicas e se vêem forçadas a interromper suas atividades produtivas para se submeterem, permanentemente, a tratamentos caríssimos e de alta complexidade em hospitais especializados, e, na maioria dos casos, esse simples encosto evitaria tanto sofrimento. Finalmente, seria de bom alvitre que se adotasse a maca portátil e desmontável como alternativa viável para a remoção correta de acidentados, desta forma evitando-se que o posicionamento vicioso dos politraumatizados venha a provocar novas e irreversíveis lesões neurológicas.

Delineado o seu plano, resultante da análise racional das causas de tantas seqüelas orgânicas, Rosana tratou de colocá-lo em prática. Ciente, embora, da concepção simples das medidas apresentadas, mas convicta de sua grande eficácia na redução da gravidade dos traumatismos rodoviários, Rosana começou pela tentativa de sensibilização das pessoas, em geral, e dos órgãos e instituições responsáveis, em particular, relativamente aos aspectos profundamente comoventes de uma tetraplegia. Como os apelos dessa natureza caem, freqüentemente, no vazio da indiferença, seria certamente mais produtivo se tentássemos imaginar os efeitos de um desastre rodoviário em nós próprios ou naqueles a quem amamos. Com efeito, seria, para cada um de nós, extremamente doloroso se, da noite para o dia, nossos progenitores, nossos filhos a quem tanto queremos, ou nós próprios, fôssemos privados das bençãos da locomoção, limitados para sempre ao ambiente restrito de uma cadeira de rodas, eximidos não só do prazer sexual, que, seguramente, é de importância fundamental na sociedade hodierna, mas, também, das benesses da capacidade reprodutiva, incapazes, mesmo, de satisfazer às mais prosaicas necessidades fisiológicas devido à incontinência urinária e intestinal que acompanham as paraplegias e tetraplegias, problemas sérios de circulação decorrentes do imobilismo no leito, só parcialmente corrigíveis através de mudanças intermitentes de decúbito, além, é claro, das chagas profundas e repugnantes que afloram pelo corpo e cuja resolução demanda cuidados vezes enxertos e cirurgias plásticas. Não termina aí, porém, o drama desses acidentados: é preciso, também, lembrar os estímulos inconscientes, traduzidos sob a forma de espasmos violentos e dolorosos a que estão sujeitos, muitas vezes demandando imobilização forçada no leito. Além, é claro, da necessidade diária de fisioterapia — por sinal caríssima — para evitar-se a atrofia muscular, o uso diuturno de medicamentos, a nova adaptação a casa, a drástica limitação de todas as atividades físicas antes consideradas normais; a depressão psicológica, tanto do deficiente como de seus familiares; as barreiras financeiras decorrentes do alto custo dos tratamentos, assim como a desestruturação social inexorável e cruel que se abate sobre o núcleo familiar do acidentado.

Não se trata, porém, de um mero apelo emocional. Traduzido em espécie, bem ao gosto dos economistas oficiais, e abstração feita ao prolongado sofrimento humano a que está sujeito todo o núcleo familiar do acidentado, imperioso se torna realçar ainda, aqui, as vantagens indiscutíveis da prevenção em relação ao tratamento e à reabilitação, quase sempre de resultados parciais e muitas vezes duvidosos. Com efeito, não é por outro motivo que, nos países do Primeiro Mundo, a ênfase indiscutível se concentra na prevenção, não só por ser infinitamente mais barata, mas, sobretudo, por se caracterizar como um investimento real e altamente lucrativo dos governos que acreditam nos seus cidadãos.

Esboçado o seu plano, era mesmo improvável que Rosana tivesse permanecido sozinha por muito tempo. Em busca de apoio para suas idéias, Rosana procurou a Empresa de Transporte e Trânsito de Belo Horizonte S/A — BHTRANS, que, em resposta aos seus apelos, lançou o projeto denominado "Propostas para Minimização da Severidade dos Acidentes de Trânsito com ênfase na Aplicação de Primeiros Socorros", obviamente elaborado a partir das sugestões de Rosana.

O Hospital Arapiara, de Belo Horizonte, especializado na área de reabilitação física, publicamente aplaudiu e apoiou a iniciativa da estilista, classificando-a de oportuna e necessária, na medida em que pretende ensinar à população os procedimentos corretos de assistência às vítimas do trânsito, tendentes a prevenir novas lesões e as conseqüentes seqüelas resultantes do transporte inadequado de acidentados.

Também merecem destaque as moções de apoio a essas iniciativas, feitas constar na "Carta de Salvador" por ocasião do XXIII Encontro Nacional de Integração de DETRANs, onde se solicita à ANFAVEA estudos mais aprofundados relativos àquelas propostas de novos itens de segurança para os veículos. A propósito, mesmo a ANFAVEA, de quem se poderia esperar reações adversas à introdução de novos itens de segurança nos veículos, dispôs-se a encaminhar às suas associadas as medidas sugeridas, desta feita esperando-se que as conclusões sejam positivas, visto que tais medidas são economicamente viáveis e humanitariamente imprescindíveis. Por isso mesmo, nem mesmo a imprensa tem regateado o espaço que a estilista conquistou através deste novo enfoque predominantemente educativo que ora se pretende seja prioritário no novo Código Nacional de Trânsito.

Saliente-se, a propósito, que esse projeto, a despeito de ter sido exaustivamente debatido em reuniões, seminários e congressos, ouvidos especialistas da área e consideradas as mais de 6 mil sugestões da comunidade, todas tendentes à consecução de um Código mais humano e mais condizente com a realidade, apresenta, como principal inovação — aliás, decantada pela imprensa como medida salvadora — a extrema severidade das multas, obviamente em detrimento do enfoque educativo que deveria sobrepujar e prevalecer sobre todos os outros. Por isso mesmo, ao se iniciarem, nesta Casa, as discussões em torno da matéria, que, por certo, redundarão numa lei de trânsito efetivamente mais justa e mais humana, espera-se que sejam modificadas as atuais prioridades para tomar-se como pedra de toque o aspecto educativo, o único, aliás, que poderá reverter as condições caóticas do trânsito nacional. Para tanto, esperamos oferecer nossa contribuição através de emendas àquele projeto, todas tendentes a valorizar o aspecto educativo como forma principal de prevenção, exatamente para que não sejamos forçados a suportar os resultados absurdos da insensatez, da indiferença e da irresponsabilidade, traduzidos no grande número de vítimas fatais, na enorme freqüência do ocasionamento de seqüelas físicas e de prejuízos incalculáveis para a economia nacional, quando tudo isso pode ser perfeitamente evitável através de medidas efetivas de segurança e de educação para o trânsito.

VI — ORDEM DO DIA

O SR. PRESIDENTE (Alcides Modesto) —

Apresentação de Proposições.

Os Senhores Deputados que tenham proposições a apresentar poderão fazê-lo.

Não há apresentação de proposição.

O SR. PRESIDENTE (Alcides Modesto) — Vai-se passar ao horário de

VII — COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES

Tem a palavra o Sr. José Fortunati.

O Sr. José Fortunati — Sr. Presidente, não há Ordem do Dia. Por que não posso falar pela Liderança?

O SR. PRESIDENTE (Alcides Modesto) — Nobre Deputado José Fortunati, não há matéria na pauta da Ordem do Dia de hoje; portanto, só o Líder da bancada ou o representante por ele delegado podem falar pela Liderança. Estamos concedendo a palavra aos Deputados que queiram fazer comunicações.

Concedo a palavra ao nobre Deputado José Fortunati, do PT.

O SR. JOSÉ FORTUNATI (PT — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs e Srs. Deputados, na verdade, estranho a atitude adotada pela Mesa. Percebo que existem duplos critérios. Já vi, em sessões com matérias para votação na Ordem do Dia, Vice-Líderes exercerem o direito de falar pela Liderança. Mas não vou criar polêmica. O Regimento Interno deve ser modificado. Na condição de Vice-Líder, vou usar, sem problema algum, o tempo destinado às Comunicações Parlamentares, ratificando a minha insatisfação quanto ao uso de duplos critérios, pois, como já disse, houve parlamentares que utilizaram a palavra para falar pela Liderança em sessões com Ordem do Dia em cuja pauta havia matérias a serem votadas.

Na verdade, este meu protesto é mais uma reflexão que faço junto à Mesa, e gostaria de saber que critérios são utilizados nas terças, quartas e quintas-feiras, já que nas segundas e sextas-feiras os Vice-Líderes podem falar no espaço de Liderança.

O SR. PRESIDENTE (Alcides Modesto) — Nobre Deputado José Fortunati, nas terças, quartas e quintas-feiras o Vice-Líder pode encaminhar a votação. Nas segundas e sextas-feiras não há Ordem do Dia.

O SR. JOSÉ FORTUNATI — o que estou dizendo, nobre Deputado Alcides Modesto, que neste momento preside os trabalhos desta Casa, é que o mesmo nas terças, quartas e quintas feiras, nas seções em que há votação, em que há Ordem do Dia — hoje, excepcionalmente, não há — já vi Vice-Líderes usarem a palavra em Comunicação de Liderança. Mas não vou polemizar, porque essa não é a questão. V. Exª, Deputado Alcides Modesto, obviamente, está encaminhando os trabalhos por determinada orientação; já vi outros membros da Mesa seguirem orientação bem diversa. Gostaria que a Mesa seguisse uma única orientação, para que todos os dias as Lideranças recebessem o mesmo tratamento, o que me parece fundamental.

Vou utilizar o meu tempo — já que não cabe agora polemizar — para uma Comunicação Parlamentar.

Começo, Sr. Presidente, por refletir sobre a grande polêmica de ontem e de hoje pela manhã, na sessão extraordinária, com relação ao IPMF, popularmente conhecido como imposto sobre cheques.

O nosso partido, o PT, desde o princípio discutiu abertamente a possibilidade de criação desse imposto, tanto que participamos de inúmeras negociações, não somente nesta Casa, mas também no Ministério da Fazenda. Aliás, o Deputado Aloizio Mercadante e eu, num grande acordo realizado com o Ministro Paulo Haddad, que respondia pelo Ministério da Fazenda, e com o Líder do Governo, Roberto Freire, acertamos que os 20% a serem destinados à habitação seriam aplicados na construção de casas populares, orientação essa firmada pelo Comitê Nacional da Habitação, com critérios claramente definidos. Quanto aos 18% a serem destinados à educação, também ficouestabelecido que seriam prioritariamente aplicados em programas educacionais para meninas e meninos de rua e a gerência desses recursos seria responsabilidade do COMANDA — Conselho Nacional da Criança e do Adolescente.

Infelizmente, no projeto de lei que enviou a esta Casa o Governo descumpriu o acordo firmado com o Partido dos Trabalhadores. Por essa razão, entre outras, o PT decidiu por bem votar contra o projeto. Esta questão é por demais conhecida e já foi apresentada aqui pelos Deputados Aloizio Mercadante e José Dirceu. O que faço é simplesmente relembrá-la.

O que me traz a esta tribuna, porém, é outra questão. Venho lamentar a postura prepotente do Líder do Governo, Deputado Roberto Freire, e o Líder do PMDB, Deputado Genebaldo Correia, na sessão de ontem. Por que isso, Sr. Presidente? O PT, a todo momento, participou das discussões, deixando muito claramente firmada sua posição e sua decisão de não obstruir os trabalhos relacionados ao IPMF. E não era nossa pretensão, na sessão de ontem, obstruir a votação e dificultar a aprovação do IPMF. Iríamos votar contra o projeto, de acordo com nossa orientação partidária. Mas, por conta de uma questão de ordem levantada pelo Deputado Aloizio Mercadante, que solicitou à Mesa única e exclusivamente que se dignasse distribuir fotocópias das emendas e dos pareceres dos Relatores, tiveram um ataque tanto o Líder do Governo, Deputado Roberto Freire, quanto o Líder do PMDB, Deputado Genebaldo Correia, que consideraram absurdo o fato de um partido ter acesso às emendas e aos pareceres.

Note-se, Sr. Presidente, que o discurso do Líder do Governo, quando minoria, era um, e agora, que é maioria, passa a ser outro. Pergunto: que direito têm o Líder do Governo e o Líder do maior partido desta Casa, o PMDB, de cercear o acesso dos partidos políticos ao conhecimento da matéria que está em votação? Que crime o PT estava praticando ontem ao solicitar fotocópias da matéria que havia sido lida pelos três Relatores e que se encontrava sobre a mesa, mas que não havia sido distribuída às Lideranças e aos Srs. Parlamentares? Da forma como se manifestou principalmente o Líder do Governo, parecia até que o PT estava comentendo um grande equívoco ou quem sabe? — um grande crime político.

Ora, temos o direito elementar, como Parlamentares, de conhecer as matérias que estão sendo votadas. Se há partidos ou Parlamentares que, não conhecendo a matéria em votação, aceitam votar no escuro, essa, felizmente, não tem sido a prática do PT. Ao contrário, o PT vem, ao longo do tempo, mostrando-se vigilante em relação às materias que são votadas aqui. Procuramos conhecer a fundo todos os projetos e buscamos seus autores, sejam Parlamentares, seja o

próprio Poder Executivo, para discutir, e não nos negamos a fazê-lo abertamente. Quando votamos, a favor ou contra, é sempre de acordo com nosso entendimento partidário, de acordo com nossa orientação programática e filosófica.

Quero deixar aqui este protesto contra a postura prepotente, sim, dos dois Líderes, o que merece de nossa parte inequívoco reparo.

Sr. Presidente, há uma segunda questão, referente à mensagem presidencial enviada a esta Casa no dia 7 de maio próximo passado, sobre a concessão de crédito especial no montante de 800 bilhões de cruzeiros ao cinema brasileiro.

O cinema brasileiro, como todos sabemos, vive hoje uma crise sem precedentes. No ano passado, só para se ter uma idéia, um único longa-metrage, foi produzido no País. Antes, eram centenas os cineastas, os produtores, os artistas brasileiros completamente envolvidos com a indústria cinematográfica. Mas, a partir do Governo Collor, com a implosão da Embrafilme, o cinema brasileiro foi praticamente colocado na lata do lixo.

O Governo Itamar, sensível ao apelo da classe cinematográfica, composta por produtores, diretores e artistas, acabou consentindo em enviar a esta Casa a proposta de concessão de crédito. E não se trata, de forma alguma, de dar qualquer esmola ao cinema brasileiro. Não. Esses recursos advirão do Imposto de Renda, do imposto sobre a remessa de lucros, da contribuição dos distribuidores de filmes estrangeiros no País. Trata-se de contribuição obrigatória arrecadada desde 1990 pelo Tesouro Nacional para ser aplicada no cinema brasileiro, mas essa verba não estava sendo repassada.

Pois bem, os 800 bilhões de cruzeiros são apenas uma parcela do montante arrecado, mas, de qualquer forma, essa verba é extremamente importante para o cinema brasileiro; segundo dados do Ministério da Cultura, torna possível a realização de 40 filmes de longa-metragem e 70 filmes de curta-metragem. Isso, sem sombra de dúvida, constutui um alerta para o já sofrido cinema brasileiro.

Infelizmente, porém — e não por culpa de Governo Federal, que acatou a idéia e enviou a mensagem especial, mas por culpa do Congresso Nacional — o cinema brasileiro está sendo mais uma vez penalizado. Veja, Sr. Presidente, simplesmente porque a Comissão Mista de Orçamento ainda não foi instalada no Congresso Nacional, a mensagem presidencial sobre o crédito especial de 800 bilhões de cruzeiros para o cinema nacional não foi sequer lida, muito menos analisada, e, portanto, não pode ser aprovada.

Parece-me que essa disputa surda que percorre os corredores em torno de quem indicará o Relator é o que impede que a Comissão Mista de Orçamento seja efetivamente instalada.

Queremos lembrar que o Orçamento do ano passado só foi votado neste ano. No ano passado tivemos uma desculpa extremamente importante, que foi o **impeachment** do Presidente Collor, mas neste ano não conseguimos ainda encontrar qualquer desculpa para não se instalar a Comissão Mista de Orçamento; disso decorrem, sem sombra de dúvida, graves prejuízos, notadamente para a área conematográfica.

Quero lembrar, Sr. Presidente, que essa verba de 800 bilhões de cruzeiros representa algo em torno de 0,0001% de todo o Orçamento Geral da União, ou seja, um valor praticamente insignificante comparado ao montante orçamentário global, mas é verba essencial para que o cinema brasileiro possa — quem sabe? — voltar a respirar, a existir.

O que pedimos, como Parlamentar, como cidadão, em nome dos profissionais do cinema brasileiro, dos produtores, dos diretores, dos artistas, é que se instale efetivamente no Congresso Nacional a Comissão Mista de Orçamento e que essa Comissão, juntamente com o Plenário do Congresso, vote essa matéria antes do recesso do mês de julho, porque, com essa inflação de 1% ao dia, que deverá continuar, mesmo com a boa vontade do Governo Federal, com a edição do plano economico, se deixarmos para analisar essa matéria no mês de agosto, certamente muito poucos filmes poderão ser produzidos no País, então, como esses 800 bilhões de cruzeiros.

Por isso, fazemos este apelo no sentido de que se instale imediatamente a Comissão Mista de Orçamento e, tão logo seja apreciada pela referida Comissão, essa matéria venha ao Plenário, para evitarmos que o cinema brasileiro seja mais uma vez prejudicado, como foi antes, em conseqüência dos atos do ex-Presidente que, além de corrupto, era completamente contrário à cultura nacional. Agora que temos um Presidente sensível ao problema da área de cinema, esperamos que o Congresso Nacional também tenha o mínimo de sensibilidade para votar essa questão.

Aliás, se aqui falei do cinema, naturalmente não devem ser esquecidas as outras tantas questões que estão aguardando a instalação da Comissão Mista de Orçamento para serem apreciadas.

O SR. PRESIDENTE (Alcides Modesto) — Quero informar aos Srs. Deputados que estão nos gabinetes e no plenário que o Presidente do Senado , Senador Humberto Lucena, remeteu à Presidência desta Casa ofício do seguinte teor:

"Senhor Presidente

Comunico a V. Exª e, por seu alto intermédio, à Câmara dos Deputados, que esta presidência convocou sessão conjunta a realizar-se na próxima terça-feira, dia 22 do corrente, às dezenove horas, destinada à apreciação de vetos presidenciais.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Exª os protestos de alta estima e distinta consideração."

VIII — ENCERRAMENTO

O SR. PRESIDENTE (Alcides Modesto) — Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a Sessão.

O SR. PRESIDENTE (Alcides Modesto) — Encerro a Sessão, convocando outra para amanhã, sexta-feira, dia 18, às 9 horas.

AVISOS

PROPOSIÇÕES EM FASE DE EMENDA OU RECURSOS

I _ EMENDAS

1

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 164, DE 1993

(DO SR. ANTÔNIO FALEIROS)

Altera a redação do artigo 66 do Regimento Interno, odificando o parágrafo 3º e incluindo um parágrafo 4º

Prazo de 5 sessões para apresentação de emendas _ Artigo 6, § 1º do Regimento Interno.

Prazo: 3º dia: 18-6-93

Último dia: 22-6-93

II _ RECURSOS

PROPOSIÇÕES SUJEITAS A ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO ARTIGO 58, § 4º DO RI. Prazo para apresentação de recurso artigo 58, § 2º _ 5 sessões.

PROJETO DE LEI

Nº 3.164/92 (ALBERTO HADDAD) _ Cria o Tribunal de Acidentes de Trânsito em todo o território nacional.

Prazo: 3º dia: 18-6-93
Último dia: 22-6-93

PROPOSIÇÕES SUJEITAS A ARQUIVAMENTO, NOS TERMO DO ARTIGO 133 DO REGIMENTO INTERNO. Prazo para apresentação de recurso artigo 132, § 2º _ 5 sessões.

PROJETO DE LEI

Nº 1.271/91 (NILSON GIBSON) _ Estabelece novo critério de proporcionalidade entre música popular brasileira e a estrangeira para efeito de gravação e audição.

Prazo: 3º dia: 18-6-93
Último dia: 22-6-93

Nº 1.690/91 (SEBASTIÃO FERREIRA) _ Concede prioridade para a obra que especifica.

Prazo: 3º dia: 18-6-93
Último dia: 22-6-93

Nº 2.664/92 (WILSON MOREIRA) _ Altera o artigo 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, incluindo dispositivo que permite nova hipótese de movimentação de contas vinculadas.

Prazo: 3º dia: 18-6-93
Último dia: 22-6-93

Nº 3.077/92 (ADELAIDE NERI) _ Determina que os depósitos e repasse de órgãos públicos federais da região Norte sejam feitos no Banco da Amazônia S/A _ BASA.

Prazo: 3º dia: 18-6-93
Último dia: 22-6-93

Nº 3.153/92 (ANTONIO DE JESUS) _ Estabelece desconto para as autoridades religiosas nos transportes que especifica.

Prazo: 3º dia: 18-6-93
Último dia: 22-6-93

Nº 3.020/89 (ULDURICO PINTO) _ Concede remissão total aos débitos do Imposto Territorial Rural que espeicifica e dá outras providências.

Prazo: 3º dia: 18-6-93
Último dia: 22-6-93

Nº 5.655/90 (SENADO FEDERAL) _ Altera o aritigo 9º da Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, que "dispõe sobre o condomínio em edificações e das corporações imobiliárias", para reduzir o número de assinanturas necessárias à aprovação da Convenção de Condomínio.

Prazo: 3º dia: 18-6-93
Último dia: 22-6-93

Nº 409/91 (GILVAM BORGES) _ Dá nova redação ao artigo 48 da Consolidação das Leis do Trabalho.

Prazo: 3º dia: 18-6-93
Último dia: 22-6-93

Nº 538/91 (JOSÉ CARLOS COUTINHO) _ Dispõe sobre estabilidade e exigência de concurso no serviço público.

Prazo: 3º dia: 18-6-93
Último dia: 22-6-93

Nº 1.454/91 (MAX ROSENMANN) _ Dispõe sobre a tipificação do crime de divulgação de dados estatísticos irreais.

Prazo: 3º dia: 18-6-93
Último dia: 22-6-93

Nº 2.510/92 (ANTONIO CARLOS MENDES THAME) _ Altera o artigo 319 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 _ Código Penal, definido crime de omissão no repasse de verbas públicas.

Prazo: 3º dia: 16-6-93
Último dia: 22-6-93

PROPOSIÇÕES SUJEITAS A ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO ARTIGO 164, § 1º DO RI. Prazo para apresentação de recurso artigo 164, § 2º _ 5 sessões.

PROJETO DE LEI

Nº 6.090/90(ULDURICO PINTO) _ Acrescenta dispositivo à Lei nº 8.030, de de 12 de abril de 1990, que "institui nova sistemática para reajuste de preços e salárioos em geral e dá outras providências".

Prazo: 3º dia: 18-6-93
Último dia: 22-6-93

RELAÇÃO DOS DEPUTADOS INSCRITOS NO GRANDE EXPEDIENTE - JUNHO 1993

Data	Dia	Hora	Nome
18	6ª-feira	10:00	Gilvan Borges
		10:25	Nicias Ribeiro
		10:50	Adilson Maluf
		11:15	
		11:40	Osvaldo Coelho
		12:05	
		12:30	Chico Amaral
		12:55	
		13:20	
21	2ª-feira	15:00	Luciano Castro
		15:25	Rubem Bento
		15:50	Cesar Cals Neto
		16:15	Edson Menezes Silva
		16:40	Maviael Cavalcanti
		17:05	Alcides Modesto
		17:30	Átila Lins
		17:55	
		18:20	

22	3ª-feira	15:30	Humberto Souto
		15:50	José Genoíno
		16:10	Pedro Tonelli
23	4ª-feira	15:30	José Aldo
		15:50	Mauri Sergio
		16:10	Diogo Nomura
24	5ª-feira	15:30	Armando Costa
		15:00	Iberê Ferreira
		16:10	Zaire Rezende
25	6ª-feira	10:00	José Abrão
		10:25	Pinheiro Landim
		10:50	Tarcisio Delgado
		11:15	Sergio Miranda
		11:40	Agostinho Valente
		12:05	Vasco Furlan
		12:30	Avelino Costa
		12:55	Mauro Borges
		13:20	Paulo Novaes
28	2ª-feira	15:00	Paulo Ramos
		15:25	Dércio Knop
		15:50	Murilo Rezende
		16:15	Angela Amin
		16:40	Tilden Santiago
		17:05	Carlos Nelson
		17:30	Waldomiro Fioravante
		17:55	Ernesto Gradella
		18:20	José Falcão
29	3ª-feira	15:30	Jesus Tajra
		15:50	Hugo Biehl
		16:10	Regina Gordilho
30	4ª-feira	15:30	Élio Dalla-Vecchia
		15:50	Arolde de Oliveira
		16:10	Ronaldo Perim

ORDEM DO DIA DAS COMISSÕES

COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL

AVISO Nº 11/93

PRAZO PARA RECEBIMENTO DE EMENDAS :

Início: 21.06.93 Local: Sala 116, Bloco das Lideranças
Término: 25.06.93 Horário: 9 às 12h e 14 às 18h

1) PROJETO DE LEI Nº 1.437/91 - do Sr. Odelmo Leão - que "altera artigo 4º da Lei nº 8.427, de 17 de maio de 1992, que dispõe sobre a concessão de subvenção econômica nas operações de crédito rural".
RELATOR: Deputado HUGO BIEHL

2) PROJETO DE LEI Nº 3.821/93 - do Sr. Giovanni Queiroz - que "altera a área da Floresta Nacional de Tapajós, para dela excluir o Município de Aveiro, no Estado do Pará.
RELATOR: Deputado FREIRE JÚNIOR

3) PROJETO DE LEI Nº 3.822/93 - do Sr. Giovanni Queiroz - que "autoriza o Poder Executivo a suprimir a Reserva Florestal Gorotire, no Estado do Pará, criada pelo Decreto nº 51.029, de 25 de julho de 1961".
RELATOR: Deputado LUIZ SOYER

4) PROJETO DE LEI Nº 3.823/93 - do Sr. Osvaldo Reis - que "dispõe sobre a redução dos encargos financeiros incidentes no crédito rural nas regiões Norte e Nordeste".
RELATOR: Deputado ÁLVARO RIBEIRO

5) PROJETO DE LEI Nº 3.874/93 - do Senado Federal PLS Nº 176/91 - que "altera a Lei nº 5.227, de 18 de janeiro de 1967, que "dispõe sobre a política econômica da Borracha, regula sua execução e dá outras providências".
RELATOR: Deputado JOÃO THOMÉ MESTRINHO

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, MEIO AMBIENTE E MINORIAS

AVISO Nº 11/93

PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DE EMENDAS:

Início: 15.06.93 Local: Sala SE-11, Bloco das Lideranças
Término: 21.06.93 Horário: 9 às 12h e 14 às 18h

PROJETO DE LEI Nº 3.724/93 - do Sr. Luciano Pizzatto - que "dispõe sobre a obrigatoriedade de inserir mensagem de alerta sobre riscos à saúde em propaganda e embalagens de bebidas alcoólicas, tabaco e derivados."
Relator: Deputado GERALDO ALCKMIN FILHO

COMISSÃO DE DEFESA NACIONAL

AVISO Nº 6/93

PRAZO PARA RECEBIMENTO DE EMENDAS:

Início : 16.06.93 Local : Sala 19, Anexo II
Término: 22.06.93 Horário: 9 às 12 h e 14 às 18 h

PROJETO DE LEI Nº 582/91 - do Sr. Francisco Diógenes - "que dispõe sobre porte de arma".

(Apensados os Projetos de Lei nºs 1395/91, 1774/91, 1970/91, 2246/91 e 3184/92)

RELATOR: Deputado ALDIR CABRAL

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E INTERIOR

AVISO Nº 4/93

PRAZO PARA RECEBIMENTO DE EMENDAS:

Início: 17.06.93 **Local: sala 12, Anexo II**
Término: 23.06.93 **Horário: 9 às 12 e 14 às 18 h**

A PROPOSIÇÃO ABAIXO SOMENTE RECEBERÁ EMENDAS APRESENTADAS POR MEMBROS DESTA COMISSÃO AO SUBSTITUTIVO OFERECIDO PELO RELATOR

PROJETO DE LEI Nº 1.941/91 - do Sr. Jackson Pereira - que "proíbe o financiamento dos imóveis de lazer pelo Sistema Financeiro da Habitação".
RELATOR: Deputado FERNANDO DINIZ

COMISSÃO DE ECONOMIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

AVISO Nº 9/93

PRAZO PARA RECEBIMENTO DE EMENDAS

Início: 15.06.93 Local: Sala 110, Bloco das Lideranças
Término:18.06.93 Horário: 9h às 12h e 14h às 18h

AS PROPOSIÇÕES ABAIXO SOMENTE RECEBERÃO EMENDAS APRESENTADAS POR MEMBROS DESTA COMISSÃO AOS SUBSTITUTIVOS OFERECIDOS PELOS RELATORES:

1) PROJETO DE LEI Nº 2.417/91 - do Sr. Jackson Pereira - que "dispõe sobre as atividades, o registro e o funcionamento das agências de turismo e dá outras providências".
RELATOR: Deputado GONZAGA MOTA

2) PROJETO DE LEI Nº 2.564/92 - do Sr. Avelino Costa - que "dispõe sobre concessão de benefícios fiscais e estímulos creditícios ao sistema de integração entre agroindústrias e pequenos produtores rurais".
RELATOR: Deputado JONES SANTOS NEVES

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

AVISO Nº 14/93

PRAZO PARA RECEBIMENTO DE DESTAQUES

Início: 14/06/93 Local: Anexo II, sala 15
Término: 18/06/93 Horário: 9h às 12h e 14 às 18h30

AS PROPOSIÇÕES ABAIXO SOMENTE RECEBERÃO DESTAQUES APRESENTADOS POR MEMBROS DA COMISSÃO.

01) PROJETO DE LEI Nº 1.420/91 - do Sr. Vasco Furlan - que "institui o Dia Nacional do Coralista e dá outras providências".

RELATOR: Deputado Aécio de Borba
PARECER: contrário

02) PROJETO DE LEI Nº 2.126/91 - do Sr. Beto Mansur - que "institui o Fundo Especial para Campanhas Educativas e dá outras providências".

RELATOR: Deputado Ubiratan Aguiar
PARECER: favorável

03) PROJETO DE LEI Nº 2.505/92 - do Sr. Freire Junior - que "institui o Dia Nacional do Garimpeiro".

RELATOR: Deputado Salatiel Carvalho
PARECER: contrário

04) PROJETO DE LEI Nº 2.779/92 - do Sr. Fábio Meirelles - que "institui o Dia da Refrigeração e dá outras providências".

RELATOR: Deputado Roberto Balestra
PARECER: favorável

05) PROJETO DE LEI Nº 2.919/92 - do Sr. Sérgio Arouca - que "dispõe sobre a criação de bolsa desportiva para atletas olímpicos de modalidade individual e determina outras providências".

RELATOR: Deputado Aécio de Borba
PARECER: contrário

AVISO Nº 15/93

PRAZO PARA RECEBIMENTO DE EMENDAS

Início: 14/06/93 Local: Anexo II, sala 15
Término: 18/06/93 Horário: 9h às 12h e 14h às 18h30

01) PROJETO DE LEI Nº 3.621/93 - da Srª Benedita da Silva - que "inclui a disciplina História e Cultura da África aos currículos que especifica".

RELATOR: Deputado Renildo Calheiros

02) PROJETO DE LEI Nº 3.627/93 - do Sr. Aloisio Vasconcelos - que "altera a Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964 - Lei do Serviço Militar".

RELATOR: Deputado José Augusto Curvo

03) PROJETO DE LEI Nº 3.651/93 - do Sr. Carlos Nelson Bueno - que "estabelece regra sobre o pagamento da taxa de matrícula pelos candidatos aprovados em exame vestibular de ingresso à universidade".

RELATOR: Deputado Celso Bernardi

04) PROJETO DE LEI Nº 3.674/93 - do Poder Executivo (Mensagem nº 157/93) - que "designa o período de 20 de abril de 1994 a 20 de abril de 1995 como Ano das Comemorações do Sesquicentenário do Nascimento do Barão do Rio Branco".

RELATOR: Deputado Osmânio Pereira

05) PROJETO DE LEI Nº 3.709/93 - do Sr. Osmânio Pereira - que "autoriza a doação do imóvel que menciona ao Município de Andradas, Estado de Minas Gerais".

RELATORA: Deputada Marilu Guimarães

06) PROJETO DE LEI Nº 3.736/93 - do Sr. Ary Kara - que "dispõe sobre a instituição do Dia Nacional do Policial Federal e dá outras providências".

RELATOR: Deputado Gilvan Borges

07) PROJETO DE LEI Nº 3.756/93 - da Srª Benedita da Silva - que "dispõe sobre a educação para o trabalho e para a cidadania".

RELATOR: Deputado Renildo Calheiros

08) PROJETO DE LEI Nº 3.757/93 - da Srª Benedita da Silva - que "institui Programa de Educação para a Preservação do Patrimônio Ecológico".

RELATOR: Deputado João Henrique

09) PROJETO DE LEI Nº 3.760/93 - do Sr. Artur da Távola - que "cria o Dia Nacional da Leitura".

RELATOR: Deputado José Augusto Curvo

10) PROJETO DE LEI Nº 3.762/93 - do Sr. Jorge Uequed - que "dispõe sobre seguro e previdência do atleta amador de futebol".

RELATOR: Deputado Aécio de Borba

11) PROJETO DE LEI Nº 3.765/93 - do Sr. Geraldo Alckmin Filho - que "dispõe sobre a contribuição de responsabilidade das associações esportivas integrantes do Sistema Desportivo Nacional à Seguridade Social e dá outras providências".

RELATOR: Deputado Aécio de Borba

12) PROJETO DE LEI Nº 3.784/93 - do Sr. José Maria Eymael - que "cria o Dia Nacional do Revendedor de Combustíveis Automotivos".

RELATOR: Deputado Ubiratan Aguiar

13) PROJETO DE LEI Nº 3.790/93 - do Sr. Edson Silva - que "dispõe sobre o pagamento de encargos educacionais aos estabelecimentos de ensino e dá outras providências".

RELATOR: Deputado Alvaro Valle

14) PROJETO DE LEI Nº 3.792/93 - do Sr. Fábio Feldmann - que "dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências".

RELATOR: Deputado José Fortunati

AVISO Nº 16/93

PRAZO PARA RECEBIMENTO DE DESTAQUES

Início: 21/06/93 Local: Anexo II, sala 15
Término: 25/06/93 Horário: 9h às 12h e 14 às 18h30

AS PROPOSIÇÕES ABAIXO SOMENTE RECEBERÃO DESTAQUES APRESENTADOS POR MEMBROS DA COMISSÃO.

01) PROJETO DE LEI Nº 1.807/91 - do Sr. Jackson Pereira - que "dispõe sobre a criação do Programa Empresarial de Alfabetização de Adultos e dá outras providências." Apenso o PL nº 3.438/92.

RELATOR: Deputado Salatiel Carvalho
PARECER: favorável, com emenda, ao PL nº 1.807/91 e contrário ao de nº 3.438/92

02) PROJETO DE LEI Nº 3.221/92 - do Sr. Onaireves Moura - que "dispõe sobre a caracterização do vínculo empregatício para com a entidade de direção de desporto e com as de prática desportiva, nas atuações em competições por elas promovidas."

RELATOR: Deputado Aécio de Borba
PARECER: contrário

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

AVISO Nº 14/93

PRAZO PARA RECEBIMENTO DE EMENDAS:

Início: 21.06.93 Local: Sala 2-A, Anexo II
Término: 25.06.93 Horário: 9h às 12h e 14h às 18h

- MÉRITO

1) PROJETO DE LEI Nº 138-B/91 - do Sr. Henrique Eduardo Alves - que "institui o crédito de emergência, para o período seco, aos pequenos e médios agricultores e criadores, na área abrangida pelo Polígono das Secas".
RELATOR: Deputado GEDDEL VIEIRA LIMA

2) PROJETO DE LEI Nº 1.595-A/91 - do Sr. Dejandir Dalpasquale - que "estabelece a prioridade de atendimento pelas instituições financeiras estatais às empresas que se utilizem regularmente do transporte ferroviário".
RELATOR: Deputado ROBSON TUMA

3) PROJETO DE LEI Nº 3.179-A/92 - do Sr. Alacid Nunes - que "institui o desconto de 50% (cinqüenta por cento) nas tarifas decorrentes de fornecimento de energia elétrica para os consumidores do Município de Tucuruí, no Estado do Pará".
RELATOR: Deputado CARLOS KAYATH

4) PROJETO DE LEI Nº 3.239-A/92 - do Sr. Jaques Wagner e outros 8 - que "dá nova redação ao inciso V do artigo 6º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, que altera a legislação do Imposto de Renda e dá outras providências".
RELATOR: Deputado WILSON MOREIRA

OBS: As emendas só serão aceitas em formulários próprios à disposição na Secretaria da Comissão.

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

AVISO Nº 09/93

PRAZO PARA RECEBIMENTO DE EMENDAS:

Início: 14.06.93 Local: Sala 9, Anexo II
Término: 18.06.93 Horário: 9:30 às 12h e 14:30 às 18h

A PROPOSTA ABAIXO SOMENTE RECEBERÁ EMENDAS APRESENTADAS POR MEMBROS DESTA COMISSÃO AO SUBSTITUTIVO OFERECIDO PELO RELATOR

Projeto de Lei nº **382/91** - da Sra. Rita Camata - que "dispõe sobre o acesso da mulher ao mercado de trabalho e determina outras providências".

RELATOR: Deputado DELCINO TAVARES

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

AVISO Nº 12/93

PRAZO PARA RECEBIMENTO DE EMENDAS

Início: 14.06.93
Término: 18.06.93

Local: Sala 11, anexo II
Horário: 9 às 12h e 14 às 18h

1) PROJETO DE LEI Nº 1.754-A/91 - do Sr. Dércio Knop - que "regulamenta o exercício da profissão de supervisor educacional e dá outras providências".
RELATOR: Deputado CIRO NOGUEIRA

2) PROJETO DE LEI Nº 3.673-A/93 - do Senado Federal (PLS nº 62/92) - que "altera o inciso VI do artigo 2º da Lei nº 8.025, de 12 de abril de 1990".
RELATOR: Deputado AUGUSTO CARVALHO

3) PROJETO DE LEI Nº 3.747/93 - do Sr. Carlos Alberto Campista - que "dispõe sobre as relações coletivas de trabalho".
RELATOR: Deputado PAULO PAIM

4) PROJETO DE LEI Nº 3.761/93 - do Sr. Jorge Uequed - que "dispõe sobre a aposentadoria especial dos pilotos agrícolas".
RELATOR: Deputado WALDOMIRO FIORAVANTE

5) PROJETO DE LEI Nº 3.774/93 - do Sr. Antônio Faleiros - que "modifica a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, visando regular as relações intergovernamentais através de Contrato de Gestão por Micro Região Homogênea e estabelecer o âmbito da relação com os prestadores privados de serviço de saúde".
RELATOR: Deputado EDMAR MOREIRA

6) PROJETO DE LEI Nº 3.799/93 - do Sr. Edson Menezes Silva - que "dispõe sobre o pagamento de adiantamentos quinzenais em empresas com mais de dez empregados".
RELATOR: Deputado PAULO PAIM

7) PROJETO DE LEI Nº 3.786/93 - do Sr. Geraldo Alckmin Filho - que "dispõe sobre a compensação financeira entre os diferentes sistemas de previdência social".
RELATOR: Deputado EDÉSIO PASSOS

8) PROJETO DE LEI Nº 3.806/93 - do Sr. Nilson Gibson - que altera a redação dos arts. 1º e 4º da Lei nº 8.529, de 14 de dezembro de 1992, que "dispõe sobre a complementação da aposentadoria do pessoal do extinto Departamento de Correios e Telégrafos - DCT e dá outras providências".
RELATOR: Deputada MARIA LAURA

OBS: As emendas só serão aceitas em formulários próprios, à disposição na Secretaria da Comissão.

AVISO Nº 13/93

PRAZO PARA RECEBIMENTO DE EMENDAS

Início: 21.06.93
Término: 25.06.93

Local: Sala 11, anexo II
Horário: 9 às 12h e 14 às 18h

1) PROJETO DE LEI Nº 3.328-A/92 - do Sr. Jair Bolsonaro - que "dispõe sobre o exercício de atividade profissional, no meio civil, por militares bacharéis em Direito, acrescentando parágrafo 4º ao artigo 29 da Lei nº 6.890, de 9 de dezembro de 1980, que dispõe sobre o Estatuto dos Militares".
RELATOR: Deputado SIGMARINGA SEIXAS

2) PROJETO DE LEI Nº 3.666/93 - do Sr. Valdir Colatto - que "revoga o inciso IV do artigo 9º da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, que dispõe sobre sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública, indireta ou fundacional e dá outras providências".
RELATOR: Deputado ZAIRE REZENDE

3) PROJETO DE LEI Nº 3.797/93 - do Sr. Luiz Moreira - que "dispõe sobre o seguro obrigatório dos veículos automotores de vias terrestres da União".
RELATOR: Deputado EDMAR MOREIRA

OBS: As emendas só serão aceitas em formulários próprios, à disposição na Secretaria da Comissão.

(Encerra-se a Sessão às 16 horas e 53 minutos.)

MESA

(Biênio 1993/94)

Presidente:
INOCÊNCIO OLIVEIRA (PFL)

1º Vice-Presidente:
ADYLSON MOTTA (PDS)

1º Vice-Presidente:
FERNANDO LYRA (PDT)

1º Secretário:
WILSON CAMPOS (PMDB)

2º Secretário:
CARDOSO ALVES (PTB)

3º Secretário:
AÉCIO NEVES (PSDB)

4º Secretário:
B. SÁ (PP)

Suplentes:

EDMAR MOREIRA (PRN)
FRANCISCO COELHO (PFL)
JOÃO TEIXEIRA (PL)
ALCIDES MODESTO (PT)

PARTIDOS, BLOCOS E RESPECTIVAS LIDERANÇAS NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

BLOCO PARLAMENTAR
(PFL/PTB/PSC/PRS)

Líder: LUÍS EDUARDO

Vice-Líderes:

Nelson Marquezelli
Antonio Holanda
Antonio dos Santos
Átila Lins
Carlos Kayath
César Bandeira
Efraim Moraes
Gastone Righi
Jesus Tajra
José Múcio Monteiro
Maluly Netto
Marcos Kayath
Maurício Calixto
Messias Góis
Nelson Trad
Ney Lopes
Paes Landim
Roberto Jefferson
Roberto Magalhães
Rodrigues Palma
Ronaldo Caiado
Sandra Cavalcanti

PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO
PMDB

Líder: GENEBALDO CORREIA

Vice-Líderes:

Cid Carvalho
Chico Amaral
Euler Ribeiro
José Maranhão
José Thomaz Nonô
Fernando Diniz
Geddel Vieira Lima
Germano Rigotto
João Almeida
João Henrique
Maurílio Ferreira Lima
Luiz Carlos Santos
Manoel Moreira
Zaire Rezende

PARTIDO PROGRESSISTA REFORMADOR
PPR

Líder: JOSÉ LUIZ MAIA

Vice-Líderes:

Gerson Peres
Aécio Neves
Amaral Netto
José Lourenço
Roberto Campos
Armando Pinheiro
Eraldo Trindade
Fernando Freire
Paulo Duarte
Victor Faccioni
Marcelo Romano

PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA
PDT

Líder: LUIZ SALOMÃO

Vice-Líderes:

Miro Teixeira (1º Vice)
Mendonça Neto
Giovanni Queiroz
Benedito de Figueiredo
Wilson Müller
Beto Mansur
Beth Azize
Edi Siliprandi

PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA

PSDB

Líder: JOSÉ SERRA

Vice-Líderes:

Sigmaringa Seixas
Flávio Arns
Adroaldo Streck
Artur da Távola
Jabes Ribeiro
Moroni Torgan
Geraldo Alckmin Filho
Luiz Máximo

PARTIDO DO TRABALHADOR

PT

Líder: VLADIMIR PALMEIRA

Vice-Líderes:

José Fortunati (1º Vice)
Pedro Tonelli
Chico Vigilante
Hélio Bicudo
Paulo Bernardo
Paulo Rocha
Maria Laura

PARTIDO POPULAR

PP

Líder: SALATIEL CARVALHO

Vice-Líderes:

Nan Souza
Mário Chermont
José Linhares
Benedito Domingos
Valdenor Guedes
Pedro Valadares
Marcelo Luz
José Maria Eymael

PARTIDO DA RECONSTRUÇÃO NACIONAL

PRN

Líder: JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS

Vice-Líderes:

PARTIDO LIBERAL

PL

Líder: VALDEMAR COSTA NETO

Vice-líderes:

Jones Santos Neves
João Teixeira
Getúlio Neiva

PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO

PSB

Líder: LUIZ PIAUHYLINO

Vice-Líderes:

Luiz Piauhylino
José Carlos Sabóia

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL

PC do B

Líder: ALDO REBELO

Vice-Líderes:

Sérgio Miranda
Parágrafo 4º, Art. 9º, RI

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA

PPS

PARTIDO VERDE

PV

PRONA

LIDERANÇA DO GOVERNO

Líder: ROBERTO FREIRE

Vice-Líderes:

Ubiratan Aguiar
Raul Belém
Roseana Sarney
Moroni Torgan

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL

Presidente: Romel Anísio (PRN)
1º Vice-Presidente: (PRN) Augustinho Freitas (PTB)
2º Vice-Presidente: Fábio Meirelles (PDS)
3º Vice-Presidente: Joni Varisco (PMDB)

PMDB

Titulares	Suplentes
Dejandir Dalpasquale	Adelaide Neri
Derval de Paiva	Antonio Barbara
Freire Júnior	Hilário Braun
Hélio Rosas	Neuto de Conto
Ivo Mainardi	Roberto Rollemberg
João Thomé	Virmondes Cruvinel
Joni Varisco	
José Belato	
Moacir Micheletto	
Odacir Klein	
Valdir Colato	

PFL

Titulares	Suplentes
Adauto Pereira	Antônio Ueno
Iberê Ferreira	Camilo Machado
Ivandro Cunha Lima (PMDB)	Fátima Pelaes
Jonas Pinheiro	Itsuo Takayama
Osvaldo Coelho	Jorge Khoury
Paulo Romano	Lael Varella
Ronaldo Caiado	Leur Lomanto
Waldir Guerra	Osório Adriano
	Pascoal Novaes

PDS

Titulares	Suplentes
Arno Magarinos	Aécio de Borba
Avelino Costa	Carlos Azambuja
Fábio Meirelles	Daniel Silva
Hugo Biehl	Fetter Júnior
Osvaldo Bender	Maria Valadão
Vasco Furlan	Paulo Mourão

PDT

Titulares	Suplentes
Aldo Pinto	Aroldo Goes
Giovanni Queiroz	Beraldo Boaventura
Laerte Bastos	Dércio Knop
Luiz Girão	Junot Abi-Ramia

PSDB

Titulares	Suplentes
Felipe Mendes (PDS)	Adroaldo Streck
Luiz Soyer	Antonio Faleiros
Mauro Sampaio	Edmundo Galdino
Wilson Moreira	Jabes Ribeiro

PT

Titulares	Suplentes
Adão Pretto	Alcides Modesto
Luci Choinaki	José Cicote
Pedro Tonelli	Tilden Santiago
Valdir Ganzer	

PP

Titulares	Suplentes
Osvaldo Reis	Delcino Tavares
Pedro Abrão	Pedro Valadares
Vadão Gomes	Reditário Cassol

PTB

Titulares	Suplentes
Augustinho Freitas	Nelson Marquezelli
Etevaldo Grassi de Menezes	Raquel Cândido
Roberto Torres	Wilson Cunha

PRN

Titulares	Suplentes
Romel Anísio	Odelmo Leão
Tadashi Kuriki	Otto Cunha

PDC

Titular	Suplente
Leomar Quintanilha	Roberto Balestra

PL

Titular	Suplente
Getúlio Neiva	

PSB

Titular	Suplente
Álvaro Ribeiro	Sérgio Guerra

PC do B

Titular	Suplente
Sérgio Miranda	

PSD

Titular	Suplente
Edison Fidelis	Cleto Falcão

PSC

Titular	Suplente
Luiz Dantas	Antônio Holanda

PRS

Titular	Suplente
José Aldo	Israel Pinheiro

Secretário: José Maria de Andrade Cordova
Ramal: 6978/6979/6981
Reunião: 4ªs e 5ªs feiras – 10:00 – Sala 212
(Bloco das Lideranças)

COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

Presidente: Maluly Netto (PFL)
1° Vice-Presidente: Etevaldo Nogueira (PFL)
2° Vice-Presidente: Pinheiro Landim (PMDB)
3° Vice-Presidente: Vivaldo Barbosa (PDT)

PMDB

Titulares	Suplentes
Airton Sandoval	Hélio Rosas
Aloísio Vasconcelos	Ibsen Pinheiro
Aluízio Alves	Ivandro Cunha Lima
Domingos Juvenil	João Almeida
Eliel Rodrigues	João Henrique
Henrique Eduardo Alves	José Augusto Curvo
Laprovita Vieira	Laire Rosado
Nelson Proença	Pedro Irujo
Pinheiro Landim	Zaire Rezende
Roberto Valadão	2 Vagas
Walter Nory	

PFL

Titulares	Suplentes
Ângelo Magalhães	Antonio dos Santos
Arolde de Oliveira	César Bandeira
Etevaldo Nogueira	Eduardo Martins
Huberto Souto	Gilson Machado
Jose Jorge	Ivânio Guerra
Jose Mendonça Bezerra	Jerônimo Reis
Luiz Viana Neto	José Reinaldo
Maluly Neto	Luciano Pizzatto
Werner Wanderer	Ruben Bento

PDS

Titulares	Suplentes
Jarvis Gaidzinski	Arno Magarinos
José Diogo	Carlos Virgílio
José Teles	Celso Bernardi
Paulo Duarte	Gerson Peres
Roberto Campos	Luciano de Castro
1 Vaga	Pratini de Moraes

PDT

Titulares	Suplentes
Beto Mansur	Beth Azize
Edson Silva	Cidinha Campos
Elio Dalla-Vecchia	Edi Siliprandi
José Vicente Brizola	Waldir Pires

PSDB

Titulares	Suplentes
Álvaro Pereira	Deni Schwartz
José Abrão	Flávio Arns
Koyu Iha	Lézio Sathler
Paulo Silva	Luiz Pontes

PT

Titulares	Suplentes
Irma Passoni	Florestan Fernandes
Lourival Freitas	Geddel Vieira Lima (PMDB)
Manoel Moreira (PMDB)	Luiz Gushiken
Tilden Santiago	Ricardo Moraes

PP

Titulares	Suplentes
Carlos Roberto Massa	Carlos Scarpelini
Pinga-Fogo de Oliveira	Francisco Silva
Valdenor Guedes	Sérgio Spada

PTB

Titulares	Suplentes
Luiz Moreira	Aldir Cabral
Matheus Iensen	Gastone Righi
Paulo Heslander	José Elias

PRN

Titulares	Suplentes
Fausto Rocha	Aroldo Cedraz
José Carlos Vasconcellos	Tadashi Kuriki

PDC

Titular	Suplente
Samir Tannus	Avenir Rosa

PL

Titulares	Suplentes
Ribeiro Tavares	Flávio Rocha
Valdemar Costa Neto	Jones Santos Neves

PSB

Titular	Suplente
Ariosto Holanda	Uldurico Pinto

PC do B

Titular	Suplente
Flávio Derzi (PP)	Vadão Gomes (PP)

PSD

Titular	Suplente
Onaireves Moura	Paulo de Almeida

PSC

Titular	Suplente
César Souza (PFL)	

Secretária: Maria Ivone do Espírito Santo
Ramal: 6906/6907/6908/6910
Reunião: 4ªs feiras – 10:00 – Plenário sala 10.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

Presidente: José Dutra (PMDB)
1° Vice-Presidente: José Thomaz Nonô (PMDB)
2° Vice-Presidente: Jesus Tajra (PFL)
3° Vice-Presidente: Sigmaringa Seixas (PSDB)

PMDB

Titulares	Suplentes
Ary Kara	Armando Viola
João Natal	Chico Amaral
José Dutra	Felipe Neri
José Luiz Clerot	Nícias Ribeiro
José Thomaz Nonô	Valter Pereira
Maurici Mariano	6 Vagas
Mendes Ribeiro	
Nelson Jobim	
Nilson Gibson	
Roberto Rollemberg	
Tarcisio Delgado	

PFL

Titulares	Suplentes
Antônio dos Santos	Átila Lins
Jesus Tajra	Everaldo de Oliveira
Maurício Najar	Jofran Frejat
Messias Gois	José Falcão
Ney Lopes	Maluly Neto
Paes Landim	Maurício Calixto
Roberto Magalhães	Nelson Morro
Tourinho Dantas	Ricardo Murad
Vilmar Rocha	Rubem Medina

PDS

Titulares	Suplentes
Fernando Diniz (PMDB)	Armando Pinheiro
Gerson Peres	Fernando Carrion
Ibrahim Abi-ackel	Fernando Freire
Osvaldo Melo	Francisco Evangelista
Paulo Mourão	Vitótio Malta
Prisco Viana	1 Vaga

PDT

Titulares	Suplentes
Benedito de Figueiredo	Beth Azize
Dércio Knop	Eden Pedroso
Sérgio Cury	Liberato Caboclo
Vital do Rego	Mendonça Neto
Wilson Müller	Paulo Portugal

PSDB

Titulares	Suplentes
Helvécio Castello	João Faustino
Luiz Máximo	Jorge Uequed
Moroni Torgan	Mauro Sampaio
Sigmaringa Seixas	Paulo Silva

PT

Titulares	Suplentes
Edésio Passos	Agostinho Valente
José Dirceu	Jaques Wagner
José Genoíno	Maria Laura
Hélio Bicudo	Pedro Tonelli

PP

Titulares	Suplentes
Benedito Domingos	Mário Chermont
João de Deus Antunes (PDS)	
Reditário Cassol	Mário de Oliveira
	Ernani Viana

PTB

Titulares	Suplentes
Gastone Righi	Antonio Morimoto
Mendes Botelho	Carlos Kayath
Nelson Trad	Roberto Jefferson

PRN

Titulares	Suplentes
Raul Belém	Cleonâncio Fonseca
Tony Gel	Heitor Franco

PDC

Titulares	Suplentes
José Maria Eymael	Jair Bolsonaro
Nestor Duarte (PMDB)	Jairo Azi

PL

Titular	Suplente
Robson Tuma	Getúlio Neiva

PSB

Titular	Suplente
Roberto Franca	Luiz Piauhylino

PC do B

Titular	Suplente
Haroldo Lima	Sérgio Miranda

PSD

Titular	Suplente
Irani Barbosa	Édison Fidelis

PSC

Titular	Suplente
Augusto Farias	Luiz Dantas

Secretário: Luiz Henrique Cascelli de Azevedo
Ramal: 6922 a 6925
Reunião: 3ªs, 4ªs e 5ªs feiras – 10:00 Plenário sala 1

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, MEIO AMBIENTE E MINORIAS

Presidente: Marco Penaforte (PSDB)
1º Vice-Presidente: Luciano Pizzatto (PFL)
2º Vice-Presidente: Maurício Calixto (PFL)
3º Vice-Presidente: Carlos Scarpelini (PP)

PMDB

Titulares	Suplentes
Antonio de Jesus	Rita Camata
Lúcia Vânia (PP)	Valdir Colatto
Tuga Angerami (PSDB)	3 Vagas
Virmondes Cruvinel	
Zila Bezerra	

PFL

Titulares	Suplentes
Luciano Pizzatto	Evaldo Gonçalves
Maurício Calixto	Luiz Viana Neto
Orlando Bezerra	Sarney Filho
1 Vaga	1 Vaga

PDS

Titulares	Suplentes
Amaral Netto	Avelino Costa
2 Vagas	Célia Mendes
	Paulo Duarte

PDT

Titulares	Suplentes
Aroldo Goes	Edson Silva
1 vaga	Laerte Bastos

PSDB

Titulares	Suplentes
Fábio Feldmann	Elias Murad
Marco Penaforte	Geraldo Alckmin Filho

PT

Titulares	Suplentes
Edinho Ferramenta	Benedita da Silva
Paulo Delgado	José Fortunati

PP

Titulares	Suplentes
Carlos Scarpelini	Benedito Domingos
Mário Chermont	Nan Souza

PTB

Titular	Suplente
Mauro Fecury	Hilário Coimbra

PRN

Titular	Suplente
Euclydes Mello	Ramalho Leite (PDS)

PDC

Titular	Suplente
Marcos Medrado	Pedro Tannús

PL

Titular	Suplente
Socorro Gomes (PC do B)	João Teixeira

PSB

Titular	Suplente
Nobel Moura (PP)	Salatiel Carvalho (PP)

PPS

Titular	Suplente
Roberto Freire	Augusto Carvalho

PV

Titular	Suplente
Sidney de Miguel	Roberto França (PSB)

Secretário: Aurenilton Araruna de Almeida
Ramal: 6930/6931
Reunião: 4ªs feiras, 9:30 – Sala 113 (Bloco das Lideranças)

COMISSÃO DE ECONOMIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Presidente: Márcia Cibilis Viana (PDT)
1º Vice-Presidente: Max Rosenmann (PDT)
2º Vice-Presidente: Vittorio Medioli (PSDB)
3º Vice-Presidente: Eraldo Tinoco (PFL)

PMDB

Titulares	Suplentes
Antonio Barbara	Adilson Maluf
Cid Carvalho	Aluizio Alves
Felipe Neri	Ariosto Holanda (PSP)
Gonzaga Mota	Freire Júnior
Israel Pinheiro (PRS)	Germano Rigoto
João Fagundes	Luiz Roberto Ponte
Luiz Piauhylino (PSB)	1 Vaga

PFL

Titulares	Suplentes
Darci Coelho	Adauto Pereira
Eraldo Tinoco	Aroldo de Oliveira
Gilson Machado	Jonas Pinheiro
José Carlos Aleluia	José Jorge
José Múcio Monteiro	José Mendonça Bezerra
Osório Adriano	Reinhold Stephanes

PDS

Titulares	Suplentes
Fetter Júnior	Delfim Netto
Luciano de Castro	Basílio Villani
Pedro Pavão	Roberto Campos

PDT

Titulares	Suplentes
Márcia Cibilis Viana	Giovanni Queiroz
Max Rosenmann (of. 68/93)	Marino Clinger
Paulo Ramos	Mendonça Neto

PSDB

Titulares	Suplentes
Vittorio Medioli	Jackson Pereira
Saulo Coelho	Koyu Iha

PT

Titulares	Suplentes
Cyro Garcia	Aloízio Mercadante
Rubem Medina (PFL)	

PP

Titulares	Suplentes
Renato Johnsson	Luiz Carlos Hauly
Ernani Viana	Pedro Abrão

PRN

Titulares	Suplentes
Maviel Cavalcanti	Raul Belém
José Burnett	Romel Anísio

PTB

Titulares	Suplentes
Feres Nader	Félix Mendonça
Rodrigues Palma	Roberto Torres

PDC

Titular	Suplente
Mauro Borges (PP)	Paulo Mandarino

PL

Titular	Suplente
Jones Santos Neves	Ayres da Cunha

PSB

Titular	Suplente

PC do B

Titulares	Suplentes
Edson Menezes Silva	

Secretário: José Roberto Nasser
Ramal: 7024 a 7026
Reunião: 4ªs feiras – 10:00 – Plenário 209 (Bloco das Lideranças)

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Presidente: Ângela Amin (PDS)
1º Vice-Presidente: Celso Bernardi (PDS)
2º Vice-Presidente: João Henrique (PMDB)
3º Vice-Presidente: Roberto Balestra (PDC)

PMDB

Titulares	Suplentes
Adelaide Neri	Henrique Eduardo Alves
Gilvan Borges	José Luiz Clerot
João Henrique	Sergio Ferrara
José Augusto Curvo	
Ubiratan Aguiar	

PFL

Titulares	Suplentes
Ézio Ferreira	Darcy Coelho
Marilu Guimarães	Eraldo Tinoco
Orlando Pacheco	Osvaldo Coelho
2 Vagas	Paulo Lima
	Paulo Romano

PDS

Titulares	Suplentes
Aécio de Borba	João Alves
Ângela Amin	João Tota
Celso Bernardi	Vasco Furlan

PDT

Titulares	Suplentes
Lucia Braga	Carlos Lupi
1 Vaga	Vital do Rego

PSDB

Titulares	Suplentes
Flávio Arns	José Abrão
Osmânio Pereira	Artur da Távola

PT

Titulares	Suplentes
Florestan Fernandes	Lourival Freitas
José Fortunatti	Paulo Delgado

PP

Titulares	Suplentes
Renildo Calheiros (PC do B)	Costa Ferreira
Salatiel Carvalho	

PTB

Titulares	Suplentes
Fábio Raunheiti	Feres Nader
Ronivon Santiago (PDS)	

PRN

Titulares	Suplentes
Zé Gomes da Rocha	Wagner do Nascimento

PDC

Titular	Suplente
Roberto Balestra	Pauderney Avelino

PL

Titular	Suplente
Álvaro Valle	Welinton Fagundes

PPS

Titular	Suplente
Maria Valadão (PDS)	Sérgio Arouca

Secretário: Ronaldo Alves da Silva
Ramal: 6903/6905/7010/7013
Reunião: 4ªs feiras, 10:00 – Plenário, sala 15

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Presidente: Manoel Castro (PFL)
1º Vice-Presidente: Jackson Pereira (PSDB)
2º Vice-Presidente: Geddel Vieira Lima (PMDB)
3º Vice-Presidente: Carlos Kayath (PTB)

PMDB

Titulares	Suplentes
Gedel Vieira	Adilson Maluf
Germano Rigotto	Gonzaga Mota
Haley Margon	Jose Geraldo
José Lourenço (PDS)	Nelson Jobim
Luiz Roberto Ponte	Odacir Klein
Pedro Novais (PDC)	Pinheiro Landim
Sérgio Naya	1 Vaga

PFL

Titulares	Suplentes
Benito Gama	Gustavo Krause
João Carlos Bacelar (PSC)	José Carlos Aleluia
José Falcão	Luís Eduardo
Manoel Castro	Roberto Magalhães
Mussa Demes	Simão Sessim
Ricardo Fiúza	Vilmar Rocha

PDS

Titulares	Suplentes
Delfim Netto	Fernando Diniz
Basílio Villani	Fernando Freire
Francisco Dornelles	Roberto Campos

PDT

Titulares	Suplentes
Eden Pedroso	Carlos Alberto Campista
Luiz Salomão	Clovis Assis
Sergio Gaudenzi	Dercio Knop

PSDB

Titulares	Suplentes
Jackson Pereira	Moroni Torgan
José Aníbal	Sérgio Machado
José Serra	Wilson Moreira

PT

Titulares	Suplentes
Aloízio Mercadante	José Dirceu
Vladimir Palmeira	Valdir Ganzer

PP

Titulares	Suplentes
Luiz Carlos Hauly	Júlio Cabral
Francisco Silva	Flávio Derzi

PTB

Titulares	Suplentes
Carlos Kayath	Mauro Fecury
Félix Mendonça	

PRN

Titulares	Suplentes
Otto Cunha	Maviael Cavalcanti
Wagner do Nascimento	Paulo Octávio

PDC

Titular	Suplente
Paulo Mandarino	José Maria Eymael

PL

Titular	Suplente
Flávio Rocha	Robson Tuma

PSB

Titular	Suplente
Sérgio Guerra	1 Vaga

Secretária: Maria Linda Magalhães
Ramal: 6959/6960/6989
Reunião: 4ªs feiras, 10:00 – Plenário, sala 5

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

Presidente: Alberto Haddad (PP)
1º Vice-Presidente: Carlos Camurça (PP)
2º Vice-Presidente: Neuto de Conto (PMDB)
3º Vice-Presidente: Elísio Curvo (PRN)

PMDB

Titulares	Suplentes
Marcelo Barbieri	Carlos Nelson
Marcos Lima	João Fagundes
Neuto de Conto	Jorio de Barros
Paulo Titan	2 Vagas
Sérgio Barcellos (PFL)	

PFL

Titulares	Suplentes
Aracely de Paula	
José Santana de Vasconcellos	Alacid Nunes
Murilo Pinheiro	Aracely de Paula
Pascoal Novaes	Vicente Fialho
Ruben Bento	Werner Wanderer

PDS

Titulares	Suplentes
Carlos Azambuja	Fábio Meirelles
Júlio Cabral (PP)	Francisco Diógenes
Vitório Malta	Victor Faccioni

PDT

Titulares	Suplentes
Edi Siliprandi	Aldo Pinto
Paulo Portugal	Valdomiro Lima

PSDB

Titulares	Suplentes
Adroaldo Streck	Álvaro Pereira
João Faustino	José Serra

PT

Titulares	Suplentes
Agostinho Valente	Adão Pretto
Alcides Modesto	Edinho Ferramenta

PP

Titulares	Suplentes
Alberto Haddad	José Felinto
Carlos Camurça	Nobel Moura

PTB

Titular	Suplente
1 Vaga	Alceste Almeida

PRN

Titular	Suplente
Elísio Curvo	Zé Gomes da Rocha

PDC

Titular	Suplente
Sérgio Brito	Leomar Quintanilha

PL

Titular	Suplente
João Teixeira	Diogo Nomura

PRONA

Titular	Suplente
1 Vaga	1 Vaga

Secretária: Maria Eunice Vilas Boas
Ramal: 6944/6946
Reunião: 4ªs feiras – 10:00 – Plenário, sala 21

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES

Presidente: Ibsen Pinheiro (PMDB)
1º Vice-Presidente: Neif Jabur (PMDB)
2º Vice-Presidente: Sarney Filho (PFL)
3º Vice-Presidente: Victor Faccioni (PDS)

PMDB

Titulares	Suplentes
Genebaldo Correia	Efraim Morais (PFL)
Genésio Bernardino	Luiz Soyer
Hermínio Calvinho	Maurilio Ferreira Lima
Ibsen Pinheiro	Murilo Rezende
Jório de Barros	Nestor Duarte
Luiz Henrique	Zila Bezerra
Mauri Sergio	2 Vagas
Neif Jabur	

PFL

Titulares	Suplentes
Antonio Ueno	Ângelo Magalhães
Átila Lins	Benito Gama
Evaldo Gonçalves	Jesus Tajra
Jerônimo Reis	Messias Góis
Leur Lomanto	Ney Lopes
Nelson Morro	Paes Landim
Sarney Filho	Tourinho Dantas

PDS

Titulares	Suplentes
Fernando Freire	Djenal Gonçalves
Francisco Diógenes	José Lourenço
Ruberval Piloto	José Teles
Victor Faccioni	Osvaldo Melo

PDT

Titulares	Suplentes
Edesio Frias	Amaury Müller
Mendonça Neto	Miro Teixeira
Waldir Pires	Sergio Cury

PSDB

Titulares	Suplentes
Artur da Távola	Jayme Santana
Jorge Uequed	José Anibal
Luiz Pontes	Rose de Freitas

PT

Titulares	Suplentes
Benedita da Silva	Eduardo Jorge
Haroldo Sabóia	Hélio Bicudo
Luiz Gushiken	Irma Passoni

PP

Titulares	Suplentes
Costa Ferreira	Alberto Haddad
Leopoldo Bessone	João Maia
Pedro Valadares	Marcelo Luz

PTB

Titulares	Suplentes
Alceste Almeida	Nelson Trade
Annibal Teixeira	Rodrigues Palma

PRN

Titulares	Suplentes
Aroldo Cedraz	Edmar Rocha
Paulo Octávio	Fausto Rocha

PDC

Titular	Suplente
Pauderney Avelino	José Maria Eymael

PL

Titular	Suplente
Diogo Nomura	Álvaro Valle

PSB

Titular	Suplente
Miguel Arraes	José Carlos Sabóia

PC do B

Titular	Suplente
Welinton Fagundes (PL)	1 Vaga

PSD

Titular	Suplente
Cleto Falcão	Onaireves Moura

PRONA

Titulares	Suplentes
Regina Gordilho	

Secretária: Andreia Maura Versiani de Miranda
Ramal: 6993 a 6996
Reuniões: 3ªs, 4ªs e 5ªs feiras, 10:00 – Plenário, sala 2

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

Presidente: Maurílio Ferreira Lima (PMDB)
1º Vice-Presidente: Euler Ribeiro (PMDB)
2º Vice-Presidente: Ivânio Guerra (PFL)
3º Vice-Presidente: Eduardo Jorge (PT)

PMDB

Titulares	Suplentes
Armando Costa	Eliel Rodrigues
Euler Ribeiro	Genésio Bernardino
Jorge Tadeu Mudalen	7 Vagas
Maurílio Ferreira Lima	
Nilton Baiano	
Olavo Calheiros	
Paulo Novaes	
Rita Camata	
Zuca Moreira	

PFL

Titulares	Suplentes
Everaldo de Oliveira	George Takimoto
Fátima Pelaes	Iberê Ferreira
Ivânio Guerra	Jairo Carneiro
Jofran Frejat	Marilu Guimarães
Laire Rosado (PMDB)	Maurici Mariano (PMDB)
Pedro Corrêa	Maurício Najar
Reinhold Stephanes	Orlando Bezerra
Rivaldo Medeiros	Ronaldo Caiado

PDS

Titulares	Suplentes
Célia Mendes	Eraldo Trindade
Chafic Farhat	João Rodolfo
Djenal Gonçalves)	José Egydio
Geraldo Alckmin Filho (PSDB)	Ronivon Santiago
Waldomiro Fioravante (PT)	

PDT

Titulares	Suplentes
Cidinha Campos	Giovanni Queiroz
Clovis Assis	Lucia Braga
Liberato Caboclo	Paulo Portugal
Marino Clinger	Sergio Gaudenzi

PSDB

Titulares	Suplentes
Antônio Falciros	Luiz Máximo
Elias Murad	Osmânio Pereira
Ubaldo Dantas	Tuga Angerami

PT

Titulares	Suplentes
Eduardo Jorge	Chico Vigilante
João Paulo	Paulo Paim
Paulo Bernardo	Paulo Rocha

PP

Titulares	Suplentes
Delcino Tavares	Carlos Camurça
José Linhares	Pinga-Fogo de Oliveira
1 Vaga	Renato Johnsson

PTB

Titulares	Suplentes
Roberto Jefferson	Matheus Iensen
Sérgio Arouca	

PRN

Titulares	Suplentes
Heitor Franco	Euclydes Mello
Ramalho Leite (PDS)	Flávio Palmier da Veiga

PDC

Titular	Suplente
Avenir Rosa (PP)	Marcos Medrado

PL

Titular	Suplente
Ayres da Cunha	Ribeiro Tavares

PSB

Titular	Suplente
Uldurico Pinto	Roberto Franca

PC do B

Titular	Suplente
Jandira Feghali	

PRS

Titular	Suplente
Valter Pereira (PMDB)	José Ulisses de Oliveira

Secretária: Maria Inês de Bessa Lins
Ramal: 7018 a 7021
Reunião: 4ªs feiras, 10:00 – Plenário, sala 10.

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Presidente: Paulo Paim (PT)
1º Vice-Presidente: Paulo Rocha (PT)
2º Vice-Presidente: Amaury Müller (PDT)
3º Vice-Presidente: Nelson Marquezelli (PTB)

PMDB

Titulares	Suplentes
Adilson Maluf	Edson M. da Silva (PC do B)
Aldo Rebelo (PC do B)	Haroldo Sabóia (PT)
Chico Amaral	Hermínio Calvino
Luiz Carlos Santos	João Natal
Maria Laura (PT)	Nilson Gibson
Zaire Rezende	1 Vaga

PFL

Titulares	Suplentes
Jaques Wagner (PT)	Ciro Nogueira
José Cicote (PT)	Sérgio Barcellos
Luis Eduardo	Waldomiro Fioravante (PT)

PDS

Titulares	Suplentes
José Carlos Sabóia (PSB)	
Raquel Cândido	Miguel Arraes (PSB)
1 Vaga	

PDT

Titulares	Suplentes
Amaury Müller	Benedito de Figueiredo
Carlos Alberto Campista	Wilson Müller

PSDB

Titulares	Suplentes
Jabes Ribeiro	Sigmaringa Seixas
Edmundo Galdino	Munhoz da Rocha

PT

Titulares	Suplentes
Chico Vigilante	Cyro Garcia
Paulo Paim	Edésio Passos

PP

Titulares	Suplentes
Mário de Oliveira	João de Deus Antunes (PDS)
Marcelo Luz	Osvaldo Reis

PTB

Titulares	Suplentes
Ernesto Gradella (S/P)	Luiz Moreira
Nelson Marquezelli	Mendes Botelho

PRN

Titular	Suplente
Edmar Moreira	José Burnett

PDC

Titular	Suplente
Jair Bolsonaro	Avenir Rosa

PL

Titular	Suplente
Paulo Rocha (PT)	João Paulo (PT)

PPS

Titular	Suplente
Augusto Carvalho	Roberto Freire

Secretário: Antonio Luís de Souza Santana
Ramal: 6887/6990/7004/7007
Reunião: 3ªs, 4ªs e 5ªs feiras, 10:00 – Plenário, sala 11.

COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES

Presidente: Francisco Rodrigues (PTB)
1º Vice-Presidente: Odelmo Leão (PRN)
2º Vice-Presidente: Carlos Virgílio (PDS)
3º Vice-Presidente: Murilo Rezende (PMDB)

PMDB

Titulares	Suplentes
Armando Viola	Carlos Nelson
Carlos Benevides	Derval de Paiva
Edison Andrino	João Thome Mestrinho
Hagahus Araujo	José Belato
Hilário Braun	Marcos Lima
Mario Martins	Nilton Baiano
Mauro Miranda	Oswaldo Stecca
Murilo Rezende	4 Vagas
Pedro Tassis	
Ronaldo Perim	
Sergio Ferrara	

PFL

Titulares	Suplentes
Alacid Nunes	Aracely de Paula
Camilo Machado	César Souza
Ciro Nogueira	José Múcio Monteiro
Itsuo Takayama	José Santana de Vasconcellos
Jairo Carneiro	Murilo Pinheiro
José Reinaldo	Mussa Demes
Lael Varella	Orlando Pacheco
Simão Sessim	Waldir Guerra
	2 Vagas

PDS

Titulares	Suplentes
Carlos Virgílio	Celso Bernardi
Daniel Silva	Hugo Biehl
Fernando Carrion	Paulo Duarte
João Alves	Prisco Viana
João Tota	Salatiel Carvalho (PP)
José Egydio	Victor Faccioni

PDT

Titulares	Suplentes
Carlos Lupi	Beto Mansur
José Carlos Coutinho	Edesio Frias
Valdomiro Lima	Elio Dalla-Vecchia
1 Vaga	José Vicente Brizola

PSDB

Titulares	Suplentes
Deni Schwartz	Fábio Feldmann
Jayme Santana	Marco Penaforte
Lézio Sathler	Saulo Coelho
Munhoz da Rocha	Vittório Medioli

PT

Titulares	Suplentes
Carlos Santana	Armando Pinheiro (PDS)
Francisco Evangelista (PDS)	Nilmário Miranda
Ricardo Moraes	Paulo Bernardo
1 Vaga	1 Vaga

PP

Titulares	Suplentes
João Maia	Carlos Roberto Massa
José Felinto	Carlos Scarpelini
Sérgio Spada	Francisco Silva

PTB

Titulares	Suplentes
Antonio Morimoto	Augustinho Freitas
Francisco Rodrigues (PTB)	Etevalda Grassi de Menezes
José Elias	Fábio Raunheitti

PRN

Titulares	Suplentes
Flávio Palmier da Veiga	Elísio Curvo
Odelmo Leão	Tony Gel

PDC

Titular	Suplente
Jairo Azi	Jonival Lucas

PL

Titular	Suplente
Nicias Ribeiro (PMDB)	Maurício Campos

PSB

Titular	Suplente
João Almeida (PMDB)	Paulo Titan (PMDB)

PC do B

Titular	Suplente
José Maranhão (PMDB)	1 Vaga

PSD

Titular	Suplente
Paulo de Almeida	Irani Barbosa

PSC

Titular	Suplente
Antonio Holanda	João Carlos Bacelar

PRS

Titular	Suplente
José Ulisses de Oliveira	José Aldo

Secretário: Ronaldo de Oliveira Noronha
Ramal: 6973 a 6976
Reunião: 4ªs feiras, 10:00 – Plenário, sala 14.

COMISSÃO DE DEFESA NACIONAL

Presidente: (PFL) Luiz Carlos Hauly (PP)
1º Vice-Presidente: Werner Wanderer (PFL)
2º Vice-Presidente: Benedito Domingos (PP)
3º Vice-Presidente: Nelson Bornier (PL)

PMDB

Titulares	Suplentes
Antônio de Jesus	Euler Ribeiro
Helio Rosas	Ivo Mainardi
João Fagundes	Luiz Henrique
José Augusto Curvo	Mário Martins
Marcelo Barbieri	Pinheiro Landim
Robson Tuma (PL)	Virmondes Cruvinel

PFL

Titulares	Suplentes
Alacid Nunes	Jesus Tajra
Átila Lins	Jofran Frejat
Paes Landim	Luciano Pizzatto
Ricardo Murad	Reinhold Stephanes
Werner Wanderer	Roberto Magalhães

PDS

Titulares	Suplentes
Etevalda Grassi de Menezes	Amaral Netto
Fábio Meirelles	Carlos Azambuja
Fernando Carrion	Osvaldo Bender

PDT

Titulares	Suplentes
Elio Dalla-Vecchia	Eduardo Mascarenhas
Paulo Ramos	José Carlos Coutinho
Wilson Müller	Vivaldo Barbosa

PSDB

Titulares	Suplentes
José Aníbal	Helvécio Castello
Moroni Torgan	Paulo Silva

PT

Titulares	Suplentes
José Dirceu	Hélio Bicudo
Nelson Bornier (PL)	

PP

Titulares	Suplentes
Benedito Domingos	José Linhares
Luiz Carlos Hauly	Valdenor Guedes

PTB

Titulares	Suplentes
Aldir Cabral	Francisco Rodrigues
Raquel Cândido	Paulo Heslander

PRN

Titular	Suplente
Heitor Franco	Edmar Moreira

PDC

Titular	Suplente
Mauro Borges (PP)	Jair Bolsonaro

PL

Titular	Suplente
Maurício Campos	Ayres da Cunha

PSB

Titular	Suplente
Roberto Franca	Álvaro Ribeiro

Secretária: Marci Bernardes Ferreira
Ramal: 6998/7001/7002/6999/7000

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E INTERIOR

Presidente: Marcelino Romano Machado (PDS)
1º Vice-Presidente: João Rodolfo (PDS)
2º Vice-Presidente: Nilmário Miranda (PT)
3º Vice-Presidente: (PP) Maria Luiza Fontenele (PSB)

PMDB

Titulares	Suplentes
Carlos Nélson	Édison Andrino
Efraim Morais (PFL)	Fernando Diniz
José Geraldo	Prisco Viana
Oswaldo Stecca	2 Vagas
Pedro Irujo	

PFL

Titulares	Suplentes
Vicente Fialho	Etevaldo Nogueira
Jorge Khoury	Ézio Ferreira
César Bandeira	Humberto Souto
Gustavo Krause	Pedro Corrêa

PDS

Titulares	Suplentes
Marcelino Romano Machado	Felipe Mendes
Armando Pinheiro	Jairo Gaidzinski
João Rodolfo	José Diogo

PDT

Titulares	Suplentes
Junot Abi-Ramia	Luiz Girão
Miro Teixeira	

PSDB

Titulares	Suplentes
Rose de Freitas	Helvécio Castello
Sérgio Machado	Ubaldo Dantas

PT

Titulares	Suplentes
George Takimoto (PFL)	Carlos Santana
Nilmário Miranda	Manoel Castro (PFL)
Indicação pelo Of. 72/93	

PP

Titulares	Suplentes
Maria Luiza Fontenelle (PSB)	Álvaro Ribeiro (PSB)
Nan Souza	Leopoldo Bessone
Indicação pelo Of. 88/93	

PTB

Titular	Suplente
Hilário Coimbra	Annibal Teixeira
Indicação pelo Of. 67/93	

PRN

Titular	Suplente
Cleomâncio Fonseca	José Carlos Vasconcellos

PDC

Titular	Suplente
Jonival Lucas	Sérgio Brito

PL

Titular	Suplente
Ricardo Correa	Nelson Bornier

SEM PARTIDO

Titular	Suplente
Wilson Cunha (PTB)	Ernesto Gradella (S/P)

COMISSÃO ESPECIAL CONSTITUÍDA, NOS TERMOS DO ART. 34, INCISO II, DO REGIMENTO INTERNO, PARA APRECIAR E DAR PARECER SOBRE TODOS OS PROJETOS EM TRÂMITE NA CASA, RELATIVOS À REGULAMENTAÇÃO DO ART. 192 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL – SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

Presidente: Deputado Benito Gama
Vice-Presidente: Deputado José Lourenço
Relator: vago

Titulares	Suplentes

BLOCO PARLAMENTAR

Benito Gama	Basílio Villani
Elísio Curvo	Daniel Silva
Ézio Ferreira	Gilson Machado
Francisco Dornelles	Paes Landim
José Múcio Monteiro	Roberto Magalhães

PMDB

Germano Rigoto	Dejandir Dalpasquale
Gonzaga Motta	Etevalda Grassi Menezes
José Luiz Clerot	José Dutra
Luís Roberto Ponte	Odacir Klein

PDT

Beraldo Boaventura	Márcia Cibilis Viana
Carrion Júnior	Valdomiro Lima

PDS

José Lourenço	Fetter Júnior
Marcelino Romano Machado	Roberto Campos

PSDB

Jackson Pereira	vago
José Serra	vago

PTB

Gastone Righi	Rodrigues Palma

PT

José Fortunatti	Paulo Bernardo

PDC

Paulo Mandarino	Pauderney Avelino

PL

Ricardo Izar	Jones Santos Neves

Serviço de Comissões Especiais
Local: Anexo II – Sala 10 – Mezanino
Ramais: 7066/7067/7052
Secretário: Sílvio Sousa da Silva

COMISSÃO ESPECIAL PARA PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 824, DE 1991, QUE "REGULA DIREITOS E OBRIGAÇÕES RELATIVOS À PROPRIEDADE INDUSTRIAL PREVISTO NA MENSAGEM Nº 192/91 DO PODER EXECUTIVO

Presidente: Maurici Mariano
1º Vice-Presidente: vago
2º Vice-Presidente: vago
Relator: Ney Lopes

Titulares	Suplentes
BLOCO PARLAMENTAR	
Gilson Machado	César Bandeira
José Carlos Aleluia	Paes Landim
José Carlos Vasconcelos	Elísio Curvo
Ney Lopes	José Santana de Vasconcellos
Otto Cunha	Wagner do Nascimento
PMDB	
Marcelo Barbieri	vago
Nelson Jobim	João Almeida
Nelson Proença	José Luiz Clerot
	vago
PDT	
Paulo Ramos	Clóvis Assis
Liberato Caboclo	Vago
PDS	
Ibrahim Abi-Ackel	Francisco Diógenes
Roberto Campos	José Teles
PSDB	
Fábio Feldmann	Paulo Silva
Álvaro Pereira	Vitório Medioli
PTB	
Paulo Heslander	Félix Mendonça
PT	
Irma Passoni	Luci Chanacki
PDC	
Roberto Balestra	José Maria Eymael
PL	
Flávio Rocha	Valdemar Costa Neto

Serviço de Comissões Especiais:
Anexo II – Sala 10 – Mezanino
Secretário: Brunilde Liviero Carvalho de Moraes
Ramais: 7066 e 7067

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 24, DE 1991, QUE "INSTITUI O SISTEMA DE ELEIÇÃO DISTRITAL MISTA NOS MUNICÍPIOS MAIS DE CEM MIL ELEITORES"

Presidente: Deputado José Thomaz Nonô
1º Vice-Presidente: Deputado Osmânio Pereira
Relator: Deputado Maluly Netto

Titulares	Suplentes
BLOCO PARLAMENTAR	
Ângelo Magalhães	Heitor Franco
Flávio Derzi	Lael Varella
Maluly Netto	Orlando Pacheco
Romel Anísio	Simão Sessim
PMDB	
Cid Carvalho	Nelson Proença
João Almeida	Mauri Sérgio
Tarcisio Delgado	Antônio Barbara
Luiz Henrique	Nilson Gibson
PDT	
Miro Teixeira	Clóvis Assis
Sérgio Gaudenzi	Mendonça Neto
PDS	
Adylson Motta	José Lourenço
Prisco Viana	Telmo Kirst
PSDB	
Osmânio Pereira	vago
PTB	
Cardoso Alves	Carlos Kayath
PT	
José Dirceu	Paulo Delgado
PDC	
Pedro Novais	Leomar Quintanilha
PL	
João Teixeira	vago

Serviço de Comissões Especiais: Anexo II – Sala 10 – Mezanino.
Secretário: José Maria Aguiar de Castro
Ramais: 7066/7067/7052

Serviço de Comissões Especiais: Anexo II – Sala 10 – Mezanino
Secretário: Sílvio Avelino da Silva
Ramais: 7067 e 7066

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 56, DE 1991, QUE "ALTERA DISPOSITIVOS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL (DESREGULAMENTAÇÃO DA ECONOMIA)

Presidente: Deputado Maurílio Ferreira Lima
1º Vice-Presidente: Deputado Fábio Meirelles
2º Vice-Presidente: vago
3º Vice-Presidente: Deputado Vladimir Palmeira
Relator: Deputado Ney Lopes

Titulares	Suplentes
BLOCO PARLAMENTAR	
Paes Landim	Evaldo Gonçalves
Renato Johnsson	Flávio Derzi
Ney Lopes	Nelson Morro
vago	Wagner Nascimento
PMDB	
vago	vago
Maurílio Ferreira Lima	Hermínio Calvinho
Nelson Proença	Luiz Soyer
Walter Nory	Tidei de Lima
PDT	
Márcia Cibilis Viana	Aroldo Góes
Valdomiro Lima	Beth Azize
PDS	
Fábio Meirelles	Carlos Azambuja
Roberto Campos	Marcelino Romano Machado
PSDB	
Adroaldo Streck	Vittório Medioli
PTB	
Cardoso Alves	Paulo Heslander
PT	
Vladimir Palmeira	Paulo Bernardo
PDC	
José Maria Eymael	Roberto Balestra
PL	
Jarvis Gaidzinski	Ribeiro Tavares

Serviço de Comissões Especiais: Anexo II – Sala 10 – Mezanino.
Secretário: Luiz César Lima Costa
Ramais: 7066 e 7067

COMISSÃO ESPECIAL PARA APRECIAR E DAR PARECER SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 2.057, DE 1991, QUE "INSTITUI O ESTATUTO DAS SOCIEDADES INDÍGENAS"

Presidente: Deputado Domingos Juvenil
1º Vice-Presidente: Deputado João Fagundes
2º Vice-Presidente: Deputado Lourival Freitas
Relator: Deputado Luciano Pizzato

Titulares	Suplentes
BLOCO PARLAMENTAR	
Elísio Curvo	Alacid Nunes
Luciano Pizzato	Átila Lins
Ruben Bento	George Takimoto
Sérgio Barcellos	Heitor Franco
Tadashi Kuriki	Tony Gel
PMDB	
Domingos Juvenil	Armando Costa
João Fagundes	Euler Ribeiro
Valter Pereira	Hermínio Calvinho
Zaire Rezende	Mauri Sérgio
PDT	
Beth Azize	Aroldo Góes
Sidney de Miguel (PV)	Haroldo Sabóia
PDS	
Maria Valadão	Ângela Amin
Luciano de Castro	Célia Mendes
PSDB	
Fábio Feldmann	Edmundo Galdino
Tuga Angerami	Osmânio Pereira
PTB	
Francisco Rodrigues	Alceste Almeida
PT	
Lourival Freitas	Ricardo Morias
PDC	
Avenir Rosa	Pauderney Avelino
PL	
vago	José Augusto Curvo
PSB	
José Carlos Sabóia	Uldurico Pinto

Serviço de Comissões Especiais: Anexo II – Sala 10 – Mesanino.
Secretário: Edil Calheiros Bispo
Ramal: 7069

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO COM A FINALIDADE DE INVESTIGAR CRIMES DE "PISTOLAGEM NAS REGIÕES CENTRO-OESTE E NORTE, ESPECIALMENTE NA CHAMADA ÁREA DO "BICO DO PAPAGAIO"

Requerimento nº 09/91 **Prazo: 20/11/92 a 9/07/93**

Presidente: Deputado Freire Júnior Bloco/TO
1º Vice-Presidente: Deputado Roberto Torres PTB/AL
2º Vice-Presidente: Deputado Laerte Bastos PDT/RJ
Relator: Deputado Edmundo Galdino PSDB/TO

Titulares	Suplentes
BLOCO PARLAMENTAR	
César Bandeira	Elísio Curvo
Freire Júnior	Rubem Bento
Murilo Pinheiro	
PMDB	
Raquel Cândido (PTB)	Socorro Gomes (PC do B)
PDT	
Laerte Bastos	Aroldo Góes
PSDB	
Edmundo Galdino	Moroni Torgan
PDS	
Vago	Daniel Silva
PT	
Valdir Ganzer	Alcides Modesto
PTB	
Roberto Torres	Augustinho Freitas

Reuniões:
Local: Anexo II, Plenário nº
Secretário: Mário Coutinho - 318-7060

COMISSÃO ESPECIAL PARA APRECIAR E DAR PARECER SOBRE TODAS AS PROPOSIÇÕES, EM TRÂMITE NESTA CASA, REFERENTES À LEGISLAÇÃO ELEITORAL E PARTIDÁRIA, ESPECIFICAMENTE AS QUE DISPÕEM SOBRE INELEGIBILIDADE, LEI ORGÂNICA DOS PARTIDOS POLÍTICOS, CÓDIGO ELEITORAL E SISTEMA ELEITORAL

Presidente: Deputado Roberto Magalhães
1º Vice-Presidente: Deputado Cardoso Alves
2º Vice-Presidente: Deputado Prisco Viana
3º Vice-Presidente: Deputado Geraldo Alckmin Filho
Relator: Deputado João Almeida

Titulares	Suplentes
BLOCO PARLAMENTAR	
José Carlos Vasconcellos	Antonio Holanda
José Santana de Vasconcellos	Átila Lins
Ney Lopes	Evaldo Gonçalves
Raul Belém	Wagner do Nascimento
Roberto Magalhães	Jesus Tajra
Ronivon Santiago	José Burmett
Sandra Cavalcanti	José Lourenço (PDS)
PMDB	
Armando Costa	João Henrique
Cid Carvalho	Luiz Henrique
João Almeida	Pinheiro Landim
Nelson Jobim	Neuto de Conto
Nicias Ribeiro	Virmondes Cruvinel
Valter Pereira	Jório de Barros
PDT	
Miro Teixeira	Wilson Müller
Vital do Rego	Edson silva
PSDB	
Jorge Uequed	Alvaro Pereira
Jabes Ribeiro	Sérgio Machado
PDS	
Gerson Peres	Vitório Malta
Prisco Viana	Armando Pinheiro
PTB	
Gastone Righi	Carlos Kayath
Rodrigues Palma	Roberto Jefferson
PT	
Edésio Passos	Hélio Bicudo
José Dirceu	Paulo Bernardo
PDC	
José Maria Eymael	Francisco Coelho
PL	
Álvaro Valle	Valdemar Costa
PTR	
Benedito Domingos	Mário Chermont
PSB	
Roberto França	Luiz Piauhylino
PST	
Pedro Valadares	Nan Souza
PC do B	
Haroldo Lima	Renildo Calheiros

Serviços de Comissões Especiais
Anexo II – Sala 10 – Mezanino
Secretário: Francisco da Silva Lopes Filho
Ramais: 7066/7067/7052

COMISSÃO EXTERNA DESTINADA A FISCALIZAR E CONTROLAR DIRETAMENTE, E/OU POR INTERMÉDIO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, OS ATOS DO PODER EXECUTIVO FEDERAL, DE SUA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA, INCLUÍDAS AS FUNDAÇÕES E SOCIEDADES INSTITUÍDAS E MANTIDAS PELO PODER PÚBLICO FEDERAL

Coordenador: Deputado Waldir Pires

Titulares	Suplentes
BLOCO	
Alacid Nunes	Délio Braz
Jairo Carneiro	Freire Júnior
José Burnett	Jesus Tajra
Tony Gel	Maurício Calixto
PMDB	
Armando Costa	Gilvan Borges
Hérminio Calvinho	Ivo Mainardi
João Natal	João Fagundes
Roberto Rollemberg	Olavo Calheiros
PDT	
vago	Carlos Lupi
Waldir Pires	Sérgio Gaudenzi
PSDB	
Moroni Torgan	Flávio Arns
PDS	
José Diogo	João de Deus Antunes
PT	
Paulo Bernardo	José Fortunati
PTB	
Luiz Moreira	Felix Mendonça
PL	
Jarvis Gaidzinski	Wellington Fagundes
PDC	
Francisco Coelho	Marcos Medrado

Serviços de Comissões Especiais
Anexo II – Sala 10 Mezanino
Ramais 7066/7067/7052
Secretário: Héris Medeiros Joffily

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 39, DE 1989, QUE "ACRESCENTA PARÁGRAFO AO ART. 14, ALTERA OS §§ 5º, 6º E 7º DO MESMO ARTIGO E MODIFICA O ART. 82, TODOS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL"

Presidente: Deputado Renato Vianna
1º Vice-Presidente: Deputado João Henrique
2º Vice-Presidente: Deputado João Magalhães Teixeira
3º Vice-Presidente: Carrion Júnior
Relator: Deputado Maurício Campos

Titulares	Suplentes
BLOCO PARLAMENTAR	
Zé Gomes da Rocha	Leur Lomanto
Osvaldo Coelho	Sérgio Barcellos
Pedro Valadares	Paulo Octávio
Antonio Ueno	1 Vaga
PMDB	
João Henrique	Mário Martins
Jurandyr Paixão	Pedro Tassis
Luiz Soyer	3 Vagas
PDT	
Carrion Júnior	Élio Dalla-Vecchia
Valdomiro Lima	Edésio Frias
PDS	
José Diogo	José Lourenço
Prisco Viana	Telmo Kirst
PSDB	
Aécio Neves	1 Vaga
PT	
Edésio Passos	1 Vaga
PTB	
Onaireves Moura	Carlos Kayath
PDC	
Samir Tannus	1 Vaga
PL	
Maurício Campos	Welinton Fagundes

Serviços de Comissões Especiais
Anexo II – Sala 10 – Mezanino
Secretária: Maria Helena Coutinho de Oliveira
Ramais 7067 e 7066

COMISSÃO ESPECIAL PARA DAR PARECER SOBRE A PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 17, DE 1991, QUE "DISPÕE SOBRE O SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL."

Presidente: Deputado Osório Adriano
1º Vice-Presidente: Deputado Sérgio Gaudenzi
2º Vice-Presidente: Deputado Jackson Pereira
3º Vice-Presidente: Deputado João Henrique
Relator: Deputado Luís Roberto Ponte

Titulares	Suplentes
BLOCO PARLAMENTAR	
Mussa Demes	Everaldo de Oliveira
Osório Adriano	José Burnett
Renato Johnsson	Lael Varella
Waldir Guerra	Orlando Bezerra
PMDB	
Armando Costa	Joni Varisco
João Henrique	José Belato
Luis Roberto Ponte	José Maranhão
Walter Nory	1 vaga
PDT	
Sérgio Gaudenzi	Aldo Pinto
Valdomiro Lima	Carlos Lupi
PSDB	
Jackson Pereira	1 vaga
PDS	
Roberto Campos	Francisco Diógenes
PT	
Alofzio Mercadante	Paulo Bernardo
PTB	
Rodrigues Palma	Anníbal Teixeira
PL	
Flávio Rocha	Jones Santos Neves
PDC	
Pedro Novais	Pauderney Avelino
PTR	
Marcelo Luz	Carlos Camurça

Serviços de Comissões Especiais
Anexo II – Sala 10 – Mezanino
Secretário: Antonio Fernando Borges Manzan
Ramais 7061

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 46, DE 1991, QUE "INTRODUZ MODIFICAÇÕES NA ESTRUTURA POLICIAL

Presidente: Deputado João Fagundes
1º Vice-Presidente: Deputado Wilson Müller
2º Vice-Presidente: Deputado Moroni Torgan
3º Vice-Presidente: Deputado Aldir Cabral
Relator: Deputado: Deputado Alacid Nunes

Titulares	Suplentes
BLOCO PARLAMENTAR	
Alacid Nunes	Antônio Dos Santos
Paulo Heslander	Aroldo de Oliveira
Roberto Magalhães	Euclydes Mello
José Burnett	Evaldo Gonçalves
PMDB	
Hermínio Calvinho	Antônio de Jesus
João Fagundes	Ivo Mainardi
Marcelo Barbieri	Mário Martins
Maurílio Ferreira Lima	Pinheiro Landim
PDT	
Paulo Ramos	Laerte Bastos
Wilson Müller	1 vaga
PDS	
Daniel Silva	José Teles
PSDB	
Moroni Torgan	Elias Murad
PT	
Edésio Passos	1 vaga
PTB	
Aldir Cabral	Antonio Holanda
PDC	
Jair Bolsanaro	Roberto Balestra
PL	
João Teixeira	Robson Tuma
PTR	
Pedro Abrão	Júlio Cabral

Serviço de Comissões Especiais
Anexo II - Sala 10 - Mezanino
Secretária: Anamélia R. C. de Araújo
Ramais 7066/7067/7052
Alteração: 4-11-1992

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A ACOMPANHAR AS CONSEQÜÊNCIAS DA SECA NO NORDESTE, ASSIM COMO AS PROVIDÊNCIAS QUE ESTÃO SENDO TOMADAS PARA O ATENDIMENTO ÀS POPULAÇÕES ATINGIDAS.

Presidente: Deputado José Carlos Vasconcelos (PRN)
1º Vice-Presidente: Deputado Everaldo de Oliveira (PFL)
2º Vice-Presidente: Deputado José Teles (PDS)
3º Vice-Presidente: Deputado Luiz Girão (PDT)
Relator: Deputado Pinheiro Landim (PMDB)

Titulares	Suplentes
PMDB	
Aluízio Alves	Chico Amaral
João Henrique	João Natal
Nestor Duarte	José Belato
Nilson Gibson	Neuto de Conto
Odacir Klein	Nelson Proença
Pinheiro Landim	Olavo Calheiros
Zuca Moreira	Roberto Valadão
PFL	
Antonio dos Santos	Aroldo Cedraz
Ciro Nogueira	Francisco Coelho
Efraim Moraes	Humberto Souto
Everaldo de Oliveira	Iberê Ferreira
José Falcão	Jorge Khoury
Vicente Fialho	Rivaldo Medeiros
PDS	
Ácio de Borba	Felipe Mendes
Arno Magarinos	Fernando Freire
José Teles	Hugo Biehl
Vitório Malta	João Rodolfo
PDT	
Clóvis Assis	Edson Silva
Luiz Girão	Mendonça Neto
Vital do Rego	Lúcia Braga
PSDB	
João Faustino	Jabes Ribeiro
Moroni Torgan	Jorge Uequed
Ubaldo Dantas	Paulo Silva
PT	
Alcides Modesto	Jaques Wagner
Chico Vigilante	Luci Choinacki
Sidney de Miguel (PV)	Valdir Ganzer
PP	
José Linhares	Ernani Viana
Vadão Gomes	Nan Souza
PTB	
Roberto Torres	Mauro Fecury
Wilson Cunha	Otto Cunha (PRN)
PRN	
Titular	**Suplente**
José Carlos Vasconcellos	Tony Gel
PDC	
Titular	**Suplente**
Jairo Azi	Sérgio Brito
PL	
Titular	**Suplente**
Ribeiro Tavares	Ayres da Cunha
PSB	
Titular	**Suplente**
Ariosto Holanda	Álvaro Ribeiro
PC do B	
Titular	**Suplente**
Renildo Calheiros	Haroldo Lima

EDIÇÃO DE HOJE: 112 PÁGINAS